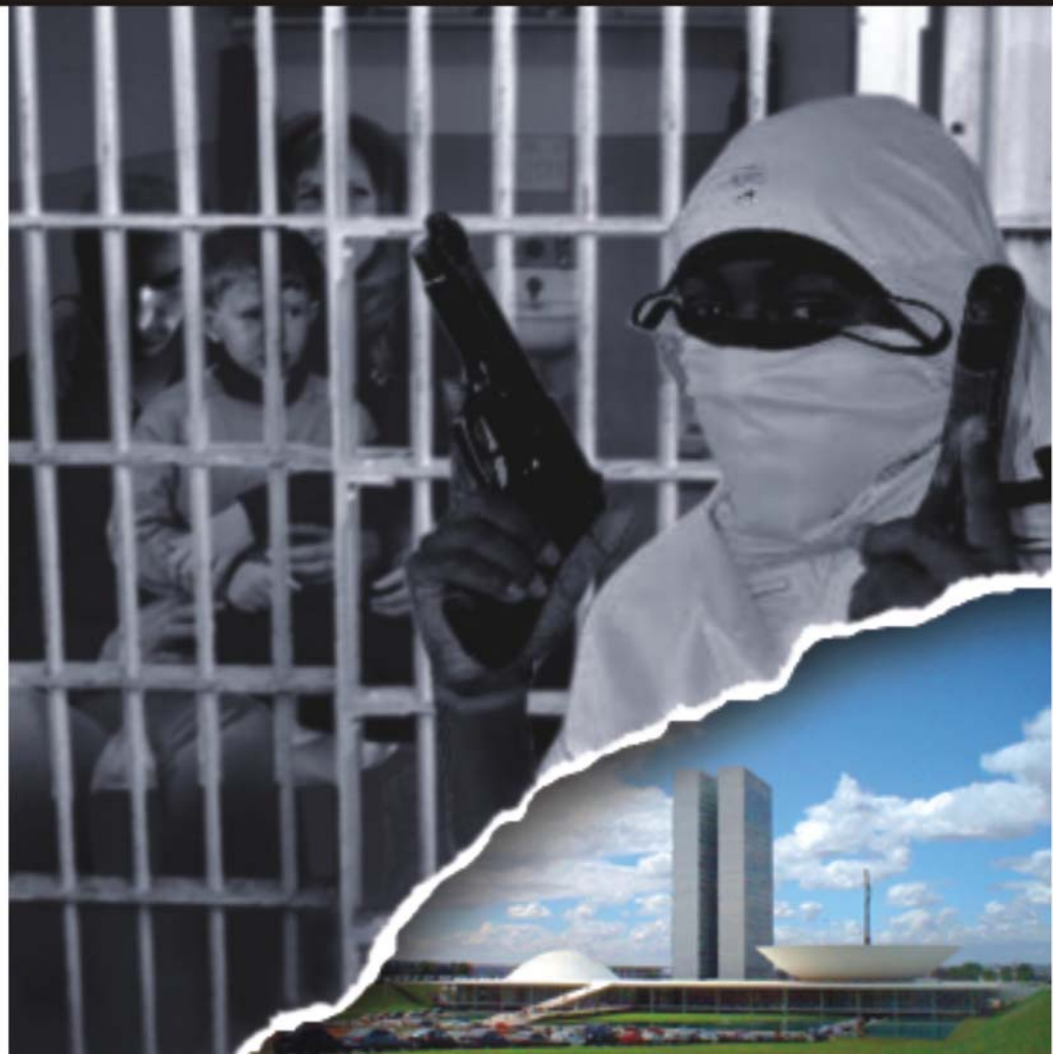


Introdução à segurança pública  
como segurança social:

# Uma hermenêutica do crime

*Oswaldo Bastos Neto*



Introdução à segurança pública  
como segurança social:  
**Uma hermenêutica do crime**

Introdução à segurança pública  
como segurança social:  
**Uma hermenêutica do crime**

Oswaldo Bastos Neto

Salvador  
2006

Copyright © Osvaldo Bastos Neto  
2006

Edição dos textos:  
Osvaldo Bastos Neto

Capa:  
Lucca Duarte

Revisão:  
Viviane Garrido

Editoração Eletrônica:  
Lucca Duarte

**Bastos Neto, Osvaldo**

Introdução à segurança pública como segurança social: uma hermenêutica do crime/ Osvaldo Bastos Neto. — Salvador: 2006. 288 p. : il. ; 20 cm.

1. Ciência política. 2. Sociologia. 3. Economia. 4. História. 5. Gestão pública. I. Bastos Neto, Osvaldo. II. Título.

CDU 316:351.75

# Sumário

---

*Prefácio*.....07

*Introdução*.....11

## *Capítulo I*

Reflexões sobre a violência: as ações  
e representações do homem normal.....27

## *Capítulo II*

O crime em rede: a história, a cultura e a  
política como possíveis fontes de explicações  
para o surgimento do crime organizado.....57

2.1 Uma episteme da condição humana e do crime.....57

2.2 Reflexões sobre o crime: modernidade e criminologia.....63

2.3 A Itália: nascente da Máfia.....74

2.4 O Brasil: o crime como o princípio e o fim.....80

## *Capítulo III*

O crime em rede: do tráfico periférico às  
multinacionais do crime. ....97

3.1 Origens: velhos problemas em novos cenários.....97

3.2 Geopolítica do crime: a promiscuidade entre produção,  
comércio e repressão.....101

3.3 Multinacionais do crime e a expansão do capitalismo.....	126
3.4 Brasil: paraíso das elites rimosas.....	143
3.5 Violência urbana no Brasil: as máfias nacionais e o descaso de todos.....	152
3.6 Bahia: terra de todos os santos, pecados e crimes.....	177
3.7 A C.P.I. do Narcotráfico, corrupção, tráfico e morte: os caminhos do crime e da elite contra o povo. Onde está o Estado paralelo?.....	202

#### *Capítulo IV*

Estado moderno e controle: os limites da legitimidade.....	221
4.1 Estado, modernidade e legitimação.....	221
4.2 Estado, controle e repressão: a polícia como segurança política.....	251

#### *Capítulo V*

Por que a segurança pública deve ser vista como segurança social? .....	275
<i>Referências</i> .....	280

## Prefácio

---

O mundo contemporâneo carece de valores, fundamentos e, sobretudo, de pilares básicos, essenciais para a construção dos caminhos e vertentes adequados que deságüem na conquista do fim último do indivíduo no complexo social que lhe é habitat natural - a busca da felicidade.

O homem é um ser gregário, *ab initio*, um animal social e um ser sociável; destarte, como asseverou Ernest Hemingway, nenhum membro do gênero humano é uma ilha.

Os pactos sociais, que se impuseram, necessários ao homem para lhe propiciar viver entre homens fizeram que houvesse transigência de parte a parte, visando a possibilitar a cada pactuante a qualidade sonhada de vida que se deveria ter numa coletividade.

Surge, em razão disso, a necessidade premente de regulação da conduta do cidadão com a cessão de direitos individualíssimos que redundasse em benefícios essenciais coletivos.

Os grupos pactuantes tinham, cada um, o seu líder máximo que ditava ao seu soberano talante, o que entendia ser a lei e a ordem.

As suas decisões eram de foro íntimo e a ninguém dava satisfação do que queria, fazia ou entendia e a todos tratava com o rigor da sua brutalidade ou com a brutalidade do seu rigor.

Com o advento do pacto, houve necessidade de escolher entre os brutos o mais bruto de todos para que os liderasse dando origem a uma verdadeira república do muque.

Em razão disso é que Thomas Hobbes (05.04.1588 a 04.12.1679), no seu “O Leviatã”, afirma que os pactos sem a espada não passam de palavras.

Com a cristalização do pacto social, amalgama-se uma multiformidade de etnias, de caracteres, de comportamentos multifacetados, na mais das vezes colidentes, antagônicos, que resultam num caldo ebuliente, desaguando num caudal de conflitos diuturnos, em vertentes diversas que exigem arbitragem, segurança, proteção, soluções rápidas e pacificadoras.

Não há mais espaço para o enfechamento, por um único indivíduo, de todas as expressões de poder que detêm como líder absoluto, como ditador, como caudilho.

Evidencia-se a tímida divisão de poderes, ainda incipiente, que mais tarde resultará na tripartição deles nos Estados Democráticos de Direito da era contemporânea.

Desde aqueles ajuntamentos embrionários até os Estados mais evoluídos de hoje, o ser humano, estudado na biologia como animal racional, de sempre, desde a queda adâmica, expressa em dados momentos as suas reações mais bestiais a ponto de chegar a destruir, sem nenhuma razão plausível, os da sua própria espécie.

Nos primórdios da humanidade, a partir do primeiro fratricídio da história, a natureza humana, alienada do seu Criador, por preferir-se a Ele, traz à tona do seu caráter corrompido os desígnios primitivos mais animalíscos, numa verdadeira erupção de lavas bestiais, regurgitando uma ferocidade predatória.

Como explica a psicologia social, instala-se, nesse ensejo, na complexa ambiência vital, o chamado contágio que, num verdadeiro efeito cascata, vai conduzir o ente racional, o agente moral às regiões mais abissais da baixeza humana, da decadência moral, do primitivismo assassino e do praticismo sanguinário.

O homem, corolário da criação de Deus, torna-se “homo homini lupus”: lobo do próprio homem!

Daí, convulsionam-se num crescendo espiral, por todos os quatro cantos do planeta azul, as técnicas mais requintadas de matar.

Aquilo que no dizer de Augusto dos Anjos se evidencia produto do meio:

“O homem, que nesse mundo miserável,  
Vive entre feras, sente, inevitável,  
Necessidade de também ser fera!”

Com o advento do crime, surge a necessidade da criação de uma proteção intra corporis do meio social, emerge a força miliciana, hoje, a polícia, que para o experto suíço Otto Meyer, “todo povo tem a polícia que merece.”

Com o desenvolvimento da ciência, em todas as multifacetadas vertentes, profissionais da medicina e da ciência do direito se evidenciam no estudo



mais acurado das causas que impulsionam o ser racional a manifestar-se tão irracional na predação da sua própria espécie.

Emergem a Medicina Legal, a Criminalística, a Balística, a Perícia Criminal, enfim, a Polícia Científica.

O Cientista argentino, Voucetiche, apenas no século 19, analisando a passagem Bíblica escrita há 3.500 anos atrás, no Livro mais antigo da Bíblia, o Livro de Jó 37:7 “E pois o Senhor Deus selos nos dedos das mãos dos homens para que os outros homens conheçam as obras que forem feitas por estas mãos.” Descobre-se assim, as impressões digitais, inaugurando a era da moderna Dactiloscopia.

Esse contexto de cientistas contemporâneos com um profundo senso de análise gestáltica da tão necessária máquina estatal de prevenção e combate aos delitos, que deságua na Segurança Pública, como Segurança Social, numa interpretação magistral da ocorrência criminal, evidencia a grandeza do acuro intelectual, a profundidade dos conhecimentos científicos, a versatilidade da multiforme cultura, a requintada vocação de Mestre do conhecimento e do saber da Ciência e da Arte da Segurança Pública e da investigação científica da casuística criminológica do jovem Cientista Social Professor Osvaldo Bastos Neto, Mestre por excelência. Uma vez que, não é fácil ensinar, difícil é ser lição, e ele, como verdadeira lição, brinda-nos com esta obra monumental e sui generis: Introdução à Segurança Social: Uma hermenêutica do crime.

Que o atento leitor possa refletir em todo o desafio deste livro, uma das enfáticas e peremptórias declarações do preeminente Professor Osvaldo Bastos Neto: *“o que precisamos entender é quais e como os fatores sociais estimulam a violência humana. Como os processos coletivos legitimam a violência que vai desde o crime comum até a mais sofisticada estratégia genocida.”*

Salvador (Ba), 14 de fevereiro de 2006.

*Prof. Dr. Átila Brandão*

Diretor Geral da Faculdade Batista Brasileira

[WWW.OSVALDOBASTOS.COM](http://WWW.OSVALDOBASTOS.COM)

[WWW.OSVALDOBASTOS.COM](http://WWW.OSVALDOBASTOS.COM)

[WWW.OSVALDOBASTOS.COM](http://WWW.OSVALDOBASTOS.COM)

# Introdução

---

Este trabalho é resultado de estudos e aulas ministradas em cursos de Direito, no Curso de Formação de Oficiais – (CFO), da Academia da Polícia Militar da Bahia, no Curso de Especialização em Segurança Pública – (CESP) e no Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública – (CEGESP), nesta mesma instituição.

O debate sobre crime organizado e segurança pública não é recente no Brasil ou mesmo, no resto do mundo. Seguindo as mesmas preocupações, o fenômeno da violência e as reflexões a seu respeito têm uma história longa, complexa e repleta de variações e tendências, que tornam o tema obrigatoriamente interdisciplinar. Entretanto, nas últimas décadas, a violência em todas as suas variantes parece ter fugido ao controle desafiando o ordenamento social e jurídico nos mais diversos níveis institucionais e espaços geográficos. A micro-criminalidade se expande à luz do dia, deixando transparecer uma situação de maior insegurança. A macro-criminalidade, silenciosamente perniciosa, se infiltra nas estruturas do Estado e da economia privada ceifando, muitas vezes, as possibilidades de adotar-se medidas compatíveis com a seriedade do problema. Com toda certeza, estes fenômenos não são problemas apenas do Terceiro Mundo, pois, muitos dos crimes praticados aqui pertencem a categorias criminológicas, tanto da micro, quanto da macro-criminalidade, que há muito preocupam as sociedades dos países chamados desenvolvidos.

Como se não bastassem os problemas com a *violência urbana* - uma categoria usualmente mal definida, que se refere à criminalidade em geral que ocorre nos grandes centros urbanos - temos agora novas formas de terrorismo que ganham perfil multifacetado e âmbito cada vez mais internacional.

Neste trabalho busco apontar elementos importantes neste universo vasto e complexo que estamos abordando, que possam trazer algum nível de esclarecimento para o conjunto da situação. Parti do princípio de que a criminalidade é antes de tudo um problema político, no sentido de perceber como o Estado está organizado e a partir de então como ele

organiza a sociedade. Incluso neste universo mais amplo, proponho que a *segurança pública* deve ser entendida como política pública. Como política pública, não pode ser pensada de maneira independente das demais políticas e, uma vez pensada de forma integrada com os demais setores da sociedade, poderíamos ter a formação de uma rede de proteção social, na qual, como parte integrante, a segurança pública comporia o que passei a chamar de *segurança social*.

O termo *segurança social* aponta para uma nova abordagem sobre o controle da ordem pública que, necessariamente, parte do princípio da ação individual convergente para a responsabilidade social. Faz-se necessário, então, a urgente e constante disposição em buscar modelos de policiamento, e por isso novas bases de formação policial, para tornar a polícia mais eficiente a todos os tipos e níveis de criminalidade.

Pensar a segurança pública como um tipo de política pública é propor uma articulação com muitos outros setores nos quais atua o Estado, principalmente no planejamento em saúde, na educação e a própria geografia urbana voltada para formar uma rede em *segurança social*. É realizar uma busca de soluções efetivas, com resultados visíveis no cenário das relações sociais. Além disso, cabe ressaltar, que falar em segurança pública como política pública não é redundância, uma vez que em nosso país, assim como em toda a América Latina, as instituições ordenadoras do Estado, particularmente as polícias, sempre estiveram mais orientadas por princípios de repressão política e de classe.

As transformações no mundo atual, nos trouxeram muitas vantagens, mas, ao mesmo tempo, novos e constantes desafios. Entre estes últimos, está a necessidade de perceber que as maneiras usuais de se administrar o trabalho policial perante novos perfis de criminalidade, requer novos modelos administrativos e estratégicos. Uma verdadeira mudança de paradigmas. Esta mudança de percepção acerca do problema e das soluções deverá estar fundamentada na mudança das mentalidades. Além disso, já não basta que a ordem pública seja administrada pelo homem público, mesmo que imbuído de uma nova visão, torna-se cada vez mais importante, porque as circunstâncias assim impõem, que o indivíduo ultrapasse os limites do individualismo banal, do corporativismo retrógrado e do clientelismo vulgar e busque o aperfeiçoamento rumo ao nível do indivíduo coletivizado,

ou seja, o cidadão. Que se torne consciente do seu papel na sociedade a partir de uma reflexão mais amadurecida a respeito do que vem sendo chamado de responsabilidade social. Não há mais como dar continuidade a um modelo de sociedade no qual elite *versus* povo, Estado *versus* povo mantém espaços sociais tão apartados. Uma sociedade que desde as suas origens escolheu a diferença de renda como meio para a diferenciação entre elite e povo.

O Brasil nunca foi pensado como uma nação, como conjunto. Ao mesmo tempo, ao longo da nossa história, formou-se um tipo de individualidade perversa, na qual a visão de mundo dos sujeitos não ultrapassa os limites do seu mundo privado. É esse modelo de mentalidade, de visão de mundo, que se reflete tanto no âmbito público quanto privado, que devemos colocar como base das nossas reflexões, inclusive sobre o universo da violência.

Nesse contexto, de nada adianta reforma legislativa, mesmo que partindo do âmbito constitucional. Também, são de pouca serventia reformas institucionais que fatalmente serão naufragadas, apartadas dos seus objetivos originais pela persistência de uma mentalidade arcaica, no sentido da resistência em perceber a *coisa pública* como bem público e de conceber a autoridade como importante representante da lei, jamais a autoridade significando aquele que está acima da lei.

O que temos visto, atualmente, é o debate mais genérico sobre violência e criminalidade urbana tomar rumos que evidenciam uma ânsia pela redução da violência, colocando-a como algo novo e atual ou colocada de forma simplista como consequência dos ditames da sociedade capitalista. A tendência ainda hoje, na literatura acadêmica e nos debates nacionais, no discurso político e no senso comum, é reduzir a *violência* quase que a um problema urbano e o que é pior, reduzir a violência a uma questão de classe. No calor das emoções surgem, por exemplo, propostas imediatistas que tentam responder uma pergunta no mínimo curiosa: “Como acabar com a violência?”

Tentei no primeiro capítulo, *Reflexões Sobre a Violência: as ações e representações do homem normal*, elaborar uma análise sobre algumas concepções do que pode vir a ser considerado *violência e agressão*, tomando como parâmetro exemplos literários e fatos ocorridos que julgo importantes sobre o tema. Não tive a pretensão de realizar uma revisão bibliográfica, apesar de

reconhecer que em certa medida, tenha feito. As lacunas bibliográficas encontradas pelo leitor, no decorrer de todo o trabalho, podem ser resultado de desconhecimento meu, mas também, reflexo da intenção de criar apenas um itinerário que pudesse exemplificar e expressar as minhas próprias idéias sobre o problema. Nesse sentido, muitos outros autores e obras importantes deixaram de ser citados sistematicamente. Procurei mostrar que a conceituação e domínio da violência é um desejo antigo e constante para o ser humano. Não podemos pretender extinguir a violência e a agressão, mas podemos e devemos, buscar mecanismos tanto ao nível individual quanto coletivo, para colocar em termos aceitáveis o fenômeno da violência e da criminalidade, porque são problemas que atingem diretamente a ordem pública e a existência das pessoas.

Outra questão importante é o fato do conceito de *violência* ser muito amplo e de difícil definição. É uma idéia muitas vezes vaga devido ao número imenso de atos, pensamentos e situações nos quais poderíamos empregar o conceito de *violência* ou *agressão*. Não pretendi fazer uma retrospectiva histórica das definições sobre violência e suas correlatas expressões. Isto porque, a questão à qual me proponho não é fazer esta revisão conceitual. Pretendo explorar algumas idéias já existentes e articulá-las com outras interpretações próprias, buscando entender o problema da insegurança do nosso tempo e muito particularmente do nosso país.

Será possível perceber, principalmente neste primeiro capítulo, que a conceituação sobre *violência* e *agressão* se dá muito em função da cultura, de uma época e lugar no qual o problema foi ou é identificado e abordado. Atualmente, mantém-se, nos estudos sobre o tema, essa tendência de análise. Acredito que a identificação do fenômeno da violência como problema, é resultado da própria evolução da cultura e civilização ocidental, particularmente na sua versão romântico-burguesa, que visou o aprimoramento do comportamento humano, favorecendo a convivência do homem na sociedade capitalista. Desde a discussão grega sobre o justo e o injusto, chegando ao direito natural, a Declaração dos Direitos do Homem e a Declaração dos Direitos Universais até os movimentos pacifistas e ecológicos das últimas décadas conseguimos adquirir progressos substanciais, mesmo com altos e baixos, entaves aqui e ali. Mas, olhando por uma outra perspectiva, acredito que, principalmente no século XX, houve muito mais uma retórica de que finalmente havíamos

chegado à civilização, do que a realidade pôde comprovar. Não é possível ter muita certeza, mas parece possível afirmar que nunca se matou tanto como no século XX. Muitas das leituras que fiz sobre a questão, abordando assuntos como guerras, genocídios, *bombardeios humanitários*, entre outros, levaram-me a crer nesta tese. No momento em que mais se esperava que a humanidade buscasse, de fato, a paz, foi por ironia, um período de grandes tragédias humanas.

Se não temos a fórmula maravilhosa para a nossa convivência temos, ao menos, a capacidade de perceber o quanto estamos errados no que diz respeito aos modos e meios pelos quais estamos direcionando a sociedade humana. Estamos desenvolvendo a capacidade de discernir o que vem a ser traço cultural, muitas vezes, necessariamente preservado, enquanto manifestação saudável da violência humana, da violência pura e simples, por desprezo completo ao outro.

“Homens-bomba”, armas de destruição em massa, torturas físicas ou psicológicas, amputação de clitóris, a fome e a sede, são formas de aviltamento da pessoa humana que não podemos mais aceitar passivamente, seja em nome de uma soberania nacional ou da preservação da cultura alheia. Há muito estas questões chamam atenção, porém, ninguém ou até mesmo nenhum Estado tem o direito de invadir o espaço alheio e impor aos outros países as suas concepções sobre democracia e respeito mútuo. Isto também é violência. O grande desafio é, sem dúvida, alcançar o equilíbrio diante de situações tão complexas. E, com toda certeza, não será através do uso da força bélica, sempre utilizada por interesses econômicos e muitas vezes justificada por “ideais humanitários” que chegaremos ao caminho do meio.

No capítulo II, *o crime em rede: a história, a cultura e a política como possíveis fontes de explicações para o surgimento do crime organizado* busquei desenvolver os primeiros fundamentos para a explicação da minha tese. O fenômeno atual, que chamamos de *crime organizado*, tem seu surgimento muito mais relacionado ao surgimento do Estado moderno do que ao sistema capitalista. São grupos, setores da sociedade, às vezes até organizações já existentes que resistiram às novas ordenações impostas por um modelo de Estado que nas suas origens foi necessariamente centralizador e autoritário.

No desenvolvimento dos meus estudos senti a necessidade de sistematizar

com mais clareza o recorte epistemológico que orientava o meu trabalho. Inseri então, esta questão, com a finalidade de explorar os fundamentos do meu trabalho. É neste momento que eu mostro a influência de Foucault, Elias e Certeau sobre o meu trabalho. A dificuldade em realizar o recorte epistemológico residia no fato da dificuldade de abordar a temática em questão usando paradigmas fundamentados em princípios da “ação social” ou no seu oposto, da “estrutura”. A realidade empírica me induziu forçosamente a elaborar uma teoria que apontasse aspectos ligados aos modelos de relações sociais que fossem explicados tanto por fatores estruturalmente determinantes quanto pelos tipos de ações sociais desenvolvidos na trama complexa da vida cotidiana. Além disso, a importância de identificar e interpretar a influência de elementos históricos influenciando o fenômeno abordado, exigiu a utilização de autores que favorecessem este tipo de perspectiva. Seguindo esta idéia, a perspectiva de que as relações sociais vão se (des)construindo num processo que envolve uma dialética entre a estrutura e a superestrutura social foi ponto fundamental neste trabalho. Entretanto, apesar da necessidade de utilizar conceitos marxistas em termos metodológicos, cabe ressaltar que este trabalho não se reduz a uma análise marxista da luta de classe. Primeiro, porque o plano ideológico foi muito mais privilegiado do que as relações econômicas e, além disso, a idéia de conflito não foi enfatizada com rigor como requeria uma análise propriamente marxista.

O mundo das idéias, a influência das maneiras de pensar como direcionadoras das relações sociais e econômicas foi exaustivamente abordado por Weber (1975). As maneiras de pensar influenciando as maneiras de agir, a formação histórica do Estado, constituindo-se pedra angular do processo civilizador ocidental são contribuições importantes de autores como Foucault e Elias.

Estes estudos ajudam compreender melhor a tensão entre Estado e tradição social. Em outras palavras, ajudam a tornar mais clara no âmbito da cultura e da tradição, a relação entre o informal e o ilegal e a sua contraposição com a formalidade e legalidade presumivelmente típicas do Estado moderno. Há uma tensão histórica entre o Estado, tentando impor uma ordem, e a tradição tentando preservar-se. Como já afirmava Durkheim (1999), apesar da íntima relação entre o ordenamento social e o jurídico, o



direito não pode abarcar todo tipo de relação social. Uma vez que a tradição é responsável também, em impor e manter coeso o modelo social, não há porque o direito expandir-se por relações que ele não atuaria com tanta eficácia. Mas a tradição é composta por dois níveis de relação, o formal e o informal, sendo que o informal, mais facilmente, pode estender-se para o ilegal. A depender da capacidade do Estado de impor-se enquanto ordenamento político-jurídico, teremos perfis e níveis específicos de violência e crime para cada época e lugar. Isto pode ser decorrência também desta incapacidade do Estado impor-se como ordenamento político-jurídico, numa condição plena. No nosso caso, as dificuldades apresentadas hodiernamente para que o Estado consolide-se como pedra angular, apontam para o início da explicação do problema em questão. Uma cultura de pompa e da pouca disciplina.

Daí, porque a necessidade de recorrer às raízes históricas de cada lugar para entender como esses elementos se manifestam no presente, criando ambiente para o aparecimento de fenômenos desagregadores.

No caso brasileiro, não é preconceito ou pessimismo vulgar identificar a nossa origem criminosas e o seu prolongamento para a atualidade. Não é difícil identificar a predominância de uma informalidade-ilegal, como base cultural, cerceando a capacidade do Estado de impor-se enquanto instância político-jurídica.

Comparando o Brasil com a Itália, por exemplo, é possível identificar aqui e lá o mesmo fenômeno do coronelismo, marcando a evolução histórica da informalidade-ilegal e, ao mesmo tempo, fator importante para a manutenção do Estado, como um verniz ordenador da sociedade, o que facilitou a histórica tendência nacional de ter a justiça e polícia e todo o aparato repressivo do Estado como instrumentos de repressão ideológica e de classe.

O coronelismo no Brasil e na Itália aponta para um típico modelo de resistência ao ordenamento do Estado, e que abrirá espaço, enquanto traço cultural, para a cultura da informalidade-ilegal, da consolidação da *coisa pública* como *coisa privada*. Em certas esferas das relações sociopolíticas, é como se o Estado gravitasse sobre a sociedade quase sem tocar nela. Sendo assim, por força mesmo da tradição, a informalidade-ilegal vai sendo, também, a base para a constituição da superestrutura.

Todo o aparato estatal vai sendo historicamente constituído não apenas para servir aos interesses de classe como na visão marxista ortodoxa, mas, também, para servir aos interesses de toda sorte de criminosos que passam a ser presença marcante e atuante nas classes dominantes desses países. Olhando por esta perspectiva o fenômeno denominado *Estado Paralelo* é antigo e vai se remodelando de época para época, de lugar para lugar, de acordo com as necessidades de classe, ou seja, necessidades econômicas, políticas, culturais e jurídicas em geral.

Talvez, uma das poucas coisas que podemos ter certeza é que quem quiser entender o crime não poderá dispensar as etnografias, as práticas e fazeres locais. Enquanto a criminologia, penologia, etnografia e estratégias de segurança pública não estiverem de mãos dadas de pouco adiantará tecnologias, poder de Estado, Direito Penal e outras modalidades de coerção. Mesmo que, com algum nível de articulação, estas instituições não podem deter os *jogos dos costumes*, algo tão claro em toda e qualquer manifestação da criminalidade.

Na tentativa em dar um direcionamento empírico ao estudo, desenvolvi *O Crime em Rede: do tráfico periférico às multinacionais do crime*, título e tema do terceiro capítulo. É, também, o eixo do livro. O termo *rede* é uma clara analogia ao mais usual *organizado*. Além de tentar apontar para a profundidade do problema, busquei esclarecer alguns equívocos sobre o próprio conceito de *crime organizado* e o seu, importante e correlato, *Estado Paralelo*. Desde o início deste trabalho tive dúvidas sobre como abordar o que chamei de *multinacionais do crime*. Optei por desenvolver este conceito no mesmo capítulo sobre o crime organizado por entender que o problema da criminalidade se estende aos níveis internacionais e que esta análise, pode ajudar a esclarecer o que realmente significa a organização do crime tão abordada pela imprensa, setores do meio acadêmico e polícia. Acredito ser o capítulo mais incomodativo deste trabalho, pois, nos obriga reconhecer o quanto fomos e somos omissos no que diz respeito ao problema em questão. Nos obriga a perceber que somos coniventes com o crime, nas suas mais diversificadas formas de manifestação e, até mesmo, somos participantes ativos no desenvolvimento deste novo perfil de criminalidade cada vez mais científica, tecnologizada, administrada de forma sofisticada que chamamos de *crime organizado*.

Participamos, não apenas pela omissão. Damos incentivos ao crime quando entregamos, nas mãos de autoridades, a única e exclusiva responsabilidade pela segurança coletiva. Quando sabemos que certos setores da economia possuem uma íntima ligação com a lavagem de dinheiro, mas não queremos abrir mão da satisfação de alguns prazeres mais imediatos, tais como carnaval, restaurantes, motéis, casas de espetáculos, hotéis e clubes de futebol. E enquanto as pessoas batem palmas, pulam, se embriagam e se divertem na maior festa popular do planeta, os contraventores pulam de alegria por ver boa parte de populações inteiras, contribuindo tão alegremente para uma das maiores formas de lavagem de dinheiro que existe no Brasil.

Durante pelo menos, as últimas três décadas, foi muito fácil para a imprensa, polícia, governantes, intelectuais e o senso comum acusar as favelas como a origem da criminalidade e violência no Brasil. Um equívoco moral e intelectual. Acusar a pobreza de ser a causa dos problemas brasileiros e ainda acusar uma criminalidade medíocre, composta por medíocres famintos, mesmo que psicoticamente agressivos e, por isso, perigosos, mão-de-obra barata dos barões do pó, dando-lhes o status *crime organizado*; isso só poderia acontecer num país de Chicós (lembrando o livro *Auto da Compadecida* de Ariano Suassuna), no qual, mesmo aqueles que têm diploma sentem imensa satisfação com a sua condição de alienados, subservientes, supostamente apartados da sua própria realidade social.

A ligação entre o tráfico de drogas, além de todas as outras contravenções que ocorrem em países centrais e periféricos, particularmente o Brasil, com as organizações de trânsito internacional é íntimo e claro. A CPI do Narcotráfico tornou essa questão incontestável. Nas origens, houve uma forte relação entre a necessidade de expansão de mercado consumidor para a cocaína que ia para o Vietnã, no período da guerra, e a ampliação do tráfico desta droga nas favelas e grandes centros urbanos no nosso país. Por isso, quando a imprensa e intelectuais apontam a atuação de quadrilhas como *crime organizado* é por não entender do problema ou para desinformar mesmo. Toda essa retórica induz e mantém o senso comum disposto a justificar a ideologia reinante de que *bandido bom é bandido morto, enterrado em pé para não ocupar espaço*, respaldando o abuso de poder por parte de representantes do Estado. Esse fenômeno, mais evidenciado através das

ações das polícias, não se restringe a elas, uma vez que, temos muito pouca intimidade com a democracia, subordinados que somos a um ordenamento político-jurídico sempre de tendência ditatorial ou ao menos, pouco democrático.

A corrupção é apresentada neste capítulo como o mais importante diferencial entre meu estudo e os que já foram apresentados ao público leitor. Tento mostrar que o maior inimigo do Brasil não é o traficante e sim o corrupto, principalmente quando se trata de desvio das verbas públicas. Este vício institucional brasileiro leva à manutenção da pobreza que por sua vez, torna-se mão-de-obra barata para o tráfico de drogas no varejo, a prostituição, os homicídios encomendados, roubo de carros etc.

De maneira seqüencial, o capítulo - IV *Estado, controle e repressão: a polícia como segurança política* aborda o problema da repressão como característica fundamental do Estado moderno. Desenvolvo uma argumentação no sentido de mostrar que as contradições existentes na sociedade moderna, tornam-se desafios quase insuperáveis para o Estado moderno. O surgimento do Estado-nação não atendeu às expectativas de manutenção da harmonia das diferenças. Além disso, capitalismo, fascismo e socialismo, enquanto resultados da modernidade, são exemplos do uso da violência sistemática como forma de controle do homem-massa e das diversidades existentes em cada tempo e lugar, em todas as suas dimensões. Em seguida, exploro a manifestação desta modernidade na América Latina e no Brasil, fazendo duras críticas ao que vem sendo chamado, equivocadamente, de democracia neste país. Talvez, o lado mais visível e ao mesmo tempo, consequência desta nossa incipiente democracia, seja o investimento feito através dos meios de comunicação de massa, colocando a repressão de classe como a melhor e a única saída para o problema da insegurança social neste país, ao mesmo tempo em que se publiciza ostensivamente a idéia de que tudo está bem por aqui. A histórica estratégia de manter a pobreza no morro não está dando mais bons resultados. O problema se complexifica quando outros setores da sociedade não buscam atuação em conjunto e, mesmo isoladamente, não agem a contento. É uma questão que fica mais clara na relação entre polícia e justiça no Brasil. O argumento das polícias brasileiras de que não podem trabalhar por que estão limitadas pelos direitos humanos não se sustenta. Primeiro, porque

as polícias brasileiras são contumazes violadoras dos direitos humanos, isto, segundo a Anistia Internacional e outras instituições correlatas. Ao mesmo tempo, ao utilizar estes argumentos, as instituições policiais estão denunciando o despreparo delas mesmas para atuarem sob o jugo do Estado de Direito Democrático, fortalecendo inclusive, o meu argumento de que mesmo depois da tal “abertura” ainda estamos num estágio em que o Estado brasileiro é, ao menos, de tendência ditatorial. Se por um lado é certo que as polícias no Brasil ainda estão caminhando no rumo a um padrão aceitável de respeito aos direitos individuais e humanos, por outro, é preciso refletir sobre o uso da lei por parte da advocacia e do judiciário brasileiro. Os crimes divulgados pela imprensa nas duas últimas décadas, envolvendo advogados e magistrados nos dá o tom do problema.

No decorrer dos anos 80, começa surgir a idéia, no âmbito da literatura especializada, de que não há correlação direta entre pobreza e criminalidade, apesar de ao mesmo tempo se reconhecer as causas sociais da violência e do crime.

Há uma relação entre pobreza e violência; ela é histórica e sempre se deu a partir de mecanismos de dominação que atuam através de uma macabra manipulação da miséria em benefício de poucos, seja no Brasil ou no mundo. Há uma relação clara entre pobreza e violência e esta acontece na própria lógica de geração e manutenção da pobreza, que só pode acontecer mediante o uso das “violências” supostamente legítimas do Estado sempre a serviço da burguesia nacional e internacional.

O que não tem ficado claro nos estudos que tratam da questão é exatamente a relação entre violência, crime e pobreza e a mistura que se faz de tudo isso com o crime organizado. Isso porque a maioria das abordagens, tímidas e ingênuas, não relacionam a complexidade econômica-política do crime com a dinâmica das classes sociais. Sendo assim, os estudos acadêmicos temperam as notícias dos telejornais, reforçando o preconceito e equívoco intelectual de que o *Crime Organizado* e o *Estado Paralelo* estão no morro ou somente neles.

Mesmo quando o enfoque está voltado para as questões socioeconômicas, os impasses para a resolução quase não se destacam. O roubo do erário não é colocado na sua devida importância, inviabilizando qualquer projeto de reforma política e administrativa rumo à uma democracia mais madura

e uma economia mais eqüitativa e estável. Daí, talvez, um dos motivos de se reduzir o conceito de Estado Paralelo ao poder do traficante do morro. O clientelismo, enquanto modelo de relação social, que já foi muito discutido na literatura política, não tem sido abordado com a devida importância quando se trata de pensar as origens e manutenção dessa criminalidade que está aí em todas as classes sociais.

Este nosso *clientelismo cordial* orienta o perfil de uma criminalidade. Esse clientelismo é o maior veículo de inter-relação entre as classes sociais nesse país. Uma sociedade separada desde as instituições que compõem o Estado, passando pela renda e bem-estar, refletindo-se na geografia urbana, mas que sabe se articular de forma competente quanto o negócio é o informal e o ilícito.

Há sempre uma tolerância que permeia as entrelinhas da literatura acadêmica quando o assunto é o crime de qualquer tipo. Disfarçado pelo *glamour* intelectual o vai-e-vem dos saberes termina quase sempre na criminalização da pobreza e na romantização do crime, tentando explicar o *homem criminoso* como mero produto social.

É dentro deste quadro que desenvolvi a conclusão no capítulo V *Por que a segurança pública deve ser vista como segurança social?* Na verdade, trata-se de uma breve conclusão, uma vez que os próprios capítulos e subtítulos já apresentam suas respectivas conclusões. Tentei desenvolver uma articulação entre os diversos problemas e dados lançados ao longo do trabalho, direcionando a análise para o conceito de *segurança social*. Coloquei com isso, a instituição polícia como centro da discussão.

O fato de termos pouco tempo para o desenvolvimento de uma democracia torna, as ações do Estado invariavelmente repressivas ou mesmo negligentes. Contudo, uma negligência violenta ao sustentar uma democracia da violação da Lei e do não-Estado de direito.

As polícias ao optarem por não “pensar” e usar a violência como princípio estratégico, não só se predisõem a se igualarem ao bandido como, polícia e bandido tornam-se juntos, instrumentos de manipulação das elites. Em meio a essa *Guerra Particular*, os grupos de extermínio agem em função de um conjunto de valores que caracterizam uma sociedade pouco familiarizada com a democracia e os Direitos Humanos. Filosofias de vida que induzem a se *lavar a honra com sangue*, quando associadas à própria

realidade socioeconômica e política formam o caldo cultural do qual surge o matador. A ação do matador torna-se funcional numa sociedade em que os próprios dirigentes políticos, principalmente quando oriundos das classes subalternas, ao chegarem a ter algum poder, esquecem a sua procedência e dão continuidade ao “sistema”. É um país onde, o modelo de relação entre Estado e Sociedade, só pode ser mantido com repressão.

Isso explica, em parte, o desinteresse ou às vezes, a morosidade burocrática para o aprimoramento profissional das instituições policiais e a lerdeza para a reforma do judiciário. Não por acaso, cabe notar, que na era da informação, os cursos para formação de policiais em todas as corporações e em todos os níveis hierárquicos, diminuem de tempo geralmente sob a justificativa de *aprimoramento curricular*. O despreparo policial associado à falta de condições adequadas para o exercício da função torna, a corrupção nas polícias, um fato previsível. O policial corrupto é, em certo sentido, funcional uma vez que, entre outros motivos, é mais barato corromper um policial no início de um inquérito do que um juiz no julgamento do caso.

Tentei aqui construir uma teoria. A teoria de que o crime organizado é um crime de elite relacionado a três outros fatores: a soberania do Estado, a cultura da corrupção nas suas diversas formas de manifestação e a pobreza.

A questão da soberania mostra que o crime organizado é antes de tudo uma oposição ao Estado. Seguindo esta idéia, é possível afirmar que o crime organizado é também uma forma de crime político. Até porque, como já foi ressaltado, nas suas origens, os grupos sociais que se tornaram clandestinos com o aparecimento do Estado moderno evidenciam esta oposição até hoje. E, não por acaso, compartilho da opinião de que a corrupção é o maior problema a ser enfrentado nas sociedades contemporâneas. Além de se aprofundar por “espaços vazios” deixados ou não alcançados pelo Estado, a corrupção cria novos “espaços vazios”. Estas esferas são observadas com clareza na relação entre o tráfico e as populações das favelas brasileiras. Mas, este fenômeno se estende para além das fronteiras das favelas. Está dissolvido em todo o tecido social, na relação promíscua e as vezes, imperceptível entre o formal e o informal, o lícito e o ilícito. Dentro deste contexto, de fato, é o pobre da favela que imita o modelo clientelista-illegal das elites. O correto seria afirmar que, neste aspecto, é a cultura das elites que invade as favelas. Os pobres apenas dão

continuidade a um modelo que os fez e os mantém pobres, acreditando que as migalhas que lhes são distribuídas, de eleição em eleição, são grande coisa.

A corrupção é uma forma de relação social. Não é simplesmente uma tentação, um pecado ou até mesmo um crime. É traço mais ou menos marcante na consciência coletiva de cada sociedade, variando de tempo e lugar. Exatamente, por perpassar toda a estrutura de relações sociais, no caso brasileiro, podemos falar de um relevante traço cultural. Uma vez que o fenômeno da corrupção apresenta várias modalidades, quando a corrupção, o tráfico e outros delitos conexos atuam no mesmo ambiente de pouca soberania do Estado, temos como resultado a tragédia que está aí.

O dinheiro público que não retorna para a sociedade porque torna-se fortunas ilícitas, mantém uma pobreza facilmente recrutada pelo tráfico e qualquer outro tipo de crime. Não por acaso, aqui no Brasil, a prostituição, e principalmente, a infantil, só faz aumentar entre as camadas mais carentes da população. Além disso, está aí por quê ao vandalismo dos jovens favelados é logo atribuído o conceito de *violência urbana* e, quando o vandalismo vem dos jovens das classes média e alta, tudo se reduz a um problema infanto-juvenil. Se o que induz o jovem da favela ao crime são os tais *problemas sociais*, como explicar então as gangues de jovens das classes mais abastadas?

No desenvolvimento deste estudo fui percebendo a necessidade de evitar o excesso de detalhes em função de evitar uma argumentação enfadonha. Reconheço que em certos momentos as argumentações foram superficiais. Porém, já que buscava a construção de um *quadro coerente*, ou seja, a articulação entre as diversas partes de um todo, me restringia exemplos que pudessem ajudar a construir o conjunto. Tenha certeza, o leitor, que cada citação, principalmente aquelas retiradas de revistas e jornais, são apenas exemplos ilustrativos de uma realidade muito mais ampla, complexa e porque não dizer, bastante problemática. Ao mesmo tempo, a decisão de adotar uma estrutura argumentativa mais generalizante, tem a vantagem de apontar questões que poderão ser tomadas como objeto de estudos posteriores. Sobre o crime organizado foi traçada sistematicamente sua lógica de funcionamento. Cabe apenas, saber interpretar tal como reza a arte da hermenêutica. Acredito que consegui traçar, pelo menos razoavelmente, um *quadro coerente*, mostrando a lógica, ou encaixes e



desencaixes do problema.

Por fim, devo dizer que este trabalho é resultado de pouco mais de quatro anos de intensa pesquisa. Todavia, é preciso ressaltar a importância que tiveram as diversas informações obtidas através de conversas formais ou informais com policiais, juizes, advogados, promotores, alunos cadetes, além de oficiais, delegados e peritos, em cursos de pós-graduação. Muitas destas informações contribuíram, sobremaneira, para o meu entendimento a respeito de como funciona esta relação entre crime, Estado e Sociedade. Informações obtidas em revistas e jornais foram, muitas vezes, melhor esclarecidas graças ao conhecimento prático que, principalmente alguns policiais, puderam me confidenciar. Peço desculpas àqueles colegas e alunos que esperavam ser este livro um dossiê de denúncias, nomes e escândalos de um modo geral. Por outro lado, o bom entendimento deste meu trabalho será perceber que uma grande denúncia foi feita. Em outras palavras, denuncio o conluio de toda a sociedade brasileira, não só com o crime nas suas diversas versões, mas como tudo que está aí, negando dia-a-dia o conceito de civilização. Fatos e nomes, além de domínio público foram colocados de forma estratégica, de maneira que pudesse ser traçado um *quadro coerente* sobre o problema.

No que diz respeito à argumentação teórica, muitos de seus respectivos representantes, deixaram de ser citados. Como não houve intenção de demonstrar erudição, espero que o leitor entenda que estas lacunas são conscientes. A argumentação teórica foi utilizada, ao nível do restritamente necessário para desenvolver um melhor recorte epistemológico e fundamentar um pouco mais a minha argumentação. Que isto sirva de lembrete para aqueles que farão comentários pejorativos na minha ausência.

Logo após a conclusão deste trabalho começou a estourar o escândalo do “mensalão”, entre outros, envolvendo personagens do alto escalão dos poderes executivo e legislativo, principalmente do âmbito federal. A descoberta desta rede de corrupção e lavagem de dinheiro só veio contribuir para a sustentação de toda a argumentação do meu trabalho. Este evento, uma vez que foi exaustivamente explorado pela imprensa, não deixou esconder inclusive, a idéia de “pacto” entre as oligarquias para que toda a estrutura de poder não viesse abaixo. A crise institucional brasileira se revelou, a superficialidade da nossa democracia foi devassada. Os

espetáculos e disfarces usuais para a alienação das massas não puderam esconder a histórica irresponsabilidade das nossas elites, malandras e aventureiras. Mafiosos acusando mafiosos, mafiosos travestidos de justicheiros, um conflito do nosso crime organizado nacional na busca de territórios de dominação, tal como nas favelas. A nossa farsa nacional.

Sou muito grato a todos aqueles que possuem a certeza de que, em alguma medida, me ajudaram na realização deste trabalho, lembrando que, por motivos óbvios, não poderei citar seus nomes. Aos meus detratores, peço apenas, o devido cuidado com as críticas infundadas, às vezes até, testemunho de pouco entendimento sobre o que leram.

Ao encerrar esta introdução, não poderia deixar de explicitar os meus sinceros agradecimentos à Academia de Oficiais da Polícia Militar do Estado da Bahia, Faculdade Batista Brasileira e à Universidade Católica do Salvador. Nestas instituições tenho o prazer de desfrutar da companhia de colegas de trabalho simpáticos e colaboradores. A Academia de Polícia Militar se destaca pelo tratamento respeitoso que dedica aos seus professores, mantendo uma tradição já quase esquecida. Também, pela sinceridade em buscar saídas para a crise da segurança pública na Bahia e no Brasil, e, apesar de ser uma instituição militar, a total liberdade de reflexão e de expressão que sempre tive em minhas salas de aula. É curioso que eu tenha entrado nesta instituição na condição de professor e que, de fato, tenha me tornado um aprendiz. Com o tempo, esta instituição tornou-se para mim, um ambiente de muito aprendizado e experiência. Acho até que aprendi muito mais do que ensinei, e quando ensinei, foi pelo muito que aprendi, lá mesmo. À Faculdade Batista Brasileira devo inúmeros agradecimentos que vão desde o ambiente profícuo e acolhedor, até a importante contribuição financeira para o desenvolvimento do meu trabalho, ao custear parte deste projeto. A todas as instituições às quais estou vinculado e às que já passei, professores e funcionários, o meu muito obrigado.

# Capítulo I

---

## *Reflexões sobre a violência: as ações e representações do homem normal*

Observe-se a incrível crueldade do nosso tempo supostamente civilizado - tudo isso tem sua origem na essência humana... observe-se os meios diabólicos de destruição! Foram inventados por *gentlemen* inofensivos, cidadãos pacatos e respeitados e tudo aquilo que se possa desejar. E se tudo explodir, abrindo-se um inferno indescritível de destruição, parece que ninguém será responsável por isso. É como se as coisas simplesmente acontecessem. E, no entanto tudo é obra do homem... Com efeito, na medida em que as coletividades não passam de aglomerados de indivíduos, os seus problemas também não passam de acúmulos de problemas individuais [...]

*Jung*

Até o presente os homens sempre fizeram falsas representações sobre si mesmos, sobre o que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função de representações que faziam de Deus, do homem normal etc. Os produtos de sua cabeça acabaram por se impor à sua própria cabeça. Eles, os criadores, renderam-se às suas próprias criações.

*Marx*

O problema da violência sempre se fez presente, tanto na discussão sobre a natureza humana quanto na história dos modelos de Estado e de sociedade. Uma reflexão sobre a violência nos leva necessariamente a fatos reais que exemplificam, por um lado, parte da natureza humana, por outro, são em certa medida, contornos e interpretações que os eventos podem ter a partir do ponto de vista de quem analisa. O que precisamos entender é quais e como os fatores sociais estimulam a violência humana. Como os processos coletivos legitimam a violência que vai desde o crime

comum até a mais sofisticada estratégia genocida. Entretanto, questões existenciais se fazem presente, necessariamente, neste tipo de discussão. Podemos nos perguntar, por exemplo, se a relação e a distância que existe entre a vida e a morte induzem ou podem induzir a algum nível de destrutividade? Por que é preciso matar em nome da vontade de viver? É na combinação de motivações pessoais e coletivas que encontraremos respostas para esses problemas.

A reflexão sobre a violência pode nos levar a pensar sobre a pessoa que fomos, que somos e a que queremos ser e por isso, o mundo que construímos e que queremos ter. Em que medida podemos falar de uma ética da isenção se, na medida em que, quanto mais penetramos no entendimento dos ordenamentos criados por nós mesmos, encontramos usualmente o ódio, a traição, a hipocrisia, a desfaçatez, como cimento das instituições que criamos para nos conduzir? Até quando acusaremos deuses e demônios pelos atos de selvageria que cometemos com prazer, justificando erros que existem e que sabemos que são todos nossos? Até quando só respeitaremos uns aos outros enquanto o uso de qualquer tipo de força for uma possibilidade? Criamos nossas éticas da violência e da destruição e quando estamos cansados delas nos retratamos por trás da aparência humilde, simplificando o problema, lhe atribuindo o status de *pecado* e com isso afirmando que *a violência é normal*. Essas pessoas mais humildes, que significa aqueles que aparentemente se arrependem mais rápido do que fizeram, olham para o céu como último alento de uma alma no inferno e dizem: “Ó ser que assim tão generoso e benigno vens visitar, neste negrume imenso, nós que o mundo tingimos de sanguino” (ALIGHIERI, 1998, p.52).

Mas na grande maioria das vezes não usamos desta normalidade como princípio reflexivo voltado para entender uma natureza que precisa ser domada. Admitimos com frequência a normalidade da violência e da destruição como alguém que está preso dentro de um caixão em alto mar, navegando sem rumo numa tempestade.

Em outras muitas vezes a maldade travestida de bondade justifica crimes dos mais diversos. E o que Deus ou o diabo têm haver com isso? São homens com seus códigos de honra que transformam a vida em horror e deixam seguidores pois seus filhos seguirão seus exemplos; farão as mesmas coisas e algo mais. As pessoas normais que praticam a maldade e a destruição

cotidiana são as mesmas que freqüentam locais de orações e oferendas, fazem súplicas sagradas e depois voluntariamente não toleram um espirro dentro de um elevador. É ao que Dante quando estava visitando o inferno se referiu: “Quando chegam em face à sua ruína, aí pranto e lamento e dor clamante, aí blasfêmias contra a lei divina”(ALIGHIERI, 1998, p.50). É o homem normal, que só vai deixando de ser normal quando vai deixando de sentir prazer pela destruição. E é na convivência com os normais que é possível sentir à nossa volta um ambiente “como os groux cantando o seu lamento, que longa trilha formam no ar passando, assim, trazidas pelo negro vento...” (ALIGHIERI, 1998, p.51).

Se a humanidade teve a capacidade de criar seus próprios deuses para deles auferir princípios de vida e de morte, mostrou-se bastante limitada na sua capacidade de criação ao atribuir a estes deuses a capacidade do desejo de destruir e de matar. Santo Agostinho refletindo sobre a natureza do mal já se questionava a respeito de que, se Deus é “a própria bondade” como explicar então “a minha vontade para o mal e não para o bem?... Se foi o diabo de onde ele vem?”(1984, p.163). Foram deuses criados para socializar a ética da destruição, da violência, da morte e com muito esforço celebrar a vida. Foi e ainda é uma transposição da psique humana traduzida num simbolismo que revela prioritariamente o nosso lado animal. E quando Deus, deuses e demônios não explicam mais o nosso problema, quando não conseguimos mais encontrar outra saída atribuí-mos às paixões as origens do mal.

É uma questão que perpassa a história humana tanto no sentido diacrônico quanto sincrônico nos deixando perante uma questão em que:

o problema aqui esboçado é particularmente agudo entre as religiões mundiais monoteísticas de hoje: cristianismo, judaísmo e islamismo. Aqui temos três deuses diferentes com três revelações diferentes – cada uma pretendendo ser em absoluto o instrumento universal para a salvação da humanidade, com um imenso número de adeptos – todas elas encarando as outras com óbvia e crescente inimizade... a partir desse ponto de vista, a maior contribuição que o indivíduo pode fazer para a realização da história, e para a sobrevivência da humanidade, é a luta consciente, no dia-a-dia e no contexto da vida social ativa com as divindades e demônios que, como tiranos, se disputam o direito unilateral à sua consciência – o antecedente psicológico para a imposição de uma tirania externa (DOURLEY, 1987, p.17,81).

As éticas religiosas tiveram um papel fundamental na elaboração de orientações morais e simbólicas a respeito do bem e do mal. Particularmente no Ocidente, como sabemos, o cristianismo se destacou nesse processo civilizatório. Atribuir aos bens mundanos a qualidade de pecado, erro ou impureza foi apenas um passo importante no sentido de demonizar o corpo e todas as sensações, gostos e tendências provenientes da *carne*. Daí, porque aspectos humanos como sexualidade, loucura, ódio e prazer, violência e destruição terem sido, por tanto tempo, atacados pelos mais diversos moralismos. Por isso, é muito mais comum a destrutividade humana ser analisada como algo anormal. “Existe certo atrativo no corpo belo, no ouro, na prata...” afirmou Agostinho, “mas se desejamos todos esses bens imoderadamente e por eles mesmos, bens inferiores que são, e abandonamos os bens superiores como és tu, Senhor nosso Deus, a tua verdade e a tua lei, então cometemos pecado”(1984, p.49). Também refletindo sobre a natureza humana, porém em certo sentido, numa crítica a este tipo de moralismo cristão, comentou Montaigne, “não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos” (1972, p. 105) sobre relatos e depoimentos de aventureiros e missionários que passaram pelo Novo Mundo. Parece que a partir de uma relação de alteridade é preciso reconhecer o outro como algo bastante diferente, tratar um ato explícito de destrutividade como se fosse estranho, diferente, atípico do comportamento humano normal. Na realidade a reflexão deve ser direcionada no caminho oposto. Devemos nos perguntar o quanto de esforço desprendemos para não sermos violentos e destrutivos. A dificuldade desta reflexão está no fato de que, para que ela se realize é necessário primeiro que admitamos que o normal é tudo que julgamos anormal, que típico é tudo que em nós parece ser às vezes atípico.

Na continuidade das suas reflexões, nos Ensaios, capítulo *Do Canibalismo*, Montaigne tomou como base da argumentação as atrocidades relatadas pelo missionário dominicano Frei Bartolomé de Las Casas que foi contemporâneo de Montaigne e descreveu nos seus livros a destruição cometida pelos espanhóis durante a invasão do Novo Mundo. Os comentários de Montaigne complementam os relatos de De Las Casas, já que o missionário não retrata nos povos da terra invadida as características humanas como faz Montaigne. Este autor se refere ao canibalismo desses povos como algo normal num sentido que jamais poderia um

missionário dominicano atribuir. A atribuição de uma inocência paradisíaca aos povos da terra pelos missionários católicos não deixava ressaltar que guerrear e admirar, em certos momentos, a efusão de sangue e a morte também era algo normal para aquelas pessoas. Ao final dos combates, enfatiza Montaigne, “como troféu, traz cada qual a cabeça do inimigo trucidado, a qual penduram à entrada de suas residências” (1972, p. 107). Em outras ocasiões trucidam algum prisioneiro que foi poupado da morte no campo de batalha “assando-o em seguida, comendo-o e presenteando os amigos ausentes com pedaços da vítimas” (1972, p. 107). No bojo desta reflexão, uma vez que Hobbes afirmou “a natureza fez os homens tão iguais às faculdades do corpo e do espírito”, entretanto, “quanto às faculdades do espírito... encontro entre os homens uma igualdade ainda maior do que a igualdade da força”(1997, p.107), Montaigne também atribui conceito semelhante à natureza humana quando diz:

Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade, mas que o fato de condenar tais defeitos não nos livre à cegueira acerca dos nossos. Estimo que é mais bárbaro comer um homem vivo do que depois de morto; e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-los aos cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o vemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado (1972, p- 107).

Esta leitura à qual se refere é, particularmente, uma menção aos relatos de De Las Casas em *Brevíssima Relação da Destruição das Índias Ocidentais: O Paraíso Destruído* em que o frei relata:

Os espanhóis, com seus cavalos, suas espadas e lanças começaram a praticar crueldades estranhas; entravam nas vilas, burgos e aldeias, não poupando nem crianças e os homens velhos, nem as mulheres grávidas e parturientes e lhes abriam o ventre e as faziam em pedaços como se estivessem golpeando cordeiros fechados em seu redil. Faziam apostas sobre quem, de um só golpe de espada, fenderia e abriria um homem pela metade, ou quem, mais habilmente e mais destramente, de um só golpe lhe cortaria a cabeça, ou ainda sobre quem abriria melhor as entranhas de um homem de um só golpe. Arrancavam os filhos dos seios da mãe e lhes esfregavam a cabeça contra rochedos enquanto que outros os lançavam à água dos córregos rindo e caçoando, e quando estavam na água gritavam: move-te, corpo de tal?! Outros ainda mais

furiosos, passavam mães e filhos a fio de espada... Avançaram cometendo grandes atrocidades, matando, incendiando, queimando, torrando índios e lançando-os aos cães... (2001, p. 34,42).

E quanto às atrocidades cometidas por conterrâneos, Montaigne está se referindo a exemplos descritos no livro *O Cândido ou o Otimismo* escrito por Voltaire dois séculos depois mas que retratam muito bem o tipo de violência e destruição entre *vizinhos* que se refere Montaigne.

As aventuras de Cândido levaram-no a presenciar tudo aquilo que as luzes da razão já tendiam a condenar, desde o momento em que os homens compactuaram para viver em sociedade.

Passou por cima de mortos e moribundos, e alcançou primeiro uma aldeia vizinha; estava reduzida a cinzas: era uma aldeia abarba que os búlgaros haviam queimado... Aqui, velhos crivados de golpes viam agonizar suas mulheres degoladas de cujo ensanguentado seio pendiam crianças; além, soltavam os últimos suspiros raparigas destripadas depois de haverem saciado os desejos naturais de alguns heróis; outras meio queimadas, gritavam que lhes acabassem de vez com a vida. Míolos se espalharam sobre a terra, ao lado de pernas e braços amputados... Ela foi estripada por soldados búlgaros, depois de ter sido violada o mais possível; rebentaram a cabeça do senhor barão, que queria defendê-la; a senhora baronesa foi cortada em pedaços; o meu pobre pupilo, tratado precisamente como a irmã; e quanto ao castelo, não ficou pedra sobre pedra, nem uma granja, nem um carneiro, nem um pato, nem uma árvore; mas fomos bem vingados, pois os abarbas fizeram o mesmo em uma baronita vizinha que pertencia a um senhor búlgaro (VOLTAIRE, 1960, p. 147, 149).

Se um homem mata em função do seu desejo de manter a vida, por que ele tolera servir à destruição e à morte?

Quando Montaigne, por exemplo, desenvolveu os seus *Ensaio*s tratou de diversos temas que refletem sobre as inúmeras facetas do espírito humano, elaborando uma abordagem ampla e diversificada a respeito da violência.

Nos Ensaio)s, capítulo *Da covardia*, o autor diferencia o erro cometido pela fraqueza e o erro como falta maliciosa. O agir pela razão nos daria parâmetros de orientação para evitarmos um ato contra a nossa consciência. A covardia enquanto ação errônea poderia ser identificada como exemplo na própria pena infligida ao réu. O medo por sua vez, diz Montaigne “é a coisa que mais tenho medo no mundo” (1972, p.46), pois induz o homem a cometer atos de violência contra si mesmo e os outros.



Ao tratar *Da crueldade* Montaigne contrapõe um argumento sobre a virtude como sendo a capacidade de manter-se orientado na retidão de princípios em plena dificuldade, “a virtude exige luta para ser realizada” (1972, p.202). A virtude é uma forma de ser que se opõe aos vícios humanos. Por outro lado, entre os vícios humanos o autor reputa a crueldade como o pior de todos. Como se vivesse no nosso tempo, afirmou: “vivo em uma época em que, por causa de nossas guerras civis, abundam os exemplos de incrível crueldade” (1972, p.207) e ao tentar definir com mais clareza sua ampla concepção de crueldade afirma:

...matar pelo simples prazer de matar; pessoas que esartejam o próximo, inventam enganosos e desconhecidos suplícios e novos gêneros de assassinios, sem ser movido nem pelo ódio, nem pela cobiça, no intuito de assistir aos espetáculos dos gestos, das contorções lamentáveis dos gemidos, dos gritos angustiados de um homem que agoniza entre torturas. É o último grau que se pode atingir de crueldade (1972, p.207).

A reflexão sobre um tema como este nos remete, necessariamente a uma interdisciplinaridade complexa. Se este estudo tivesse como objetivo o aprofundamento da questão *violência* deveria tomar como parâmetro o conjunto da civilização ocidental para fins epistemológicos. Entretanto, com um objetivo bem mais modesto busquei autores que pudessem ajudar-me no delineamento das minhas próprias idéias.

O niilismo, que se tornou característica marcante de uma gama razoável de pensadores modernos, sinalizou para a decadência de uma civilização que, quase perdendo o fôlego, resiste aos impulsos primitivos da natureza humana. Freud, por exemplo, mostrou que as duas maiores invenções da humanidade foram de fato a religião e a civilização, as únicas possibilidades de sua sobrevivência. Religião e civilização são os dois grandes e poderosos instrumentos para dominar nossos próprios desejos instintuais. Por isso, Freud afirmou:

...parece, antes, que toda civilização tem de se erigir sobre a coerção e a renúncia ao instinto; sequer parece certo se, caso cessasse a coerção, a maioria dos seres humanos estaria preparada para empreender o trabalho necessário a aquisição de novas riquezas. Acho que se tem que levar em conta o fato de estarem presentes em todos os seres humanos tendências destrutivas e, portanto, anti-sociais e anti-culturais, e que, num grande número de pessoas, essas tendências são suficientemente fortes para determinar o comportamento delas na sociedade humana... as massas

são preguiçosas e pouco inteligentes; não têm amor à renúncia instintiva e não podem pelo argumento da sua inevitabilidade; os indivíduos que a compõem apóiam-se uns aos outros em dar rédea livre a sua indisciplina... ficou sendo então tarefa dos deuses nivelar os defeitos e os males da civilização, assistir os sofrimentos que os homens infligem uns aos outros em sua vida em conjunto e vigiar o cumprimento dos preceitos da civilização, a que os homens obedecem de modo tão imperfeito. (2001, p.12,13,30).

Posteriormente, muito influenciado pelas teorias freudianas, o antropólogo René Girard no seu livro *A Violência e o Sagrado* faz uma abordagem antropológica da violência que nos remete à idéia do permanente fantasma da violência na vida e relações humanas. Este autor, através do estudo sobre a violência, traduzida em termos de ritual sagrado, mostra o quanto este problema é inerente à existência humana. A tese central do livro indica que a violência é de todos e está em todos os homens. A violência é um aspecto inerente ao ser humano e que, por isso, o máximo que podemos conseguir é sublimá-la, direcioná-la para que não se torne fator de desagregação. Existe em nós uma necessidade constante de transferir a violência de nós mesmos e da sociedade a qual pertencemos para um outro objeto de expiação, sendo então, o sacrifício, uma forma cultural desta sublimação da violência.

Ainda, segundo o autor, os homens possuem inigualável capacidade de adaptação ao meio e nesse processo comumente desenvolvem comportamentos imitativos que, na verdade, omitem um certo grau de violência que precisa, a qualquer custo ser exteriorizado. Não há como inibir esta violência por muito tempo, pois “a violência não saciada procura e sempre acaba por encontrar uma vítima alternativa” (1990, p.14). Como consequência, e também por necessidade, as pessoas desenvolvem modos de atuação em grupo que favorecem o desvio desta violência para um outro objeto, *el chivo, o bode expiatório* protegendo, desta forma, a vida e a existência da sociedade. O ritual do sacrifício é necessário a partir do momento que é através dele que a sociedade extravasa o seu ódio, a sua sede de vingança. Mas isso não se realiza de maneira evidente para os membros do grupo. Na lógica do sacrifício está proposta a idéia e vontade de deter a violência gerada internamente no grupo por qualquer circunstância. Se a vítima do sacrifício é o próprio infrator das leis está

evidente uma vingança da sociedade, ou seja, a própria sociedade estaria cometendo um assassinato e, “é por esta razão que o entendimento do sistema, sua desmistificação coincide necessariamente com sua desagregação” (1990, p.39). Por isso, a vítima do sacrifício tem que ser uma vítima expiatória. Apesar de, no ritual, a sociedade estar realmente cometendo e legitimando o assassinato isto não pode ser percebido pelo grupo, pois, se assim o fosse, a violência dentro deste grupo não teria fim. Daí a necessidade do *chivo* uma vez que, “ao impedir a propagação desordenada da violência a *catarse* sacrificial está na realidade evitando uma espécie de contágio” (1990, p.45). Enquanto o assassinato como mero crime atenta contra a sociedade, o assassinato enquanto sacrifício ou penalidade zela pela continuidade da ordem social.

Mas trazendo estas ponderações para o nosso meio é preciso ressaltar a importância da ordem institucional, da função social das instituições e principalmente das pessoas que operam nelas. Não basta qualquer ritual sacrificial, qualquer institucionalização de comportamentos e sentimentos. Se foi preciso o decorrer de muitos séculos “antes que os homens percebam que não existe diferença entre seu princípio de justiça e o princípio de vingança” (1990, p.38) é preciso estar atento para a tênue margem que separa uma possível Justiça de um ato de vingança vulgar. É nesse sentido que afirma Girard:

por trás da diferença ao mesmo tempo prática e nítida, é preciso afirmar a não-diferença, a identidade positiva da vingança, do sacrifício e da penalidade judiciária. Justamente por serem os mesmos, estes três fenômenos tendem sempre, em caso de crise, a recair na mesma violência indiferenciada (1990, p.39).

Não por acaso, em momentos de crise social, os rituais de punição fazem-se presente mesmo que, nem sempre, sobre aqueles que são de fato uma ameaça à ordem social. Nesses momentos, geralmente, sacrifica-se o elo mais fraco da corrente, embora envolto numa aura de periculosidade, dando-se assim a “certeza de justiça” e a justificativa que a massa cega e ensandecida tanto precisa.

Moralidade, justiça e violência sempre andam juntas o que cobra do homem moderno, supostamente racional, um esforço sobre-humano para mostrar-se cultivado. A justificativa para a violência é quase sempre associada à ânsia por impor um perfil de moral que é exatamente o oposto da

imoralidade que tanto incomoda e ameaça. Ver no outro desejos que estão em nós é ver no outro a ameaça de ressuscitar em nós desejos que são, com muito esforço, parcialmente sufocados ou precariamente sublimados. Este fenômeno não é a história do homem, mas a todo tempo faz parte dela.

A violência pode ser também um vetor de coesão social, uma vez que, seja direcionada por estruturas simbólicas que favoreçam a sua *catarsis* tornando-a em certo sentido um estímulo pela vida. Max Gluckman ao escrever *Rituais de Rebelião no Sudeste da África* enfatizou que “o objetivo ostensivo das cerimônias, a característica mais marcante de sua organização é a maneira como revelam tensões sociais... os súditos demonstram abertamente seu ressentimento contra a autoridade. Por isso eu as chamo de rituais de rebelião” (1986, p.02). A violência expressa nos *rituais de rebelião* ganha um caráter aglutinador a partir do momento em que este modelo de celebração do processo político é uma forma de sublimar o ódio das massas contra o governante, fazendo com que os governados não se rebalem fora do espaço ritual e continuem submissos aos ditames da autoridade. Segundo Gluckman toda rebelião ritualmente ordenada seria uma forma de defesa do poder constituído. Contudo, há diferenças decisivas entre esta antropologia nas sociedades tradicionais e numa sociedade regida pela dinâmica e complexidade capitalista. Na nossa sociedade os *rituais de rebelião* facilmente podem tomar a forma ameaçadora de contestação da ordem, uma vez que, os eventos que poderíamos apontar como *rituais de rebelião* não seriam devidamente desenvolvidos para tanto. Assim sendo, os *rituais de rebelião* podem tomar a forma de contestação e revolta na medida em que não podem compensar totalmente a relação entre a expectativa de satisfação e a frustração dos anseios criados e cobrados pela própria sociedade capitalista. Por outro lado, nas sociedades tradicionais esses rituais reafirmam a ordem com mais segurança para os grupos dominantes, pois, a força da tradição associada a cerimônias de inversão levam à expressão de uma rebelião não-revolucionária e por isso, o não-questionamento das instituições sociais e políticas. Os rituais de rebelião atuam, então, como mantenedores da coesão social. Ao extravasar suas tensões as pessoas não precisam buscar formas de romper determinadas regras da cultura, pois, a satisfação das ansiedades humanas compensa os níveis de frustração.

Recentemente Oliver Thomson escreveu um livro de título sugestivo: *A Assustadora História da Maldade*. Nele o autor tenta mostrar o quanto foi e ainda é comum a formulação de justificativas para a prática da violência. Genocídio, infanticídio, tortura, assassinatos requintados, com a mais banal crueldade, estão presentes desde sempre. Ao fazer uma retrospectiva histórica da genealogia da moral o autor traz à tona a relatividade dos padrões de moralidade de lugar para lugar e épocas diferentes. O conflito entre a ética e o instinto é marcadamente o princípio das tentativas humanas de desenvolver mecanismos capazes de possibilitar a vida do homem em sociedade, anterior inclusive à própria existência do Estado enquanto instância disciplinadora do instinto e conseqüentemente do comportamento humano. Mas é possível verificar que os códigos morais só conseguem sobreviver associados a algum nível e tipo de violência. Também por isso, Freud afirmou:

embora a humanidade tenha efetuado avanços contínuos em seu controle sobre a natureza, podendo esperar efetuar outros ainda maiores, não é possível estabelecer com certeza que um progresso semelhante tenha sido feito no trato dos assuntos humanos; e provavelmente em todos os períodos, tal como hoje novamente, muitas pessoas se perguntam se vale realmente a pena defender a pouca civilização que foi assim adquirida (2001, p.12).

Foucault, também, já havia falado sobre uma *tecnologia difusa* ou de uma *instrumentação multiforme* ao se referir a um conjunto de fatores que transpareciam na ordem cultural, porém voltados objetivamente para a manutenção dos *corpos dóceis*. O comportamento humano é investido de regras coercitivas e mantém a ordem viva reproduzindo relações de poder, um *saber do corpo*, um *controle de suas forças* “uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições” (1991, p.29). Daí, a necessidade de justificar culturalmente ou legalmente a violência, já que todas estas *técnicas* de controle são incapazes de deter toda a fúria da natureza humana. Circunstâncias econômicas, disponibilidade de comida, códigos de honra, compaixão, desejo de autodefesa ou de aprovação e preferência pelas decisões fáceis são algumas das justificativas para a violência que ilustram a natureza comum da crueldade humana. Uma crueldade, muitas vezes autorizada por respeitáveis governantes como prova até de solidariedade, ou mesmo, de uma forma invariável de lutar pela liberdade e igualdade. Uma

banalidade da violência muito mais explícita do que o poder de dominação dos códigos morais pode conter.

A contenção ou os mecanismos de coerção funcionam como instrumentos importantes na busca desse equilíbrio entre natureza e cultura, levando entretanto, a uma tensão constante que se reflete de maneira dispersa e pouco perceptível nas relações humanas da vida cotidiana. A violência que gera desequilíbrio neste cosmos humano serve então como justificativa para a utilização de outras formas de violência que, por sua vez, direcionam o comportamento humano para o retorno ao equilíbrio e manutenção da ordem e da vida que ainda resta. Thomson traduz esta lógica nas seguintes palavras:

o que fica evidente até certo ponto é que quando uma sociedade entra num período permissivo geralmente torna-se ainda mais permissiva antes de voltar para o puritanismo. Quando uma sociedade torna-se violenta, em seguida ficará ainda mais violenta, uma tendência exacerbada pela mútua brutalização de grupos competindo entre si, até o ponto em que a violência se torna tão destrutiva que há uma reversão ao bom senso (2002, p.122).

Nós acreditamos na superação do nosso passado. Acreditamos ter deixado para trás a nossa Idade Média. Com certeza, apesar do tempo, preservamos nossa natureza violenta. Somos, tal como antes, violentos. A nossa sofisticação para a expressão da violência e da destruição não esconde a nossa condição humana.

A tensão entre a manutenção da ordem e a natureza do poder foi tratada por Hannah Arent ao escrever *Sobre a Violência*. A autora estabeleceu parâmetros importantes de reflexão para essa questão quando ela define a violência a partir do “seu caráter instrumental”. Distingue *poder de violência*, afirmando inclusive que a violência preenche os espaços deixados pela ausência do poder, pois “o domínio pela pura violência advém de onde o poder estar sendo perdido” (2001, p.42).

A sua visão dialética da violência está muito clara quando afirma: “todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas petrificam-se e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las” (2001, p.34). A mesma relação entre poder e legitimação à qual se referia Weber. Dominação e legitimidade são faces do mesmo fenômeno,

sendo que a capacidade de dominação é resultado da vontade de obedecer articulada à crença na legitimidade da dominação (Weber, 1991). Mas poder e violência se articulam a partir do momento em que:

a violência aparece como último recurso para conservar intacta a estrutura de poder contra contestadores individuais – o inimigo externo, o criminoso nativo – de fato é como se a violência fosse o pré-requisito do poder, e o poder, nada mais do que uma fachada, a luva de pelica que ou esconde a mão de ferro, ou mostrará ser um tigre de papel. Observando-se a questão mais de perto, entretanto, esta noção perde muito de sua plausibilidade. Para nosso propósito, a lacuna existente entre a teoria e a realidade é talvez mais bem ilustrada pelo fenômeno da revolução... Em um conflito da violência contra a violência a superioridade do governo tem sido sempre absoluta; mas esta superioridade dura apenas enquanto a estrutura de poder do governo está intacta – isto é, enquanto os comandos são obedecidos e as forças do exército ou da polícia estão prontas a usar suas armas. Quando este não é mais o caso, a situação muda abruptamente. Não apenas a rebelião não é contida, mas as próprias armas mudam de mãos... a desintegração freqüentemente torna-se mais manifesta apenas no confronto direto; e mesmo então, enquanto o poder jaz nas ruas, é preciso que um grupo de homens preparados para uma tal eventualidade tome-o e assuma a responsabilidade (ARENDDT, 2001, p.38,39).

A ausência de uma tradição de estudos no que diz respeito ao tema *violência* demonstra, segundo Arendt, a banalidade deste fenômeno em termos da cultura ocidental, “isso indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos” (2001, p.16). Ao seguir esta perspectiva que Arendt chamou de “banalidade do mal” em *Eichmann em Jerusalém* ela suscitou o problema desconcertante de não haver sucesso quando se busca isolar o mal, a crueldade e a violência num único padrão definido que possibilite, inclusive, diagnósticos precisos a respeito da natureza e da personalidade humana. A própria expressão “atos desumanos”, segundo ela, induz a uma reflexão equivocada e conseqüentemente conclusões igualmente confusas. Se a violência faz parte da natureza humana é normal ser mau. Se o mal faz parte da natureza humana é normal ser violento. Daí porque tanto esforço para nos mantermos dentro dos padrões ditos humanos. Arendt utilizou o julgamento de Eichman para ilustrar esta questão.

Ligado de perto a esse fracasso estava o conspícuo desamparo que os juízes experimentaram quando se viram confrontados com a tarefa de que menos podiam escapar, a tarefa de entender o criminoso que tinham vindo julgar. Evidentemente não bastava que não acompanhassem a acusação em sua descrição obviamente errada do acusado como um 'sádico pervertido'... Eles sabiam, é claro, que teria sido muito reconfortante acreditar que Eichmann era um monstro... O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais (2001, p.299).

Ao mesmo tempo, interpretando o mundo moderno tal qual Freud que não viu uma relação direta entre os “avanços contínuos em seu controle sobre a natureza” e “um progresso semelhante... no trato dos assuntos humanos”, Arendt assinala para uma das questões mais importantes do nosso tempo quando diz que “não apenas o progresso da ciência deixou de coincidir com o progresso da humanidade (o que quer que isso signifique), mas, também, poderia mesmo disseminar o fim da humanidade... em outras palavras, o progresso não mais serve como o padrão por meio do qual avaliamos os processos de mudança desastrosamente rápidos que desencadeamos” (2001, p.29).

O desenvolvimento das relações de produção nos termos em que verificamos no século XX trouxe a necessidade de uma burocratização da vida humana capaz de coordenar todos os níveis de atitudes e sentimentos. A própria necessidade de um governo cada vez mais organizado e eficaz fez surgir métodos mais sofisticados de dominação, nem por isso menos repressores e violentos. Tanto Weber quanto, mais recentemente, Arendt e Marcuse já ressaltavam esta questão. Marcuse salientou um nível de satisfação humana completamente construída e dominada pela nossa sociedade fundamentada na tecnologia em todas as suas dimensões. Em boa medida, os objetos dos desejos do homem moderno são induções da civilização moderna. Induzir a uma forma de desejo e controlar as maneiras de acesso à realização desse desejo através da burocratização das relações humanas, eis o elo que mantém a relação alienada entre o homem e a sociedade moderna. A perda de sua “liberdade” e a quase incapacidade de dizer não ao que lhe é colocado como modelo de vida e percepção de mundo. Um nível sofisticado de dominação jamais alcançado por qualquer outro tipo de sociedade humana em que faz reinar “uma



falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática” (Marcuse, 1967, p.23). Uma burocratização das relações humanas que nos priva da liberdade de agir de acordo com níveis mais genuínos de consciência e que condiciona desde as relações mais costumeiras da vida cotidiana até a relação entre o homem e o nível político que legitima esta dominação. Uma forma tão racionalizada de dominação que faz surgir não apenas líderes que tratam a vida humana como banalidade, mas uma sociedade inteira.

Não obstante, Eichmann, de vez em quando dispensando algumas horas para verificar se os trens da morte continuavam a correr, se os campos de concentração recebiam ainda a sua consignação de miséria e morte, se os guetos não estavam recebendo muita comida para que pudessem as crianças se fortalecerem e os adultos prolongar indevidamente sua vida natural, Eichmann, o funcionário consciencioso... visitou Auschwitz diversas vezes para verificar como estavam funcionando as novas câmaras ‘aperfeiçoadas’, pois ele era um burocrata. Queria controlar até o fim a sua macabra carnificina (Clarke, 1961, p.88, 126).

Uma modernidade que só pode se sustentar na própria burocracia que anula o homem moderno. Um modelo de organização política, econômica e ideológica que só pode gerar “especialistas sem espírito, sensualidades sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado... ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nesta prisão” (Weber, 1975, p.131). Pessoas que se fazem surpresas quando genocídios acontecem, buscando com todo esforço acreditar que tudo ficou para traz e que, tais atos, se reduziu às ações de alguns poucos homens, líderes ensandecidos. Até que, ao olhar à sua volta, o homem atual percebe que a única coisa que realmente mudou foi a sofisticação com a qual são praticados os genocídios, que a banalidade da vida está fortemente presente nos nossos dias e tão aceita e apoiada pelas massas quanto no passado.

As dificuldades de agir no sentido de um não-conformismo parecem cada vez maiores, principalmente quanto se trata da possibilidade de alterar o *funcionamento suave do todo*. A legitimidade da violência torna-se necessária uma vez que a própria dinâmica que fez surgir a necessidade de repressão não conseguiu desenvolver esta repressão no sentido de uma uniformidade das *razões para obedecer*. Parte deste problema é reflexo da própria condição em que, historicamente, o Estado moderno se articulou com o sistema

capitalista. Esta relação impõe uma busca constante de algum nível de equilíbrio entre liberdade controlada e liberdade criativa. O resultado desta equação só pode ser uma liberdade que se reduza a atender as necessidades e ansiedades do próprio sistema. Como essa equação jamais pode ser alcançada na sua plenitude a violência atual é de fato e em boa medida, uma expressão da racionalidade moderna. Como afirmou Arendt é o preenchimento das lacunas deixadas por um poder naturalmente incompleto, incapaz de atender às mudanças tão necessárias e inerentes a este modelo de sociedade e a esta mesma forma de poder que tenta lhe dar alguma sustentação.

Aí começa a banalização da violência na nossa sociedade. Uma necessidade contrária a todos os valores humanistas que ainda servem, por sua vez, como impedimento para o domínio de uma barbárie completa. É o resultado do poder que não preenche todos os espaços porque não pode fazê-lo. O perfil de dominação na atualidade, particularmente no nível político, está sustentado na sofisticação burocrático-tecnológica que, se por um lado, tanto nos tira em termos de liberdade-privacidade, tem adiado o aumento da violência explícita porque ajuda a sustentar um modo de dominação silencioso que mantém as massas humanas em boa medida passivas e pacíficas. Em outras palavras, sendo o poder a habilidade humana de agir em concerto, característica de um grupo, jamais propriedade de um indivíduo, como afirma Arendt, estas formas de relação necessitam, diante da dinâmica dos valores, de meios sofisticados que evitem uma violência explícita e como decorrência, rebeliões contra um modelo de relações para as quais não temos alternativas verdadeiramente viáveis.

Se temos uma sociedade permanentemente em mudança e por consequência em crise é possível esperar pelo aumento da violência e não o seu contrário. Por outro lado, podemos interpretar este aumento da violência ou simplesmente a identificação do que sempre esteve aí à vista de todos, como um chamado à reflexão sobre o destino humano. Se a violência, em alguma medida, substitui o poder, mas não pode criá-lo, os rumos da nossa civilização podem estar direcionados para um caos organizado. Quanto mais as tradições são esquecidas mais o papel daqueles que orientam as massas se torna importante. Dominar o que parece cada vez mais incontrolável pela ausência de motivos para a coesão, favorece o aparecimento de líderes loucos, populistas, messiânicos e, juntado tudo isso, não raro, genocidas de grandes proporções. Se o poder está nas formas

como as relações se estabelecem, no nosso tempo, o culto à personificação do poder pode ser uma ameaça ao todo exatamente porque reduz as possibilidades de transformações que possibilitem a manutenção do conjunto. Se o poder está no grupo é porque está nas tradições e aqueles que sabem manipulá-las detêm o poder, sabem dar as respostas que as massas querem ouvir. Não se trata de uma defesa a um conserva-dorismo tosco e sim uma reflexão sobre a importância dos motivos para a coesão como já salientava Durkheim (1999). Temos de forma cada vez mais sofisticada, uma sociedade orientada por intelectuais e cientistas que fazem de nós cobaias de teses acadêmicas e/ou experiências de laboratório. Um mundo em que a liberdade e o direito de ter direito só são respeitados quando trazem algum lucro para o sistema capitalista. Uma sociedade em que a Internet tem ajudado a resolver um dos maiores conflitos do homem, qual seja, a necessidade de convivência com a dificuldade da aproximação. Pelo computador nós conversamos uns com os outros, percebemos que não estamos sozinhos no mundo e ao mesmo tempo, superamos o problema da aproximação, nos mantemos afastados e em relação. Um dilema que nem o cristianismo conseguiu resolver. O grande desafio ainda não está aí. A questão é perceber que, o que parece avanço, as nossas, cada vez mais sofisticadas justificativas para o mal e, a acomodação a isso tudo que está aí como marca registrada do nosso retrocesso ou do nosso pseudoprogresso. A racionalização da violência e as justificativas do mal são tão difusas em nosso meio que muitas vezes já não é preciso exercê-las, visto que muito mais do que se sentir atraído pelo mal e pela violência, como sempre foi, o homem do nosso tempo parece ser-lhe indiferente. Por isso, Nietzsche afirmou:

o homem, agora, não precisa mais de uma *justificativa do mal*, ele abomina precisamente justificar: frui o mal *pur, cru*, acha o mal *sem sentido* o mais interessante. Se antes teve necessidade de um deus, delicia-o agora uma desordem do mundo, sem deus, um mundo do acaso, em que o terrível, o equívoco, o sedutor, faz parte da essência... Em tal estado é precisamente o bem que precisa de justificação, isto é, tem de ter um fundo mau e perigoso ou encerrar em si uma grande estupidez: *então agrada ainda*. A animalidade, agora, não suscita mais horror; uma leviandade rica de espírito e feliz em favor do animal no homem é, em tais tempos, a forma mais triunfante de espiritualidade. O homem é agora forte o bastante para poder envergonhar-se de *uma crença em Deus*: - agora pode, de novo, fazer o papel de *advocatus diaboli*. Se, *in praxi*, fala em defesa da

manutenção da virtude, ele o faz pelas razões que dão ao conhecer na virtude um refinamento, astúcia forma de sede de ganho, de sede de potência (1999, p. 444).

A violência racionalizada e institucionalizada em todos os seus tipos, níveis e manifestações, ajuda a manter a conjunção entre Estado moderno e o sistema capitalista mesmo que reflita o esgotamento do modelo e de um momento da civilização. Entretanto, enquanto ofegantemente resiste aos *germes da sua própria destruição* importa para o sistema, nesta forma de sociedade vigente, que as pessoas pensem que podem reagir ou que suas reações mudaram ou mudarão a substância de alguma coisa. É importante que acreditem que são suas reivindicações que alteram o modelo, quando na verdade, o direito de ter direito, só passa a ser efetivo quanto é possível encontrar uma forma de fazer com que as reivindicações revolucionárias passem a servir ao próprio sistema que elas, a princípio, contestam.

É aí que podemos identificar a plasticidade do poder, o seu caráter mutável que adia o uso da violência explícita. Mas os ciclos permanecem e uma nova lacuna no poder necessitará de novas justificativas para a violência. É nesse sentido que uma dialética da violência pode ser identificada confirmando a idéia de que “a prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento... muito da presente glorificação da violência é causada pela severa frustração da faculdade da ação no mundo moderno” (Arendt, 2001, p. 58, 60). Por isso, ou questionamos em conjunto os nossos padrões de desenvolvimento, o que conceituamos hoje como progresso ou tanto governantes quanto governados estarão sempre tentados a fazer uso de algum tipo de violência para conter um mundo cada vez mais incontrollável e para isso, desenvolvem e continuarão desenvolvendo teses e éticas que justifiquem tais empreendimentos.

Nos anos 60 e 70, décadas da contestação, várias formas de reações contrárias ao “sistema” surgiram em todo o mundo capitalista. Na Europa, grupos terroristas muito bem organizados, espalharam medo e intranquilidade como forma de protesto e na busca de sociedades alternativas de caráter socialista. Apesar de estarem contestando o sistema, não puderam fugir da racionalização doentia da violência. Muito pelo contrário, fizeram da racionalização da violência suas filosofias inspiradoras. Um dos mais famosos grupos terroristas

dos anos 70, a organização Fação Exército Vermelho, mais conhecida como BAADER-MEINHOF, tinha como lema “matar, matar, matar pela saúde mental e paz interior”(VAGUE, 2001).

Os novos padrões de racionalização da violência, em parte, como resultado da grande obra chamada Modernidade se faz, ironicamente presente, com intensidade, na era dos Direitos Humanos. Mesmo as experiências isoladas da violência cotidiana de pessoa para pessoa, passando por messianismos esquizofrênicos, perpetuando as infundáveis guerras religiosas até as motivações político-econômicas para os conflitos, parecem apenas fortalecer a idéia da necessidade de mais violência e destruição.

Sempre mostrados como fatos isolados pela imprensa e muitas vezes, até mesmo, pelos estudos acadêmicos, os massacres e genocídios são tão presentes em nosso tempo como em qualquer outra época. Ainda no nosso tempo, em qualquer parte do mundo, líderes continuam induzindo pessoas ao auto-flagelo em rituais individuais ou coletivos sob as justificativas mais estúpidas e contraditórias que a mente humana pode conceber.

O estarrlecimento provocado pelo “Massacre da Guiana” considerado o maior suicídio coletivo que se teve notícia nos últimos séculos, ocorrido na cidade de Jonestawn em 1978, quando mais de 900 pessoas foram mortas, bebendo veneno num ritual coletivo liderado por um louco chamado Reverendo Jim Jones, já foi esquecido. Mas o Templo do Povo, através do seu líder tinha, segundo o repórter Charles A. Krause (1978) que relatou o caso, íntimas relações com importantes políticos norte-americanos assim como autoridades de outros países da América Latina, particularmente, a Guiana.

O século XX marcou o apogeu da *inteligência*. O extraordinário crescimento da educação superior, a educação como serviço público e a idéia de que a atuação do especialista só poderia resultar numa planificação cada vez mais sofisticada e eficiente da sociedade capitalista. O Estado do Bem-estar Social e o modelo de produção fordista tornaram-se os pilares fundamentais de um capitalismo sempre em expansão. A necessidade de coordenação das ações coletivas, ou seja, a padronização dos comportamentos individuais apresentou-se como fundamento e conseqüência de um modelo de sociedade baseada em princípios científicos, administrada por especialistas e voltada inteiramente para relações de consumo. Este fenômeno foi observado por Hobsbawm ao afirmar que:

a maneira mais eficaz de construir uma economia industrial baseada na empresa privada era combiná-la com motivações que nada tivessem a ver com a lógica do livre mercado – por exemplo com a ética protestante; com a abstenção da satisfação imediata; com a ética do trabalho árduo; com a noção de dever e confiança familiar; mas decerto não com a anti-nômica rebelião dos indivíduos (1995, p.25).

Mas este mesmo século XX “produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático” (HOBSBAWM, 1995, p.22). Produziu um racionalismo de mercado anti-vida cujos princípios só podem convencer os grupos seletos que se beneficiam dele. A venda de armas pelo mundo todo durante o século XX superou e muito a do comércio de alimentos, remédios e outros resultados da ciência pró-vida. Ao forjar uma Nova Ordem que só beneficia 1/12 da população do planeta:

o tráfico da morte se fazia não apenas com as grandes peças que somente governos podiam usar. Uma guerra de guerrilha e terrorismo também desenvolveu uma grande demanda de artefatos leves, portáteis e adequadamente destrutivos e mortais, e os submundos das cidades do século XX podiam oferecer um mercado civil para tais produtos. Nesses ambientes, a metralhadora Uzi (israelense), o fuzil Kalachnikov (russo) e o explosivo Semtex (tcheco) se tornaram nomes conhecidos (HOBSBAWM, 1995, p.250,251).

Atualmente, tudo isso só faz sofisticar-se, tanto as armas quanto o seu comércio através de uma estranha democratização da guerra e de guerras pela democracia, civis como alvos estratégicos, seja por embargos econômicos, seja por mísseis de “precisão cirúrgica”, a nova versão da impessoalidade da guerra (HOBSBAWM, 1995). Uma tecnocracia altamente especializada administrada por governos e multinacionais, direcionando povos e economias inteiras para o colapso se assim for interessante. Em função dos interesses desses tecnocratas invasões e guerras são desencadeadas com uma fachada de humanitarismo para distrair os ingênuos e fazer calar seus críticos.

Foi a respeito destas questões que Bruno Bettelheim, ex-prisioneiro de um campo de concentração nazista escreveu:

No século vinte, o domínio do homem sobre catástrofes naturais tornou-se mais efetivo do que nunca. Mas, ao mesmo tempo, parece que se tornou a desafortunada vítima de cataclismas, provocados por ele próprio, muito mais devastadores do que os desastres naturais que o lançaram no pânico da ansiedade de morte nos séculos anteriores. Pior, o

progresso nas ciências e na organização racional da sociedade, onde o homem colocou sua fé como a melhor defesa contra a ansiedade de morte e como o que daria significado à sua vida, veio a favorecer as ferramentas para uma destruição da vida muito mais radical do que o homem imaginava ser possível... Para nosso espanto, fomos forçados a admitir que aquilo que o homem racional acreditava ser fator de intensificação da vida revelou-se também fator de destruição... Além disso, hoje não podemos mais ter certeza de que seremos capazes de algum dia novamente saber com certeza no que acreditar, e contra o que nos defender (1989, p.19,20,21,22).

Sobre o desespero do nosso tempo o que há de mais importante é que dois fenômenos estão bastante atuantes e convergentes. O primeiro refere-se às sangrentas guerras populares fomentadas cada vez mais por rivalidades étnicas, culturais e religiosas que se misturam formando um verdadeiro barril de pólvora. Samuel P. Huntington (1997) em *O Choque de Civilizações* alertou sobre um futuro sombrio no que diz respeito ao destino desta civilização. Segundo o autor:

Os povos e as nações estão tentando responder à pergunta mais elementar que os seres humanos podem encerrar: quem somos nós? E estão respondendo a essa pergunta da maneira pela qual tradicionalmente a responderam – fazendo referência às coisas que mais lhes importam... nesse novo mundo, a política social e a política da etnia e a política mundial é a política das civilizações. A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações... quase todos os países são heterogêneos pela circunstância de incluírem dois ou mais grupos étnicos, raciais e religiosos. Muitos países estão divididos pelo fato de as diferenças e conflitos entre esses grupos desempenham um papel importante na política do país. A importância dessa divisão geralmente se modifica com o tempo. Divisões profundas dentro de um mesmo país podem levar à ampla violência ou ameaçar a existência do país. Essa última ameaça e os movimentos por autonomia ou separação são os que têm maior probabilidade de aparecer quando as diferenças culturais coincidem com diferenças em localização geográfica. Se a cultura e a geografia não coincidem, elas podem ser obrigadas a coincidir quer através de genocídio quer de migração forçada (1997, p.20,21,169).

Os massacres em Ruanda, a partir de abril de 1994, nos quais 800 mil pessoas morreram, em cem dias, nos dão um exemplo importante do que pode causar a incompatibilidade entre a cultura e a geografia e a insanidade das *guerras populares*.

A violência coletiva também precisa ser organizada; ela não ocorre a esmo. Mesmo hordas e motins têm um desígnio, e uma destruição ampla e sustentada requer um grande objetivo. Ela precisa ser concebida como um meio para alcançar uma nova ordem, e embora a idéia por trás dessa nova ordem possa ser criminoso e objetivamente muito estúpida, ela deve ser também constrangedoramente simples e ao mesmo tempo absoluta. A ideologia do genocídio é todas essas coisas e em Ruanda ela ganhou o nome de Poder Hutu... mas os engenheiros e executores de uma chacina como aquela... não precisavam gostar de matar, e podiam até achar o ato desagradável. O que é preciso acima de tudo é que queiram que suas vítimas morram. Eles têm de desejar isso com tanta força que esse desejo se torne uma necessidade... Os mortos viram seus assassinos treinando nas milícias nas semanas antes do fim, e era sobejamente sabido que estavam treinando para matar tutsis; era anunciado no rádio, estava nos jornais, as pessoas falavam disso abertamente... os assassinos matavam durante todo o dia em Nyarubuye. À noite cortavam o tendão de Aquiles dos sobreviventes e iam banquetear-se atrás da igreja, fazendo churrasco com o gado de suas vítimas em grandes fogueiras e bebendo cerveja... as pessoas influentes, ou grandes homens de negócios, são as grandes figuras do genocídio... uma ordem pode ser dada muito silenciosamente (GOUREVITCH, 2000, p.22,23,29).

O segundo fenômeno inusitado do nosso tempo é a racionalidade que fundamenta o genocídio e que dá contornos específicos às formas como a violência e a destruição podem se manifestar. É resultado da articulação entre racionalização, burocracia, lucro e tecnologia. Para dilacerar, amputar e matar basta apenas apertar um botão, nos lembra Hobsbawm. Quando estes elementos se articulam, só falta, enfim, a mídia para transformar genocídios em missões humanitárias. Hobsbawm elucidou muito bem esta questão quando disse:

as maiores crueldades de nosso século foram crueldades impessoais decididas à distância, de sistema e rotina, sobretudo quando podiam ser justificadas... assim o mundo acostumou-se a expulsão e matança compulsórias em escala astronômica, fenômenos tão conhecidos que foi preciso inventar novas palavras para eles: 'sem Estado' ("apátrida") ou genocídio (1995, p 57).

A Guerra do Golfo, de 1991, foi emblemática. Orientada por princípios tais como o de *zero morte, ataque cirúrgico* e desfraldando a bandeira ideológica de combate a um governo ditatorial, criou-se assim, campo aberto, tanto para as multinacionais do petróleo que, de fato, só iriam



completar os seus intentos na Guerra do Golfo de 2003, quanto a indústria de armamentos, que sem precisar esperar o segundo tempo do jogo, pôde criar um campo de situação real, para testar suas novas tecnologias. Um campo de batalha real, com sacrifício de vidas reais, para alimentar o comércio da morte e aumentar riquezas virtuais. Estas duas guerras, além dos ataques de 11 de setembro ao WTC, podem ter significado também, o esquecimento permanente de que,

os soldados americanos, ao ouvirem a notícia de que a bomba atômica fora usada contra o Japão e que a rendição era inevitável, pularam de alegria e festejaram abertamente, da mesma forma como foram filmados os palestinos depois de receberem a notícia dos atentados de 11 de setembro (SCOWEN, 2003, p.54).

Naquele ambiente, a cultura do medo criada e mantida pelos *senhores da guerra* é instrumento sofisticado de repressão e dominação. Mantendo o medo, justifica-se a repressão no sentido de viabilizar os interesses do poder político e econômico. No final de 2003, o primeiro-ministro da Itália, Silvio Berlusconi, anunciou ter informação que um atentado utilizando avião para atingir o Vaticano, estava programado para o Natal daquele ano. Veiculada pela mídia do mundo inteiro, utilizando-se flagrantemente da velha tática Bush-Blair, o premier italiano referia-se sempre aos supostos terroristas como “eles”. Quem são “eles”?

Ao mesmo tempo, a imprensa internacional e a nacional como mera reprodução daquela, cataloga mais ou menos três dezenas de grupos terroristas em atividade no mundo atualmente. Esta mesma imprensa escrita e televisiva faz silêncio perante o terrorismo de Estado perpetrado por Israel, Inglaterra e Itália liderados pelos Estados Unidos.

O terrorismo, como o próprio termo indica, age com o objetivo de propagar o terror através de duas estratégias básicas. São elas: a de guerra psicológica e a ação terrorista ou o atentado. Do mesmo jeito que o Estado utiliza o “boato” como forma de manipulação da opinião pública, assim também fazem os grupos terroristas.

Nessa cultura do medo, alimentada por ambas as partes, Estado e organizações armadas, tanto de um lado como o outro, se mantêm em evidência, utilizando a tensão causada pela expectativa. É nesse contexto que políticos com o auxílio da mídia manipulam as situações mantendo a cultura do

medo que os mantêm em evidência, porque os colocam ora como “sacerdotes do diabo”, ora como “senhores da verdade”, “salvadores do mundo” de problemas que na verdade foram criados e mantidos por eles mesmos. Estes “salvadores” surgem e se mantêm no caos.

Os grupos terroristas, por sua vez, dificilmente agem quando se espera que o façam. Faz parte do terror a expectativa e a surpresa. A expectativa vincula-se à guerra psicológica e a surpresa ao atentado. Por isso é curioso que líderes políticos façam tanta questão de manter bem informados, cidadãos que nada podem fazer para evitar que um atentado terrorista ocorra onde quer que seja e seja qual for a sua modalidade. Se tantas informações são sonegadas aos cidadãos em nome de preservar a ordem e a paz social, evitar o pânico e, tudo isso muitas vezes para evitar também a migração de votos de um partido para outro nas próximas eleições, por que manter a cultura do medo senão para enaltecer líderes políticos e líderes terroristas? É nesses sentido que é possível afirmar que Estado e terror, política e organizações criminosas se completam, se justificam na cultura do medo e da violência.

O medo mantém as pessoas inertes, sem reação, populações inteiras tornam-se facilmente manipuláveis por políticos inescrupulosos e *senhores da guerra*. Seja no primeiro ou terceiro mundo, no Oriente ou no Ocidente isso acontece cada vez com mais intensidade e a imprensa tem muita responsabilidade sobre tudo isso.

Seguindo esta perspectiva de análise, em *Uma nova geração define o limite: os verdadeiros critérios das potências ocidentais para suas intervenções militares*, Noam Chomsky analisa os fundamentos, ou seja, as justificativas como já apontou Thomson, para os diversos genocídios que ocorreram nas últimas décadas e com freqüência na maior parte do mundo, principalmente nos países pobres. Ação, cumplicidade e negligência dos países centrais são os principais ingredientes para o entendimento do problema. É uma civilização cúmplice da produção da morte em massa, da racionalização do mal. Um mundo pautado em valores anti-vida, anti-humanitarismo, um progresso no qual,

os genocidas racionalizam e atenuam seus atos, de modo que, com grande sinceridade, acreditam que estão agindo em autodefesa deste ou daquele tipo... para legitimar a destrutividade em nome deste ou daquele grupo nacional, religioso, racional ou de qualquer outra natureza (CHARNY.1982, p.57,71)

Considerado uma das maiores autoridades em política internacional Chomsky assim intitula o primeiro capítulo: *a ignorância intencional e seus usos* e faz a seguinte afirmação:

O fim do século XX foi marcado por crimes terríveis, por reações das grandes potências amplamente anunciadas como o início de uma notável 'nova era' nos assuntos humanos, caracterizada pela dedicação aos direitos humanos e a altos princípios que não têm precedentes em toda a história (2003, p.07).

Nesta perspectiva, uma "Nova Ordem" estaria nascendo em defesa de uma "Comunidade Internacional". A O.N.U. deveria ser a maior liderança nesse processo se não fosse ela mesma responsável pela morte de milhões de pessoas, principalmente idosos e crianças nos países periféricos, resultados dos embargos econômicos com finalidades políticas que só penalizam realmente populações inteiras e em particular, os mais pobres. No Iraque, a partir da primeira Guerra do Golfo, o sistema de tratamento de água daquele país foi sistematicamente destruído pelas forças aliadas, tentando fazer com que, principalmente, pela falta de produtos químicos utilizados no tratamento e purificação de água, a população se rebelasse contra Sadam. Esse processo de deterioração da água potável iraquiana teve continuidade com o boicote econômico promovido pela O.N.U. que impediu a importação dos produtos purificadores da água, fazendo da água sem tratamento um dos principais vetores de doenças que além da desnutrição, matou milhares de crianças iraquianas durante a década de 90. Na "era dos direitos" a O.N.U. só direciona 1% do seu orçamento para programas de defesa dos direitos humanos. A perplexidade diante dos genocídios ocorridos durante esses últimos períodos, faz crer, o quanto têm sido eficientes as estratégias de desinformação e esquecimento perpetradas pelos governos do mundo inteiro. Cabe lembrar então que:

A ONU foi criada para policiar os Acordos de Alta depois da derrota do fascismo. Seu estatuto proíbe expressamente a violação da soberania nacional, exceto no caso da 'autodefesa'. Contudo, apesar da presença da União Soviética, a ONU foi incapaz de defender o Congo recém-independente da trama belga e americana da década de 1960 ou de salvar a vida do líder congolês Patrice Lumumba. E, em 1950, o Conselho de Segurança aproveitou-se de um boicote soviético temporário para autorizar a guerra da Coreia. Sob a bandeira da ONU exércitos ocidentais destruíram deliberadamente represas, usinas elétricas e a infra-estrutura

da vida social da Coréia do norte, violando claramente a lei internacional. A ONU também foi incapaz de impedir a guerra do Vietnã. Sua paralisia no caso da ocupação da palestina é visível há mais de três décadas. E sua hábil inatividade não se restringiu aos crimes ocidentais. A ONU foi impotente para defender a Hungria da invasão soviética (1956) ou a Tchecoslováquia da decisão do Pacto de Varsóvia de mudar o regime daquele país (1968). Ambas as Grandes potências, em outras palavras, tiveram permissão de cuidar de seus negócios em clara desobediência ao estatuto da ONU e sem sofrer sanções... O mundo mudou tanto nas duas últimas que a ONU tornou-se num anacronismo, uma permanente folhinha de parreira para cobrir as novas aventuras imperiais... destituir Boutros Boutros-Ghali por questionar a vontade imperial: ele reiterara que o genocídio de Ruanda é que precisava de intervenção... Ele foi substituído pelo atual ocupante do cargo – Kofi Annan é um substituto fraco, cujos discursos piedosos podem enganar às vezes o inocente público europeu, mas não a si mesmo. Ele sabe quem comanda os tiros. Sabe quem fornece a partitura (ALI, 2003, p.209, 210,211).

Por sua vez, a OTAN, que durante a guerra fria foi peça fundamental do equilíbrio geopolítico, torna-se agora um braço armado americano promovendo massacres de civis como os que ocorreram no Kosovo, em 1999. Os milhares de civis atingidos pelas bombas da OTAN morreram por pura insanidade de uma humanidade decadente. Não tardou para que, em 2003, os americanos transformassem mais um de seus notórios assassinos em heróis de guerra. Depois do usual “tempo” para o esquecimento o ex-comandante das forças da OTAN que na época comandou os massacres em Kosovo, o general americano Wesley Clark, indicado como possível candidato à presidência dos Estados Unidos, passou a ser aclamado pela mídia ocidental como um herói de guerra que realizou uma “ajuda humanitária”, algo que Hitler, com certeza, chamaria de “solução final”. Como se não bastasse foi cogitado como um dos candidatos às eleições presidenciais pelo partido democrata na provável substituição ao atual George W. Bush. Seguindo este rastro do terror, sempre apresentado como “em nome da paz”, Chomsky aponta as verdadeiras intenções das chamadas “intervensões humanitárias”. Nos Estados Unidos “A Lei de Ajuda Externa aprovada pelo Senado em junho de 2000 ‘destina apenas US\$ 75 milhões aos países mais pobres do mundo, valor abaixo até dos US\$ 252 milhões pedidos pela administração’, vergonhosa miséria.

Compare-se com a soma de US\$ 1,3 bilhão destinada ao exército colombiano...” (2003, p.16). Seguindo esta mesma perspectiva, entretanto, em meio a outros contextos:

...Israel, que ocupou o Líbano por 22 anos, violando as ordens do Conselho de Segurança, mas com autorização e ajuda dos Estados Unidos, e nesse período matou dezenas de milhares de pessoas, expulsando de suas casas, repetidamente, centenas de milhares e destruindo a infra-estrutura, e mais uma vez no começo de 2000 – sempre com o apoio e armas dos Estados Unidos (2003, p.21,22).

Timor Leste, Kosovo, Vietnã, Coréia, Camboja, Serra Leoa, Ruanda, ditaduras latino-americanas, socialistas ou de extrema-direita são alguns exemplos de uma história escrita com massacres. São exemplos do racionalismo assassino do qual Hitler tornou-se exemplo de reflexão e de alienação. Depois dele, passamos a creditar que jamais seríamos capazes de repetir tal erro. O nosso erro foi não entender que Hitler não foi uma criação auto-expontânea. Foi resultado de um modelo de sociedade que já vinha se constituindo a muito tempo. É nesse sentido, que afirma Bauman: “o holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura” (1996, p. 12).

Poucos deram ouvidos aos nialistas que tanto apontaram para as contradições da modernidade e a sua decadência. Hitler, assim como todos os ideólogos de massacres, até hoje, são fruto da nossa negligência, da nossa omissão, quando não da nossa conveniência, simpática e complacente, travestida de suposta democracia, liberdade e igualdade. O problema não está no sistema capitalista ou no abstrato Estado moderno, mas na forma como os direcionamos a nossa natureza demasiadamente humana, por isso mesmo violenta, insana e sangrenta. Os países socialistas assassinaram, em massa, tanto quanto os países capitalistas. Soljenítsin (1973) já havia mostrado as agruras dos Gulags soviéticos e Fidel Castro está no poder há 40 anos, torturando e matando seus opositores, mantendo um dos sistemas prisionais mais infames do mundo.

Iniciamos o século XXI num mundo que continua comandado por um

pequeno grupo de pessoas e instituições, quando comparado ao total da população mundial, que se encastela à frente de governos, exércitos e multinacionais, direcionando dezenas de países e o próprio sistema capitalista para tudo isso que temos aí. Esta *arquitetura da destruição* é muito bem planejada e só os inocentes e ignorantes podem duvidar disso. “As pessoas de Davos controlam virtualmente todas as instituições internacionais, muitos dos governos do mundo e o grosso da capacidade econômica e militar do mundo” (HUNTINGTON, 1997, p.67). Por isso podemos afirmar que o sistema capitalista “escolhe” suas vítimas preferencialmente entre os pobres, por sua vez, produto majoritário de uma civilização que sofisticada cada vez mais a sua capacidade de *justificar o mal*. Num mundo

em que a cada ano, 30 milhões de pessoas morrem de fome. E 800 milhões sofrem de desnutrição crônica... Na Somália, no Sudão, na Libéria, na Coreia do Norte, na Birmânia e no Afeganistão, responsáveis governamentais ou chefes de guerra tomam como reféns os inocentes, privando-os de alimento para atingir seus objetivos políticos, às vezes com extrema crueldade, como em Serra Leoa, onde os homens do Rebel United Front (RUF), do ex-cabo Foday Sankon, realizaram durante anos uma pavorosa campanha de terror, amputando sistematicamente, a machadadas, as mãos dos camponeses, para impedi-los de trabalhar. Finalmente, o papel do clima nas grandes carências alimentares se tornou marginal: agora, é o homem que nega alimento ao homem (RAMONET, 2003, P.172,173).

O aumento dos exércitos dos países centrais cercando ou mesmo reprimindo os grandes bolsões de pobreza, só fez aumentar nas últimas décadas. O medo das elites de que a explosão da pobreza nos faça retornar a uma barbárie é hipócrita, porque esta barbárie já está aí, faz muito tempo, batendo às portas destas elites que não podem atender porque estão ocupadas cheirando cocaína, traficando e lavando o lucro oriundo da tragédia humana. De fato, são os pobres, os “eleitos” para viver sem sentido e morrer em agonia, que podem reagir contra o lucro inconseqüente e a ausência de liberdade, os excluídos do banquete do capital e imersos no vazio da ausência da democracia. Mesmo que nunca venham saber o real sentido destes paradigmas, que o único motivo que os leve à rebelião seja a angústia da fome e o pesadelo na alma, são os únicos que podem se rebelar, porque são a antítese de tudo aquilo que a retórica moderna propôs. Como parte deste quadro dantesco, uma vez realizadas

as limpezas étnica e econômica pelos ricos, os pobres que restam ou sobrevivem aceitam, desesperados, a exploração sem consumo e a distribuição das migalhas que sobraram debaixo da mesa.

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

WWW.OSVALDOBASTOS.COM



# Capítulo II

---

## *O crime em rede: a história, a cultura e a política como possíveis fontes de explicações para o surgimento do crime organizado*

### 2.1

#### Uma episteme da condição humana e do crime

Para encontrar a origem das organizações criminosas em qualquer tempo ou lugar é necessário fazer um estudo histórico-antropológico e político de grande envergadura. Isto porque a maneira como o crime irá se manifestar em cada lugar está muito vinculada à trilogia: história, cultura e política. Seguindo esta idéia, talvez outro ponto comum que possamos encontrar nestas origens seja a necessidade de compreender como se estabelece a relação entre Estado e ordenamento social para efeito de início e orientação do estudo. O conceito de *processo civilizador* é um bom começo para o entendimento do problema. Como já foi citado, o antigo e permanente conflito entre ética e instinto, abrindo espaço e concorrendo, ao mesmo tempo, em que se dá a formação do Estado moderno revela a necessidade do Estado de abarcar todas as relações sociais. Esse projeto parece “falhar” em certos momentos tanto para indivíduos como para subgrupos em sociedades inteiras, particularmente na nossa moderna sociedade capitalista. Na transição, entre o feudalismo e o pré-capitalismo, na Europa do século XIX e, aqui no Brasil, na transição entre colônia e império, agravando os mesmos problemas na república, é onde parece estar o ponto intersticial para o entendimento de como o crime organizado aparece e como ele se mantém.

A implantação de um Estado moderno num contexto em que as *razões de Estado* entrelaçam-se com *razões particulares*, resistentes ao novo modelo de

sociedade cujo ordenamento político-jurídico estava começando a surgir, sugere a mesma problemática que Hobbes estava debatendo no século XVII, quando afirmou que “em todos os lugares onde os homens viviam em pequenas famílias, roubar-se e espoliar-se uns aos outros sempre foi uma ocupação legítima, e tão longe de ser considerada contrária à lei de natureza que quanto maior era espoliação conseguida maior era a honra adquirida” (1997, p.141).

É num contexto como esse, de relações sociais pautadas em princípios fortemente tradicionais que surge uma justiça extra-legal, no sentido de não ser ajustada ao tipo de profissionalismo burocrático, regido por princípios como o da imparcialidade e soberania da Lei. Mas é uma idéia de *justiça* que permanece resquício de tradições familiares, códigos de honra e valores morais que vão orientando a efetivação da *justiça paralela*. A informalidade dos padrões de uma burguesia em ascensão se estende ao crime devido até mesmo a necessidade de manter certas formas de relacionamentos. E, quando os padrões culturais e de consumo burgueses se tornam objeto do crime, ele tende a se organizar nos termos em que conhecemos hoje. Se nas origens, a referência não foi necessariamente uma classe e sim a riqueza; como consequência, opulência, poder e estabilidade tornam-se ambições conquistadas a qualquer preço.

Tanto na Itália, particularmente na Sicília, como no Brasil, o clientelismo coronelista, no mesmo século XIX e início do século XX parecem ser exemplo de que o conceito de Estado moderno como único meio legítimo do uso da violência não foi tão efetivo quanto se imagina.

Buscando aperfeiçoar o recorte epistemológico deste estudo, a perspectiva de uma “trajetória” como colocada por Certeau, tentando descrever “um movimento temporal no espaço, isto é, a unidade de uma sucessão diacrônica de pontos percorridos, e não a figura que esses pontos formam num lugar supostamente sincrônico ou diacrônico” (1994, p.98), torna-se fundamental.

É sabido que os conteúdos que formam a relação entre o nível diacrônico e sincrônico não são necessariamente lineares, não se correspondem como uma seqüência e consequência de fatos convergentes. Mas, como não é buscada aqui nenhuma *verdade científica*, tentei apenas o entendimento de como o fenômeno criminal hodierno, um fato multinacional, conseguiu tal expansão e organização exatamente na *sociedade do controle*. Exatamente

quando a modernidade chega ao seu ápice, dando a muitos a impressão de pós-modernidade. Um momento no qual Estado e tecnologias de dominação alcançam um grau de sofisticação simbiótica e ideológica nunca visto até então.

O recorte histórico-temporal e cultural deu condições de fazer comparações de tempos e espaços distintos, possibilitando chegar a uma compreensão mais precisa a respeito da problemática em questão. Se como afirma Certeau “o próprio é a história do lugar sobre o tempo”(1994, p. 99) percebe-se que se certos traços caracterizam o “lugar”, o “espaço”, outros transcendem o tempo e podem ser apontados como essência do fenômeno. É preciso observar ainda:

a natureza dessas operações por outro prisma, não mais a título da relação que mantêm com um sistema ou uma ordem, mas enquanto há *relações de forças* definindo as redes onde se inscrevem e delimitam as circunstâncias de que podem aproveitar-se... Trata-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das “ações” que o fraco pode empreender (1994, p. 97).

Esse recorte histórico-temporal e cultural fundamenta-se na esfera política, uma vez que o Estado é tomado como ponto de orientação das regras de sociabilidade no Ocidente. Mas a construção e difusão de saberes dos quais o próprio Estado é resultado, coloca a civilização como um longo processo de formação da cultura Ocidental. Ao mesmo tempo, tende a reduzir gradativamente, a idéia de natureza humana, a apenas um componente importante e não-determinante do comportamento humano. Para Norbert Elias, o *processo de civilizar* as economias das pulsões, o aumento do controle social sobre os anseios da espécie humana não poderia ter acontecido sem o papel centralizador e difusor das condutas de uma classe superior. Por isso ele afirma:

a civilização da conduta, bem como a transformação da consciência humana e ainda a composição da libido que lhe correspondem, não podem ser compreendidas sem um estudo do processo de transformação do Estado e, no seu interior, do processo crescente de centralização das sociedades, que encontrou sua primeira expressão visível na forma absolutista de governo... Não é mera coincidência que, nos mesmos séculos em que rei ou príncipe adquiriram status absolutista, a contenção e moderação das paixões... a civilização do comportamento, aumentasse visivelmente (1996, p. 19, 16).

Tanto Certeau e Elias como Foucault desenvolvem arqueologias do saber articuladas com genealogias que detalham e por isso enriquecem o conhecimento sobre como algo se originou, como foi feito, como tal objeto de estudo transcendeu aos nossos dias e hoje, como ele se manifesta, o que ficou do passado e como o passado se adaptou ao presente. Nesse sentido, Foucault esclarece:

para que seja feita uma análise concreta das relações de poder, é preciso abandonar o modelo jurídico de soberania. Esse, de fato, pressupõe o indivíduo como sujeito de direitos naturais... tem como objetivo dar conta da gênese ideal do Estado; enfim, faz da lei a manifestação fundamental do poder... é preciso procurar saber como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos. Do mesmo modo melhor do que procurar a forma única, o ponto central de onde todas as fórmulas do poder derivariam, por via de consequência ou de desenvolvimento, é preciso primeiro deixá-las aparecer na sua multiplicidade, nas suas diferenças, na sua especificidade, na sua reversibilidade: estuda-las como relações de força que se entrecruzam, que remetem umas às outras, convergem ou ao contrário, se opõem e tendem a se anular. Enfim, mais do que conceder privilégio à lei como manifestação de poder, é melhor tentar determinar as diferentes técnicas de coerção que opera (1997, p.71).

A análise da relação entre Estado e Sociedade pode nos remeter a dois níveis de indagação. O primeiro, a respeito de quanto começa a haver uma penetração do poder do Estado, no sentido histórico-cultural, de coagir o comportamento humano, efetivando o que N. Elias chamou de *processo civilizador*. Ao mesmo tempo, um segundo nível de questionamento torna-se fundamental, ou seja, em que medida o Estado tem poder de penetrar, influir, modificar e consolidar formas de comportamento que podem se manifestar nas condutas individuais e na teia elástica das micro relações sociais da vida cotidiana.

Analisando a formação e evolução das esferas pública e privada no Ocidente, Habermas salienta a importância de se perceber os limites tênues entre as duas dimensões da vida social e política, defendendo a idéia de que não houve uma antítese tão marcante entre a esfera pública e privada no decorrer do surgimento do Estado moderno. Isto não quer dizer que a idéia das “resistências” ante a evolução e centralização do poder pelo Estado não deva ser considerada. Muito pelo contrário, há uma evidente relação de “encaixe” e “desencaixe” entre as duas esferas que se dá entre as instituições

que as representam. Esse processo ocorre em paralelo à própria evolução e dinâmica da relação entre Estado e Sociedade civil ou entre Estado e economia capitalista. Só com o passar do tempo é que “público” irá significar “estatal” e uma administração pública permanente e regulamentada irá, bem aos poucos, ganhar a dimensão do modelo atual. Tanto antes quanto agora, o corte radical entre Estado e sociedade, o público e o privado não pode acontecer no âmbito da experiência real. Isso porque, “nas camadas mais amplas da burguesia, a esfera do ‘público’ surge inicialmente como ampliação e, ao mesmo tempo, suplementação da esfera da intimidade familiar” (HABERMAS, 1984, p.67).

Trata-se então de identificar o modelo de relação entre estrutura e superestrutura para entender a genealogia da violência e do crime, das éticas socialmente construídas para manter a informalidade legítima. No plano abstrato das ideologias, podemos identificar os fundamentos dos modelos de comportamento que se materializam na vida cotidiana. Esses modelos contribuem outrossim, oferecendo orientação para a agressividade humana, às vezes até, legitimam ações ilícitas, mesmo que de forma restrita ao universo de cada cultura e lugar.

Por isso, a necessidade de definir espaços específicos dentro de um universo em questão e relacioná-los na tentativa de encontrar os “encaixes” explicativos que possam formar um *quadro coerente*, a referência e a explicação. Para efeito metodológico, é preciso reconhecer que,

de agora em diante o problema é construir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para construir assim, séries, ou ‘quadros’... É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares... (FOUCAULT, 2005, p. 08,09,28).

Não significa, porém, fazer relações entre qualquer fato histórico com qualquer outro na circunstância atual. Mas, a princípio, deve haver semelhança; os espaços específicos devem ser elaborados a partir de alguma semelhança entre si. É buscar o que ficou do passado, no presente e que o Estado não conseguiu alterar, e que possivelmente até atuou no sentido

de manter tal aspecto. É, também, desmontar certas retóricas que impedem o entendimento do fenômeno.

Seguindo esta idéia, é de fundamental importância identificar as éticas, as regras de comportamento que podem compor o objeto do discurso dominador porque é consensual. Às vezes de classe, mas às vezes, penetrando em alguma medida, todas as classes. A partir deste exercício, é possível identificar os mecanismos de inserção e exclusão que ao se definirem como regularidades retratam-se em certas condições de existência, em regulamentações institucionais, que guardando o passado e o presente em si mesmas nos ajudam a compor e compreender o *quadro coerente*.

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

## 2.2

### Reflexões sobre o crime: modernidade e criminologia

A prática de determinadas formas de comportamento que põem em risco a vida humana sempre foram alvo de certa atenção. Os códigos morais ou as “éticas de comportamento”, muito antes do surgimento do Estado, no mundo ocidental, serviram de parâmetro de orientação para o comportamento humano. Princípios religiosos, enquanto parte componente destas “éticas de comportamento”, também influenciaram bastante a concepção de crime antes que o fenômeno passasse a ser estudado por algum critério pretensamente científico. Humores e demônios, por muito tempo, estiveram como fundamento de muitas das explicações.

A modernidade, enquanto modelo de organização social e de comportamentos, trouxe profundas transformações para o mundo ocidental. Acarretou gradativamente mudanças significativas na percepção e sentido de entender o criminoso não mais como um inimigo do governante e sim, como um inimigo da sociedade. O Estado tornou-se o responsável pela punição e a partir de então, o ato criminoso passa a ser concebido, antes de tudo, como um rompimento do “pacto social, que passa a constituir-se nela como um inimigo interno” (FOUCAULT, 1997, p.33).

Entretanto, apesar de todas as variações conceituais de crime, de épocas e lugares diferentes, refletidas explicitamente nos correspondentes códigos penais, as sociedades humanas não puderam, evidentemente, extinguir o crime. Um sistema cada vez mais complexo de normas morais e legais conseguiu orientar um *processo civilizatório* que chega aos nossos dias, apresentando inevitáveis falhas diante de uma natureza humana visivelmente agressiva.

Nesse confronto constante e eterno entre natureza e cultura o grande perigo para o homem não está nos instintos, mas, no ego. O perigo existe quando um ego fraco vacila perante os ditames da natureza. É nesse momento que cometemos os atos mais bárbaros com um prazer profundo. O controle social faz-se então necessário através da socialização, que leva as pessoas a

temerem o que outras pessoas podem pensar delas e então, não cometer crimes temendo as conseqüências sociais como decorrência desses atos. Daí, que a socialização é importante para um grupo por implicar maior grau de controle sobre os desejos e comportamentos das pessoas.

São quase infinitas as formas de agressão que o comportamento humano pode expressar desde cinismos, falcatriuas e traições até torturas físicas e psicológicas, chegando a assassinatos cruéis.

O crime em série, *serial killer*, tal como foi retratado, por exemplo, num mosteiro medieval em *O Nome da Rosa* mostra que, mesmo um ambiente de oração e contemplação, pode não ser suficiente para conter certas vontades humanas. E, diante de tantas experiências, um estudo meticuloso não pode sustentar a idéia de *crime inconsciente*. Por exemplo, numa dada circunstância, Raskólnikov refletiu. Ele estava consciente, sabia que queria matar uma mulher idosa, abrindo-lhe a cabeça com um machado. “Sentia que seus membros se paralisavam. Receu deixar cair a arma... repentinamente, a cabeça começou a andar-lhe à roda...” (DOSTOIEVSKI, 1998, p. 86). Em “Covardia” de Guy de Maupassant, o Visconde Gontran-Joseph de Signoles

[...] Permanecia de pé em face do espelho. Pôs a língua, como para verificar o estado de sua saúde, e de súbito este pensamento o varou como bala;

- Depois de amanhã, a estas mesmas horas, eu estarei morto, talvez. E o seu coração recomeçou a bater furiosamente.
- Depois de amanhã, a estas mesmas horas, eu estarei morto, talvez. Essa pessoa defronte de mim, esse que eu vejo no espelho não existirá mais. Como! Eis-me aqui, eu me olho, eu me sinto viver e, dentro de vinte e quatro horas, estarei deitado naquele leito, morto, com os olhos fechados, frio, inanimado, extinto” (1958, p.383).

Por não resistir à tensão da possibilidade de morrer em um duelo, o Visconde comete suicídio. Tomou uma pistola nas mãos e apontou para o rosto.

“Ele olhava na extremidade daquele orifício negro e profundo que cospe a morte, pensava na desonra, nas murmurações dos clubes, nos risos dos salões, no desprezo das mulheres, nas alusões dos jornais, nos insultos que lhe lançariam os covardes.

Continuava a olhar a arma, e, erguendo o cão, viu de súbito uma escorva brilhar em baixo como uma pequena chama vermelha” (1958, 383, 386).



A mesma exaltação das emoções levou Otelo a um crime passional. Movido pelas emoções ele reflete: “ela deve morrer, para que não venha a trair ainda mais homens”. E então admite: “Depois de começado, não há como parar... este que amou demais, com sabedoria de menos; este que não se deixava levar por armadilhas alheias, chegou aos extremos de uma mente desnordeada” (SHAKESPEARE, 1999, p. 168,172, 188)

Nos extremos do comportamento humano, o crime e a loucura, estes tipos de transformação humana podem ser inesperados. O inusitado kafkaniano, uma metamorfose, pode acontecer a qualquer momento. As reações adversas traduzidas em crime através de algum ato de agressão podem ser muito mais por questões morais ou distúrbios psicológicos do que por uma ameaça iminente à vida ou à sociedade. O auge da tensão acontece exatamente quando nos deparamos com uma mudança irreversível dentro ou fora de nós mesmos. A transformação pessoal que rompe o fluxo normal da vida cotidiana causa espanto, pode ser, por isso, trágico. O assassinato e a morte estão entre estes fenômenos. O desejo de voltar atrás se embate com a vontade de ir adiante como aconteceu com Raskólnikov e Otelo.

Entre agosto e novembro de 1888, quando Jack, o Estripador, passou a dilacerar prostitutas no subúrbio londrino há um contexto muito próprio no qual este fenômeno vai se destacar. As transformações causadas pelo capitalismo industrial, o surgimento dos grandes centros urbanos com suas profundas mudanças demográficas, dão origem às idéias a respeito de planejamento e controle social que vão delineando e caracterizando um novo modelo de sociedade da qual, a nossa, é apenas um outro nível de sofisticação das técnicas de controle.

O problema é que dois tipos distintos de criminalidade começam a aparecer neste cenário ou, pelo menos, passam a chamar atenção. São formas de comportamento que mesmo que não possam ser apontadas como resultado da sociedade capitalista vão cada vez mais se tornando típicas tanto deste modelo de organização social e econômica, como vão ganhar características criminológicas próprias deste contexto. O que temos em questão é, por um lado, o crime, fruto de um distúrbio psíquico, aquele que se reflete ou dá origem ao crime passional ou ainda ao *serial killer* e por outro, aquela criminalidade que comumente leigos e acadêmicos diagnosticam como “problema social”.

O que chamamos hoje de roubo e furto, por exemplo, sempre existiram, mas ganham contornos próprios, os *modus operandis* típicos de uma grande aglomeração urbana. Os objetivos do crime também mudaram, assim como, suas respectivas estratégias de realização, numa sociedade em que ocorre a completa desapropriação dos meios de produção e a propriedade privada, em qualquer medida, não é privilégio de todos. Todavia, afirmar que o crime é um problema social é manter tal enigma sem resposta. No século XX, pelo menos, tanto nas sociedades com propriedade privada como nas sem propriedade privada, crimes atrozes aconteceram e muitas vezes em série. Em termos de crime em série, “na China, o chamado ‘cidadão X’ pode ser responsável por mais de 1000 mortes” (CASOY, 2002, p.31). Na Rússia, Andrei Chikatilo conhecido como o “Açougueiro de Rostow” assumiu 52 assassinatos, muitos dos quais as vítimas eram crianças que tiveram seus órgãos genitais extirpados com a boca.

Os estudos sobre o crime e outros comportamentos extremos sempre desconcertaram os paradigmas científicos. Melhor, então, pensar como Durkheim, ao afirmar que sempre há uma relação entre tipos e quantidades de crime e a consciência coletiva. Há sempre contextos mais ou menos favoráveis a certos tipos de crime, mas há aqueles que parecem estar muito mais ligados a problemas psicológicos. Por isso, o crime faz parte das “condições normais da vida. Pelo próprio fato de um certo grau de atividade passional sempre ser necessário, sempre há crimes”. O que é mais importante é “que sua taxa seja adequada ao estado em que se encontra a sociedade. Uma sociedade sem homicídios não é mais pura do que uma sociedade sem paixões” (2002, p.167).

O projeto moderno de uma *sociedade do controle* pode ser então, traduzido através do conceito de planejamento. Essa característica típica de uma sociedade com fortes tendências ao descontrole se refletiu, de forma veemente, nas análises e tentativas de reeducação do comportamento humano. As teorias sobre evolucionismo que enfatizaram os determinismos raciais, apareceram décadas antes de Jack, o Estripador, e foram um bom exemplo desses mecanismos. As teorias da frenologia, craniometria, eugenia e darwinismo social tornam-se parâmetros para ações político-jurídicas, na tentativa de poder identificar, justificar e corrigir, certos problemas de comportamento humano individual e coletivamente manifesto que passam a ser incompatíveis com a nova moral e estética

burguesa, cada vez mais predominante. No ano de 1885, Lombroso expôs sua teoria no I Congresso de Antropologia Criminal em Roma. No bojo dessa discussão, a difusão de uma moral-estética importante à acumulação de capital e à manutenção deste modelo de produção cria um contexto propício para regular, cada vez mais, o diferente. Para fazer conter “o irregular, o agitado, o perigoso e o infame” que são “objeto da exclusão” (FOUCAULT, 1997, p.36).

Identificar o atavismo, os caracteres físicos e modos comportamentais que delatavam a presença da “anormalidade”, tornou-se uma forma importante de explicar uma certa “resistência” ao enquadramento do comportamento de certos indivíduos e grupos sociais. Os níveis de exploração, e ao mesmo tempo, a crescente e exorbitante acumulação de riquezas têm, como conseqüência, grupos sociais que ameaçam constantemente a propriedade. As elites percebem que é possível efetivar a acumulação de capital sem reforma social. Difundiu-se a idéia de que os distúrbios de comportamento oriundos desta estrutura social poderiam ser corrigidos através da ação organizada de instituições para esse fim. Não por acaso, Direito Penal, Criminologia e Penologia serão cada vez mais articulados com o intuito de aperfeiçoar os mecanismo de controle. A fábrica torna-se uma instituição educativa importante no sentido de moldar o comportamento do operário, “organizada militarmente”, segundo Marx (2000). Ao mesmo tempo, nos casos de excessivo desvio, “a penalidade pune a infração, a reclusão, por sua vez, sanciona a desordem” (FOUCAULT, 1997, p.36) numa “sociedade que criminaliza atividades desenvolvidas a partir das contradições de sua economia política” (TAYLOR; WALTON; YOUNG, 1980, p.19). Fábrica, Panoptismo, Escola e Hospício formam as bases de sustentação deste modelo de *sociedade do controle*, da qual nós somos resultado. O controle dos desejos, através da internalização de uma moral-estética se dá, antes de tudo, através do controle dos corpos. Nesse sentido, o controle dos corpos não resulta apenas num certo ordenamento social e econômico mas, também, num tipo de controle político, uma vez que, legitima as relações de poder. Este nível do ordenamento, em certos momentos, coletiviza os comportamentos em outros individualiza, sempre dependendo apenas da necessidade para coagir os indivíduos e por conseqüência, manter a coletividade sob controle (FOUCAULT, 1991b; ELIAS, 1996).

Mas, há uma relação entre fábrica e presídio, organização das relações de trabalho e criminologia que tem uma outra instituição como mediadora, a polícia. Não por acaso, a polícia surge como uma tentativa de estender a capacidade de controle político do Estado que, por sua vez, correspondesse aos interesses das elites política e econômica. Ao analisar o surgimento e desenvolvimento da polícia, como mecanismo de controle na sociedade moderna, Bayle observa que: “Diante de exércitos relutantes, mas violentos demais, e milícias entusiasmadas mas pouco confiáveis, os governos europeus no século dezenove retiraram os exércitos dos conflitos domésticos, aboliram as milícias e desenvolveram uma polícia pública e especializada” (2001, p. 56).

Cada vez mais, *manter a ordem*, passou a significar manter a estética burguesa e assegurar a propriedade privada. A capacidade de persuasão do Estado estava se desenvolvendo, mas, jamais chegará aos níveis ideais, ainda no século XIX. A retórica do terror, como acontece atualmente, será uma das mais poderosas armas de coerção do Estado no século XX e agora, no século XXI.

Toda a severidade da justiça do século XIX, na Inglaterra, por exemplo, não foram suficientes para que o ordenamento social fosse mantido em harmonia. Em dias de enforcamento, as escolas dispensavam os alunos para que estes fossem assistir ao enforcamento como extensão do processo educativo. Isto porque,

se um crime que é punido, há muitos cujos culpados não são descobertos. A polícia está ainda mal organizada. Muitas cidades não contam por muito tempo senão com os guardas-noturnos ou os pregoeiros públicos pagos pelas municipalidades e, no campo, os guardas das grandes propriedades. Em casos de desordens sérias, o exército vem dar uma ajuda. Em 1829 Sir Robert Peel, Ministro do Interior, criou no entanto em Londres um corpo de *policemen*... vestidos de fraque azul e calças brancas, chapéu alto na cabeça e armados de moca, tornaram-se rapidamente populares, e em todos os centros importantes foram constituídos corpos de polícia análogos. Mas seus efeitos são fracos e a polícia secreta só virá a ser organizada em 1848. Talvez que a severidade das condenações se possa explicar pelo número de criminosos e delinquentes que escapam à justiça. Os que são enforcados pagam pelos outros (CHASTENET, 1950, p.219).

Ao mesmo tempo, podemos perceber então que várias estratégias de vigilância vão se desenvolvendo, se aperfeiçoando mutuamente. Reflexo de uma organização cada vez mais complexa na qual a *consciência coletiva*,

como apontava Durkheim, tinha cada vez menos poder de coesão social. Uma vigilância interna, implícita e silenciosa se desenvolve em paralelo a uma outra ostensiva, explícita e ruidosa. Há aí, uma forte relação entre o desenvolvimento destas instituições e a articulação de sentidos entre elas, com o objetivo de manter os *corpos dóceis*. A vigilância secreta penetra e intimida o particular, o psiquismo, o individual, o interno, os sentimentos, enquanto a ostensividade, coage a ação, o espaço público, o externo, a coletividade, a relação cotidiana em grupo.

Em função da influência mútua entre as mudanças das relações econômicas e políticas, o nível das relações sociais com seus valores morais, tradições e visões de mundo sofrem, no decorrer do século XIX, profundas transformações. Os comportamentos *anormais* passam a ser definidos e submetidos à correção através do “desenvolvimento conjunto das técnicas de direção da consciência e das instituições de educação” (FOUCAULT, 1997, p. 64).

Uma vez que a associação entre sexualidade e distúrbios psíquicos era uma idéia fortemente vigente, controlar ou curar a loucura tornou-se quase sinônimo de ação contra as imoralidades. A conduta regular, principalmente no meio familiar, assim como, a expressão adequada das emoções e desejos, tornam-se formas de diagnosticar a ausência da loucura ou o retorno à sanidade. O espaço fechado do confinamento tornou-se aparato fundamental para uma sociedade moderna e industrial-capitalista que, assim como, em qualquer outro tempo anterior, não sabia, como ainda não sabe, o que fazer com os problemas que estes meios ajudam a produzir. Nesse contexto, a figura do médico e do juiz se complementam, o parecer médico respalda “cientificamente” a decisão judicial. Ideologia de classe e ciência estiveram, como ainda estão, articuladas, voltadas para a legitimação e eficácia do controle social e de classes. Estudando a evolução do desenvolvimento da criminologia, enfatizando a questão da coerção e controle, Del Omo destaca que, as

mudanças do modo de produção capitalista – exigiam uma ciência efetiva para o controle da sociedade e para manter a ‘ordem’... Por isso, o surgimento da criminologia como ‘ciência’ adquire sentido neste momento. Suas formulações sobre a inferioridade física e moral do delinqüente contribuiriam para reforçar a ideologia dominante e para justificar as desigualdades de uma sociedade que proclamava ser fundamentalmente igualitária (2004, p. 35, 45).

A evolução entre o sistema fabril e a criminologia são complementares. Um tipo de mecanismo controla a manutenção da ordem evitando os desvios, enquanto o outro identifica e reprime os desviantes. Quanto mais a propriedade privada se acumula maior a necessidade de prevenir o crime. A criminologia apresenta uma história que ocorre juntamente com outras formas de controle típicas da sociedade capitalista. A oscilação entre teorias que apontavam para as causas sociais, outras para problemas psicológicos e ainda de caráter espiritual do crime convivem num mesmo cenário em que problemas acontecem e respostas e soluções são buscadas. Mas, não por acaso, a ideologia positivista deu um grau de “cientificidade” à criminologia, passando cada vez mais a contrastar com outras teorias que apontavam para o problema da agressão e do crime como uma *perversidade* ou ausência de um *estado-de-graça*.

As vertentes que enfatizavam o trabalho como técnica disciplinar quase que o aconselhavam como uma espécie de terapia, ao passo que estas recomendações coincidiam com os interesses das classes industriais e, ao mesmo tempo, legitimavam a repressão das classes operárias para a volta ao trabalho. O trabalho passou a ser gradativamente colocado como forma de construção de identidade e, sendo assim, como parâmetro de diagnóstico, ou seja, uma das características mais graves que indicavam um indivíduo propenso ao crime ou à loucura vai ser a perda do interesse pelo trabalho. Como decorrência, a vadiagem começa a ser vista como crime numa sociedade fundada, progressivamente, num utilitarismo meritocrático.

Atacar a vadiagem e valorizar a disciplina do trabalho tornou-se importante política de combate às desigualdades, na medida em que o trabalho pode gerar o sustento. Porém, em meio a tal nível de exploração do trabalho, o laborismo mostra-se insuficiente na defesa social, os (des)ordens ameaçam a paz social baseada no conformismo. Uma ordem social mantida através da sofisticação de novas formas de controle tem como objetivo uma constante *fabricação do consenso*. Qualquer forma de insubmissão torna-se uma ameaça ao controle do Estado. Mas, as imperfeições, no controle das classes, evidenciam a fragilidade da retórica do poder o que leva ao permanente uso da força, violência e censura por parte do Estado. Entre rompimentos, continuidades e descontinuidades, no século XX a ideologia do Estado do Bem-estar Social passou a ser apontada como

solução para os males sociais, um maior nível de assistência, principalmente aos pobres e às classes trabalhadoras. Talvez, um dos mais amplos e sofisticados mecanismos de controle da *sociedade do consenso* que Marcuse denominou de *obsoletismo programado*.

No século XX, novas formas de controle aparecem e se aperfeiçoaram com uma rapidez nunca vista antes. É neste contexto, que o papel da “assistente” social será marcante, principalmente no pós-guerra. Porém, gradativamente, o paradigma de que o acesso às recompensas materiais limitariam as estatísticas de desvios comportamentais fragilizam-se diante da realidade de setores da sociedade que se inquietavam diante de uma cultura do controle e do conformismo. Uma grande resistência à cultura utilitária-industrial começou a se formar entre os jovens de todas as classes, principalmente entre os mais dependentes do modelo assistencial do bem-estar e os oriundos da classe média. Os *beats*, a *cultura psicodélica* e os *hippies* são grupos que representam e ilustram este contexto.

As formas de controle tal qual o próprio Estado do Bem-estar não estavam voltadas para a classe média e alta, e não por acaso é exatamente nestes extratos sociais que aparecerão os voluntários para compor os novos grupos de rebeldia cujo lema não tardou a se tornar *droga, sexo e rock'-n'-roll*. O uso ilícito e o tráfico de drogas passaram a ser uma das temáticas principais da criminologia, acompanhando todo o processo de criminalização, politização do policiamento e a expansão de um problema que nunca foi satisfatoriamente controlado.

Os estudos criminológicos vão dar ênfase ao enfoque fenomenológico, aprofundando a questão do sentido dado pelo sujeito em constantes trocas interativas no mundo da vida cotidiana. O conceito de *rotulação social* e os estudos realizados pela Escola de Chicago, contribuíram bastante para os fundamentos da sociologia do desvio e da sociologia criminal.

A criminologia nunca foi uma ciência autônoma, e a partir da segunda metade do século XX, estudos em antropologia, genética, psiquiatria, sociologia e psicologia vão contribuir sobremaneira para o aperfeiçoamento do que podemos chamar de uma ciência do crime.

Novas teorias sobre a agressão, medidas da agressão, antecedentes da agressão, novas teorias sobre a formação da personalidade, estudos antropológicos sobre os instintos, formação do caráter, conceitos culturais

de anormalidade, origens individuais e sociais da neurose entre outras temáticas serviram de fundamentação teórica à análise do fenômeno criminoso.

Mas, prosseguem ao mesmo tempo, os estudos de enfoque empírico-científico através dos quais a craniometria e a frenologia retornam em grande estilo. A ideia de *higiene racial* permanece ativa, por todo o século XX, e nunca se restringiu apenas à ideologia nazi-fascista. A transição do conceito de *eugenia* para o de *engenharia genética* nunca esteve fundamentado no princípio de uma ciência pura. E, em função de influências ideológicas, progressivamente, tornou-se uma eficiente estratégia de controle de grupos étnicos perseguidos, desempregados, criminosos indesejáveis, doentes mentais, deficientes físicos e todos as categorias que poderiam ser consideradas como uma espécie de “ônus” para a acumulação de capital. Como aponta Black:

Atualmente, estamos diante de uma volta potencial da discriminação eugenista, não sob bandeiras nacionais e credos políticos, mas como função da ciência humana do genoma e da globalização corporativa. As declarações aterrorizantes sobre dominação racial estão sendo substituídas por campanhas refinadas de relações públicas e pela proteção de patentes. O que a eugenia não foi capaz de realizar em um século, a nova genética pode maquirar em uma geração... Sem que o mundo soubesse, em Buchenwald e em Auschwitz, médicos eugenistas, como Joseph Mengele, continuariam a pesquisa iniciada poucos anos antes com o apoio financeiro americano, incluindo doações da Fundação Rockefeller e da Carnegie Institution. Somente depois que os segredos dos eugenistas nazistas horrorizaram o mundo, somente depois que o Tribunal de Nuremberg declarou a esterilização coercitiva como um crime contra a humanidade é que a eugenia americana recuou, ganhou uma visão mais esclarecida e emergiu como “genética” ou “engenharia humana” (2003, p.24,48).

Uma *criminologia* no pós-guerra, com várias tendências, transitando do humanismo ingênuo ao radicalismo genético, tornou-se alvo de ataques quanto ao seu status de ciência. Com o surgimento do reconhecimento da necessidade da interdisciplinaridade, para explicar os fenômenos do mundo real, a sociologia criminal foi tornando-se eixo articulador de diversas áreas do conhecimento e seus respectivos métodos de análise. Mas, foi a Criminologia Crítica que a partir do anos 60 inicia uma análise do fenômeno da criminalidade, enfatizando os mecanismo de controle e



de classe. A Criminologia Crítica, também conhecida como Criminologia Radical ou Teoria Radical do Desvio, toma o materialismo histórico como princípio metodológico, indo além de uma análise reduzida ao conceito de “luta de classe”, tentando entender os mecanismos de controle e políticas criminais, como resultado de um processo sócio-histórico. Com isso, aponta para os possíveis interesses no direcionamento e uso feito através sistema de justiça criminal, pelos grupos dominantes, contra grupos sociais menos favorecidos.

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

## 2.3

### A Itália: nascente da Máfia

As organizações criminosas desenvolveram vários perfis em termos de estrutura, modo de atuação, finalidades e setores da sociedade, compreendendo inclusive as relações de classe. A retrospectiva histórica quando acompanhada do estudo da cultura local, evolução socioeconômica e política serve para mostrar a capacidade de metamorfose do fenômeno criminal, tornando não apenas este ou aquele grupo específico, mas o objeto de estudo, como fenômeno que transcende as conjunturas, passando a apresentar-se com atores novos, num cenário novo, com enredos velhos. É o caso do mafioso associado ao homem do campo ou do subúrbio, substituído pelo homem de instrução, político ou empresário. Porém, é preciso que certas tradições culturais resistam ao tempo, para que haja contexto propício, no qual, grupos sociais possam metamorfosear-se, fazendo parte de um momento histórico.

Ao observar esse processo, na Itália, foi possível perceber semelhanças entre outros lugares como Rússia, Estados Unidos e Brasil. A literatura folclórica, por exemplo, insiste em colocar o coronelismo como sinônimo de ética, honra, assim como poder político e social. A literatura desenvolvida sobre o tema não se interessou em mostrar que, além da presença marcante do coronelismo nas mais altas esferas da política brasileira, foi também sustentáculo do nosso histórico populismo-oligárquico e anti-democrático. O coronelismo, salvo algumas exceções, foi reduzido a uma relação na qual, o banditismo social, fenômeno que ocorre, também, na Sicília, mas que aqui recebe o codinome de *cangaço*, é retratado de acordo com os interesses das classes dominantes numa versão vulgar, reproduzida como prato-feito para degustação intelectual dos jovens brasileiros nas escolas de ensino médio. Esta versão coloca o movimento do cangaço como um mero ato de criminosos andarilhos que, agindo em grupo, cometeram crimes hediondos, desesperando as populações dos vilarejos por onde passavam, ameaçando com isso, a paz social. Reduz-se um fenômeno tão complexo a um fato sem historicidade.

A máfia na Sicília, o coronelismo no nordeste brasileiro e o banditismo

social nas duas regiões são como resíduos de uma população camponesa na qual, o tradicional, resistiu à modernização. Estas duas regiões apresentam formas de organização social que, por estar fundamentada no informal-ilegal, já é criminosa desde o princípio. É uma forma de relação clientelista-criminosa, que podemos qualificar de sofisticada, mesmo quando observamos na perspectiva do nosso tempo. Dizer que o crime é resultado de uma sociedade injusta, explica muito pouco o problema, visto que, quanto mais o crime se organiza mais ele desestabiliza a sociedade da qual se julga produto. É preciso perguntar então, se é o crime resultado de uma sociedade injusta ou se uma sociedade é injusta porque o crime existe, e penetra em todas as esferas das relações de poder, reduzindo a possibilidade de uma sociedade mais justa.

De modo geral, a partir da relação entre a formação do Estado moderno e grupos sociais distintos, podemos afirmar que, os grupos organizados que poderiam ser apontados como típico banditismo social de um capitalismo em formação, seja nas classes subalternas ou dominantes, muitas vezes não formavam redes apenas num domínio senhorial local. As ações coletivas sempre foram organizadas por ordens. Ordens religiosas, às vezes secretas, inclusive pautadas nos princípios da caridade e amor ao próximo, implantaram as primeiras raízes do que viria ser no século XX o Estado do bem-estar social. A questão é que a diversidade de ordens sempre esteve relacionada à diversidade de atuações. Das ordens beneméritas aos exércitos particulares, chegando às quadrilhas de salteadores, as *Ordens* ordenaram o mundo muito antes que qualquer modelo de Estado.

As possíveis comparações entre o Brasil e Itália podem começar, por exemplo, pela relação entre o nordeste e centro-sul brasileiros e o norte e o sul da Itália. O famoso historiador italiano Césare Cantù observou que “a Itália, sobre a qual os estrangeiros lançavam vistas cobiçosas, tornou-se campo de batalha das ambições e dos interesses, e os movimentos de toda a política européia receberam dela seu impulso secreto” (1956, p. 276). Os conflitos internos, idéias separatistas rivalizando com outras de unificação estão presentes até que a unificação aconteça em 1870. No Brasil, os movimentos separatistas eclodiram no decorrer de todo o século XIX, mesmo depois de decretada a Independência. Na Itália, conflitos ideológicos e de interesses marcaram a trajetória até o início de um Estado moderno

unificado. Outra coincidência é a atuação de organizações secretas promovendo reformas políticas de peso. No Brasil, a Maçonaria e na Itália, a Carbonária.

Nenhuma oposição legal podia exprimir-se nos Estados representantes da Itália. Desde então, a burguesia, fiel à idéia nacional que mais coincidia com os seus interesses materiais, decidiu agir na clandestinidade, no quadro das sociedades secretas – Carbonária – espalhadas por toda a península e sobretudo no Sul, nos Estados da Igreja e da Áustria, e no Piemonte.

O propósito destas sociedades (que se recrutavam na média burguesia e no exército, uns lembrados do relativo liberalismo da ocupação francesa e outros da vida militar ativa da epopéia napoleônica) era derrubar os regimes restaurados e substituí-los por um Estado italiano unificado, nos moldes da Revolução Francesa (NERÉ, 1991, p. 296).

O Risorgimento, na Itália, sempre foi um movimento de tendência muito mais nacionalista que democrática, apesar de baseado nos princípios da Revolução Francesa. É, sem dúvida, uma grande transformação que vai acontecer entre tendências monarquistas, republicanas e papais. Em meio a todo esse torvelimho de idéias, o Estado italiano se unifica, reinando como um manto sobre um conjunto de relações sociais e de poder que não são profundamente alteradas pelo poder coercitivo e centralizado, típicos do Estado moderno. Aí começa um esforço institucional para fazer valer princípios iluministas regentes do pensamento político-jurídico ocidental. Mas, as relações informais, em todos os níveis institucionais, solapam o domínio da Razão.

Na obra de Gramsci, a questão do Risorgimento é uma das categorias centrais. Mostra que a dificuldade de acontecer uma revolução do proletariado estaria exatamente, numa relação bastante complementar entre a burguesia capitalista do norte com as oligarquias agrárias do sul. Ao mesmo tempo, os interesses do proletariado do norte não coincidiam com os do camponês do sul. Assinala também, que uma vez criadas as condições para o surgimento de um Estado moderno liberal, as instituições tanto econômicas quanto políticas não foram pensadas, no sentido de acompanhar as mudanças oriundas do processo histórico. Mas, ao tratar da tão importante *questão meridional*, Gramsci nos ajuda a entender parte do nosso problema. A implementação de um Estado moderno que desde o

início apresentou rachaduras fez com que, muitas vezes, grupos locais é que cumprissem a função de organizadores da desordem.

o camponês era deixado completamente à mercê dos proprietários e de seus sicofantas e dos funcionários públicos corruptos, e a preocupação maior de sua vida era a de se defender corporalmente das insídias da natureza elementar, dos abusos e da barbárie cruel dos proprietários e dos funcionários públicos. O camponês sempre viveu fora do domínio da lei, sem personalidade jurídica, sem individualidade moral: permaneceu um elemento anárquico, o átomo independente de um tumulto caótico, freado somente pelo medo da polícia e do diabo (GRAMSCI, 1987, p. 70).

Referindo-se à formação republicana na Itália contemporânea, N. Bobbio chama atenção para o problema do *politiquismo* e do *apolitiquismo* como características de um modelo de Estado, que vão restringir ou contribuir, para o desenvolvimento de uma república democrática madura. O *politiquismo* é o uso da atividade política voltada para interesses pessoais. O *apolitiquismo*, salienta o autor, “é um modo de fazer política sem conhecimentos específicos, confiando exclusivamente no instinto, ou pior, no faro” (2001, p.11). O *apolitiquismo* é a indiferença diante dos fatos da política real de cada lugar. Expressa naquele servidor público que se curva diante de qualquer mandatário, acreditando que o uso da técnica, da burocracia, pode ser imparcial.

Todos esses conceitos e análises ajudam a mostrar as dificuldades de efetivação do Estado moderno. Por isso, como já foi dito, é possível apresentar o fenômeno do crime organizado primeiramente como um fenômeno político. Sociedades secretas, organizações corporativas na esfera econômica, elites locais, trabalhadores reprimidos, tudo isso, aqui e ali é terreno fértil para o surgimento de *resistências* à implantação de um novo modelo coercitivo e centralizado de poder político estatal.

Comumente, historiadores encontram as origens de famosos grupos criminosos dos dias atuais em tempos remotos. Isto ocorre por conta desta relação entre grupos locais e poder centralizado. E é na transição entre feudalismo e Idade Moderna que podemos encontrar as raízes mais longínquas do problema.

As resistências para manter uma sociedade tradicional, apartada da dinâmica cada vez mais intensa da sociedade moderna, são apenas um fator importante para entender a origem da Máfia. Nas origens, máfia, latifúndio, clientelismo,

senso de honra e de justiça com as próprias mãos parecem estar associados. Neste caldo cultural, aparece o *familismo* se opondo à visão de coletividade, o desprezo pela impessoalidade da lei e por todas as instituições representantes do Estado. Identifica-se que o envolvimento da estrutura da organização criminosa com as estruturas das relações sociais é muito intensa. Torna-se difícil então, muitas vezes, identificar com clareza, uma estrutura de empresa que caracterize estas organizações. É desse tipo de sociedade injusta, pouco afeita à soberania do Estado, que se origina a Máfia, que a manterá injusta. Como afirma Lupo: “em larga medida é justamente a Máfia que cria a insegurança da qual se aproveita, podendo-se dizer que a sua única função é aquela que ela própria determina, visto também que a criminalidade comum constitui a base de recrutamento das quadrilhas” (2002, p. 32).

A idéia aqui desenvolvida de *resistências*, na relação entre grupos sociais e Estado não pode ser reduzida a uma mera posição anti-Estado. Muito pelo contrário, “a Máfia se apóia no Estado e adapta o seu comportamento ao dele” (PADOVANI & FALCONE, 1993, p.69). O que a experiência do século XX vai mostrar é que a estrutura do Estado é fundamental para a atuação eficiente dos grupos criminosos. A relação entre mafiosos e juizes, policiais, políticos profissionais e pessoas de projeção social são condições importantes para a organização criminosa. É a partir da identificação deste fenômeno que é possível relacionar cultura e criminalidade e, afirmar também, que o crime organizado só pode ser definido como um crime de elite. Esse fenômeno ocorre com muito mais freqüência numa cultura em que é grande o valor atribuído às relações informais.

O contexto que importa lembrar, para quem quer procurar o caldo de cultura da máfia, ou uma ‘protomáfia’, é, porém, aquele período do século XIX que precede à unidade política italiana, quando nasce também o conceito de camorra... o banditismo representa um instrumento de lutas e facções das novas elites camponesas, uma ramificação de suas redes de clientes; mas, por outro lado, é a afirmação progressiva de uma nova idéia de legalidade que legitima comportamentos tradicionais das elites locais e do próprio Estado, pondo em discussão uma ‘justiça’ que se coloca a meio caminho entre a esfera pública e a privada (LUPO, 2002, p. 62, 66).

A ambigüidade moral, juntamente com o uso das instituições do Estado, particularmente a polícia, como mero instrumento de pressão sobre as

classes populares, estão sempre presentes em sociedades onde a desordem clama por algum tipo de ordem.

No século XX, grupos criminosos do mundo inteiro não se adaptaram apenas a uma relação com o Estado, se adaptaram melhor ainda ao sistema capitalista cada vez mais dinâmico, na sua versão produtiva e financeira.

O juiz Giovanni Falcone além de ter desempenhado um importante papel na luta contra as máfias italianas, tornou-se também um estudioso do problema. Juntando a sua experiência de magistrado com as observações feitas em relatórios e outras fontes, concluiu que o estudo da cultura é de muita importância para a ação do Estado contra o crime organizado. O *modus operandi* criminoso está inteiramente relacionado com o *modus vivendi* de cada época e lugar.

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

## 2.4

### O Brasil: o crime como o princípio e o fim

“Se só chegamos a compreender as lições da história quando já é tarde, a culpa é nossa”.

*Rudolf von Ihering*

Nesta etapa deste trabalho não foi desenvolvida uma revisão bibliográfica sobre a formação da sociedade brasileira. Não serão trabalhados exaustivamente, os autores e obras referidas. Apenas foi traçado um recorte sobre o desenvolvimento da relação entre Estado e Sociedade no Brasil, o suficiente para fazer entender como este fenômeno se deu entre nós, possibilitando a formação de uma estrutura social permeada por uma cultura, na qual, o clientelismo, foi se tornando, além de elemento formador de uma identidade nacional, moldura para a evolução do crime neste país. A literatura e autores sobre o tema, entre eles, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Prado, dispensam, neste momento, os rodeios tradicionais das teses acadêmicas. A questão é tentar entender em que medida o Estado foi e ainda é legitimado pela própria sociedade que o criou. Buscamos identificar as lacunas deixadas pela não legitimação das esferas “impenetráveis” no tecido social, pela autoridade da lei e força do Estado, que reproduzem-se como um Estado paralelo historicamente construído. Sendo assim, podemos compreender como o Estado, aqui no Brasil, ordena um modelo de sociedade que, em boa medida, é um reflexo da própria estrutura deste Estado.

No Brasil, o processo de formação do Estado, enfrenta os mesmos percalços que nos demais territórios do Novo Mundo. A perspectiva da metrópole foi sabidamente a de uma exploração predatória visando auferir da recém descoberta, terra do Ibirapitanga, aquilo que a Europa não produzia ou não podia ser produzido. As proibições mais conhecidas tais como instalação de escolas de nível superior, o estabelecimento de relações comerciais em nível internacional, instalação de indústria, entre outras



questões, favoreceram o surgimento de um país no qual *todos queriam e ainda querem abocanhar o seu quinhão*.

A formação política do novo território foi de caráter disperso e desorganizado. Moldado num patrimonialismo que, seguindo as tendências da época, fomentava a busca desenfreada de prestígio e honra social; estas características sempre marcaram as relações nos bastidores do poder, deixando em segundo plano qualquer ideal de construção nacional. A estruturação institucional se deu muito mais em função dos que ocupariam e se beneficiariam de determinados cargos do que de um projeto de nação. Uma administração pública que segue a trilha dos *donos do poder* (FAORO, 2000). A privatização da *coisa pública*, se é que algum dia, neste país, foi realmente pública, para a manutenção dos privilégios, tornou necessário um Estado no qual o absolutismo monárquico fundou raízes até hoje identificáveis.

O processo de colonização e de constituição do que foi sendo possível chamar de Estado moderno no Brasil, foi muito bem resumido nesta passagem de Cajo Prado Júnior: “Os representantes diretos do poder real irão aos poucos reivindicando para si toda a autoridade, e acabam transformando as Câmaras em simples executoras de ordens deles emanadas”(1992, p. 52). E, analisando a reprodução deste fenômeno nos dias atuais, Martins observa:

A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da República, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrático-racional-legal. Isto é, a dominação política patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal. Ao contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado (1994, p.20).

A relação entre Estado e Sociedade aqui no Brasil se deu em função da relação que foi estabelecida entre as instituições portuguesas, senhores da terra e Igreja. Esta relação de conflito só poderia tender para uma harmonia se o pacto de classes, ou melhor de estamentos, pudesse ser estabelecido. Seguindo esta idéia, é ilustrativa a colocação de Freyre:

Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusi-

vismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo na formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas: senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens; donos de terras e de escravos que dos senados de Câmara falavam sempre grosso aos representantes del-Rei e pela voz liberal dos filhos padres ou doutores clamaram contra toda espécie de abusos da metrópole e da Madre Igreja (2003, p. 65, 66).

Podemos nos perguntar então sobre as rupturas e continuidades na formação deste país. Em que medida houve o afastamento destes traços fundantes da nação “nessa dispersão temporal”, que mais parecem ter sido repetidos do que esquecidos, muitas vezes transformados, dificilmente apagados mesmo que nos seus menores traços. Há, até mesmo, que se perguntar em que medida estes “traços” estiveram e ainda estão escondidos “bem longe de todos os olhares” ou escancaradamente aí, na trama cotidiana das relações sociais.

É então na formação das “mentalidades”, de um “caráter nacional” que encontraremos outros elementos marcantes que não apenas nos deram origem, mas nos mantém até hoje no atraso.

A começar pela indução em ver no Brasil o “paraíso bíblico”, que criou condições para essa nossa mania de viver de fantasias. Um eterno carnaval. É inclusive, associado ao conceito de “paraíso bíblico” que se articulará a visão de aventura. A idéia de paraíso, clima exuberante e sensualismo atraía o aventureiro que, se a princípio era o pirata, corsário ou flibusteiro logo passou a ser o próprio colonizador. Um país que desde o início foi “um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido... terra de todos os vícios e de todos os crimes... desses excessos de vida sensual ficaram traços indelévels no caráter brasileiro...” (PRADO, 2001, p. 74, 76, 139). Lugar que mais parece que a *Justiça encontrou sua sepultura*. E não poderia deixar de ser, numa terra de tanta cobiça através ganho fácil. Terra de exploração e usurpação de todo modo. Como bem assinala Paulo Prado:

No Brasil avaliavam-se os méritos dos governadores pelas rendas que enviavam às Metrópole, e esta se opunha a qualquer aumento de despesa, mesmo produtiva... Os funcionários superiores, por um abuso tolerado,

monopolizavam quase todo o comércio: o próprio clero mercadejava... Se os chefes eram venais e peculatórios, os subordinados primavam pela ignorância.... (PRADO, 2001, p. 135, 136).

Sendo assim, houve desde o início um contexto propício para a violação das leis que estavam se tornando vigentes. Nasce aqui, assim como na Itália, junto com a nação, a cultura da corrupção e da violação da lei. Podemos afirmar, inclusive, que o Estado brasileiro nasce dando abrigo a uma elite corrupta e traficante. Clãs de aventureiros que aqui chegaram, se multiplicaram e se reproduziram até hoje.

O escravo como elemento fundamental de um modelo de sociedade em constituição, não reflete apenas mais uma versão de colonização e sociedade muito comum para a época. É prova de uma elite que se estrutura e se mantém através de um parasitismo secular e por um bom tempo escravista. De uma sociedade originária da aventura e do crime surge o problema de que,

a combinação de ânsia e escassez contribuiu rapidamente para o imediato esquecimento das sábias lições de direção econômica... uns tantos colonos deram um jeito de derrubar a interdição ao comércio em curso e investira por conta própria no negócio do fomento dos escravos. Conseguiram montar uma sólida base em Angola e se tornaram os primeiros brasileiros a romper a proibição de competir no mercado internacional... Tinham uma vantagem importante: a aguardente de cana e o tabaco produzidos na Colônia serviam como excelente moeda de troca para a aquisição dos negros. Com esses produtos, os brasileiros estabeleceram um ciclo paralelo de comércio internacional, com aspectos tanto legais quanto ilegais... Na volta, os escravos eram apresentados na Alfândega como importação legal, sobre a qual se recolhiam impostos; já os outros produtos entravam como contrabando, pois os brasileiros não tinham licença para negociar com eles... A demanda era grande, e o negócio prosperou depressa... Com uma grande margem de lucro e uma demanda que não parava de crescer, os traficantes coloniais encheram as burras de ouro – e logo passaram a ater o doce problema de ter de buscar onde investir os ganhos... os maiores traficantes da cidade criaram uma seguradora para diluir os riscos das viagens marítimas... A diluição do risco tornou o resultado das excursões africanas mais previsível, e animou o grupo de elite do tráfico a dar outros passos. Passaram a investir os novos lucros em imóveis... depois chegaram ao estágio de financistas... De passo em passo, no final do século XVIII... eram os homens mais ricos da Colônia... (CALDEIRA, 1998, p. 71,72,73).

Como pode ser visto, temos um bom exemplo de tudo aquilo que, anteriormente, foi citado a respeito das perspectivas de Hobbes, Certeau, Elias e Foucault. A idéia da importância de um Estado civil e coercitivo em Hobbes, assim como o Estado enquanto pedra angular do *processo civilizador* da conduta humana em Elias, estão presentes no *processo civilizatório* empreendido no Brasil. Essa *sucessão diacrônica* deixa clara que, a ausência do sucesso do empreendimento em constituir historicamente um Estado capaz de fazer cumprir o *contrato social*, deixou marcas profundas e visíveis para nossos dias.

As características que agora se manifestam neste país, que resistem ao tempo caracterizando um lugar, dão respostas para as especificidades da manifestação de poder no sentido diacrônico e sincrônico salientadas por Certeau e Foucault e é, em boa medida, o que pode explicar como o crime surge e se organiza hoje no Brasil. Nossa sociedade nasce do crime e é organizada por um Estado que se constitui para abrigar os interesses de uma elite que tem como origem de suas fortunas, a ilicitude.

Durante muito tempo Casa-Grande & Senzala foi considerada uma obra conservadora porque previa uma democracia racial para o Brasil e não tinha como referencial teórico os pressupostos marxistas da luta de classe. Por isso, o livro foi exaustivamente enxovalhado pelo academicismo brasileiro, particularmente no período da ditadura militar e, só no final dos anos 80 voltou a ser elegante alguém comentar que estava lendo ou relendo Gilberto Freyre. De fato, uma equivocada interpretação de Casa-Grande & Senzala não deixou perceber que se tratava ali de uma detalhada explicação de como nasciam dois traços marcantes da sociedade brasileira, que iriam servir de base para a expansão e organização do crime nos termos que nós temos hoje. O clientelismo e o coronelismo.

De uma sociedade escravocrata e patriarcal na qual a lei era o patriarca, nasce uma relação de clientelismo e autoritarismo da qual não somos apenas resultado, mas damos continuidade de modo muito sofisticado. As oligarquias se transformaram em partido, os coronéis se travestiram de lideranças políticas ou cederam espaço para o aparecimento do político profissional e o histórico clientelismo se consagrou como a única filosofia política e modo de vida que conhecemos. Um povo em que “a vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente populares”

(HOLANDA, 1988, p.11). Desde a nossa colonização as “famílias” substituem o Estado e hoje, se apossaram dele através de eleições que, como sempre foi, numa “ânsia de prosperidades sem custo; de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis...”(HOLANDA, 1988, p.15) mantêm-se no poder através da reprodução dos mesmos discursos que legitimam as mesmas relações políticas, sociais e econômicas de sempre. No período Imperial, a distribuição de títulos nobiliárquicos dá origem aos barões, condes e viscondes e já no final do Império e início da República surge a figura do *coronel*. Essas transições na estrutura política e social, são de fato, marcos históricos na reprodução de uma estrutura autoritária que chega aos nossos dias com fortes traços do passado. A coerção do poder pessoal, o clientelismo e a corrupção tornaram-se assim, o tripé de uma sociedade na qual, só um dia, poderá ver surgir uma democracia real.

Mesmo assim, a própria dinâmica da industrialização, avanço dos níveis de educação e aperfeiçoamento da estrutura político-partidária do país levou ao enfraquecimento do “coronel”. Aquele que decidia vidas, era a lei, suas terras muitas vezes abarcavam cidades inteiras. O *voto do cabresto*, da autoridade pela autoridade foi sendo substituído por um outro tipo de clientelismo político, o do voto mercadoria, agora exercido por um político de carreira que tem na retaguarda o aparato do “grande capital”.

É um fenômeno bem explicado quando observamos que:

A estrutura autoritária, a fragilidade da coerção estatal organizada, a base patriarcal e pastoril, além de um certo grau de pioneirismo ligado à conquista da terra, amplamente o explicam... Todo o sistema de relações sociais e econômicas de sociedade assim estruturada como que exige concentração do processo de decisões nas mãos de chefes autoritários. Trata-se de um processo de transferência de poder que talvez não seja nem sequer consciente; ou que é tido como parte da ordem natural das coisas, aceita sem constrangimento e sem reprovação. O coronel protagoniza esse chefe de vontades e dono de decisões. Seu desaparecimento só se dá com a modificação do sistema de relações sociais e econômicas que o motiva (VILAÇA & ALBURQUERQUE, 2003, p. 54, 58).

É preciso então, salientar que o coronelismo é resultado de uma cultura clientelista, ao mesmo tempo em que a reproduz e mantém. Talvez o seu traço mais explícito e bem acabado. Coronelismo e clientelismo antagonizam com o Estado racional-burocrático moderno. Por isso, na república

brasileira títulos nobiliárquicos foram e ainda são trocados por excessivos cargos de confiança. O coronelismo-clientelista penetra e se manifesta na transposição do ambiente rural para o urbano, da política do mando para o político profissional, da família para o partido, mantendo consideráveis níveis de informalidade-ilegal.

O coronelismo poder ser entendido como um modelo de formação social assentado na convergência de elementos históricos e culturais dentre os quais o formal e o informal, público e o privado, o lícito e o ilícito se confundem muitas vezes. Ajudou na manutenção ordenada de um povo para o qual o sagrado e o profano, o tradicional e o moderno são parâmetros confusos de orientação. Um povo passivo, pacífico e conformista, incapaz de enfrentar os desafios como eles são. Nesse ambiente, a complacência e a resignação o que, em outros termos, tornam-se testemunho de alienação são colocadas, muitas vezes, pelas religiões locais com testemunho de fé. E, fazendo parte deste *quadro coerente*, aproveitando-se deste ambiente, religião e Estado, assim como direita e esquerda político-partidária se locupletam da pobreza e da bestialidade das massas. Uma vez que este modelo de relação social e política se consolida, novos arranjos aparecem. Adaptam-se às necessidades impreteríveis do tempo, porém, mantendo os mesmos laços estruturais que deram origem ao nosso clientelismo. A nossa modernidade vai se caracterizar então, por um oligarquismo que,

se apóia em algo mais amplo do que este relacionamento – ele se apóia na instituição da representação política como uma espécie de gargalo na relação entre a sociedade e o Estado. Não só os pobres, mas todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca de favores com os políticos (MARTINS, 1994, p.29).

O grande problema é que estas estruturas são reproduções nem sempre sofisticadas do nosso passado, que se mantêm fortes e influentes no presente. Não por acaso, o historiador francês Augste de Sait-Hilaire, em passagem pelo Brasil, afirmou:

“Sôfregos de autoridade, vários dos chefes desses patriarcados aristocráticos de que o Brasil está coberto querem sem dúvida o federalismo; mas se acautelem os brasileiros contra uma decepção que os levará à anarquia e aos vexames de uma multidão de pequenos tiranos, mil vezes mais insuportáveis que um déspota único (apud, Nogueira, 1999, p.199).

Em “Os Bestializados” José Murilo de Carvalho observa que o crime foi parte integrante de uma formação e tradição histórica, na qual vários elementos se articulam para dar perfil a um contexto. Inclui-se aí a decepção das massas sempre excluídas e empobrecidas que, como não tinham como “fazer ouvir a sua voz”, passaram a formular um perfil de espaço público próprio do nosso modelo de relação entre Estado e Sociedade. Sem a mínima percepção da dimensão do problema e, por isso mesmo, de realização da cidadania, as massas populacionais se refugiaram no silêncio e na apatia política.

Por isso, o autor afirma:

No que se refere à representação municipal, ela ficava solta, sem ter que prestar contas a um eleitorado autêntico. A consequência foi que se abriu por este modo o campo para os arranjos particularistas, para as barganhas pessoais, para a tribofe, para a corrupção. E então fechou-se o círculo: a preocupação em limitar a participação, em controlar o mundo da desordem acabou por levar à absorção perversa desse mundo na política. Ao lado de funcionários públicos, passaram a envolver-se nas eleições e na política municipais, por iniciativa dos políticos, os bandos de criminosos e contraventores... os donos das casas de prostituição e de jogo. Eram estes malandros, no sentido que tinha a palavra na época, os empresários da política, os fazedores de eleições, os promotores de manifestações, até mesmo a nível da política federal. A ordem aliava-se à desordem, com a exclusão da massa dos cidadãos que ficava sem espaço político. O marginal virava cidadão e o cidadão era marginalizado... Desde o Império, as eleições na capital eram marcadas pela presença dos capoeiras, contratados pelos candidatos para garantir os resultados. A república combateu os capoeiras, mas o uso de capangas para influenciar o processo eleitoral só fez crescer... conhecidos assassinos desfilavam em carros pelas ruas ao lado dos candidatos... As eleições eram decididas por bandos que atuavam em determinados pontos da cidade e alugavam seus serviços aos políticos... Ironicamente, eram em geral elementos provenientes da população pobre que se prestavam à tarefa de ganhar as eleições a todo custo... os representantes do povo não representavam ninguém, os representados não existiam, o ato de votar era uma operação de capangagem (1997, p. 37, 38, 87, 88, 89).

Formam-se assim os focos de resistência à legitimação do Estado. A expansão do Estado moderno aqui no Brasil encontra *resistências* muito semelhantes ao mesmo fenômeno da Itália. Essas *resistências* se perpetuaram porque se ajustaram à institucionalização da ordem estatal, e são nestes “ajustes” que

se forma uma outra ordem, de certo modo, paraestatal.

A formação do Estado moderno nacional tanto no período imperial quanto republicano ocorre e até ajuda a dar forma a redutos com leis próprias. Estas novas esferas ora vão surgindo do confronto, ora por um ajeitamento com a autoridade do Estado. Tornam-se então, repúblicas dentro da República e manifestam-se em todos os níveis e setores da sociedade. Daí, forma-se, o inimigo externo, geralmente instituições do Estado tentando em algum momento e circunstância impor uma nova ordem ou simplesmente modificar a já existente.

Há, de fato, algo de inédito nos fenômenos sociais dos nossos dias: a sua abrangência. A violência, o crime e a sua organização, que para o seu profundo entendimento poderíamos nos remeter ao tempo das primeiras civilizações humanas, deve agora ser abordado num contexto de sociedade capitalista e, como tal, à luz do modelo de sociedade com os seus valores fundamentados sempre na relação produção/consumo.

Se observarmos com cuidado, verificaremos que, no Brasil, o fenômeno da violência urbana torna-se foco de atenção quando ela “desce o morro” e entra no cenário cotidiano das classes mais abastadas. Bandido sempre matou bandido nas favelas brasileiras, mas só quando a propriedade privada começou a ser de fato ameaçada, quando cada vez mais o acesso à riqueza e sua manutenção implicou maior aparato de segurança (inclusive privada), autoridades, imprensa, intelectuais e a sociedade em geral voltam-se para discutir o problema e buscar soluções das mais imediatistas possíveis. Na verdade o nosso passado é o nosso presente. Dito de outro modo, nunca deixamos para trás o que poderia ter sido modificado. Perpetuamos e até convertemos em problemas, elementos históricos que poderíamos hoje, estudar apenas como uma saudosa origem.

Seguindo esta idéia, a violência institucional para conter a pobreza no morro, faz parte da história do Brasil independente e principalmente alforriado. A ausência de um projeto de nação inclusiva, e a adoção de modelos excludentes moldou secularmente a sociedade brasileira. O que estamos assistindo agora é o esgotamento deste modelo de estratégia de contenção da pobreza, da violência e da criminalidade em geral nos limites da favela.

Se continuarmos insistindo, através de retóricas acadêmicas e políticas que o problema criminal começa e acaba nas favelas, que “o crime é um problema



social”, primeiro, não estaremos alterando em nada o debate que vinha se desenvolvendo desde os anos 60, que chegou aos anos 80 e que, seguindo viés muito semelhante nos anos 90, ainda coloca o bandido como vítima da sociedade e Robin Hood dos pobres. As reflexões acadêmicas tornaram-se, de fato, bem mais sofisticadas, mas ainda estão longe de expressar toda a dimensão do problema. Por isso, parece que estamos apenas reproduzindo o mesmo discurso, porém, de forma mais elaborada.

Durante os últimos vinte anos de análises sociais as tentativas de explicar a expansão da favela, a partir da análise das relações na infra-estrutura, sem levar em conta a legitimação da superestrutura, acarretou equívocos profundos, originando fatalmente uma gama de explicações reductionistas e até preconceituosas. Com raras exceções, o problema da corrupção foi analisado para além do seu teor imoral e ilegal, relacionando-o com a manutenção da pobreza e conseqüentemente dessa tal “criminalidade urbana”. No contexto dos anos 90, por exemplo, na era das políticas de Estado Mínimo e privatizações, o *chic* foi o debate a respeito da cotação do dólar, o papel do Branco Central, a abertura de mercado, inflação, ciclos econômicos etc. Além disso, não foram poucas as denúncias contra um neoliberalismo curiosamente legitimado nas urnas por pelo menos uma década. A origem e manutenção da pobreza passou a ser discutida quase que como expressão do colapso de um projeto de nação, uma espécie de testemunho da morte da República e da Democracia, enfatizando, contudo, muito mais o aspecto simbólico do “ser pobre”, do “ser excluído”, debates acadêmicos que só poderiam partir de pessoas que nunca passaram fome e não têm pressa para comer.

Essa elitização alienante do pensamento acadêmico brasileiro provocou um esvaziamento do que poderia ser chamado de uma sociologia do Brasil e da América Latina. O discurso sobre a liberdade e a democracia veiculado pela mídia e respaldado por muitos dos nossos letrados, fez com que, principalmente na última década do século passado, o Brasil fosse prioritariamente pensado a partir do olhar estrangeiro. Uma febre de brasilianismo dentro do próprio Brasil. É possível então, identificar uma estrutura social difícil de ser alterada num curto espaço de tempo. Até porque, não há vontade para isso.

As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos. E isso é um dado essencial do entendimento do Brasil: como os

partidos se organizam e funcionam; de como a política se dá, de como a sociedade se move. E aí também as camadas intelectuais têm responsabilidade, porque transladaram, sem maior imaginação e originalidade, à condição da classe média europeia, lutando pela ampliação dos direitos políticos, econômicos e sociais, para o caso brasileiro e atribuindo, assim, por equívoco, à classe média brasileira um papel de modernização e de progresso que, pela sua própria constituição, ela não poderia ter... O terrível é que, neste mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem (SANTOS, 2000, p. 50, 74).

No mundo acadêmico brasileiro, mesmo os disfarçados de esquerdistas, amantes de discursos eloqüentes, mergulharam no frenesi do debate sobre pós-modernidade, num país com 40 milhões de indigentes. Retrato de uma intelectualidade pelega e de uma universidade sem identidade. Professores quase sempre xenófilos, alienados e alienadores e estudantes simplesmente indiferentes, dão o tom do ensino de nível superior no Brasil. Quase não se lê mais Celso Furtado e muito menos Josué de Castro, mas sabem proferir palestras em inglês e embolar a língua para pronunciar autores estrangeiros, nas terras chamadas Brasil.

A tragicidade desta experiência em que há, como traço marcante da nossa consciência coletiva, a vergonha do nosso passado histórico, reflete-se na dificuldade e desinteresse em conhecer a origem dos nossos problemas atuais. Talvez esteja aí, a explicação para tanta reflexão sobre os pobres ou melhor, como culpar os pobres.

Convivemos então, com um “Estado Paralelo”. Talvez, em nosso país, o tal “Estado Paralelo” tenha sido sempre mais poderoso do que o oficial, exatamente porque nunca se restringiu apenas a traficantes de morro de favelados. Não é possível entender o processo de articulação do crime e a dimensão do que hoje chamamos *crime organizado*, sem que esteja clara a participação dos diversos setores da sociedade, num conluio direto ou indireto, neste tipo de delito.

Devemos partir do princípio de que o crime não pode se organizar sem que haja corrupção por parte das autoridades que representam a lei. Um bando ou uma quadrilha pode ter como característica um tipo de atuação

que facilite a sua existência sem que, necessariamente, autoridades sejam corrompidas. Mesmo que uma quadrilha seja bem articulada e profissionalizada e com isso, torne-se difícil a sua desarticulação e prisão, não podemos dizer que houve, necessariamente, corrupção nos aparelhos do Estado; talvez até incompetência, falta de recursos, que é muito diferente de corrupção. Mas, ainda assim, os representantes do Estado deverão ter ciência da existência e atuação do grupo criminoso. Por outro lado, a articulação entre quadrilhas e a conseqüente dimensão que assumem estas parcerias, nos obriga a raciocinar a partir de uma lei física que afirma que dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço. Crime e Estado não podem conviver em harmonia se o segundo estiver exercendo satisfatoriamente o seu papel ordenador da sociedade. Por isso, é condição fundamental para que o crime se organize que haja corrupção no Estado. Esta corrupção se estabelece em todos os três poderes, em todos os níveis hierárquicos e tanto no âmbito federal e estadual quanto municipal.

É possível então, ao mesmo tempo, entender o que vem a ser de fato o “Estado Paralelo”: é o “Estado dentro do Estado”. É reflexo da nossa cultura na qual a autoridade frequentemente não respeita a lei e nem exige o seu cumprimento. Aqui no Brasil, este *Estado paralelo* ganha perfil próprio e campo fértil para sua expansão. É a esse pernicioso traço cultural que Sérgio Buarque de Holanda já se referia no seu, *Raízes do Brasil*, através do conceito de “homem cordial”. Esta herança trágica pode ser entendida uma vez que “os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e dos costumes” (1998, p.05) e num ambiente em que “toda a hierarquia funda-se necessariamente em privilégios” (1988, p.06). O *homem cordial* é então, o perfil mais acabado do que somos e do que ainda deveremos ser, mesmo que ao custo do aprofundamento das nossas mazelas históricas. Se o *homem cordial* pode representar, a princípio, generosidade e hospitalidade é porque por trás desta aparência de “lhaneza no trato”, escondem-se “antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (1988, p.107), ao mesmo tempo, “uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carna-

val”(1988, p.111). Está associada a uma forma de convívio “ditada por uma ética de fundo emotivo” (1988, p.109) que resulta “justamente no contrário da polidez” (1988, p.107), num perfil de pessoa pouco afeito à disciplina ditada pelas próprias leis e tradições sociais. Por isso, para entender o que se passa em nosso país, em termos de violência, o crime e sua organização é necessário observar o que já afirmava Durkheim:

o mais útil e sugestivo é descobrir como a regra funciona em nossas sociedades contemporâneas, de que causas depende o domínio maior ou menor que lhe é dado... o que faz com que um povo tenha maior ou menor inclinação ao assassinio é esse respeito ser mais difundido ou menos, é um valor maior ou menor a ser atribuído a tudo o que se refere ao indivíduo (2002, p.157).

Este panorama da sociedade brasileira não surge e se mantém por acaso. Para quem pensa que o Brasil é resultado do destino, ledo engano. O Brasil sempre foi pensado e pensado para ser como é. A questão é que as nossas elites acreditaram que poderiam manter este modelo de sociedade infinitamente. Uma modernidade interrompida na qual, se a república não pôde se instaurar em sua plenitude, a democracia não pode passar de uma formalidade sustentada por discursos e propagandas. Para isso, as elites tiveram um papel fundamental na constituição deste sistema. Mas, quando nos comparamos com outros países, mesmo que com outras realidades históricas, é possível perceber algo que assemelha os países que chamamos, no conjunto, de Terceiro Mundo. São países marcados historicamente pela dominação e direcionamentos dados por elites corruptas e incompetentes.

É nesse sentido que Hélio Jaguaribe reconhece que,

algumas elites foram capazes de levar suas sociedades a seu respectivo desenvolvimento nacional e outras não o foram. As primeiras foram sempre elites que se provaram capazes manter ou alcançar altos níveis de funcionalidade societal, seja por ajustes graduais às condições e necessidades de sua época, seja por reformas radicais, nas quais um setor modernizador da elite superaria com êxito o tradicional e então se empenharia num esforço dramático para recuperar o acumulado atraso de sua sociedade. As últimas, pelo contrário eram elites disfuncionais, mais interessadas na preservação de seus próprios privilégios, dentro de suas sociedades, do que em contribuir para o bem-estar geral (1975, p. 97).

Dentro deste *quadro coerente*, nada mais claro do que perceber que a histórica relação clientelista que moldou a nossa sociedade desde a casa grande e a

senzala, passando pelo coronelismo, chegando ao político profissional, resultaria no que temos atualmente. Diante da fartura de opções em burlar leis e instituições que nós mesmos criamos, como esperar que um país que começou com saques e invasões e, nada foi feito para mudar, pudesse chegar aos dias de hoje numa situação diferente?

Da troca de machados e espelhos pelo Pau-Brasil, chegamos a um momento, no qual, transações mais complexas e sofisticadas formam as engrenagens para a manutenção do “sistema”.

Há décadas que as favelas constituem uma mercadoria política para o sistema. Nos anos 50 e antes da repressão imposta pelos militares de linha dura nos anos 60, quando as eleições eram permitidas e os partidos atuavam com relativa liberdade, um dos poucos recursos políticos à disposição das favelas eram as relações clientelistas estabelecidas com os políticos... Na verdade, lidando com um eleitorado mais exigente e sofisticado nas favelas, o governo julgou necessário enfrentar essa nova conscientização com esforços mais diligentes para manter as relações clientelistas existentes... A exploração política do problema das drogas pode assumir diversas formas. Usar o medo da população propondo medidas paliativas que não raro só exacerbam a violência nas favelas é apenas uma delas. Outra forma mais gritante são as lideranças entre candidatos a cargos públicos e grupos de traficantes, as quais costumam ocorrer nas comunidades onde estes últimos são particularmente poderosos... Os votos para o candidato são trocados por dinheiro e influência legítima para os traficantes, que geralmente querem livrar-se da imagem de ‘marginal’ fazendo amigos influentes nos postos certos (LEEDS, 1998, p. 253, 254, 255).

Dito isso, é preciso buscar respostas e soluções para questões que Robert D. Putnam, ao estudar o desenvolvimento, desempenho e adaptação das instituições ao seu meio sócio-político colocou com muita clareza. “Por que alguns governos democráticos têm bom desempenho e outros não?” E ainda, “quais as condições necessárias para criar instituições fortes, responsáveis e eficazes?” (1996, p. 19, 22)

Trata-se de compreender então, como se formou e se mantém no Brasil, o que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “instabilidade endêmica”, conceito que o autor emprega para toda a América Latina e que, neste momento, está direcionado restritamente ao Brasil. Como as instituições vigentes interagem em ciclos viciosos que mantêm um modelo social arcaico? Quais ações institucionais são adotadas para romper o ciclo do atraso? E por que os resultados não são empiricamente observáveis?

Seguindo as idéias de Guilherme dos Santos, as respostas para tais indagações demandam o exame dos dados empíricos a partir de dois recortes analíticos. Primeiro, verificamos a atuação do Estado na promoção do bem-estar social. Devemos verificar então, em que medida esta atuação funciona com a eficácia pretendida ou como facilitadora da reprodução de um modelo de sociedade repleto de ambigüidades. Segundo, a cultura política que perpassa e caracteriza as instituições públicas e privadas, organizações sociais e a comunidade no seu conjunto. É preciso entender a reprodução das relações de poder e o seu papel na manutenção dos processos de uma “cidadania regulada”.

A execução de tal projeto implica uma análise de níveis dimensionais diferenciados e ao mesmo tempo um viés histórico que agrega as noções de “evolução”, “processo” ou “dinâmica” ao estudo em questão. Há a necessidade de uma abordagem interdisciplinar entre teoria social, política e econômica, no sentido de estabelecer redes de causalidades múltiplas, mas também explicativas para o referido problema. A caracterização dos contextos e cenários que estimulam a continuidade dos modelos ou mudanças torna-se, por isso, fundamental.

No Brasil e na América Latina, aqueles dois eixos já se cruzam contri- buindo para formar historicamente não só o próprio Estado, como, também a relação Estado e Sociedade.

Diante do que podemos chamar de uma generalizada crise institucional contemporânea, particularmente no Brasil, a sua avaliação e entendimento tem que levar em consideração o nível de desenvolvimento alcançado pelas instituições nas esferas política, social e econômica o que se reflete em níveis variáveis, a democracia formal e real. Ao mesmo tempo, determinará o nível de alcance dos resultados esperados por esse desenvolvimento institucional, refletidos no que passou a ser chamado de bem-estar social e liberdade política. O entrelaçamento destes dois eixos poderá explicar as diferenças entre os níveis de desenvolvimento institucional, o nível de alcance dos resultados esperados nas três esferas de poder e o nível de institucionalização dos “conflitos de interesses”.

Temos que observar duas dimensões desta crise institucional, através dos conceitos de “híbrido institucional” e “hobbesianismo social”. No conjunto, temos instituições marcadamente constituídas por uma articulação muitas

vezes complexa entre o arcaico e o moderno. Isso induz, diretamente, ineficiência perante as novas e crescentes cobranças da sociedade. Por termos uma “morfologia poliárquica excessivamente legisladora regulatória” (1994, p. 79), porém ineficiente,

este híbrido faz com que o governo governe muito, mas no vazio – um vazio de controle democrático, um vazio de experiências legítimas, um vazio de respeito cívico. Nem por isso, todavia, o país é caótico e ingovernável; apenas como se verá, existem soberanias concorrentes e o governo é múltiplo (GUILHERME dos SANTOS, 1994, p. 80).

Apesar de não estarmos ainda no nível da ingovernabilidade, prevalece através da “cultura da dissimulação” e da “violência difusa”, um grau de insegurança individual e coletiva que, por conta do baixo nível de institucionalização dos conflitos, esta insegurança, no plano individual, se manifesta numa *guerra de todos contra todos*, no plano coletivo, deixando claro à luz do dia, o nosso modelo hobbesiano de relação social.

Feita esta reflexão podemos entender que o poder paralelo desenvolvido nas favelas é resultado de um fenômeno muito mais amplo e complexo. O tráfico não se expandiu e se organizou porque simplesmente o Estado não esteve presente, atuando nas áreas elementares do bem-estar. A “lhaneza no trato” se reflete na fragmentação da instituição família e na burla das leis, na incapacidade do modelo escolar brasileiro de formar cidadãos, mesmo usando métodos pedagógicos supostamente avançados, na banalização dos conceitos de democracia e liberdade, resultando numa quase completa ausência de uma visão comunitária, nos impasses da justiça criminal e no uso da violência sistemática do Estado contra as populações moradoras de favelas.

Ficamos então, dando voltas, caminhando em círculo com medo de voltar a tocar na ferida das nossas origens. De repente, tudo voltou-se para o pobre. Falar em filantropia e política social é um modo fácil de contornar nossa vergonha de um passado que mantemos vivo e quase sem aperfeiçoamentos. Na essência, ainda somos os mesmos aventureiros de sempre, que vemos, no nosso próprio país, um veio de ganho fácil, apesar do tempo que já passou.

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

WWW.OSVALDOBASTOS.COM



# Capítulo III

---

## *O crime em rede: do tráfico periférico às multinacionais do crime.*

“Meritíssimo, por muitos anos os Estados Unidos exploraram os povos pobres da América Latina. Mas nossa vingança chegou, senhor juiz: a cocaína é a bomba atômica da América Latina.”

*Carlos Lebder Rivas*  
Chefe do Cartel de Medellín

### 3.1

#### **Origens: velhos problemas em novos cenários.**

A questão central deste trabalho é entender o fenômeno que está sendo chamado atualmente de crime organizado. Para tanto, temos que recorrer necessariamente ao auxílio da história como uma forma de encontrar elementos que nos mostrem como tudo começou e por que o crime organizado apresenta o perfil dos dias atuais.

O entendimento da relação entre Estado e capitalismo nos ajuda bastante a alcançar o nosso objetivo. Entretanto, as respostas não estão apenas no presente, e até mesmo num passado próximo. Ao mesmo tempo, não é possível uma exploração profunda do passado distante neste estudo, até porque correria o risco de desvio do seu objetivo central. Mesmo assim, elementos deste passado humano fazem-se necessários para compor o nosso quadro explicativo.

Talvez, o que mais induza a esta necessidade seja exatamente a quantidade de informações que nos chega por todos os meios, tentando explicar tal fenômeno como algo exclusivamente novo. Como se o crime e os comportamentos desviantes fossem algo sem raízes no passado. As drogas, por exemplo, são colocadas como um problema moderno, fruto do capitalismo moderno, quando de fato fazem parte, com intensidade, de toda a história humana.

De repente os usuários se tornaram pequenos demônios, seguindo os traficantes que passaram ao status de grandes demônios. Mas, faltam várias perguntas cujas respostas estão cada vez mais claras como a luz do dia. Como a rede de tráfico de drogas chegou aos níveis atuais? Em que medida o tráfico de drogas é benéfico e até mesmo fundamental para a economia capitalista? Podem o capitalismo e o Estado moderno sobreviverem sem o comércio clandestino de drogas? Em que medida a política partidária é mantida pelas mais diversas contravenções incluindo o tráfico de drogas? São honestos, sinceros e realistas os debates acadêmicos e os discursos políticos sobre o problema? Quando falamos de políticas de combate às drogas estamos falando da captura de pobres e traficantes favelados ou dos engravatados, os verdadeiros donos da cocaína e dos seus lucros?

Segundo Escotado o uso de substâncias psicoativas é muito antigo. São diversas as substâncias originadas de plantas ou unguentos que o ser humano sempre utilizou tanto para rituais religiosos, tratamentos de doenças e também para se divertir. Os gregos, por exemplo, empregavam o termo *phármakon* para indicar tanto remédio quanto veneno.

Seguindo esta idéia:

a fronteira entre o prejuízo e o benefício não existe na droga, senão no uso por parte de quem utiliza... nossa civilização sofre por causa de plantas cuja existência se remonta a tempos imemoriais, e cujas respectivas virtudes foram exploradas a fundo por todas as grandes culturas (ESCOHOTADO, 1990, 18,26).

Ainda, segundo este autor, parece que o ópio foi a mais popular das substâncias extraídas de plantas conhecidas no período antigo e medieval. Em rituais, tanto ontem quanto hoje, as substâncias psicoativas atuam no sentido de induzir à *purificação ritual*, ou seja, *catharsis*, morte e ressurreição. Os estudos de Escotado nos mostram que o uso de substâncias que induzissem a alguma alteração da consciência sempre foi muito mais difundida do que pensa o senso comum. A questão que ainda está por ser respondida é a seguinte: por que, só no século XX, a droga se tornou um problema? O uso de ópio pelas elites européias do século XIX foi amplamente difundido. Duques e duquesas, empresários e políticos morreram loucos pelo uso dessa substância. Neste período, só quem podia usar ópio na Europa ou nos Estados Unidos era quem tinha muito dinheiro para pagar numa mercadoria tão cara. Vício e uso desenfreado

provavelmente sempre existiram. No entanto, para se tornar um problema pandêmico, foi preciso muito tempo. De fato, a criminalização da droga coincide não propriamente com a expansão do sistema capitalista e sim com a expansão da ciência e de certos setores da economia industrial.

Aquí temos, outra questão, qual seja: o crime não se organiza, porque é o sistema capitalista seu fundamento. As associações de artesãos, por exemplo, criadas para o auxílio pessoal e proteção mútua dos seus associados já existiam desde pelo menos o século VII e VIII na Europa. Com o tempo, estas associações se desenvolveram e através das ajudas mútuas por entre as quais transitavam desde negócios e relações de poder, até ajudas humanitárias. Nesse mesmo contexto, o homicídio praticado a mando de um “patrão” não era considerado delito grave.

A Rússia e a China são exemplos mais presentes. Suas organizações criminosas atuais já existiam pelo menos desde o século XVIII. Mesmo assim, é possível perceber uma intimidade acentuada entre o desenvolvimento do sistema capitalista, a informalidade e até mesmo o crime. Se as organizações anti-Estado são tão antigas quanto a própria idéia de Estado, quando este ente político articula-se como o modelo de produção que chamamos capitalismo, parece haver interesses convergentes que unem estes dois níveis da sociedade, a política e a produção, beneficiando, sem dúvida, os agentes e representantes das duas esferas a qualquer preço. Um dos marcos históricos mais recentes, e que consagra a relação entre política e empresa privada com o crime foi a conhecida Guerra do Ópio. De um desequilíbrio na balança comercial entre a Inglaterra e a China, o tráfico de ópio passou a ser uma estratégia para garantir fundos aos cofres públicos ingleses, o suficiente para continuar mantendo o luxo perdulário da sua monarquia. Ao mesmo tempo em que os chineses vendiam chá para os ingleses, a Inglaterra não conseguia vender seus produtos o suficiente para equilibrar sua contabilidade como este comércio. Não por acaso, os ingleses descobriram que o ópio era uma mercadoria muito popular na China. Foi então, que a Companhia das Índias Orientais em parceria e anuência do governo Inglês passou a vender o ópio que era produzido na Índia e Birmânia. O mais curioso é que o efeito devastador da venda do ópio inglês, na sociedade chinesa fez com que em 1839, na cidade de Cantão, as autoridades promovessem a queima

de vinte mil caixas da substância. Os ingleses, por terem seus interesses comerciais contrariados, tomaram tal atitude como afronta, gerando o que ficou conhecido como “A Guerra do Ópio”. Por isso, é possível que exista outra forma de desenvolvimento da vida material. Mas, este capitalismo que nós conhecemos, só cresce e desenvolve em parceria com a contravenção e com o crime.

O crime quando se organiza é porque vai se sofisticando. É uma forma de crime que quando contextualizado, no nosso tempo, nos dá a impressão de algo novo. Temos que reconhecer que muitas das teorias atuais, fundadas num *presente contínuo*, não nos esclarecem muita coisa sobre tudo que está acontecendo. Em todos os momentos da história da sociedade humana houve crimes que para o seu meio e momento eram de extrema sofisticação. E, no passado ou no presente, dizer que o crime é resultado de uma sociedade injusta explica pouco o problema. Quanto mais o crime se organiza mais ele desestabiliza a sociedade da qual se julga ser o crime um produto. O crime é muito mais o elemento desestabilizador do que resultado da desordem social. A articulação entre bandos e quadrilhas não é coisa nova. O modismo do tema *globalização* acarretou a grave consequência de que tudo agora parece novo, como se de fato pudesse haver um homem pós-moderno completamente afastado e desvinculado do seu passado histórico-cultural. Doces ilusões que desviam as consciências individuais e coletivas, das verdadeiras causas dos problemas vivenciados atualmente no Brasil e no mundo. Foi a este fenômeno que Hobsbawn se referiu quando afirmou que, “quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (1994, p,13). É o presente explicado por ele mesmo.

O conceito de *organized crime* surge em meio aos estudos da Escola de Chicago, que se notabilizou pelas inúmeras pesquisas sobre o fenômeno da criminalidade e delinqüência juvenil, num contexto de grande centro urbano-industrial, entre as décadas de 1910 e 1940. Para entendermos a organização do crime, nos moldes atuais, temos que partir de alguns princípios. São eles: a corrupção no Estado, a organização dos grupos criminosos ora operando em forma de empresa ou adaptados à cultura local, a colaboração de advogados, contadores e empresários indicando os caminhos para burlar a lei, e a lavagem de dinheiro e facilitação da articulação criminosa.

## 3.2

### Geopolítica do crime: a promiscuidade entre produção, comércio e repressão.

O mapa da geopolítica do crime nunca foi e jamais será permanente, já que o próprio sistema capitalista é muito fundamentado na ilicitude. Como tem sido demonstrado, o Estado e o sistema capitalista estão muito mais fundados em relações informais do que o contrário. Não é verdade que o Estado tem o poder de coerção que alardeia. Só não há crime perfeito quando o crime incomoda alguém, setores ou grupos, nas diversas formas de relação de poder, que perpassam os níveis econômico, político e social. Nesta mesma perspectiva, podemos entender o capitalismo como uma economia de saques e ilicitudes que, no progredir da sua história confundida com a própria evolução do Estado moderno, os níveis informais de relação foram cedendo espaço para a formalidade das normas jurídicas que, aos poucos, abarcaram formalmente, todos os setores e níveis deste modelo de sociedade. A passagem do tempo não fez apagar os traços do passado de cada sociedade. Tradições antigas e modernas mesclaram-se, dando novos contornos ao *ethos* social de cada lugar.

Nos tempos de globalização, a economia informal-criminosa tem se tornado cada vez mais poderosa, competindo de perto e, às vezes até, superando setores da economia formal em muitos locais do mundo. Como se não bastasse, o lado formal das economias está cada vez mais imiscuído com a criminalidade organizada. A lavagem de dinheiro tem sustentado conglomerados inteiros pelo mundo em todos os setores da economia. A indústria do turismo, apenas se destaca neste cenário, como uma espécie de enclave do crime, uma vez que, para ela, convergem e atuam com desenvoltura várias modalidades de crime, passando da prostituição infantil ao tráfico de drogas de pequeno e grande porte, concomitantemente à intensa lavagem de dinheiro a partir da própria construção da infraestrutura turística. Apesar de não ser um problema localizado como a maioria das pessoas pensa é possível afirmar, como faz Robinson, que “a narco-economia passou a sustentar uma parte tão grande do Terceiro Mundo que seu desmantelamento tem o risco de lançar o planeta no caos econômico e depressão globais” (2001, p.55). Num mundo em que

47% da população total do planeta é de pobres, como não querer que a informalidade criminosa tenha espaço?

O problema é que, se investigarmos as origens, pelo menos das principais organizações que circulam livremente pelo mundo, vendendo de tudo e falsificando de tudo também, verificaremos que nenhuma delas tem origem na pobreza. Tanto os grupos ocidentais quanto os orientais têm suas origens em relações políticas e econômicas, voltadas para a conquista do poder político e/ou econômico. Foge totalmente, à regra se algum dia um pesquisador descobrir que algum desnutrido africano, árabe ou nordestino brasileiro conseguiu criar uma organização com capacidade de traficar algumas toneladas de cocaína por ano, alguns quilos de material radioativo, alguns milhares de armas de última geração e, de quebra, falsificar qualquer tipo de documento que seja necessário para a realização dos seus empreendimentos. Por isso, podemos afirmar que o crime organizado é um crime de elite, praticado a partir da elite e em benefício dela mesma.

Assim como na mídia nacional, articulada aos interesses das classes dominantes, a mídia internacional passa para as pessoas, idéias reduzidas e deturpadas, dando aos problemas em questão, dimensões bem menores do que eles realmente têm. A idéia de “rede” é sistematicamente destituída de sua dimensão real, e isso é o que muitas vezes há de mais importante para ser divulgado. É nesse contexto, que surge o grande efeito do discurso maniqueísta, o jogo simplista do bem contra o mal.

Sempre foi muito mais fácil difundir pela mídia, a idéia do traficante como um ser demoníaco do que adotar políticas sérias para combater e prevenir o tráfico e o uso de drogas. O problema sempre esteve aí, à vista de todos e não foi por acaso a adoção da regra tácita: *jovens narcotizados são jovens menos contestadores*, tão utilizada como forma de manipulação política contra as gerações que sucederam os rebeldes dos anos 60.

Diante dos principais fatos ocorridos no decorrer do século XX, foi marcadamente a partir dos anos 60, que as drogas e o seu comércio começaram a ganhar as proporções que conhecemos hoje. É possível afirmar que, até este momento, as drogas já estavam bastante difundidas entre as classes mais elevadas no mundo capitalista e o comércio para o suprimento destes setores da sociedade, razoavelmente organizado desde o século XIX. No compasso dos interesses privados da alta burguesia, outros elementos entram em cena para o entendimento do problema criminal.

Os anos 60 e 70, auge da Guerra Fria, são marcados por articulações no âmbito da política internacional que, como sempre, estão unicamente voltadas para interesses de grupos políticos e econômicos que dominam o mundo e que dão inclusive, as diretrizes para a manutenção e continuidade do sistema capitalista mundial. Só em meados dos anos 70 e início dos anos 80 o mundo começa a despertar do sono letárgico das drogas.

De início, encarado preconceituosamente, como um problema infanto-juvenil, os grupos da contra-cultura se tornaram ícones da abordagem sobre as drogas, enquanto grupos de contraventores, cada vez mais sofisticados, associados a políticos e empresários eram espalhados pelo mundo, através de um comércio um tanto silencioso. Governantes e outras autoridades do mundo inteiro sempre souberam da existência destas transações. Sabiam desde o início, que jovens estavam sendo recrutados para fazer parte de um comércio mesquinho. Mas, as elites governantes, sabiam que combater a droga seria um erro estratégico diante dos seus interesses de poder. O jovem drogado torna-se fatalmente um jovem alienado. Deixar “rolar o tráfico”, como se nada existisse fez e, ainda faz, parte de um mecanismo de controle no qual os jovens são os principais alvos/vítimas. Se olharmos para as décadas recentes, podemos perceber uma relação que não se reduz à mera coincidência, entre jovens pacíficos, alienados, consumistas, apolíticos e a expansão das drogas. Elite comprometida com a imoralidade e a ilicitude, juntamente com a alienação dos jovens, ajudaram a definir o quadro atual.

A guerra do Vietnã é um marco na escandalosa expansão das drogas. Quando a guerra estourou, os americanos não imaginavam que encontrariam tanta dificuldade para concluir uma missão que, de fato, nunca concluíram; impedir a expansão do comunismo naquela região. Entre outras estratégias, estava a de drogar os seus soldados, para que, sob efeitos de drogas adquirissem “coragem” para entrar no mato e combater. Este problema foi explicitamente tratado no filme “Platoon” de Oliver Stone que foi vítima desta emboscada perpetrada pelo próprio governo americano. Com isso, a demanda por drogas aumentou muito. De uma produção incipiente e artesanal voltada para o consumo seletivo das elites no mundo todo, a produção de cocaína dos países andinos ganhou, pouco a pouco, proporções de indústria multinacional. Neste momento, na trilha do comércio clandestino de drogas, oficiais americanos utilizaram a própria infra-

estrutura do exército para traficar heroína para a Europa. O já destacado sudoeste asiático, milenarmente produtor de ópio e em seguida do seu derivado, a heroína, novamente de uma produção local passou para uma produção em escala com um mercado cada vez mais promissor, dando origem à conhecida geração *junk*, da qual “Cristiane F” foi apenas o exemplo mais conhecido.

Surge então, uma questão importante para o entendimento do nosso problema. O fomento da indústria da cocaína e o comprometimento tanto de governos de diversos países, quanto setores das respectivas economias. Nesse contexto, com o fim da guerra do Vietnã, surge um novo problema. Como desovar a produção, principalmente de cocaína, uma vez que, o bom mercado da guerra havia acabado? É neste momento que ingressam os países periféricos e gradativamente o Brasil, de pequeno consumidor e importante corredor de contrabando, principalmente para a Europa, passando para grande consumidor e integrante fundamental da rede internacional.

Nos anos 70 e 80, cocaína ainda era droga da elite por ser cara e de difícil acesso. A maconha estava mais generalizada e tinha uma oferta e preço mais acessível. Com as transformações no cenário internacional, associada às mudanças políticas e econômicas no nosso país, gradativamente o Brasil vai se tornando um mercado consumidor por excelência. O aumento na oferta de cocaína faz o preço baixar em termos de mercado, tanto nacional quanto internacional. Por sua vez, o Brasil estava trilhando o fim de uma ditadura que, como efeito do seu “milagre econômico”, consagrou a favela como componente importante do cenário dos grandes centros urbanos do país.

A articulação entre os fenômenos mais importantes da vida política e econômica deste continente têm mais interação entre si do que os meios de comunicação de massa costumam veicular. Desde a avalanche de golpes militares, entre os anos 60 e 70, a expansão do tráfico de drogas até a contínua exploração das riquezas dos países que formam este continente, fazem parte de uma conjuntura internacional da qual a América Latina e, particularmente o Brasil, não poderiam estar isolados. Não foi por acaso, que no Brasil, os *anos de chumbo*, no âmbito político, coincidiram com o *milagre brasileiro* na área econômica. Garantir a concentração de



renda sempre foi a regra num país em que as elites não podem se sentir classe superior se não for pela drástica diferença do consumo. Nos anos 80, na Bolívia, os norte-americanos preferiram apoiar o golpe do general García Meza, notório grande traficante de cocaína boliviano e a conseqüente derrubada da presidente Lidia Gueiler, eleita pelo povo, porém, dotada de idéias nacionalistas. Segundo Michael Levinas, ex-agente da DEA, “os traficantes bolivianos haviam alcançado o poder porque interesses especiais, nos Estados Unidos, assim o desejavam” (1993, p.152). Detalhe importante, ainda segundo Levinas, o novo governo boliviano tinha uma assessoria especial para assuntos de “segurança interna”. Tratava-se do nazista Klaus Barbie criminoso de guerra, conhecido como o *Açougueiro de Lyon*, ex-chefe da Gestapo na cidade francesa de Lyon, que entre as várias dezenas de ex-nazistas que encontraram abrigo das elites latino-americanas, principalmente a partir dos anos 50, criou um grupo paramilitar denominado “Noivos da Morte”, com o objetivo de proteger os grandes traficantes da Bolívia.

Aqui no Brasil, numa reação à pobreza e à repressão policial, esta, sempre utilizada como repressão política para a contenção da pobreza no morro, o banditismo pobre começou a se articular. A existência de uma grande produção de droga juntamente com o crescente empobrecimento das populações dos países latino-americanos torna, particularmente o Brasil, um país estratégico na geopolítica do crime organizado. Nesse sentido, o país vai se tornando cada vez mais atrativo para as práticas das diversas organizações que compõem o *crime em rede*, no estilo atual. Nos anos 80, o país tornou-se definitivamente, o principal corredor para o escoamento da cocaína andina tanto para os Estados Unidos como para a Europa. Ficou claro, que o submundo do crime havia transitado da condição de simples quadrilhas, para grandes organizações econômico-políticas capazes de enfrentar qualquer Estado-nação.

A partir de então, com um fluxo cada vez maior de drogas inundando o opulento mercado americano de dezenas de milhões de consumidores, a Casa Branca começa a sentir-se ameaçada por algo que, até os anos 70, não lhe incomodara nem um pouco. Ronald Reagan tomou o problema como um caso de “segurança nacional”. Com o fim do comunismo, os Estados Unidos precisavam de um novo bom motivo para manter a sua

política de expansão e intervenção. No final dos anos 80, 60% da cocaína produzida e comercializada por Cali e Medellín eram despejadas nos Estados Unidos. Apesar de todas as tentativas de repressão ou “combate” ao tráfico de drogas, houve um crescimento anual médio de 28% ao ano, durante as décadas de 80 e 90, fazendo com que, atualmente, 80% da cocaína e 35% da heroína produzidas na América Latina sejam direcionadas para o mercado americano. Na década de 80, a produção, só na Bolívia, atingiu uma média de 50 mil toneladas de pasta de cocaína por ano. Desse volume, as apreensões mais satisfatórias chegaram a pouco mais que 10% deste total. Como afirma Stecher, já “em 1985, o equivalente a 1 Kg de cocaína em pasta pura custava US\$ 2.400 na Bolívia; 1Kg de cocaína custava US\$ 9.000 na Colômbia; no atacado de Miami, custava US\$ 30.000 e US\$ 300.000 no varejo” (1993, p.76).

Os *capi*, como ficaram conhecidos os chefes do narcotráfico, cresciam, prosperavam seus negócios, aumentavam num ritmo absurdo as suas fortunas pessoais. O Cartel de Medellín, ainda nos anos 80, movimentava algo como 10 bilhões de dólares por ano. Na Bolívia, um dos maiores narcotraficantes da época, Roberto Suárez, em 1982, ofereceu pagar a dívida externa deste país que estava em torno dos 4 bilhões de dólares. Em 1988, o Cartel de Medellín ofereceu a quantia de 11 bilhões de dólares ao governo colombiano em troca da suspensão dos acordos bilaterais efetivados com os Estados Unidos que previam a extradição de traficantes para este país.

Entretanto, os verdadeiros interesses da reação desenvolvida pelo governo americano contra as drogas aos poucos foram ficando claros e, atualmente, cada vez mais visíveis. Trata-se de uma política de âmbito internacional que tenta camuflar os interesses de dominação política e econômica que são os verdadeiros motivos do combate às drogas. O livro *A grande mentira branca*, escrito por um ex-agente da Drug Enforcement Administration-DEA, Michael Levinas, nos revela fatos importantes dos bastidores do combate às drogas e a parcialidade com a qual os americanos agem quando seus interesses estão em jogo.

Aparentemente sempre que a CIA tinha algum ‘interesse’ no traficante, esse indivíduo nunca aparecia em nossos computadores... (em 1980) ...tinha-se a impressão de que todas as investigações sobre o tráfico de cocaína na Bolívia haviam cessado; os traficantes controlavam

firmemente o governo do país (ver o golpe da cocaína—general Hugo Banzer). Pasta-base e cocaína se tornaram os principais produtos de exportação e a fonte de toda a renda nacional... Nesse meio tempo, a demanda de cocaína nos Estados Unidos começara a explodir, como nunca antes. Em uma imigração em massa, que fazia lembrar a corrida do ouro na Califórnia, dezenas de milhares de bolivianos se mudaram das cidades para áreas de plantio da folha de coca para encher seus cofres com o “ouro” boliviano”... Todo mundo da espionagem já sabia que o governo argentino estava apoiando os bolivianos... Quer mesmo saber? Vejo os maiores traficantes de drogas vivos serem liberados depois de eu ter preparado um caso contra eles. Fico parado, sem poder interferir, enquanto esses caras matam, estupram e torturam pessoas, e depois ainda oferecem recompensas pela minha vida. Então, eles tomam o poder de seu maldito país, e com a ajuda do meu. Tudo que posso fazer é enviar telegramas e dar telefonemas, e agora vocês me dizem... fique frio, está dando uma péssima imagem sobre a DEA?... Percebi que quanto menos eu me empenhava em impor a lei, melhor me entendia com meus chefes. Só precisava manter a papelada administrativa sempre em dia, enviar relatórios secretos e comparecer aos encontros com policiais argentinos e uruguaios sobre repressão ao tráfico de drogas, e todos ficavam contentes... Então, mudou a situação nos Estados Unidos. Ronald Regan fora eleito presidente e voltou a declarar guerra contra as drogas. Subitamente, a mídia descobriu que a economia da cocaína tomava o poder em toda a América do Sul e ‘surpreendeu-se’ ao saber que, na verdade, a Bolívia estava sendo governada por traficantes. Artigos sobre o assunto começaram a aparecer em todos os meios de comunicação, e eu cometi o grande erro de tomar conhecimento deles... Tudo que eu via ou lia apresentava-se tão completamente desinformado, mal investigado ou cuidadosamente editado, a fim de não expor interesses especiais, que teria sido melhor para o povo americano se nada fosse divulgado. A cobertura da mídia era de tal forma incompleta que os leitores e espectadores acabariam com a impressão de que nossos líderes estavam realmente tentando vencer a guerra contra as drogas. Diante desse tipo de reportagens, eu me sentia cada vez menos à vontade em continuar seguindo orientação oficial... Enquanto eu lia, perguntava a mim mesmo o que o povo americano faria se soubesse como havíamos atraído Gueiler e aqueles heróicos bolivianos que lutavam contra as drogas; se descobrisse que o caso de Suárez fora deliberadamente destruído pelo governo; se fosse informado dos fatos que estavam por trás da liberação de Gasser e Gutiérrez... os traficantes bolivianos haviam alcançado o poder porque interesses especiais, nos Estados Unidos, assim o desejavam... Menos de dois anos

depois, um agente da DEA, em Tegucigalpa, nas Honduras, declarou que os militares hondurenhos que estavam ajudando Oliver North e a CIA apoiar os contras anti-sandinistas na Nicarágua eram a fonte de mais de 50 toneladas de cocaína, contrabandeada para dentro dos Estados Unidos, num período de quinze meses, o que significava a metade do consumo do nosso país. Os homens de terno da DEA o transferiram imediatamente para fora de Honduras e fecharam o escritório... A guerra contra as drogas não passava de uma ilusão em que eu fora tolo o bastante para acreditar – uma crença pela qual teria facilmente dado a vida, se não fosse pela banalidade da sorte (LEVINAS 1993, p. 120, 129, 138, 148, 149, 150, 152, 153, 180, 181).

Seguindo esta perspectiva, é possível observar que, além do que foi descrito pelo ex-agente da DEA, quando se trata de cidadãos americanos envolvidos no mesmo problema o tratamento dispensado pode vir a ser curiosamente diferenciado. No relatório da CPI do Narcotráfico consta que:

**JONH MICHAEL WHITE** - É o chefe da organização criminosa que foi responsável pelo Caso FAB. Mantém contatos com narcotraficantes na Colômbia, Peru, Bolívia, Chile e Espanha. Possui imóveis no Uruguai, onde mantém um esquema de lavagem de dinheiro. Em 1997 foi indiciado por tráfico de drogas juntamente com NEODIR HEMING, ROSANI MARIA HEMING E SÔNIA HELENA SOARES DE MELLO WHITE, quando da explosão de um laboratório de crack no Rio Grande do Sul. Relaciona-se com os chilenos Carlos Nicolas Silva Rojas, Fernando Rey Marupa, Rene Meijas Soto e Juan Enrique Orelíana Neira, elementos envolvidos com a Camorra Italiana.

Michael White já fora condenado por tráfico de drogas e extraditado do Brasil, entregue à polícia norte-americana. Pouco depois, voltou ao nosso país, a comandar importante “linha” do tráfico internacional (para a Europa...)

O governo norte-americano jamais passou informações acerca dele para o governo brasileiro. Depois de ter sido preso mais uma vez, a Embaixada dos E.U.A. , consultada, informou que nada constava sobre esse cidadão norte-americano. Para atingir seu objetivo, os Estados Unidos iniciaram um amplo programa de treinamento das polícias latino-americanas e de algumas de suas forças armadas (de modo a impedir que a droga chegasse aos Estados Unidos), através de um órgão especializado e integrante de seu Departamento de Estado, o DEA (Drugs Enforcement Agency) que, sem poupar recursos, acabou por monopolizar as ações de inteligência e repressão na América Latina. As rotas do tráfico para o mercado consumidor norte-americano foram comprimidas, mas a produção permaneceu

intocada – o que levou à natural e previsível criação de mercados alternativos. O desenrolar desse processo atingiu de maneira perversa os países sul-americanos não produtores de droga: apanhados sem qualquer esboço de uma política interna capaz de enfrentar o fenômeno dentro de suas fronteiras, viram aumentar a dependência de seu aparato policial ao assessoramento do DEA...

[...] O Brasil, integrado e submetido a esse contexto internacional, limita-se a assistir à degradação de parcela importante de sua juventude.

[...] Não é admissível que a solidariedade internacional, necessária ao combate ao narcotráfico, reduza a participação da polícia brasileira a não permitir que a droga chegue a Nova York ou Miami – e quase nada faça para evitar que se espalhe pelas cidades brasileiras (CPI, 1999, p. 57, 58, 59).

A geopolítica do crime, seguindo a trilha deixada pela cocaína, apresenta diversos casos em que o governo americano apoiado pela extrema-direita latino-americana coloca no topo do poder notórios criminosos, gangsteres, líderes de redes criminosas, alçados ao poder para, ao mesmo tempo, evitar a ascensão de líderes popularmente eleitos e com isso, facilitar o tráfico principalmente de drogas, armas e a lavagem de dinheiro.

Em 1968, o general populista Omar Torrijos, através de um golpe militar, assume a presidência do Panamá supondo dar às classes menos favorecidas alguma possibilidade de participação no poder. Em 1981, foi morto em um acidente aéreo provavelmente perpetrado pela CIA. O governo norte-americano coloca, então, Manuel Noriega no poder, sabidamente envolvido no tráfico internacional de drogas pelo menos desde os anos 70. O problema é que Noriega começou a desagradar o governo americano em aspectos importantes. O ditador panamenho não se mostrou interessado em ajudar os EUA, na guerrilha anti-sandinista dos “Contra” que era, em boa medida, financiada pelo tráfico de cocaína dos Andes. Ao mesmo tempo, Noriega apoiava o grupo colombiano de Medellín, inimigo dos americanos, mas que servia aos interesses do Vaticano. Não por acaso, após a invasão do Panamá, Noriega consegue escapar, por vários dias, às perseguições do exército americano indo se refugiar, finalmente, na embaixada do Vaticano. O Cartel de Cáli é que servia nesse momento aos interesses americanos e os negócios estavam prejudicados pela intervenção de Noriega a favor de Medellín.

A partir de 1989, depois de duas eleições roubadas por Noriega no decorrer dos anos 80 e, apoiado pelo governo Reagan, os EUA retiram finalmente seu apoio ao traficante e a imprensa passa a publicar as violações de direitos humanos cometidas por Noriega durante quase uma década e que, até aquele momento, não tinham merecido a devida atenção. Contraditoriamente, a mesma “imprensa livre” não publicou o massacre de civis panamenhos durante a invasão norte-americana calculado entre 3.000 a 5.000 pessoas mortas em consequência dos confrontos na invasão. Em dezembro de 1989, ocorre a invasão do Panamá. No dia 1º de janeiro de 1990 vence o prazo para que o governo panamenho voltasse a assumir o controle administrativo do Canal do Panamá estabelecido num acordo em 1977 e Noriega não era mais um aliado de confiança. Além do aspecto econômico-político estava em jogo outra questão de interesse dos Estados Unidos. É no Panamá que está instalado o Comando Sul do Exército Americano. Na época da Guerra Fria, a missão era lutar contra o comunismo na América Latina. No final dos anos 80 e início dos anos 90 este setor do exército norte-americano voltou-se para o combate do narcotráfico principalmente em países como o Brasil, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador. Ou seja, em área da chamada Amazônia Internacional, grande reserva de biodiversidade.

Após a invasão do Panamá, novos governos “democraticamente” eleitos, sob o consentimento de Washington, passaram a governar o país. Todavia, não somente financiados por cartéis andinos como também, durante a década de 90, o tráfico de cocaína e outras drogas triplicou, passando pelo Panamá rumo aos Estados Unidos. Só que, atualmente, atendendo, entre outros, aos interesses do Cartel de Cali.

Dentro deste contexto, logo cedo, a receptividade encontrada tanto ao nível do banditismo, nas favelas brasileiras, quanto do leque de opções de autoridades corrompidas, o Brasil vai direcionando boa parte dessa cocaína andina para o consumo interno. Os morros tornaram-se, então, pontos de venda varejista para uma burguesia do crime, que passou a se esconder atrás da máquina do Estado, bairros nobres, instituições financeiras e empresas privadas. Nesse momento, enquanto nos países andinos, principalmente Bolívia, Peru e Colômbia os governos começaram a enfrentar o problema até hoje existente, da substituição das lavouras de subsistência pelas plantações de coca, nos

morros dos grandes centros urbanos brasileiros, com destaque para Rio e São Paulo, as quadrilhas criminosas começam a ganhar novos perfis de atuação. Não tardou para que os grupos criminosos das favelas buscassem sofisticação e uma diversificação cada vez mais ampla de atuações. Surge a indústria do seqüestro associada ao assalto a banco e ao tráfico de drogas. É para este fenômeno localizado restritamente no morro que tanto a imprensa como os trabalhos acadêmicos direcionaram o conceito e debate sobre o *Estado paralelo*. O problema é que de forma invariavelmente rápida, novas modalidades de crime vão tomando vulto e associando-se umas às outras. As já existentes vão se articulando com os grupos que atuam na prostituição infantil, tráfico de órgãos humanos, biopirataria, roubo de cargas, tráfico de armas, amparados por uma ampla e, cada vez mais sofisticada, estrutura para a lavagem de dinheiro. Posto assim, fica muito claro entender que *crime organizado* e *estado paralelo* não podem ser sinônimos de *morros favelados*.

Gradativamente, a droga tornou-se a fonte de lucro principal de toda e qualquer organização nacional e multinacional do crime. Com um mercado consumidor sempre crescente, esse fenômeno começa a ser verificado com clareza no final dos anos 70 e início dos anos 80, ficando conhecido como a “democratização da cocaína”. Atualmente, grandes organizações criminosas, muitas vezes compostas por dezenas de milhares de pessoas espalhadas pelo mundo inteiro, atuam na forma de *holding* tendo a empresa da droga como empresa-mãe e as demais contravenções como suas associadas.

As drogas, e entre elas a cocaína, por ser a mais rentável, tornam-se o eixo de todos os demais delitos. Em função de seu caráter delituoso e por isso, da rapidez e segurança nos negócios, a hierarquia criminosa supera a morosidade da justiça e o conjunto da burocracia estatal. E, por estar à margem da Lei, para resolver pendengas e manter-se no mercado só cabe o tradicional uso da força bruta.

Seguindo esta perspectiva é preciso deixar claro que este estudo não busca saber se o homem de hoje é mais ou menos violento, se comete mais ou menos crimes que em qualquer época do passado. A questão é tentar entender como na *sociedade do controle* não é possível o nível de controle almejado pela própria modernidade. No jogo de *controles* e *descontroles* o crime de bando e quadrilha, ao invés de retrair como era de se esperar,

progrediu, sofisticou-se, organizou-se criando redes de poder econômico, político e social. Articulam-se com competência aos meios tradicionais e às novas tecnologias organizacionais e estratégias de atuação em todos os setores do mundo contemporâneo. Este estudo não procura apenas reconstruir o crime do passado para simplesmente compará-lo ao presente. E sim, relacioná-lo a um conjunto de elementos possibilitando, não só, delimitá-lo como objeto de estudo, mas entender suas origens, transições e permanências. Neste recorte mais amplo há outro mais restrito que se define pela transição entre o fenômeno da *vitimização do crime*, ou seja, o criminoso como vítima e resultado das injustiças sociais para a crítica político-institucional de um modelo de Estado segregador, avesso ao ressurgimento do debate sobre direitos humanos a partir da década de 70. Deste mesmo contexto temporal e recorte epistemológico faz parte o conflito ideológico: comunismo *versus* capitalismo que tanto influenciou índices criminais, percepção do problema e as respectivas soluções.

É possível que o Estado do Bem-estar tenha controlado os índices de criminalidade em outros países. Este argumento, entretanto, não tem fundamento para explicar o mesmo fenômeno no Brasil e até mesmo na América Latina, uma vez que a insipiência do modelo de bem-estar neste continente não pôde conter sequer doenças típicas de países em que a fome é endêmica. De fato, somente fatores históricos até hoje presentes e que foram habilmente articulados à dinâmica do capitalismo e da formação dos Estados latinos podem trazer bases explicativas para o crescimento da criminalidade. Seria impossível reconstruir as taxas de criminalidade oculta, crimes que nunca foram registrados, principalmente porque aconteciam nos limites das favelas, mas que sempre existiram. No conjunto é perceber a realidade atual como retrato da hábil articulação entre estrutura e superestrutura.

Não por coincidência, o fim do comunismo não só induz à busca de um novo inimigo para o sistema capitalista, como ele aparece quase que espontaneamente, como fruto de uma exploração e concentração sem precedentes na história do capitalismo mundial.

Criminosos comuns e movimentos sociais passaram, nos anos 90, a ser alvos de coerção por parte do Estado capitalista maquiado com a preocupação da defesa dos direitos humanos. Os explorados e excluídos



quando organizados em grupos criminosos ou movimentos sociais substituíram a bruxa comunista. São os novos alvos do Não-Estado de Direito. Continua assim, a repressão político-ideológica e de classe, uma vez que, o problema continua sendo como manter protegido o acesso e a manutenção da propriedade muitas vezes adquirida de forma ilícita através do erário. É nesse contexto que nascem os novos revolucionários e guerrilheiros urbanos e rurais, que não são contra a propriedade. Muito pelo contrário, estes novos revolucionários dos anos 90 estão reclamando de uma sociedade na qual os excluídos querem ter acesso à propriedade. Na verdade é uma sociedade que induz ao crime e outras formas de rebelião porque é um Estado contra a pessoa, impedindo-a de tornar-se cidadã. Por isso, é o crime do Estado contra o cidadão que gera pobreza, sendo que esta, mantém tanto as diversas modalidades de crime quanto o próprio Estado que parece “legitimar” isto que está aí. É somente nesta perspectiva que poderemos entender as origens do crime e da pobreza no Brasil e até mesmo nas sociedades capitalistas desenvolvidas. E, se tudo continuar assim, infelizmente, a palavra de ordem do século XXI não será mais reivindicação, será, atentado.

Na verdade se estamos na *sociedade do controle*, formas de controle cada vez mais sofisticadas da consciência individual e por conseqüência das massas, tendem a tornar-se cotidianas. Então, só podemos entender esta aparente perda do controle refletida no crime se observamos a superestrutura e nela, particularmente, o Estado como instância maior dos ideais dos grupos sociais dominantes. O problema não acaba aí. Por que em alguns países o Estado parece ter conseguido manter alguma isenção a respeito dos interesses de classe? No Brasil, assim como em todo o Terceiro Mundo, uma *elite disfuncional* mantém, século após século, geração após geração, os países periféricos como projetos inacabados da modernidade ocidental. E como peça fundamental de um sistema afastado de princípios humanistas a repressão é pedra angular. Os membros dos aparelhos repressores são habilidosamente convencidos a reprimir, a violar as próprias leis que são chamados a zelar e a violar os direitos humanos, mesmo que ainda restritos à não-violação do corpo, tudo para manter esta ordem que só pode ser mantida com a intimidação contínua às explosões de fome, abandono e miséria do seu semelhante.

A aparente perda do controle nos países periféricos, a exemplo do Brasil, é resultado de um *descaso planejado*. Parte dessa massa faminta organizou-se. E busca ter acesso à propriedade pelos mesmos mecanismos da ilicitude que muitos já conseguiram e tornaram-se elite, mesmo que disfuncional. Em função deste *descaso planejado* o ciclo do narcotráfico tem um efeito devastador para as sociedades periféricas e nestas, principalmente para as populações menos abastadas. Além da depredação do meio ambiente, a perda de legitimação do Estado, que muitas vezes só possui representação simbólica em vastas regiões do Brasil e da América Latina, cujo resultado é a reprodução histórica de sociedades informais nas quais relações informais são fachadas para relações ilegais. Se observarmos que o Estado, neste continente, tem em média 200 anos de existência temos uma trilha a seguir para compreender sua incapacidade de ordenar legitimamente as sociedades latinas.

O secular *descaso planejado* das elites latino-americanas trouxe conseqüências de um perigo incalculável para as futuras gerações, já que, o narcotráfico e a guerrilha, num conjunto com erros governamentais, contribuíram para enfraquecer a legitimidade e o poder de um Estado sempre em crise desde a sua origem. Uma questão é certa: os governos militares, em toda a América Latina, tiveram papel decisivo na constituição não apenas de narcoditaduras, mas permitir a infiltração em toda a máquina estatal de quadrilhas ligadas principalmente ao desvio do erário, lavagem de dinheiro, grupos paramilitares e outros ilícitos.

O despovoamento de áreas rurais, juntamente com uma crise institucional levou a que no Peru, por exemplo, seja usada a expressão *alto huallaga* para referir-se aos espaços sociais, políticos e econômicos onde o Estado já não tem mais poder.

A falta de capacidade dos Estados latino-americanos de marcarem presença em todo o território, abrindo espaço para a ilegitimidade de vastas regiões é por conta das tendências à repressão como única estratégia de controle, principalmente das massas excluídas. No Brasil, o Projeto Calha Norte é um bom exemplo do problema. Criado no governo Sarney, idealizado pelo então general Rubem Bayma Denys, o Calha Norte tinha, como objetivo, formalizar a “presença institucional brasileira” no extenso território amazônico. Em princípio, o projeto tinha como proposta levar

ajuda alimentar, de saúde e infra-estrutura para as populações locais. Entretanto, esse objetivo não foi cumprido. Entre informalidades e ilegalidades a instalação do “projeto” foi, de fato, responsável pela degradação de diversas nações indígenas, ocupação de territórios indígenas por garimpeiros, mineradoras e madeireiras. E como se não bastassem, muitas pistas de pouso abertas pelo “projeto” para difundir a presença do Exército, na região, passaram a ser usadas por traficantes e contrabandistas de ouro.

Nos principais países plantadores de coca, Bolívia, Peru, Venezuela e Colômbia vivenciou-se situações semelhantes principalmente nas chamadas *zonas cocaleras*, cujos reflexos são tão atuais quanto no caso brasileiro. Nos países andinos a conversão de plantações de subsistência em plantações de coca começou a tornar-se um problema no início dos anos 80, e não se deu apenas por força do aumento do valor da folha da coca, o que tornou o seu comércio mais rentável, ainda ajudado pela tradição milenar deste tipo de atividade. Aconteceu, em boa medida, devido à atuação de grupos criminosos que assassinaram pessoas ou famílias inteiras como forma de pressionar à adesão ao plantio de coca. Na Colômbia os Cartéis tiveram e mantêm papel importante nos assassinatos e coerções contra populações de lugarejos com o objetivo de impor às populações pobres e campesinas que plantem coca para servir à indústria dos Cartéis.

Na Bolívia, os Estados Unidos financiam desde 1985 um *Projeto de Desenvolvimento Alternativo* voltado para financiar o retorno ao plantio de produtos alimentícios. Entretanto, só nos primeiros anos de implantação os 500 milhões de dólares enviados à Bolívia para este programa, a maior parte foi desviada pela corrupção ou desperdiçada em alocações inadequadas. O que há por trás de toda esta questão do combate as drogas é o fato de, particularmente na região do Chapare, descobriu-se a existência de rica reserva em petróleo e este é o grande motivo pelo qual os EUA querem combater a plantação de folha. Em função da descoberta de petróleo, para os últimos anos o “Projeto Alternativo” prevê a mudança de 5 mil a 15 mil famílias da região de Chapare para outras regiões de modo que estas populações não atrapalhem a exploração do “ouro negro” pelas multinacionais norte-americanas. Daí porque a *vietnamização* da Colômbia iniciada com o governo de Andrés Pastrana e intensificada no governo de Álvaro Uribe, conhecido como *garoto de recados de Washington* e que defende abertamente a presença de tropas estrangeiras na América

Latina, particularmente na Colômbia, a pretexto de combater as Farc. Se, os norte-americanos fossem sinceros no “combate às drogas” na América Latina, teriam primeiramente de destruir Miami. Pois é para lá, principalmente para os bancos da Flórida, que se dirigem 80% dos narcodólares gerados com a indústria do pó nos Andes, ou seja, os americanos são os maiores beneficiados com a riqueza gerada pela droga.

No Peru, Alan García e depois Fujimori deram acabamento à mais típica mistura da elite latino-americana com a elite estrangeira. Um dos principais assessores deste dois presidentes, Vladimiro Montesinos, era também um dos principais agentes da CIA, neste continente. Montesinos e outros membros do alto escalão do governo peruano estiveram envolvidos numa milionária transação de tráfico de armas e drogas que envolvia desde representantes do governo jordaniano até grupos guerrilheiros das Farc que os governos andinos dizem combater. Na verdade, esta parece ser “uma guerra sem inimigos”, pelo menos quando os bastidores do poder vêm à tona. É um conluio geral.

Estamos diante de um problema estrutural onde tudo é feito para manter tais estruturas historicamente constituídas. Por isso, entender que o problema não está esclarecido quando se aponta ou para uma *elite disfuncional* ou para a pobreza das favelas. É um modelo de consciência coletiva, de relação que vai se reproduzindo principalmente a partir da elite, mas que não se reduz a ela. As classes menos favorecidas acostumaram-se com pouco. Contentam-se com a distribuição de migalhas. Os seus representante, por sua vez, aqueles que conseguem chegar aos altos níveis das relações de poder, frustram constantemente as esperanças de que algo possa mudar para o povo. Ajudam a inviabilizar as mudanças estruturais necessárias ao desenvolvimento da América Latina, por imiscuir-se no mesmo modelo que os mantinha anteriormente como pobres.

Atualmente, dois exemplos tornam-se típicos. O Presidente Alejandro Toledo, no Peru, ex-cocalero e o Presidente Inácio Lula da Silva ex-metalúrgico, no Brasil, que uma vez na presidência cercaram-se de ex-funcionários do Banco Mundial, dispostos assim, a dar continuidade ao neopopulismo que assolou o continente durante toda a década de 90. Não por acaso, no Peru o problema da substituição das culturas de subsistência por plantio de drogas só faz aumentar e no Brasil, cresce sem parar a tal da violência urbana.

Um estudo comparativo realizado por Roger Rodríguez no início dos anos 90 mostrou que “cada tonelada de coca produz 10 quilogramas de pasta básica de coca e cada quilo de pasta básica é comercializado a 1.200 dólares. O quilograma do cacau – um dos produtos com que se pretende substituir a coca – é vendido a dois dólares” (1990, p.43).

O plantio, produção e tráfico de drogas nos países pobres como na América Latina é tão importante e rentável para as economias locais como são os produtos agroindustriais e industrializados. Não temos como falar no fim da produção de drogas quando, de um lado, há uma população na extrema pobreza e do outro, uma elite perdulária que paga qualquer preço por uma carreira de pó. Só tem nos restado buscar bodes expiatórios em meio a teatros políticos como o de explodir pistas clandestinas utilizadas pelos traficantes, porém, já abandonadas, juntamente em imputar aos pobres e aos adolescentes a culpa por tudo que está aí. Como uma obra muito bem orquestrada, as informações que chegam para a maioria da população têm sempre limites quantitativos e qualitativos. Mostrar os plantadores de coca como marginais a serviço dos traficantes é bastante comum. Mas, os escândalos que envolvem o desvio de verbas internacionais destinadas ao financiamento de cultivos substitutivos, enviadas para os paraísos fiscais espalhados no Caribe são muito pouco divulgados. Na Bolívia, durante os últimos anos da década de 80, estima-se que o valor desviado tenha sido algo em torno de US\$ 180 milhões, em auxílio internacional. Em 1998, as Nações Unidas dispensaram mais US\$ 700 milhões, que não chegaram aos camponeses de Chapare.

Os grupos paramilitares, por sua vez, atuam com desenvoltura na condição de representantes e financiados pela extrema-direita. Os alvos desses grupos não são os traficantes, pois, já é sabido, que estes grupos paramilitares de toda a América Latina estão envolvidos com tráfico de armas e drogas. Seus alvos são sindicalistas, socialistas ou qualquer grupo, partido ou liderança de esquerda. Assassínatos seletivos e desaparecimentos fazem parte das estratégias desses grupos terroristas. Tudo isso, são exemplos que comprovam a decomposição do Estado na América Latina.

Em toda a América Latina, é histórica a não-legitimação da população campesina. Em parte como consequência da incompetência do Estado, incompetência esta, decorrente de interesses das elites locais em não

atender às necessidades básicas da população do campo. Quando relacionamos uma estrutura social, política e econômica que ainda tem como pano de fundo o modelo de relação colonial e o desequilíbrio entre o cone Norte e Sul do mundo, este perfil de relação só pode ser mantido através do terrorismo de Estado, convivendo, imiscuído e às vezes tentando conter outras formas de poder como as guerrilhas, o narcotráfico e a criminalidade em geral.

Na Colômbia, em 1996, paramilitares da extrema-direita organizaram-se na AUC – Autodefesas Unidas da Colômbia sob o comando dos narcotraficantes Carlos Castaño e Salvatore Mancuso. Segundo analistas internacionais, essa organização agrega um exército paralelo de pelo menos 8 mil homens fortemente armados, dispostos a cometer qualquer tipo de violência, deste cortar cabeças, queimar pilhas de cadáveres até dizimar vilarejos inteiros, tendo estas organizações laços estreitos não só com o tráfico de drogas, mas também com armas para região. As atividades paramilitares atuam em benefício não só da repressão sobre os grupos que representam a explosão dos excluídos. Os grupos paramilitares estão a serviço de fazendeiros, empreiteiras e multinacionais. Esses últimos querem o território devastado para construir conglomerados turísticos e explorar as reservas para bioprospecção. Essas forças paramilitares são financiadas pelo narcotráfico e estão presentes através de vários grupos, dos Andes até Chiapas.

A Colômbia é um dos poucos países que detêm toda a tecnologia e etapas para a produção do pó. Entre esses poucos, a Colômbia, se destaca, pois, controla o ciclo coca-cocaína, produzindo cocaína cada vez em maior quantidade.

A produção de plantas narcóticas está intimamente relacionada ao modelo agrário-exportador dos países latinos e conseqüentemente às mudanças nos ciclos e queda nos preços dos produtos primários no mercado internacional. As populações famintas dos países periféricos não podem esperar que o conchavo Washington-OMC deixe que, de fato, os produtos de exportação dos países do Terceiro Mundo circulem livremente pelo mundo, para que essas pessoas possam voltar a comer.

Os anos 80, a década perdida, ajudou a solidificar a droga como alternativa econômica, à medida que a economia formal reduziu sua capacidade de

atender à demanda da população. Com isso, fortaleceu-se a economia informal e o emprego informal, o contrabando e o narcotráfico.

Fenômeno semelhante ocorre em toda a América Latina inclusive no Brasil. É preciso sempre lembrar que o problema do crime organizado e o seu negócio mais lucrativo, o tráfico de drogas está vinculado a questões históricas, culturais, sociais, políticas e econômicas. Não pode se reduzir tudo a uma questão penal e a um incompetente marketing político, que tenta simplificar o problema numa disputa entre o bem e o mal.

Sabemos que o cultivo da *K'oca* (sagrado), principalmente nos Andes é uma atividade milenar. Faz parte da cultura local. Seguindo o mesmo rastro histórico os sucessivos governantes irresponsáveis da América Latina deixaram e mantêm boa parte das respectivas populações, disputando os piores índices de pobreza. As lavouras de coca, maconha e ópio tornaram-se então muito mais que um traço cultural. Essas atividades passaram nas três últimas décadas para atividades de subsistência mais lucrativas do que qualquer outro produto da agroindústria. Com índices de mortalidade e de homicídios cada vez mais altos, na América Latina, a Colômbia, é um exemplo típico do que acontece em todo o continente.

Os sicários colombianos são quase sempre homens extremamente jovens, sem qualquer formação escolar, defrontados com uma vida de miséria, desemprego permanente e que, para ajudar suas famílias, se empregam como matadores. Muitos deles são católicos fervorosos: antes de cada assassinato vão à igreja, rezam para o seu santo de devoção e acendem uma vela diante de sua imagem pelo bom êxito da empreitada (ZIEGLER, 2003, p. 69)

As Farc foram fundadas por Manuel Marulanda, em 1964, e é atualmente o movimento guerrilheiro mais antigo da América Latina. No início dos anos 80, fundaram a União Patriótica na tentativa de ingressar na política pelas vias legais. Tinham o objetivo de se submeter ao voto popular abandonando a clandestinidade. Ocorreu que vários candidatos começaram a ser sistematicamente ameaçados e assassinados pelas forças repressivas do Estado. No final da década de 80 e início dos anos 90, já era possível contabilizar cerca de 5 mil assassinatos entre adeptos e dirigentes da União Patriótica. Entre os mais famosos está Calos Pizarro candidato à presidência, pela União Patriótica. Depois destes eventos todas as organizações que se uniram em torno das Farc, inclusive o Exército de

Libertação Nacional – ELN, não se recusaram negociar. Entretanto, deixaram de aceitar, primeiro deixar as armas, como condição para a paz.

Durante os anos 90 muitas das supostas tentativas de negociações não passaram de autopromoção como no governo de Andrés Pastrana, para em seguida, além de responsabilizar os guerrilheiros pelo fracasso das negociações, adquirir justificativa frente à opinião pública para o uso da repressão militar.

Nesse novo contexto, geopolítico e econômico do crime, a ligação entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Farc, traficantes e paramilitares como as AUC apontam para uma disputa entre estas três forças que ocorre não apenas em função de domínio político. A disputa se dá também em função das regiões de plantio e refino da cocaína, pois, apesar de inimigas, estas organizações possuem um elo comum, são financiadas pelas drogas e armas que conseguem contrabandear. As Farcs arrecadam provavelmente algo como 500 milhões de dólares, todos os anos, cobrando taxas de transporte e comércio da cocaína em seus territórios. As economias rudimentares, associadas a uma cultura milenar, abrem espaço para um modelo de interação social, no qual, as fronteiras entre o lícito e o ilícito são muito tênues. A falta de assistência do Estado prestando serviços básicos em saúde, transporte e educação tornou de modo geral, as populações rurais latino-americanas um mundo quase esquecido. As plantações de subsistência, quando foram tentadas, esbarraram na dificuldade de comercialização do seu excedente, por falta de estradas. Os Cartéis passaram a atuar como financiadores do plantio de coca. Este cultivo se tornou mais rentável porque tornou-se mais comercializável, já que os Cartéis passaram a comprar tudo que era produzido pelos camponeses. Temos então, um fenômeno ainda pouco estudado que é a inserção da população campesina e nativa, principalmente nos países dos Andes, num pré-capitalismo predatório. No Brasil, a situação não é diferente, pois apesar de ser forçosamente reduzido a um problema menor, tribos inteiras de índios disputam com garimpeiros o tráfico de ouro e pedras preciosas que têm como receptadores grandes organizações criminosas internacionais.

Elites que nunca se preocuparam com o desenvolvimento sustentado assistem à propagação desta faceta do capitalismo concentrador que,



algumas vezes, exclui até parte dos seus representantes. É um modelo concentrador de renda porque obedece à mesma lógica de exploração que qualquer produto da indústria formal. Os plantadores e os operários que trabalham na produção recebem remunerações de subsistência, enquanto o processo de refino e venda da cocaína pode render ao grande traficante algo em torno de 70 a 80 vezes o que rendeu ao plantador.

As Farcs, por sua vez, tentam implantar uma espécie de “narcossocialismo”, dividindo a Colômbia entre capitalistas traficantes e socialistas traficantes. Antes era a Guerra Fria, agora é a Guerra do Pó. Nas regiões dominadas pela guerrilha são impostas leis onde antes não havia lei nenhuma. São colocadas rígidas regras de conduta. Entretanto, por ironia, a pasta de coca é a moeda corrente nestas regiões. Por exemplo, um atendimento médico é pago com a pasta de cocaína que depois é trocada por dinheiro com algum traficante próximo.

Ao mesmo tempo, a corrupção política e nos mais altos níveis deste setor, ajudou a expansão e aprofundamento do problema porque se beneficiou tanto da manutenção da histórica pobreza, como ao mesmo tempo da infiltração do *narcopoder* nos diversos níveis e âmbitos da economia e do Estado. É notória a subida ao poder, em toda a América Latina, de presidentes civis ou militares, financiados e mantidos pelo *narcopoder* para facilitar a produção, venda, consumo e principalmente a lavagem de dinheiro. No Brasil o financiamento criminoso de governadores, senadores, deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores aponta para uma crise institucional.

É este escandaloso nível de corrupção na política, o verdadeiro Estado Paralelo que não apenas dificulta, mas até mesmo, impede a *continentalização da luta contra as drogas*, seja ao nível preventivo ou repressivo. A expansão da produção das drogas nos países periféricos e o aumento da demanda nos países centrais encerra um ciclo de cooperação econômica que envolve transações complexas entre o mercado formal e o ilegal entre esses países, por isso mesmo, quase impossível de ser rompido.

A liberação da produção-venda-consumo de drogas passou a ser discutida em alguns setores diante desta situação. Considerada uma “guerra perdida” o combate às drogas induz ao debate sobre a legalização destas substâncias. Os motivos, além do conceito de “guerra perdida”, está no

fato de que, os conflitos gerados entre as forças da lei *versus* as do crime não estão trazendo resultados substanciais quando analisado o conjunto do problema. A idéia de uma “guerra perdida” trouxe a percepção da necessidade de mudanças estratégicas. Ao mesmo tempo em que se discute a descriminalização das drogas, trata-se da questão da drogadição como problema de saúde pública, mesmo que ainda insistentemente tratada como exclusivamente de segurança pública pelos governantes latinos.

É preciso entender e identificar a estrutura do crime que funda a estrutura de Estado no Brasil e na América Latina, articulação esta, que mantém na pobreza populações e regiões inteiras, para depois, entender em que medida a pobreza induz ao crime e sustenta a reprodução dos crimes das *elites disfuncionais*. Feito isso é possível estabelecer o que podemos chamar de o *ciclo do crime organizado*.

O *ciclo do crime* possui os seus “subciclos”. São lógicas bastante semelhantes identificáveis em termos locais. Nos grandes centros urbanos do país, a partir principalmente da década de 80, seqüestros e tráfico de drogas tornaram-se freqüentes manchetes das páginas policiais no país. Neste momento o seqüestro ainda era uma atividade bastante rentável. A liberdade do banqueiro Beltran Martinez custou em 1986, 4 milhões de dólares e a do publicitário Luiz Salles em 1989, custou 2,5 milhões de dólares. A década de 90 iniciou-se com uma constância cada vez maior de seqüestros de grandes empresários, publicitários ou de seus parentes. O tráfico de drogas ainda não incomodava à *elite disfuncional* brasileira e muito menos às congêneres latinas, maiores beneficiadas com esse crime. Mas, quando membros dessa elite foram colocados em cárceres privados pela pobreza do morro e, como se não bastasse, grupos de seqüestros compostos e/ou comandados por policiais, a reação foi imediata.

A década de 90 continuou marcada, por um assustador avanço e aperfeiçoamento do mercado criminoso, contando cada vez mais, com a participação de altas autoridades de Estado, dando ao crime, um perfil cada vez mais organizado e silencioso de atuação. Segundo Maierovitch:

O Nome de Menem engrossou a lista latino-mericana de presidentes apontados no noticiário internacional, nos anos 90, como suspeito de corrupção e envolvimento com o crime organizado. A lista vem encimada

pelo mexicano Salinas de Gortari. Seguem os equatorianos Bucaram, Alcón e Mahuad. E dela constam, ainda, Andrés Pérez, da Venezuela, Alemán, da Nicarágua, Pérez Balladares, do Panamá, Fujimori, do Peru, Wasmosy, do Paraguai, e Collor de Mello, do Brasil (2002, p. 12).

No caso dos Irmãos Raúl e Calos Salinas de Gortari investigações feitas por polícias de alguns países europeus descobriram que eles possuíam algo em torno de 115 milhões de dólares fruto de contravenções, desde tráfico internacional de drogas até a própria lavagem de narcodólares.

No Peru, a década de 90, foi marcada pelo governo de Alberto Fujimori. Fujimori foi alçado ao poder embasado numa estrutura criminosa que envolvia uma ampla e complexa rede de corrupção no Estado. A campanha presidencial de Fujimori foi financiada pelo Cartel de Medellín e esteve sempre associado ao mafioso Valdomiro Montesinos. Esta dupla passou a liderar o tráfico de drogas, armas e a lavagem de dinheiro no Peru, colocando dezenas de empresas e instituições financeiras peruanas como fachada, principalmente o banco Wiese. O próprio avião presidencial era usado pela cúpula do poder político para o tráfico de cocaína. Em maio de 1996, foram flagrados 169 Kg de cocaína, do DC-8 do Presidente. Nesta “viagem” Fujimori iria para Paris.

Depois que uma crise institucional foi deflagrada no Peru, muito semelhante à que ocorreu no Brasil com Fernando Collor, novas eleições deram a presidência do país a Alejandro Toledo. Entretanto, apesar das promessas de reformas sociais, no início de janeiro de 2005, foi desencadeada mais uma tentativa de golpe contra o Presidente Toledo. Membros do movimento ultra-nacionalista Etnocacerista acusaram o presidente de liderar um governo corrupto e ser favorecedor dos interesses do capital estrangeiro no país. O governo Toledo é acusado de manter no interior do Estado a máfia fujimorista. Recentemente os meios de comunicação divulgaram a notícia de que a primeira-dama, Eliane Karp, esposa de Toledo, recebe US\$ 10.000 mensais para permitir que o dinheiro da máfia Fujimori-Montesinos seja lavada e enviada para os seus beneficiários fora do país. Eliane Karp exerce a função de consultora de assuntos agrícolas do banco Wiese reconhecidamente, segundo os meios de comunicação peruanos, envolvido em lavagem de dinheiro naquele país.

Naquele mesmo momento, lá pelo idos da década de 90, outro esquema internacional para o tráfico de cocaína, heroína, lavagem de dinheiro,

corrupção e extorsão estava sendo desenvolvido a partir de uma conexão entre Colômbia, Brasil e Itália. A justiça italiana e os policiais do *Carabinieri* já estavam rastreando, há algum tempo, esta conexão. A expansão da operação mãos-limpas teve que necessariamente se estender ao Brasil.

Os magistrados italianos tinham viajado a Buenos Aires para investigar o dinheiro da maior venda de cocaína do planeta – feita pelo Cartel de Cali para a Máfia – e acabaram descobrindo, por acaso, um esquema de corrupção que tentava evitar o *impeachment* de um presidente do Brasil... o dinheiro que PC Farias guardara na Suíça estava relacionado com droga, corrupção e reciclagem... Na opinião dos italianos. A cooperação internacional é, no entanto, o principal fator de sucesso nas grandes operações de combate ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro e ao tráfico de armas – crimes que têm como características o fato de interligarem e de não reconhecerem fronteiras... o Agente – vamos chamá-lo assim – viajara à Bahia e ao Ceará para investigar mafiosos que atuam no país. Na missão, levantara informações sobre o envolvimento de italianos com o tráfico de cocaína e a lavagem de dinheiro por meio de negócios nos ramos imobiliários e de hotelaria... A cooperação internacional pressupõe o interesse das duas partes. Nas relações com o Brasil, nem sempre isso acontece – queixa-se o agente. Veja o caso da ramificação da Operação Cartagena no Brasil. Abrimos nossos arquivos e até agora a apuração está praticamente parada. Estamos falando de uma organização internacional que traficava toneladas de cocaína, que montou uma base no Brasil e que se envolveu com pessoas poderosas que tinham acesso ao Palácio do Planalto... (FIGUEIREDO, 2000, p.168, 206, 386, 387).

Essas investigações, aqui no Brasil, chegam a nomes de construtoras famosas, empresários, políticos, artistas, jogadores de futebol todos como participantes e/ou beneficiários do negócio macabro das drogas.

Mais recentemente, no ano de 2002, em meio aos últimos suspiros de uma república que nunca se realizou, a polícia paulista indiciou o chileno Raúl Julio Escobar Pablete, ou Comandante Emílio, como líder da quadrilha que seqüestrou Washington Oliveto. Procurado pela polícia chilena por vários crimes, *Comandante Emílio* é apontado também como um dos principais líderes da organização terrorista Frente Patriótica Manuel Rodríguez. E, numa América Latina globalizada, com uma geopolítica do crime cada vez mais dinâmica, sabemos agora que a Al-Qaeda e as Farc estão formando células terroristas para atuação a partir

da América Latina. Já faz algum tempo, que pequenos e médios empresários estrangeiros se instalaram na Tríplice Fronteira e usam seus pequenos negócios como forma de lavagem de dinheiro e remessas para organizações do Oriente Médio.

A revolução anti-sociedade capitalista já está aí no âmbito da internacionalização de um novo tipo de terrorismo sofisticado. No que diz respeito ao Brasil, a guerrilha urbana oriunda dos morros favelados é um fato. No campo os sem-terra fazem sua própria revolução. O problema é que leigos e especialistas estão esperando o surgimento de uma revolução nos moldes socialistas tradicionais. O socialismo faliu, a velha ditadura cubana não é mais exemplo para ser seguido, uma vez que, todas as reivindicações das classes subalternas, ao menos do capitalismo ocidental, são um claro pedido de inserção através da exploração. É um brado de guerra em favor do consumismo do qual estão excluídas. É uma reclamação contra a não-exploração que caracterizou a sociedade do desemprego, no final do século XX.

### 3.3

#### As multinacionais do crime e a expansão do capitalismo.

A identificação do que passou a ser chamado de *crime organizado*, nas últimas décadas do século XX, ocorreu em paralelo a vários fenômenos que estão, em certa medida, articulados.

A proibição e o início da criminalização das substâncias psicoativas, comumente chamadas de *drogas* ocorreram por consequência do desenvolvimento da indústria farmacêutica e do petróleo. A indústria de remédios, já no século XIX, percebeu na maconha e na cocaína, concorrentes aos medicamentos ansiolíticos e antidepressivos que começavam a aparecer. Já no século XX, a indústria do petróleo, por sua vez, viu nas fibras do cânhamo uma forte concorrente para o náilon, o plástico e outros derivados do petróleo. Sob a influência e até mesmo pressão dos Estados Unidos, a Europa segue o caminho dos americanos criando leis proibitivas que se estendiam do cultivo e uso até a possível exploração industrial. Pouco a pouco, o plantio destes vegetais ficou restrito aos países periféricos e por todos esses motivos, cada vez mais marginalizado.

A expansão do sistema capitalista, particularmente nesse mesmo período, no decorrer dos séculos XX e XXI, foi acompanhada não apenas de perto, mas, até mesmo, capitaneada pela forma de atuação ilícita que recebeu a denominação de *crime organizado*. Diante deste fenômeno, governantes do mundo inteiro tentaram minimizar o problema quanto mais ele se agravava. Em parte, devido ao crescente envolvimento da política com as organizações criminosas e suas atividades ilegais ou por temerem uma desmoralização flagrante diante do seu público eleitor, ao ficar claro que o alastramento do problema, gerava, os impasses para solucioná-lo.

A idéia de crise do Estado associada à de abertura de mercado e expansão do sistema financeiro foi tudo de bom que podia acontecer para que as organizações criminosas se expandissem e passassem, num curto espaço de tempo, a dominar economias e estruturas de Estados inteiros e não apenas na América Latina e demais continentes periféricos.

O combate ao crime organizado, enfocando os países periféricos, faz parte

da mesma farsa que é enredada em países como o Brasil, no qual, se reduz *crime organizado* às gangues nos morros de favelados. O problema é muito mais extenso e sofisticado, chegando ao nível em que podemos afirmar, que certas economias como, por exemplo, o turismo, só se sustentam fundamentadas na associação com as mais diversas formas de atuação das organizações criminosas.

Um dos maiores especialistas do mundo no assunto, Jeffrey Robinson, esclarece muito bem a questão:

Nenhum país poderá jamais entender seus próprios problemas de cocaína e lavagem de dinheiro – e por extensão, o Caribe e a América do Sul – sem primeiro atacar o problema de Miami... De repente, Miami passou a ter mais bancos que qualquer outra cidade da América do Norte, à exceção de Nova York... Miami foi construída com a ajuda externa do pó branco... Miami é um perfeito caldeirão de gângsteres... ‘o chamariz para os turistas é o mesmo que atrai os elementos criminosos’, observa Hardrick Crawford Jr., Agente Especial Assistente, encarregado do Escritório de Campo de Miami, do FBI. ‘O clima é ótimo. As praias são excelentes. É a entrada do Caribe. Ao mesmo tempo, é um mercado não controlado e não contestado. Temos a *Cosa Nostra*, os russos, e os colombianos aqui, e cocaína chegando às toneladas. O uso de Miami como conexão torna mais fácil o abastecimento de um mercado ávido na Europa, Canadá e no resto dos Estados Unidos’ (2001, p. 248, 249, 250, 252)

A partir de uma relação comercial ampla e sofisticada entre grupos andinos, mexicanos e organizações que já atuam nos diversos estados americanos,

a DEA estima que todos os dias cruzem a fronteira até sete toneladas de cocaína colombiana.

A quantidade de cocaína da Colômbia estocada no México, só esperando ser levada para os Estados Unidos – avaliada em cem toneladas – é suficiente para proporcionar uma fileira de coca para cada homem, mulher e criança da Terra (ROBINSON, 2001, p. 299).

Esta modalidade de crime não surge do capitalismo. Se tomarmos como referencial o período das Grandes Navegações veremos claramente que o sistema capitalista sempre esteve fundamentado na pilhagem, no saque, na contração. Esta mesma história nos mostra que a origem do contrato comercial foi para dar maior segurança a formas de negociações instáveis, por estarem, muitas vezes, ou em alguma medida, ligadas à ilicitude. A

transição do informal para o formal, acompanhada pela evolução do Estado e do Direito, assinala a passagem do ilegal para algum nível de legalidade. Podemos afirmar então, que as ações e relações formais/legais no sistema capitalista são muito mais recentes do que a informalidade/ilegalidade. Não foi o crime que surgiu do sistema capitalista, apesar de ter ganhado contornos específicos em meio a ele. Foi o nível formal/legal uma tentativa de restaurar alguma ordem em cenários nos quais o *Estado de Natureza* mantinha a insegurança, a violência e o crime, como suas características mais marcantes.

Não é verdade, que as origens das organizações criminosas que temos hoje compondo o *crime organizado*, estejam ligadas ao surgimento do sistema capitalista. Apesar da dificuldade dos historiadores em definir o período de origem do sistema capitalista é muito mais provável, que a origem destas organizações esteja muito mais relacionada à origem e evolução do Estado moderno. Estas organizações atuais são resultado da expansão e sofisticação de um modelo de poder que se torna ímpar com o surgimento do Estado nacional-moderno. Este fenômeno quando acompanhado por outros dois importantes; o constitucionalismo e o desenvolvimento dos aparatos repressores que lhes dessem sustentação, encontram reações adversas de grupos sociais, organizações de vários tipos e finalidades que não aceitaram as novas regras do jogo. Na origem, algumas organizações não eram criminosas. Tornaram-se antes de tudo clandestinas diante da centralização do poder no Estado moderno, aparecendo assim, novos tipos de concorrências de poder. As corporações de ofício, por exemplo, não aceitaram pacificamente a anulação das regras internas a cada uma delas e a perda do monopólio do poder para as autoridades do Estado. A subordinação à lei, foi um processo lento e difícil que, até hoje, ainda está em andamento. Todo este fenômeno histórico está presente nos nossos dias, ganhando contornos diferenciados em função do tempo e lugar, mas ainda guarda traços marcantes dos tempos idos. No século XIX a Guerra de Secessão ou Guerra Civil dos Estados Unidos, em 1861, foi uma importante demonstração de consolidação do poder centralizador do Estado-nação moderno. Como é sabido, tendo como objetivo manter o sistema escravocrata e a perseguição a qualquer minoria que contrariasse os interesses da aristocracia sulista, temos ao final deste embate, o surgimento de uma das organizações criminosas



mais violentas que já apareceram, principalmente nos Estados Unidos, a Ku Klux Klan – KKK.

O conflito entre Estado e setores organizados da sociedade permanece; os níveis de relações informais ainda são profundos, regras oriundas dos laços da tradição, muitas vezes, ainda desconhecem o poder dos códigos de leis. E quanto maior o grau de informalidade em uma sociedade, geralmente, culturalmente legitimado, maior a possibilidade do informal tornar-se ilegal. Neste contexto, algumas organizações tornam-se destaque.

A evolução do Estado e do Direito não acompanharam o avanço da criminalidade, talvez por conta de que, os níveis de organização do crime sempre estiveram amparados na própria estrutura do Estado Moderno, nas normatividades do Direito e nas fachadas de legalidade do sistema capitalista. Esta camuflagem foi, em certa medida, se deslocando, ao mesmo tempo em que foi se sofisticando, na mesma proporção em que a economia capitalista ganhou os níveis de sofisticação e abrangência que tem hoje.

Por tudo isso, essas novas modalidades de crimes apresentam desafios que já começam pela sua própria definição conceitual. Adquirem peculiaridades locais ao mesmo tempo que desenvolvem características assemelhadas, mesmo tendo como característica importante de ação, seu caráter transnacional. Exploram fraquezas dos sistemas penais ao passo em que atuam fundamentadas em planejamento empresarial, com previsão de lucros e divisão do trabalho, sofisticação estratégica e tecnológica. Só no século XX é que o crime organizado se confunde, com o sistema capitalista por seguir as suas tendências, aproveitando as suas próprias regras e relações de mercado. No século XX, vão sendo eliminadas as dualidades entre as esferas do legal/ilegal, formal/informal na vida real das atividades criminosas.

A maneira mais freqüente através da qual penetram nas estruturas do Estado ou passam a exercer influência na hierarquia e aparato estatal é através do financiamento de campanhas políticas e corrupção no setor público. Atuam inserindo profissionais especializados em áreas estratégicas do Estado ou de grandes empresas, criando assim, uma rede de relações favoráveis às intermediações de interesses. Destas maneiras provocam altos níveis de danosidade social, usando da violência e da intimidação sempre que seus interesses são ameaçados.

A yakuza tem uma origem razoavelmente distante. Costuma-se identificar o século XVIII como o período do seu surgimento. Seu nome tem origem num jogo de cartas chamado *hanafuda*. Esta organização pode ser identificada também por um outro nome: *Boryokudan*, sendo que *bo* significa violência, *ryoku*, força; *dan*, sociedade e *yakuza* uma jogada em que os números 8,9 e 3 formam uma seqüência. Todavia, foi a partir da Segunda Guerra mundial que a Yakuza aliou-se aos partidos de direita na política japonesa e à CIA. Isso ocorre num jogo de bastidores, em troca da colaboração em combater os partidos de esquerda, o movimento sindical e a imprensa livre. Recebeu o “direito” de reorganizar e controlar mercado negro do país. Em 1955 atuou na criação do Partido Liberal Democrático (PLD) que se tornaria o seu braço político.

Está baseada numa hierarquia e disciplina rígida, subdividida em diversos grupos, sempre imbuídos de um ideal ultranacionalista. Esta organização é praticamente “dona” do Japão. O mito criado pela televisão e cinema daquele estereótipo de homem cheio de tatuagem e com uma falange do dedo cortada, está longe de ser a única verdade. Não é que este tipo não exista. Mas, a yakuza é muito mais do que uma gangue de tatuados mutilados. Por perpassar todo o tecido das relações sociais, muitos yakuzas, principalmente os que estão no topo da pirâmide social não têm tatuagem, nem dedo mutilado, são milionários, executivos de multinacionais com alto nível de formação acadêmica e muitas vezes, multinacionais inteiras pertencem às famílias yakuzas.

A Yakuza é uma potência econômica que domina setores como: editoras de revistas e jornais, indústria da construção civil, estúdios de cinema, casas noturnas de espetáculos, restaurantes, instituições esportivas etc... Domina quase a totalidade do mercado financeiro japonês, nos EUA atuam principalmente no Havaí e na Califórnia e, há quem diga, que se não fosse a Yakuza o *milagre econômico japonês* jamais teria acontecido.

Estas são algumas das atividades legais que encobrem as ações criminosas da organização que tem atuação destacada no tráfico de drogas internacional, extorsão e prostituição.

Principalmente, a partir dos anos 80, os sucessivos escândalos de suborno, fraudes, desvio de verbas, entre outros problemas envolvendo membros da elite japonesa, acabaram por revelar o nível de penetração e

envolvimento do crime organizado com a elite local.

Com a expansão do sistema capitalista no momento chamado de globalização, tornou-se possível identificar a atuação da Yakuza nas Filipinas, Sudoeste Asiático e Brasil.

No Brasil, em 1994, foi preso Hitoshi Tanabe 31 anos, também conhecido como Jim Yamura, principal líder da Yamaguchi-gumi, que atuava no Brasil desde 1992. Estava criando uma nova rota de tráfico de cocaína, fortalecendo as relações entre a Yakuza, os Cartéis dos Andes e as Máfias italianas.

Já as Tríades Chinesas são, de fato, um conjunto de organizações criminosas com base em três pontos geográficos distintos: Xangai, Taiwan e Hong Kong. Termo *Triade* possui então um duplo significado. Além das bases geográficas, significa as três forças do universo: homem, céu e terra. Estas organizações criminosas são ainda um bom exemplo da dificuldade de relacionar a origem destas organizações com o sistema capitalista. O século XVIII é o período mais comum que encontramos como referência para a origem das Tríades.

Estas organizações criminosas são especialistas em tráfico de pessoas, extorsão e prostituição, falsificação e contrabando de produtos industrializados, falsificação de documentos e tráfico de drogas. Estabelecem relações amplas e complexas com diversos grupos de organizações em locais específicos no sentido de ampliar e manter uma rede milionária de crimes e contravenções, envolvendo diversas atividades, entre as quais, o tráfico de drogas, que se tornou o mais rentável. A *End Child Prostitution in Asia Tourism* (ECPAT) é uma organização não-governamental com origem na Tailândia que dedica-se à investigação e publicação de denúncias sobre turismo sexual, prostituição, tráfico de pessoas e pedofilia. Referindo-se a um dos relatórios desta ONG, Maierovitch afirma:

Para a ECPAT, muitas jovens prostitutas, entre 14 e 17 anos, chegam a ganhar nos Estados Unidos de US\$ 500,00 a US\$ 600,00, por noite. As clandestinas ficam com US\$ 25 e as demais não levam mais que US\$ 100,00. A parte substancial fica com a Criminalidade Organizada Internacional (COI), que garante o ponto e a freguesia.

Além de oferecer às prostitutas segurança contra a violência física de algum maníaco ou a ousadia de algum mal informado, que tenta dar o calote, a COI evita, ainda, as prisões e as conseqüentes deportações pelos departamentos de imigração. Portanto, os antigos gigolôs

perderam espaço nesse novo esquema de prostituição sem fronteiras...

O desfrutamento sexual substituiu o ópio e, nesse novo arranjo, faturam milhões as Tríades Chineses, os Daí Huen Daí (Big Circle Boys China), a Yakuza japonesa, por meio do braço da Yamaguchi Gumi, sediada na cidade de Kobe, e as máfias russas.

Para se ter idéia da potência das organizações referidas, as duas Tríades com atuação no Sudoeste Asiático são a Suen Yee On e a 14K. Ambas possuem mais de 80 mil operadores. A esses podem ser somados os bandos integrantes do Daí Huen Daí: mais 30 mil delinqüentes.

A yakuza, cuja origem remonta o século XVIII conta com 80 mil membros. Sua principal 'família' é a yamaguchi Gumi, que fatura, por ano, US\$ 30 milhões. A chamada máfia russa, na verdade, é uma espécie de confederação criminal, com 100 mil homens cada. A máfia russa controla hoje 40% do PIB russo (2002, p.13, 16).

A Cosa Nostra tem como atividades principias o tráfico de drogas e armas, jogos ilegais, prostituição e extorsão. Nos Estados Unidos surgiu a partir da imigração de italianos refugiados da repressão perpetrada por Mussolini, já na década de 20, do século passado. Notabilizou-se pela falsificação e comércio de combustíveis, falsificação e contrabando de cigarros, ingressando no tráfico de cocaína por extensão do tráfico da droga oriunda da Europa que entra pela Itália. Há uma questão não muito esclarecida sobre a divisão entre a Cosa Nostra na Itália e a Norte-Americana. Para alguns especialistas tais como Fernandes e Fernandes (2002) esta divisão não existe. Esta aparente divisão "é apenas para situar a base europeia ou americana da organização, que na realidade é uma só, mas dirigida por vários chefes em perfeito sincronismo" (2002, p.510). Ao mesmo tempo em que é possível afirmar, segundo Arbex Jr. e Tognolli (1996), que estas organizações estão separadas apesar das fortes conexões entre elas. Atuam nos Estados Unidos a partir da cidade Nova York de onde é organizada por cinco grandes famílias. Atua através de *lobby* nos sindicatos de trabalhadores, construção civil, além da prostituição e tráfico de cocaína. Entre as décadas de 1920 e 1930 teve destaque a atuação do *capo Salvatore Lucania* ou *Charles "Lucky" Luciano*, que surgiu com a idéia de integração entre as organizações criminosas, dando a origem ao que ele mesmo passou a denominar de "sindicato do crime". Até os anos 60 a *Cosa Nostra* era a maior responsável pelo tráfico de heroína para os Estados Unidos. Mas, a partir de então, diante das necessidades de se

adaptar aos novos tempos, passou a liderar o tráfico de cocaína aproveitando o grande comércio que estava surgindo. Nos anos 90 se notabilizou por promover uma “organização” do crime nos EUA, principalmente na cidade de Miami, contando com a ajuda e participação da Máfia Russa. Tornou-se assim, a principal conexão entre as organizações ocidentais e as organizações orientais.

A Cosa Nostra Siciliana foi a responsável pelo assassinato de diversos opositores cujos mais notórios foram os juizes Giovanni Falcone e Paolo Borsellino e o general Carlo Albert Dalla Chiesa. Na América Latina atua, principalmente, no Brasil, Venezuela e Colômbia, criando uma rede de tráfico de drogas, jogos ilegais, prostituição e lavagem de dinheiro que se estende até à Europa. A *Camorra* de Nápoles, a *Sacra Unita Corona* de Púglia e a *N'dragheta* da Calábria são outras organizações italianas, que mantêm por aqui as suas sedes e com facilidade. São organizações eficientes que mantêm relações próximas e sofisticadas com a *Cosa Nostra* siciliana. Acompanham as transformações geopolíticas do crime que ocorrem na Itália, mantendo para isso estruturas voláteis e flexíveis, dando com isso, muitas vezes, a impressão de que não existem. Investem muito no Brasil, atuando mais através da corrupção de seus possíveis opositores do que a eliminação. Tática semelhante é utilizada pelo Cartel de Cali em oposição ao Cartel de Medellín, que prefere o enfrentamento.

Todas essas organizações utilizam-se de todos os meios para o desenvolvimento dos seus negócios. Fatores geográficos, econômicos, populacionais, étnicos, políticos e jurídicos são sempre levados em consideração e analisados como possíveis vantagens competitivas para o sucesso dos seus empreendimentos.

A região dos Andes foi sem dúvida uma experiência proveitosa para muitas das organizações criminosas que colocam a produção e tráfico de entorpecentes como atividade central. Há certas divisões no circuito da produção da cocaína que não são por acaso.

Enquanto o Peru e a Bolívia são os maiores produtores de folha de coca, a Venezuela e a Colômbia destacam-se pela produção da pasta e refino, ou seja, é lá que está a maior parte dos laboratórios. Todavia, em todos estes países, ocorrem todas as etapas da produção. Há então uma divisão interna e internacional da produção de cocaína na região dos Andes que tem como

principal objetivo proteger esta economia das ações repressoras do Estado. Após a morte de Pablo Escobar os Cartéis passaram por uma reengenharia no sentido de garantir uma maior proteção interna a cada um deles. Esta reorganização se deu principalmente no sentido de aumentar o número de divisões internas, dificultando assim, a ação policial de investigação e monitoramento. Por isso, ficou ainda mais difícil mapear e desbaratar as redes que continuam formando as organizações e as conexões com as demais. Do mesmo modo que os grupos terroristas, algumas organizações passaram a se estruturar através de “células”.

Assim como, no Brasil, é evidente que a pobreza é um vetor de incremento à criminalidade. Principalmente no seu âmbito urbano, em toda a América Latina, a malversação dos fundos públicos mantém as estruturas sociais anacrônicas. Entretanto, é nesse contexto que a adaptação dos pobres e dos ricos ao crime é um fenômeno continental.

Temos como exemplo o fato de que:

Nos encontros internacionais de especialistas não ligados aos organismos governamentais, fala-se abertamente das novas ‘Colômbias’ do planeta, como Albânia, Marrocos, Paraguai, Jamaica, Cazaquistão etc.

Para se ter uma idéia, o Marrocos é o maior produtor mundial de haxixe. Coloca o haxixe e a *marijuana* na Europa, sofrendo, com relação à *cannabis*, a concorrência da Jamaica. Os cultivos de *cannabis* estão nas zonas marroquinas de Rif e Yebala e as áreas de cultivo atingem 250 mil hectares, segundo dados do Observatório de Labrousse.

Perto de 1 milhão de marroquinos dependem diretamente da produção e pouco mais de meio milhão sobrevivem do tráfico local e internacional. A produção anual de haxixe marroquino ultrapassa as 3 mil toneladas, ou seja, o equivalente a US\$ 10 bilhões (MAIEROVITCH, 2004, p. 53).

A divisão internacional da produção das drogas e dos demais ilícitos acompanham a mesma trilha e se desenvolveram bastante durante a década de 90. Não só porque estavam acompanhando o desenvolvimento da globalização, mas, ao mesmo tempo, servindo de proteção conta às ações de repressão. Deu-se então, um fenômeno da troca de experiência e tecnologia, fazendo com que regiões com tradição em certa atividade passassem a produzir aquilo que era produzido em outro lugar. Na Indochina, por exemplo, se localiza o famoso *Triângulo do Ouro*, formado por Tailândia, Birmânia e Laos, regiões historicamente produtoras de

ópio. Numa relação de “intercâmbio” com os Cartéis colombianos estes grupos passaram a plantar ópio e produzir heroína e, no Oriente, começou a aparecer as primeiras plantações e produção de cocaína.

Ao mesmo tempo, os Cartéis andinos atuam em estreita e complexa parceria com os Cartéis mexicanos. A maior parte da heroína, maconha e cocaína entra nos Estados Unidos, através dos grupos mexicanos. O Cartel Tijuana, domina toda a região do Golfo da Califórnia abastecendo com drogas, boa parte da costa leste norte-americana. Os principais Cartéis mexicanos são: Tijuana, Pacífico, Gulf e Juarez. A cidade de Tijuana faz fronteira com a cidade americana de San Diego na Califórnia, tornando-se um entroncamento natural para o tráfico. O Cartel de Tijuana, considerado um dos mais violentos, é responsável pela morte de vários policiais e pelo menos 20 jornalistas nos últimos anos, entre eles, Francisco Ortiz, assassinado em junho de 2004, especializado em denúncias e combate ao narcotráfico.

O Brasil é parte importante deste *ciclo internacional*, já que, nosso país, é uma via de mão dupla. Tanto passam os insumos para o preparo das drogas nos Andes, quanto o retorno da droga para ser vendida pelo resto do mundo e, no caso em questão, principalmente nos Estados Unidos.

Fazendo parte da engrenagem que podemos chamar de *ciclo internacional* a conexão Itália-Brasil é uma sofisticada rede de tráfico de drogas, lavagem e repatriamento de dinheiro através de bancos e empresas, nem sempre, apenas de fachada. A *Operazione Malocchio* (Operação Mau-Olhado) revelou ser, o Brasil, o que já se sabia desde o “Caso PC”.

Na geopolítica do crime o Brasil tem papel de importância e destaque. Ao analisar este problema Maierovitch afirma: “As máquinas de jogos eletrônicos de azar proliferam por todo o território brasileiro graças ao emprego de capitais obtidos com o tráfico internacional de cocaína e heroína colombianas” (2004, p. 28). Se referindo ao mesmo problema, o repórter Eduardo Marini afirma que: “Numa associação formada por integrantes da N’drangheta, Calabresa, e Camorra, da Campânia, arrecadaram US\$ 40 milhões com o tráfico de drogas e distribuiu o dinheiro por vários países, entre eles o Brasil” (2004, p. 33). E, seguida de uma entrevista à Istoé, nesta mesma matéria, o policial Angiolo Pellegrini que liderou a “Operação Mau-Olhado” revela a seguinte estrutura:

O dinheiro da venda de droga colombiana era esquentado em contas suíças e, depois alimentava uma diversificada e bem estruturada rede de negócios... A partir da França, eles trabalhavam com especulação imobiliária na Ilha de Cavallo, na Cósérga. Da Síria e de Santo Domingo, importavam frutas exóticas. No Panamá e na Itália, além das frutas, negociavam metais. Na Austrália e na Holanda, eram operações comerciais. Bancos da Flórida (EUA) e paraísos fiscais em ilhas do Canal da Mancha, na Grã-Bretanha, serviam para girar parte dos recursos, dificultando o rastreamento. A Espanha era usada como base para mafiosos do grupo procurados pela Justiça italiana e para negócios de catering, o fornecimento de refeições para grandes grupos.

*No Brasil...* Eles movimentaram US\$ 40 milhões. Desse total, US\$ 10 milhões foram investidos em 35 mil máquinas de jogos eletrônicos no Brasil... (2004, p. 32, 33)

Quando o “Caso Waldomiro” foi noticiado na imprensa nacional, além do envolvimento do alto escalão do governo federal com o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, o povo brasileiro pôde ter mais noção do que realmente acontece nesse país quando o assunto é *crime organizado*. As máfias nacionais já são organizadas e experientes, o suficiente para estabelecerem parcerias internacionais muito além daquelas mostradas pela mídia entre os traficantes andinos e os traficantes dos morros de favelas no Brasil. Segundo Maierovitch:

A empresa de Cachoeira, além do jogo eletrônico que controla no Rio Grande do Sul e da participação na gestão da loteria do Rio de Janeiro, explora, ainda, a construção civil. E a construção civil, no Brasil, continua a ser alavancada como forma de reciclagem de dinheiro de procedência mafiosa, como se verificou, por exemplo, em capitais nordestinas (2004, p. 23, 24).

E neste caso, as investigações tiveram que parar, assim como muitas outras que já pararam e muitos escândalos que ainda vão aparecer, cujas investigações terão que parar. O caminho das propinas, dos conluios criminosos levam muito longe neste país. O Brasil, vive há muito tempo, uma crise institucional.

As organizações italianas se subdividem em dezenas, às vezes centenas de grupos compostos por “membros” ou “associados”. No conjunto são compostas por milhares de pessoas que estão espalhadas pelo mundo todo, em todos os ramos das economias e escalões de poder público. O faturamento destas organizações chega a dezenas de bilhões de dólares



por ano. As Máfias italianas já tiveram o seqüestro e o contrabando, extorsão, agiotagem e jogos ilegais como suas especialidades. Em seguida, passaram para o tráfico de heroína tanto nos Estados Unidos quanto na Itália e posteriormente, especializaram-se no tráfico de cocaína.

A Máfia Russa, nos moldes que conhecemos hoje, tem origem na própria burocracia do sistema socialista. Foi se formando principalmente em função do contrabando que servia aos interesses dos setores que dominavam o Partido e por isso, o próprio Estado. Esses contrabandos atendiam às necessidades de consumo da elite partidária-burocrática, tendo no próprio Estado repressor a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das suas ações. Os Estados socialistas, apesar do slogan difundido de aversão à burguesia e aos seus valores, tornaram-se no decorrer da sua existência, exemplo de corrupção burocrático-estatal, principalmente quando se tratava de adquirir produtos burgueses através do contrabando. Um grande exemplo deste problema foi a filha e o genro de Leonid Brejnev, Galina e Iúri Tchurbanov envolvidos em corrupção e tráfico de diamantes.

O capitalismo ainda estava muito longe de se tornar uma realidade para o Leste Europeu, quando pelo menos um século antes, grupos se organizavam, tentando burlar o mando do Estado Czarista e toda elite local.

Logo que o estudo do crime se tornou moda alguns pseudo-especialistas aqui no Brasil e no exterior, num engano grosseiro, começaram a acusar o capitalismo como a causa do surgimento das Máfias Russas. A abertura de mercado, privatização, mercado financeiro e acumulação de capital teriam sido os ingredientes corruptores da ética socialista que nunca existiu no socialismo real. Sem dúvida que estes fatores contribuíram bastante no sentido de dar um novo perfil e dinâmica ao crime organizado russo, mas, buscar aí, as origens dessa forma de criminalidade é simplesmente ilusão.

A economia de mercado ajudou bastante ao crime se organizar, enriquecer e adquirir poder no mundo todo, principalmente a partir dos anos 80. A transição de uma economia socialista para a economia de mercado fez com que os grupos russos, de forma muito sofisticada, passassem a controlar cerca de 40% do setor privado, 60% das empresas privatizadas, 70% do setor financeiro em Moscou e 80% deste mesmo setor em toda a Rússia. Como se não bastasse, dominam também os setores de petróleo, gás natural, minerais estratégicos, entre outros.

A forte infiltração de alguns grupos criminosos nas forças armadas levou ao aumento expressivo do contrabando de armas, peças de reposição para simples pistolas até caças, carros de combate e ogivas de armas atômicas. Governos no mundo todo, principalmente o russo e o americano, tentaram guardar este segredo a sete-chaves. Quando não, tentaram ao menos minimizar o problema, confirmando parte dos fatos revelados em reportagens publicadas pela imprensa aqui e ali. Mas, o problema é muito mais grave. Especialistas estimam que o nível de corrupção nas forças armadas chegou a tal ponto que, já faz algum tempo, aviões russos não podem voar e blindados não podem bombardear porque suas peças foram roubadas e contrabandeadas. E, o que é mais grave, algo como 15 mil ogivas desapareceram, principalmente durante o desmonte de alguns mísseis, nos surtos de desarmamento no fim da Guerra Fria. Os serviços de inteligência de países como a Rússia e os Estados Unidos acreditam que esses materiais radioativos tiveram dois destinos: programas atômicos de países periféricos e grupos terroristas. Países como Coreia do Norte, Índia, Paquistão, Líbia, Ucrânia Eslovênia, Alemanha, França, Áustria, Bulgária, Turquia, Azerbaijão, Polônia, entre outros, estão na lista das rotas e/ou dos destinos do material atômico que desapareceu. Daí por quê os americanos estão tão preocupados com programas nucleares e armas de destruição em massa. Sem querer justificar o imperialismo econômico americano, os motivos que eles utilizam não são calúnias totalmente infundadas.

Os grupos criminosos russos possuem características que algumas vezes os distinguem dos demais, de outras nacionalidades. São discretos e apesar de manterem vultosos e crescentes negócios na América Latina aparecem pouco. Possuem alto nível de escolaridade e, por isso, geralmente organizam seus *staffs* aqui na América do Sul, recrutando seus pares na elite empresarial, política, policial e judiciária, deixando que os próprios membros locais articulem as ações. Constituem empresas de fachada principalmente nas atividades de exportação, imobiliárias, redes e conglomerados de hotéis, casas noturnas e entretenimento em geral. Gostam de atuar em economias fortemente voltadas para o turismo e são responsáveis por rotas importantes de cocaína e prostituição de mulheres para a Europa.

O tráfico de drogas e armas, além da extorsão e prostituição, estão entre as suas principais atividades e devido ao alto nível de profissionalismo que

alcançaram são suspeitos de terem iniciado a geração das drogas sintéticas e de serem os responsáveis pela criação da MDMA ou *ecstasy* e pela falsificação de remédios no mundo todo. Segundo a OMS, 30% dos remédios que circulam no Brasil e no mundo são falsificados e para membros dos serviços de inteligência estrangeiros, alguns grupos russos e alguns cartéis israelenses estão entre os maiores responsáveis por toda essa rede de falsificações e contrabando de remédios. O crime organizado e, particularmente o russo, recrutou químicos e físicos desempregados do Leste Europeu, dando-lhes melhores salários do que os que recebiam enquanto trabalhavam para as burocracias socialistas. Temos como resultado não somente programas nucleares clandestinos e drogas sintéticas, mas também a maconha transgênica na qual aparecem níveis de THC cada vez mais altos ou o *Black Bombaim* que é a mistura de haxixe com ópio.

A composição do que se chama “Máfia Russa” é um complexo conglomerado de 5.700 grupos criminosos, organizados a partir de 200 grupos de primeiro escalão, num total estimado em mais de 3 milhões de membros, atuando em 29 países, em parcerias com outras máfias da Europa, Oriente Médio e Ásia, principalmente a Máfia Tchetchena, especialista em assassinatos selecionados.

Já em meados dos anos 80, quando a economia soviética começou a sinalizar sua crise, operações de inteligência no Terceiro Mundo já revelavam a mudança de financiamento das guerrilhas oriundo dos cofres soviéticos, chineses e cubanos, para o tráfico de drogas. Surge então a *narco-guerrilha*. Como tal, esta nova relação teria necessariamente que passar pela intermediação do sistema financeiro internacional que, neste momento, está seguindo a cartilha neoliberal e tornando-se a cabeça-de-ponte da globalização. A partir de então, tráfico de drogas, guerrilhas e/ou grupos terroristas e sistema financeiro foram uma trilogia inseparável. Nesse sentido, o potencial do tráfico de drogas ameaçar as democracias incipientes da América Latina, assim como, do restante do Terceiro Mundo, tornou-se incalculavelmente maior.

Os norte-americanos logo viram nesta questão a possibilidade de vincular a antiga idéia de “subversão” ao narcotráfico, uma estratégia eficiente para encobrir a violação dos direitos humanos num contexto em que

abertura de mercado implicava no agravamento dos níveis de pobreza. Por isso, e como consequência, o aumento da repressão por parte dos aparelhos do Estado, no mundo todo, passou a ocorrer em diversos níveis nos quais a reação social não pára de acontecer. Em três esferas vão se tornar visíveis o problema, mesmo que sempre analisadas isoladamente: dos novos movimentos sociais, passando pela criminalidade urbana, chegando aos grupos de guerrilha, principalmente as Farc, que mantiveram suas atividades mesmo diante das “aberturas” políticas que se espalharam pelo continente em meados dos anos 80.

Entretanto, apesar daquele tipo de estratégia ser usual pelos EUA para manter seu domínio sobre o Cone Sul, nas duas últimas décadas, os sucessivos presidentes norte-americanos, insistem em combater as narcoguerrilhas latino-americanas, enquanto os narcodólares circulam livremente pelo sistema financeiro mundial e principalmente norte-americano. Já na década de 80, Soca afirmava; “a DEA calcula o montante do dinheiro proveniente do tráfico de drogas nos Estados Unidos em cerca de 110 bilhões de dólares anuais”. Na época esse montante seria o equivalente a “uma quantia superior à da dívida externa brasileira, a maior do Terceiro Mundo” (1986, p.69). Ainda segundo Soca:

Para muitos banqueiros, o crescente interesse do governo por informações não-rotineiras constitui uma ameaça à vida privada de seus clientes. William Brown, presidente do Bank of Boston, um dos redutos do dinheiro sujo, afirmou que ‘a lei de sigilo bancário não impõe nenhuma obrigação aos bancos nem lhes confere autoridade alguma para investigar as atividades dos seus clientes. Ir além do registro normal das contas e da verificação da identidade, constitui uma violação da vida privada’.

O *Financial Times*, por seu lado, destaca o papel de alguns bancos norte-americanos e paraísos fiscais no exterior, como Panamá e as ilhas Cayman, na ‘lavagem’ do dinheiro ilegal. ‘As gigantescas somas envolvidas evidenciam que os dirigentes bancários podem ser subornados para encobrir grandes depósitos’, afirma.

Embora o problema só tenha começado a ser analisado pelos meios de comunicação nos últimos dois anos, já em 1980 o senador William Proxmire, presidente da comissão de bancos do Senado norte-americano, afirmava que ‘seis entre cada dez bancos movem contas de traficantes’.

A revista norte-americana *Executive Intelligence Review* (EIR) aponta a Merrill Lynch, uma das firmas de corretagem de valores mais importantes dos Estados Unidos, como pioneira nas operações de lavagem de

dinheiro. Na sua edição de 25 de abril passado, a *EIR* se refere à associação formada pela Merrill Lynch, afirma de corretagem de valores White & Weld, de Boston, e o Crédit Suisse para dominar o mercado de 140 bilhões anuais de eurodólares, um dos principais refúgios do dinheiro sujo, a maior parte do qual provém do narcotráfico.

Como exemplo das atividades do grupo, *EIR* cita o relatório emitido, em novembro de 1984, pela Comissão Presidencial sobre o Crime Organizado, sobre os serviços prestados pela Merrill Lynch ao ítalo-norte-americano Franco della Torre, gerente de uma cadeia de pizzarias da máfia siciliana. Segundo a Comissão, o dinheiro proveniente da heroína do Paquistão e do Afeganistão era transportado nos Estados Unidos diretamente do hotel de Della Torre até o Banker's Trust, onde a Merrill Lynch possui várias contas. Posteriormente os fundos eram transferidos para o Crédit Suisse, em Zurique. Em outras ocasiões, Della torre levava bolsas repletas de notas de baixo valor para a suíte do hotel Waldorf Astoria, onde eram depois recolhidas por altos executivos da Merrill Lynch (1986, p. 69, 70).

A euforia neoliberal de mercados abertos, de sistemas financeiros mundializados beneficiou enormemente o crime organizado no mundo todo. O avanço trazido pela informática, no setor financeiro, fez com que, principalmente as economias periféricas, se dobrassem silenciosamente à lavagem de dinheiro, além de todas as outras atividades ilegais que estão nas ruas destes países à vista de todos. Curiosamente, a mesma Merrill Lynch que apareceu em relatórios citada por Soca, em envolvimento de lavagem de dinheiro sujo, essa mesma instituição, atualmente, coordena os cálculos que elevam ou reduzem os risco de investimentos nos países do Terceiro Mundo. Numa matéria publicada na Carta Capital nº 188 de maio de 2002, a Merrill Lynch aparece como a instituição “onde se decide em quem os povos periféricos têm de votar” (2002, p.31).

Tratando do mesmo assunto Ziegler analisa a situação do Banco de Crédito e Comércio Internacional - BCCI, fundado em 1972 por Agha Hasan Abedi e que, segundo o referido autor, foi “o maior banco criminoso de todos os tempos” (2003, p. 197). Através de acordos entre as milionárias famílias árabes, fundações e instituições financeiras européias e americanas, o BCCI articulou fortunas de instituições e personalidades ilustres do mundo todo. Mas como fachada, “o BCCI seria o banco dos trabalhadores, dos comerciantes, dos mais humildes artesãos asiáticos... Abedi apresentava-se como o Messias. Promovia uma nova distribuição da riqueza mundial” (2003, p. 207, 208). O tempo tratou de revelar uma outra realidade.

Num outro relatório o BCCI é citado explicitamente como envolvido com organizações criminosas das mais diferentes origens e atividades. Segundo consta no “Dossiê América”:

O BCCI começou em 1972 no Paquistão, mas seu quartel general era em Londres e possuía 400 agências e subsidiárias no mundo.

Em 1980, o Banco BCCI organiza a negra rede internacional especialmente com a finalidade de efetuar negócios de tráfico de armas e drogas. A rede envolvia cerca de 73 países. O BCCI trabalhou com as maiores máfias da atualidade, incluindo a CIA, os Barões das Drogas Colombianos, Noriega etc.

A Filial de Tampa do BCCI na Flórida lavou 320 milhões de narcodólares pertencentes ao ex-ditador Manoel Noriega o qual possuía 9 contas particulares na rede londrina do BCCI, o que demonstra que Noriega lavava seu dinheiro em Londres. O BCCI provocou sérios desfalques para milhares de cidadãos, efetuou operações de bilhões de dólares não documentadas que desapareceram nas ilhas Cayman.

No Brasil, o BCCI foi fundado por Sérgio Corrêa da Costa, ex-embaixador do Brasil em Washington até outubro de 1986, época em que voltou ao Brasil para aqui criar a agência brasileira do banco, com capital inicial enviado do Panamá e burlando a legislação bancária brasileira (KEPPE & PACHECO, 1994, p.168).

Como pode ser observado, a dimensão do crime organizado é bem maior do que imaginávamos ser. A queda no preço da cocaína no decorrer da década de 80, fenômeno que como já foi dito, passou a ser chamado de a “democracia do pó”, não está ligado apenas a uma artimanha de traficantes excluídos da sociedade nos países pobres. Trata-se de um momento crucial em que o tráfico de drogas vai penetrando por todos os setores da economia formal capitalista, tornando-se assim, uma das principais bases de sustentação do sistema capitalista daí por diante.

Não foi apenas a elite periférica que viu nesta nova atividade criminosa uma fonte de exorbitante riqueza. Apenas ocorreu que, por questões históricas, geográficas, geopolíticas e socioeconômicas uma divisão internacional do crime foi se estabelecendo, de maneira que, a produção da droga coube, como já era uma tradição, aos países periféricos. Já aos países centrais restou a missão do consumo e da lavagem e por isso, a maior parte da acumulação do capital, também no que tange à economia do crime.

## 3.4

### Brasil: paraíso das elites criminosas.

A década de 80, marcada por uma profunda crise socioeconômica na América Latina e no Brasil, é também momento de transição política. Há uma crise generalizada do tecido social que abre espaço para o surgimento de um novo modelo de crime popular para o qual esteve voltada toda a atenção nacional por pelo menos vinte anos. O que ficou sendo conhecido como *abertura e transição política* não teve a devida correspondência na melhoria dos níveis da qualidade de vida para a maioria da população brasileira.

O continente latino-americano apresentou um quadro semelhante. Acompanhada por uma reforma política temperada pelo discurso sobre direitos humanos e cidadania, gradativamente, reformas econômicas *globalizaram* o Brasil, desconstruindo o patrimônio público, tornando a classe trabalhadora vulnerável a todos os ditames das flutuações das relações internacionais e de mercado.

Temos, então, um ambiente propício a tornar o Brasil um dos países mais atraentes para a ação de organizações criminosas internacionais. Estes organizações, em articulação com os grupos nacionais, tornam o Brasil um dos maiores centros de ação do crime organizado do mundo.

Segundo o Relatório Front Line e Centro de Justiça Global de 1997-2001:

O desenvolvimento do Brasil no tráfico internacional de narcóticos nas últimas décadas... tem garantido a presença de milhões, se não bilhões, de dólares em comércio ilegal. Esta fato, combinado com as leis de sigilo bancário do país, tem feito do Brasil um importante centro de lavagem de dinheiro. Esta combinação tem promovido o crescimento de unidades do crime organizado que com frequência contam com a cumplicidade ou assistência de autoridades do alto escalão (2001, p.45).

Seguindo a mesma idéia, o juiz Walter Maierovitch afirma:

Com a queda da inflação, a estabilidade da moeda e os bons investimentos oferecidos no Brasil, para os quais é desnecessário revelar a origem do capital, o país se tornou praça de interesse dos mafiosos. O Brasil mantém uma legislação ultrapassada, que incentiva a lavagem de capitais

sujos. Não possui vontade política para exigir, como determina a Constituição cooperação das instituições financeiras. Os bancos não são obrigados ao dever de vigilância, ou seja, a operar sistemas de informática e telemática aptos a detectar movimentos suspeitos nas contas correntes (MAIEROVITCH apud, FIGUEIREDO, 2000, p. 180).

Em 1984, Tommaso Buscetta, foi preso em São Paulo. Fugiu para o Brasil na década de 70 com nome falso e casou-se com uma brasileira. Buscetta tornou-se o mais famoso *arrepentido* da Cosa Nostra ao colaborar com o líder da *Operazione Mani Pulite* - *Operação Mãos Limpas* o juiz Falcone.

Para o mafioso, o Brasil:

parecia-me o paraíso, o lugar onde viveria o resto dos meus dias. Nem por sombra pensava em voltar à Itália, onde me esperava uma condenação, já definitiva, por formação de quadrilha e uma série de mandatos de prisão por crimes dos mais variados, como chacina, homicídio e até estrangulamento de pessoas... gostei muitíssimo do Brasil. Lancei-me com entusiasmo à vida no Rio de Janeiro, onde logo fiz muitas amizades. Era uma gente extrovertida, alegre cheia de vida... Levava comigo uma quantia considerável de dinheiro e tinha a intenção de investir tudo em alguma atividade comercial. A princípio, pensei no ramo de molhos de tomate, mas conheci Cristina, minha atual mulher... (BUSCETTA apud, FIGUEIREDO, 2000, p. 178, 179)

O caso do ex-mafioso e *pentiti* Tommaso Buscetta, *homem de honra* da Cosa Nostra, que migrou para o Brasil na ditadura militar, foi apenas o mais comentado, por isso, mais ilustrativo.

A articulação entre quadrilhas criminosas no Brasil segue a tendência mundial, mantendo o país na disputa pela liderança no que diz respeito à instalação de representações das mais diversas multinacionais do crime internacional. Entretanto, no Brasil é possível dividir a análise do crime em duas esferas sem com isso dizer, que estes dois níveis estejam desarticulados entre si. A organização do crime nacional e a articulação com as organizações internacionais. Autoridades policiais brasileiras já identificaram, há algum tempo, a atuação de grupos internacionais atuando nos mais diversos setores da economia formal e informal do país. Grupos andinos, italianos, russos, franceses, africanos e asiáticos, por exemplo, já possuem vasta experiência de atuação no Brasil, direcionando suas atividades para setores que variam desde o roubo de carga de caminhões nas estradas brasileiras até a lavagem internacional



de dinheiro sujo, falsificação e contrabando de mercadorias, prostituição, tráfico de drogas, órgãos humanos, biopirataria e armas, atividades para as quais o Brasil nos anos 90, tornou-se porto seguro. Autoridades policiais e judiciais brasileiras sabem que muitas organizações internacionais já vêm atuando no Brasil, seguramente desde pelo menos os anos 80 e outras, a partir do início dos anos 90. A *União Corsa* (Francesa), *Camorra* Napolitana, *N'draghetta* Calabresa, *Cosa Nostra* e *Sacra Unita Corona* (Italianas), Máfia Russa, Yakuza (japonesa), as Triádes Chinesas e a Máfia Nigeriana são apenas algumas das mais importantes.

Nesse contexto, o termo *máfia* se tornou generalizado e quase um sinônimo de crime organizado. Na própria literatura especializada identifica-se com dificuldade, o termo *máfia*, associado a um só país. O que temos são expressões generalizantes que retratam os grupos que têm origem num determinado país. Esses grupos podem chegar às centenas e quando contadas as suas sub divisões chegam em alguns casos aos milhares, num só país.

Aqui no Brasil, a omissão e quando não, a desinformação sistemática proporcionada pela imprensa brasileira, reduzindo o “Caso PC” ao esquema do *caixa dois* da campanha presidencial de Fernando Collor, fez com que a verdadeira proporção e significado do “esquema PC” não chegasse ao público que assistia aos principais telejornais do país. Poucas vezes foram publicadas matérias nas quais estivesse ressaltado que:

As investigações indicavam que, com freqüência, as operações da Máfia em conjunto com os cartéis colombianos passavam pelo Brasil. Para piorar a situação, a severa reação do Estado contra os mafiosos traficantes estava sendo anulada pelo artifício notável. Criminosos abandonavam a Itália e se escondiam em países da América Latina menos preparados para o combate ao crime organizado, de onde continuavam operando com toda infra-estrutura necessária e, algumas vezes, com a conivência das autoridades locais (FIGUEIREDO, 2000, p. 101).

O nosso estereótipo cultural, de que somos um povo acolhedor, pouco afeito à disciplina ou regras institucionais criadas por nós mesmos, transcende as nossas fronteiras, favorecendo a atração da malandragem internacional para usufruir destas regalias. Todos nós sabemos que “o criminoso vive do poder e da impunidade. Se a impunidade cresce, cresce o poder. Os mafiosos estão sabendo reconhecer, no Brasil, um lugar perfeito para atuar; muitos estão se

mudando para cá e fazendo negócios fabulosos com dinheiro sujo...”(Figueiredo, 2000, p. 173). Ainda em 1999 “as instituições brasileiras não tinham fôlego para rastrear as contas de PC Farias no exterior, assim como não estavam preparadas para o combate ao crime organizado de forma geral” (FIGUEIREDO, 2000, p.397). Por tudo isso, “O Brasil se tornou um santuário para os mafiosos” (Angiolo Pellegrini, tenente-coronel, chefe da Direzione Investigativa Antimafia – DIA, Calábria, apud, FIGUEIREDO, 2000, p. 173).

Estas organizações criminosas atuam muitas vezes em parcerias com grupos criminosos nacionais num complexo sistema de articulações entre as esferas pública e privada, mercado formal e informal.

Desde a década de 80, dezenas de mafiosos italianos tinham escolhido montar suas bases em cidades brasileiras, preferencialmente São Paulo, Rio, Porto Alegre, Salvador e Fortaleza. Porém, isso não passaria de mais uma corriqueira migração de mafiosos da Europa para descansar nas praias ensolaradas do nordeste brasileiro se, mais ou menos dez anos depois, estourasse um escândalo que colocaria o Brasil no rumo do clube internacional das narco-repúblicas do Terceiro Mundo.

A polícia italiana elaborou a “Operação Cartagena” que tinha como objetivo investigar o tráfico de cocaína vindo dos Andes para a Itália. No decorrer das investigações, esbarraram num dos nomes mais importantes do Brasil no período do governo Collor; Paulo César Farias, o PC Farias.

Segundo o relato de Lucas Figueiredo:

Os magistrados italianos tinham viajado a Buenos Aires para investigar o destino do dinheiro da maior venda de cocaína do planeta – feita pelo Cartel de Cali para a Máfia – e acabaram descobrindo um esquema de corrupção que tentava evitar o *impeachment* de um ex-presidente do Brasil... a demora da Justiça Federal em pedir formalmente à Itália e à Suíça a quebra de sigilo bancário das contas do caso PC-Máfia teve um impacto negativo nesses dois países. Quando as solicitações foram finalmente feitas, quem passou a catimbar foram os italianos e os suíços, desconfiados se de fato o Brasil entraria no jogo” (FIGUEIREDO, 2000 p. 168).

No Brasil, seguindo uma regra universal, o crime organizado adquire traços típicos ao mesmo tempo em que conserva características que dizem respeito a um certo *modus operandi* que geralmente marca este tipo de crime. Por isso, Ziegler afirma:

para compreender o funcionamento, a eficácia mortal da maioria dos cartéis, parece portanto indispensável levar em conta a questão étnica... o que se aplica às formações sociais em geral aplica-se e sobretudo aos cartéis do crime organizado. As hierarquias criminosas constituídas sobre base étnica são as mais eficientes de todas (2003, p.71, 72).

A relação entre o crime organizado internacional e o crime que ocorre nos morros brasileiros é sem dúvida intercedido pelo crime de elite aqui no Brasil. Não se trata de separar o problema em etapas como se na realidade dos fatos fosse possível identificar tal recorte. Muito pelo contrário, através de intercruzamentos complexos que envolvem relações entre as classes sociais, espaços geográficos, relações de poder e elementos culturais, grupos criminosos vão se constituindo e remodelando estruturas criminosas que se reproduzem geração após geração. A pergunta que está até hoje para a imprensa brasileira, intelectuais, políticos, autoridades e o simples cidadão brasileiro, que nunca se deram ao trabalho de responder é: de onde vem a cocaína traficada nos morros brasileiros e para onde vai o dinheiro de sua venda? Quais são as outras atividades ilícitas que estão associadas ao tráfico de drogas aqui no Brasil? Tentar responder estas perguntas é sem dúvida um ato de coragem não apenas pelo risco de “saber demais”, mas, talvez, porque aprofunda a decepção que será necessária enfrentar.

Por traz da aparência elegante de edifícios de luxo, instituições religiosas, instituições de ensino, cinemas, motéis, lojas, restaurantes, casas de espetáculos, eventos culturais, festas carnavalescas, *shopping centers*, escondem-se estruturas sofisticadas de crimes e contravenções cujos autores são capazes de qualquer coisa para alcançar seus objetivos.

Podemos utilizar casos típicos de como o crime se organiza no Brasil, sua dimensão e o quanto ele é de elite. Numa matéria publicada de Sônia Filgueiras e Weiller Diniz intitulada “Os segredos do dono de campos: investigação de sonegadores do município petrolífero do Rio revela uma incrível história de corrupção envolvendo propinas para desembargador e tráfico de influência de vice-governador mineiro”. Na Istoé nº1811 de 23/06/2004, encontramos o seguinte relato:

Na noite de 4 de março deste ano, agentes da Polícia Federal deram uma batida no edifício onde mora o empresário Antônio Carlos Chebabe, no centro da cidade de Campos, município petrolífero no norte fluminense. No apartamento da cobertura, a polícia encontrou Chebebe, conhecido

como o “Dono de campos”, na cama ao lado da esposa. Mal sabiam que ali, de pijama, estava um capo do crime organizado, responsável por adulteração e sonegação milionárias de combustível. Um homem que utilizou todas as artimanhas para se dar bem. Para sonegar ICMS, dizia que levava combustível para o Espírito Santo – onde o imposto é menor – quando, na verdade, o destino era a cidade de Campos. Pagava para evitar a fiscalização da Fazenda e, subordinando funcionários da Agência Nacional de Petróleo (ANP), evitava que seus domínios fossem vistoriados. Propinas também eram distribuídas ao Fisco carioca e a policiais rodoviários. Até a justiça e ilustres políticos são personagens dessa incrível história de corrupção protagonizada por Chebabe.

Dono de um império de dez empresas em Campos, o chefe da quadrilha recorreu a firmas de fachada para emitir notas fiscais frias, contrabandeou gado de suas propriedades no Paraguai para o Brasil e montou todo o esquema utilizando a própria família. No Uruguai abriu ‘off-shores’ – empresas no exterior cujo nome do dono é ocultado – para lavar dinheiro e remeteu quase US\$ 5 milhões para fora do País, tudo ilegalmente (p.28).

Outro caso em questão envolve o assassinato do prefeito de Campinas, numa matéria de Marina Amaral, publicada pela Caros Amigos nº 78 de set./2003 intitulada: “Quem matou Toninho do PT?”. Nesta matéria revela-se o nível de envolvimento da elite local com a contravenção e as medidas tomadas pelo então prefeito que resultaram no seu assassinato. Segundo consta, Toninho do PT, como era conhecido o prefeito, vinha

denunciando o não-cumprimento de legislação ambiental, freando a especulação imobiliária que, como gostava de repetir, ‘enriqueceu a elite campineira desde que o café deixou de ser o forte da economia local’. Foram cerca de dez ações movidas contra construtoras como a CBPO, a Mendes Jr, e contra a prefeitura de Campinas que, celebrava os contratos... em novembro de 1999, entregou um dossiê à CPI do Narcotráfico, em Brasília...

A passagem da CPI do Narcotráfico por Campinas, uma semana depois, conferiu à cidade mais industrializada do interior de São Paulo e um dos principais pólos tecnológicos do país, o triste título de centro logístico e financeiro do crime organizado: do tráfico de drogas ao roubo de cargas, passando pela lavagem de dinheiro. Campinas é também a terceira maior praça bancária do país (p. 26).

A morte de Toninho do PT em 10 de setembro de 2001 ressuscitou o debate no sentido de relacionar o tipo de violência e criminalidade que ocorre aqui no Brasil e na Colômbia. A eliminação de autoridades que combatem ou dificultam as ações das organizações criminosas passou a

ser cada vez mais freqüente no Brasil, tal como já vinha ocorrendo desde os anos 80, na Colômbia, Bolívia e Venezuela. Antes do assassinato do prefeito de Campinas, a prefeita Dorcelina Folador foi morta com seis tiros, na varanda de sua casa em outubro de 1999, por combater o contrabando de mercadorias e o tráfico de drogas na cidade de Mundo Novo (MS). Entre ameaças, atentados e assassinatos não escapam nem mesmo autoridades com patente de governador. O caso do governador do Acre, Jorge Viana, ilustra bem essa questão. A referida autoridade tem de andar com segurança e carro blindado, pois, sua morte já foi anunciada e existem fortes suspeitas de que criminosos ligados a Hildebrando Pascoal estejam entre os principais suspeitos das ameaças. Tragédia mais recente, ocorreu quando os três fiscais do Ministério do Trabalho que combatiam o trabalho escravo em fazendas no interior de Minas Gerais, foram emboscados e assassinados com tiros na cabeça.

Do escandaloso número de autoridades brasileiras, envolvidas em crimes de toda sorte não é difícil perceber o quanto a corrupção é um problema tão grave quanto os crimes menores que dela também se originam. São montantes incalculáveis desviados todos os anos dos cofres públicos que só chegam a destino nas manipulações da contabilidade pública, pois a realidade da pobreza, da falta de recursos para tudo que é direito da população, não deixa esconder, a vergonhosa roubalheira nacional.

Todos esses crimes passam necessariamente pela legitimação de representantes da justiça. O caso do mega-traficante Leonardo Dias Mendonça, um dos traficantes mais procurados pela DEA, nos serve como exemplo. Em reportagem na Folha de São Paulo, o repórter Alessandro Silva revela que enquanto membro da Conexão Suriname estava acima de Fernandinho Beira-Mar, na hierarquia desta organização, foi preso no final de 1999, solto em 10 de outubro de 2000, preso em 16 de outubro de 2000, solto em março de 2001, preso em outubro de 2001, solto em janeiro de 2002 e preso, outra vez, em dezembro de 2002. Não será que houve algum erro em quem mandou prender tantas vezes ou mandou soltar? Quando juizes são identificados como fraudadores, envolvidos na “indústria das liminares” e, até mesmo, parte integrante de quadrilhas, cujos crimes, assustam o dia-a-dia do cidadão comum, não é por acaso o descrédito na Justiça. A Operação Anaconda, em 2004, é um outro bom

exemplo deste problema. Tem sido cada vez mais comum identificar doutores da lei que confundem o trabalho de defesa com a associação e participação no crime. A OAB e o Judiciário tentam minimizar a situação, apontando para os escândalos como fatos isolados. Mas, se as polícias brasileiras precisam de uma faxina em suas próprias casas, não são apenas elas. A crise institucional, no Brasil, é geral. E, se não fossem os circos montados pelas emissoras de televisão, o segredo de justiça e a repressão policial, só Deus sabe como estaríamos agora, já que o “cidadão” brasileiro saberia do mar de lama que o governa.

As organizações criminosas, no Brasil, sempre se proliferam com muita rapidez e em várias direções. Tudo isso, não apenas com a conivência de grandes autoridades, mas, muitas vezes, com a participação direta delas. Empresas em todos os setores da economia participam dos “esquemas” de lavagem de dinheiro. De fato, muitas empresas no Brasil e pelo mundo afora têm sido salvas da falência em função do investimento de dinheiro sujo, principalmente através de novas associações. A diversificação dos negócios faz parte, ao mesmo tempo, de uma estratégia capitalista e de uma estratégia para se proteger de possíveis intervenções da lei.

Recentemente, a CPI da Pirataria identificou uma conexão Uruguai-Paraguai-Brasil que tem como eixo das transações o contrabando de cigarros para o Brasil. Essas organizações atuam também na falsificação de documentos, contando com a participação de funcionários públicos. A logística de distribuição do contrabando segue o mesmo périplo de outros crimes como o tráfico de entorpecentes. Este, torna-se então, mais um ponto de encontro entre organizações. Neste mesmo problema encontram-se dois outros. Há evidentemente uma diferença entre contrabando e falsificação seguida de contrabando. A questão é que os dois fenômenos estão quase sempre presentes, sendo que, quando se trata somente de contrabando as organizações criminosas servem às indústrias produtoras de um tal produto, contrabandeando-o como uma espécie de rede de escoamento da produção industrial. Calcula-se, por exemplo, que a indústria de cigarros do Paraguai tenha uma produção muito superior ao que o mercado interno daquele país possa absorver. Nesse sentido, os grupos criminosos que fazem o contrabando são do interesse das indústrias de cigarro paraguaias por ajudar no escoamento da produção. Este encontro, quase perfeito, entre as mais diversas formas de crime e o próprio sistema capitalista não é tão recente. Todavia, é no século XX que

este conluio tomará o acabamento final. Agora, é muito difícil, para não dizer impossível, separar capitalismo do crime. É claro que não estamos falando destes bandidos esfomeados dos grandes centros urbanos, que os meios de comunicação fazem questão de dar notoriedade.

O que passou a ser chamado de *crime organizado* é uma modalidade de crime muito sofisticada que envolve todos os setores e níveis das relações econômicas, políticas e sociais de cada lugar. E com toda certeza, não será através de medidas simplesmente, politicamente corretas, para o telespectador assistir e ter a sensação de que algo está sendo feito, que o problema em questão será, sequer, controlado.

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

WWW.OSVALDOBASTOS.COM

## 3.5

### Violência urbana no Brasil: as máfias nacionais e o descaso de todos.

Uma análise da *criminalidade urbana* às vezes também chamada de *violência urbana* não pode ser bem entendida sem a devida perspectiva histórica. No Brasil, isto se faz inteiramente necessário não apenas por questões epistemológicas, mas, ao mesmo tempo, como contraponto à ações planejadas e bem realizadas da mídia nacional em conluio com muitos “especialistas” acadêmicos, peritos em reduzir todo este problema ao contexto nacional e a períodos bem recentes. Apontar para problemas que estão acontecendo simultaneamente no mundo todo, que são antigos e abordá-los como “novos”, mantendo o *presente contínuo*, é uma tolice inconcebível para quem conhece alguma coisa sobre o Brasil.

A criminalidade urbana sempre foi um problema ignorado pelas autoridades brasileiras, num país em que tal fenômeno sempre campeou entre as classes menos abastadas. Foi muito fácil criar mitos e falsos axiomas como a conhecida relação entre pobreza e criminalidade aqui no Brasil. Para um Estado que teve o seu modelo republicano nascido de um golpe militar não é de estranhar que daí prosseguisse uma república sempre capenga, pobre como a maioria da população que a nação sempre abrigou.

A construção de um país para poucos levou cinco séculos, com vários levantes, revoltas, derramamentos de sangue que ensopam a história do nosso país, desde principalmente, os séculos XVIII e XIX. De um grupo de descobridores, marujos aventureiros, formou-se também uma elite igualmente aventureira e irresponsável. Não é de estranhar, então, que exclusão e repressão sempre foram faces de uma mesma realidade. A certeza de controle da pobreza, concomitante ao direcionamento ideológico das massas, garantiu às elites nacionais, a construção de uma república, na qual, toda a *coisa pública* sempre foi repartida e disputada entre famílias, oligarquias e partidos “privados”.

A violação da lei, o não reconhecimento dos direitos dos pobres e a distorção dos direitos sociais, como favor político, em currais eleitorais



marcaram as relações de classe, clientelistas no Brasil republicano. Seguindo esta perspectiva, particularmente a partir dos anos 50, a eclosão de movimentos sociais apontaram para o esgotamento deste “modelo brasileiro”. Como conseqüência da falta de interesse em implementar medidas que de fato alterassem a estrutura da relação entre Estado e Sociedade, a saída encontrada foi o conhecido golpe civil-militar.

Geralmente, a Ditadura Militar de 64 é apontada como a origem de todos os males atuais. Na verdade, o golpe civil-militar de 64 foi apenas mais um momento histórico, através do qual, a nossa histórica tendência ao totalitarismo tornou-se mais clara. O Estado Novo marcou, anteriormente, os direcionamentos que tal modelo de relação entre Estado e Sociedade iriam tomar até os dias atuais. Sendo assim, todas as formas de micro-relações de micro-poderes, vão nascendo e se expandindo, ganhando forma e consistência até tornarem-se algo estrutural.

A contenção da pobreza e seus “desvios”, através do uso sistemático e corriqueiro da violência física, da repressão a qualquer forma de descontentamento, ou até mesmo rebelião, se tornou algo tão natural, que ainda hoje, boa parte da população defende a violência policial contra o criminoso pobre.

Já no Estado Novo, criminoso comum e revolucionário socialista, muitas vezes foram confundidos pelo “sistema”. Eram jogados numa mesma cela, torturados pelas mesmas razões e esquecidos no interior das instituições prisionais, com o mesmo objetivo. Desde este período criminosos e revolucionários são colocados como inimigos do “sistema” mesmo que em momentos de exceção os revolucionários recebessem algum destaque. A eliminação física destes “inimigos do Estado”, tornou-se condição fundamental para a permanência de um modelo de sociedade, que não havia sido criada para todos.

O espancamento de presos comuns sempre foi uma prática corriqueira nas delegacias e penitenciárias brasileiras, exatamente para onde sempre foram dirigidos parte dos excluídos que ameaçam o frágil funcionamento do “sistema”. Frustração semelhante à que vivemos hoje com a “redemocratização” do país, foi vivenciada nos anos 50, quando as práticas de violação da pessoa humana continuaram durante este período e só chamavam a atenção da sociedade quando algum membro da classe média

era vítima das agruras do “sistema”. A “redemocratização” dos anos 50 e dos anos 90 fazem parte do mesmo teatro e, não por acaso, são versões diferenciadas da reprodução dos mesmos vícios e problemas. A polícia, como não poderia deixar de ser, foi sempre o carro-chefe dessa estrutura repressora.

O processo de industrialização no período desenvolvimentista trouxe também a aceleração do aumento da população urbana no Brasil. Em consequência, a criminalidade urbana vai tomando todas as características que temos hoje e a repressão à pobreza, ao crime, e aos revoltosos vai evoluindo no conjunto destes fenômenos. A legitimação da repressão resvala para a legitimação da eliminação. Neste contexto, no Rio, ainda capital nacional, diante do aumento dos assaltos aos estabelecimentos comerciais dos lojistas

se dirigiram então ao chefe de polícia, general Amaury Kruel. A cidade, como diziam os jornais, estava ‘infestada de facínoras’.

Kruel respondeu à interpelação dos comerciantes com a garantia de que adotaria medidas drásticas. Se fosse preciso, prometeu, autorizaria ‘o extermínio puro e simples dos malfeitores’ (VENTURA, 1996, p. 34).

A partir daí surge o Serviço de Diligências Especiais – SDE responsável pelas ações voltadas para a “limpeza” da cidade e composto pelos “Homens de Ouro”. O que veio a ser chamado de Esquadrão da Morte estava oficialmente criado. Entretanto, cabe ressaltar que, o extermínio dos pobres e do bandido, através de grupos organizados, não começa com a criação da SDE. Este evento é apenas um marco no processo de institucionalização e legitimação da pena de morte extra-legal no Brasil, que ganhará seu ápice na ditadura de 64 e, enveredará com algumas adaptações pelas trilhas desta tal de “redemocratização” nos anos 90.

Ao mesmo tempo, seguindo o rumo da teatralizada história nacional, na qual, personagens saem de cena aqui e reaparecem em cena ali, este mesmo general Amaury Kruel será citado por Elio Gaspari em, *A Ditadura Envergonhada*, como um dos personagens mais importantes nos rumos que o golpe militar tomou em abril de 64. Segundo Gaspari: “Em São Paulo, o II Exército era comandado pelo general Amaury Kruel, amigo e compadre de Jango, a quem servira como chefe do Gabinete Militar e como Ministro da Guerra” (2002, p. 52).

Não por acaso, cada vez mais, repressão e crime estiveram próximos, moldando o perfil do problema nos termos em que nos deparamos hoje.

O contraventor e o policial ora eram inimigos, ora parceiros, a depender da conveniência e da necessidade.

Referindo-se a esta questão, Zuenir Ventura lembra parte desta história da criminalidade urbana brasileira, quando se refere à morte de Milton Le Cocq de Oliveira, símbolo da repressão no final dos anos 50 e início dos anos 60 e que passou a fazer parte do Esquadrão da Morte, criado pelo general Amaury.

Le Cocq começou a morrer no dia em que um bicheiro o procurou para pedir providências contra Cara de Cavallo. Ele reclamava de extorsão exagerada. A cena parecia moderna: um contraventor se dirigia a um policial para denunciar um bandido por se apoderar de uma parte dos lucros dos seus negócios clandestinos (1996, p.44).

Nesse contexto, a repressão à pobreza se confunde cada vez mais, com a repressão política. Em *Quatrocentos Contra Um: uma história do Comando Vermelho*, William da Silva Lima relata não só a sua trajetória no banditismo como narra a evolução de todos os problemas relacionados à *violência urbana* deste país. Com a experiência de quem viveu a maior parte da sua vida trancafiado em alguma prisão, William esclarece fatos e ao mesmo tempo questiona mitos sobre a evolução do banditismo urbano brasileiro. Para ele a relação entre preso político e preso comum, que deu origem a algum nível de consciência política e organização em meio à população carcerária, não começa como a Ditadura Militar de 64 e sim, com a ditadura do Estado Novo. Segundo ele:

Aqui no Brasil, por exemplo, a massa carcerária extraiu muitas lições do contato havido na década de 1930 com os membros da Aliança Nacional Libertadora encarcerados na Ilha Grande. Quando os presos políticos se beneficiaram da anistia que marcou o fim do Estado Novo, deixaram nas cadeias presos comuns politizados, questionadores das causas da delinquência e conhecedores dos ideais do socialismo. Essas pessoas, por sua vez, de alguma forma permaneceram estudando e passando suas informações adiante. Sua influência não foi desprezível. Na década de 1960 ainda se encontravam presos assim, que passavam de mão em mão, entre si, artigos e livros que falavam de revolução (2001, p. 36).

William descreve um sistema prisional sempre baseado no terror, no interior do qual quadrilhas rivais propiciam diversos tipos de violência muitas vezes sob encomenda da própria polícia ou da guarda carcerária.

Nesse contexto de rivalidade interna da “massa carcerária”, começa a nascer a consciência da necessidade de união para aumentar a possibilidade de “sobrevivência na adversidade”.

Para ele, a relação entre os presos políticos de 64 com a população carcerária, não foi tão próxima, quanto a polícia e a imprensa insistiram em afirmar. Na Ilha Grande, para onde foi mandada boa parte dos presos políticos, também na ditadura de 64, não havia inimizade entre os dois grupos, mas não havia, por outro lado, o nível de afinidade e contatos que comumente se pensa. As diferenças “ideológicas” levavam os próprios presos políticos a solicitarem a separação do restante da “massa carcerária” que permanecia no “Fundão”. William Silva retrata esta situação de forma precisa quando escreve:

Para esvaziar a luta pela anistia, a ditadura negava a existência de presos políticos no país. Nesse contexto, interessados em garantir a sua visibilidade para a opinião pública nacional e internacional, os membros das organizações armadas dos anos 70 lutavam para isolar-se da massa, comportamento considerado elitista por nós. Seu discurso era coerente mais frágil: a existência ou não de presos políticos no Brasil era uma questão decidida pelo fato de eles estarem isolados, mas pela força do movimento de oposição à ditadura... Nosso caminho só podia ser o oposto: a integração na massa carcerária e a luta pela liberdade, contando com nossos próprios meios... Terminara o período de cooperação entre os dois coletivos. ‘Existem trinta presos políticos na Ilha Grande’, escreviam em seus documentos. ‘Somos noventa presos proletários’, respondíamos, com uma ponta de magoa e provocação’. Éramos testemunhas de que gerações anteriores de ativistas políticos tinham feito questão de conviver com a massa, da qual sentiam-se parte e pela qual desejavam zelar. Dessa vez as condições eram ainda mais favoráveis: tínhamos a experiência de outros contatos, estávamos organizados, desejávamos ampliar a nossa pequena biblioteca, queríamos aprender. Mas eles não perceberam – ou não quiseram perceber – a oportunidade de convivência... Estávamos em 1974, e nossas principais lutas eram contra os espancamentos, pela abertura dos cubículos ao longo dos dias... e pelo respeito aos nossos visitantes... Aos presos políticos foi dada a anistia, enquanto nós fomos lentamente aniquilados... Começou então, em plena crise, nossa dispersão pelo sistema, combinada com uma política mais ou menos explícita de eliminação física, mental e moral das chamadas lideranças (2001, p. 58, 59, 69, 70).

Diante da evolução deste problema, o assalto a banco, tornou-se uma modalidade de roubo que passa a servir a diversos propósitos. Para os

presos políticos, tornou-se fonte de verba para financiamento das operações das organizações clandestinas. Para os presos comuns, tornou-se uma forma de ganhar dinheiro e ascender a algum padrão de consumo da classe média. Entretanto, o sistema de repressão não soube diferenciar ascensão social e de consumo dos objetivos políticos. Sendo assim, pelo assalto a banco, assaltantes e revolucionários eram iguados, enquadrados na mesma Lei de Segurança Nacional, torturados e colocados nas mesmas celas. A mesma modalidade de crime, o assalto a banco, que devido ao alto índice nos anos 80 levará a polícia, principalmente carioca, a acreditar que as organizações de esquerda estavam se reorganizando pós-anistia, vai cada vez mais servir para o financiamento de outros delitos.

Nesta situação o crime evolui, mas o Estado e seus órgãos de repressão são mantidos estacionados no tempo. É o tradicional o uso da força contra aqueles que de alguma forma contestam a ordem vigente, que vai prevalecer como estratégia de manutenção desta ordem. A tortura como método de investigação e repressão sempre existiu no Brasil. Funcionou a contento do Estado, das autoridades e das elites, durante todo o século XX e, não há dúvida, que o terrorismo de Estado desmantelou o terrorismo de esquerda que se implantou no Brasil.

Com a saída, de cena, da esquerda clandestina, a mesma estrutura repressiva permanece voltada para os atuais inimigos do sistema, o bandido pobre. Para quem foi alvo desta repressão, nos anos 70, é possível identificar que: “Coincidência ou não, vivera-se o ocaso da guerrilha urbana, fenômeno que deixara na orfandade um aparato repressivo ainda cheio de vigor, desejoso de exibições de força e utilidade” (SILVA LIMA, 2001, p. 96).

Mas, há um outro fator que não pode ser deixado de lado na composição deste *quadro coerente*. O papel da imprensa na construção desta criminalidade que chega aos nossos dias foi fundamental. O próprio mentor do Comando Vermelho, Willam da Silva Lima descreve muito bem esta fenômeno.

Começamos a nos instalar em favelas, por questão de segurança. Respeitávamos a coletividade e éramos bem-vindos. A imprensa atribuiu a nós – Comando Vermelho – todos os assaltos a bancos, e logo o nome caiu em uso comum. Qualquer policial oportunista dizia ter prendido integrantes de tal comando, mesmo que fossem pessoas sem nenhuma vinculação conosco. Eles, por sua vez, em geral confirmavam a farsa,

sem sequer saber a origem do nome, fosse por pressão da Polícia, fosse por acreditar que isso lhes garantiria maior proteção nas cadeias. Ao lado de tudo isso a imprensa vendendo jornais (2001, p. 97).

Sexo, crime e droga tornaram-se, cada vez mais, a receita certa para a imprensa brasileira tanto a escrita quanto a televisiva. O acirramento da criminalidade urbana e, ao mesmo tempo, o incremento cada vez mais publicizado de grupos paraestatais, atuando contra esta criminalidade têm, como amálgama incentivador, os noticiários revistas e jornais.

Segundo Regina da Costa:

No início da década de sessenta os membros do esquadrão eram tidos por setores da imprensa, autoridades e parte da população como um grupo de policiais valentes, honestos e que estavam limpando a cidade de marginais perigosos... As ações policiais passaram a serem contadas como verdadeiras façanhas urbanas em que o policial era mascarado de herói e ainda em muitos casos, a imprensa sensacionalista acabava fabricando supostos bandidos perigosos para serem devidamente perseguidos pela polícia. Um dos inúmeros exemplos podemos encontrar no jornalista David Nasser, no Programa Diário de um Repórter, chamou os membros do esquadrão de "... os missionários do general França (então Secretário de Segurança), os 'empreiteiros de Deus' (p.15).

As próprias expressões utilizadas pela imprensa apontam para uma apologia à violência. Os títulos das reportagens e as "chamadas" são também, claramente, instigações. Sobre este problema Ana Rosa Ferreira Dias em "o Discurso da Violência: As marcas da oralidade no jornalismo popular" (2003) desenvolveu um estudo minucioso sobre o uso de expressões provocantes, mas que ao mesmo tempo, refletem os valores da nossa sociedade. Expressões como: "2 a 0 pra PM: sargento mata dois assaltantes do bairro dos ricos", "PM fuzila dois nos Jardins" demonstram que em boa medida que a sociedade legitima o Não-Estado de Direito. Não tem intimidade com o que vem a ser de fato uma cidadania. É um clientelismo perverso que se traduz também nas formas de violência. Uma polícia violenta, um Estado estruturado e institucionalizado de forma antidemocrática interessa a muita gente.

Quando as elites brasileiras sentem-se ameaçadas com discursos e até mesmo ações que possam levar às mudanças, não é porque temem uma revolução contra a propriedade. As mudanças, além de cercearem os

meios através dos quais mantém-se o poder político e econômico, poderá abalar as formas de acesso e concentração da propriedade quase sempre ilícita. O medo não é de perder a propriedade é de perder a propriedade ilícita. Por isso, elite corrupta e Estado repressor são complementares.

Neste cenário, o pobre é ao mesmo tempo protagonista e figurante, muitas vezes passivo, até porque, quando atua é porque é o alvo predileto do sistema. A classe média sonha com uma ascensão social que se torna ameaçada com a presença do criminoso e a elite, através da violência institucional tem mais garantida a manutenção da sua propriedade privada, angariada na maioria das vezes de maneira ilícita, tal qual o seu inimigo do morro.

O conceito de Estado Paralelo surge no final dos anos 70. De lá para cá, estamos sempre discutindo as mesmas questões, debruçados sobre os mesmos problemas, muitas vezes travestidos de novos, pela imprensa e parte da literatura acadêmica. Neste mesmo momento, “na primeira semana de agosto de 1975 o tema *crime organizado* surgia no Brasil pela primeira vez, durante a V Semana Internacional de Criminologia... Parecia um assunto do outro mundo, sofisticado demais para a polícia, que na etapa final do regime militar ainda prendia primeiro para depois investigar” (De SOUZA, 2002, p.135). Daí, podemos afirmar que são todos problemas cansativamente velhos. Há uma estrutura de relações sociais, que se reflete de forma mais clara no âmbito político, que emperra qualquer tipo de mudança consistente, o clientelismo. Tudo isso revela a nossa histórica tendência para um Estado autoritário, algumas vezes fantasiado de democracia. Com a ajuda dos meios de comunicação de massa e parte da literatura acadêmica, as elites vão reproduzindo este modelo, renovando os problemas para criar a sensação de que antes era bom, agora está ruim e logo irá melhorar.

A violência urbana pode estar associada ao tráfico de drogas, na medida em que, o comércio de cada droga, parece levar a tipos e níveis de violência diferenciados. Porém, nos anos 80, um aumento considerável nos índices de crimes contra a propriedade podem estar facilmente associados à crise econômica deste período em toda a América Latina. O aumento destas e de outras modalidades de violência urbana, nos grandes centros urbanos brasileiros, também coincidem com o momento em que os grandes centros

urbanos do país passaram a fazer parte das rotas do narcotráfico internacional. Isto alterou bastante a geografia criminal nacional e, não por acaso, o homicídio entre jovens, principalmente nas periferias, tornou-se sempre crescente.

O Brasil, por exemplo, em termos criminais, é uma grande organização em rede, um verdadeiro arranjo geopolítico do crime. Cada Estado ou região tem um papel definido nesta geopolítica. Alguns estados são mais propícios, por exemplo, para sediar e centralizar as organizações criminosas mais importantes. Mas, em todos eles, existem representantes de muitas das organizações criminosas de origem nacional e internacional. Quando não, cada estado já possui hoje, grupos criminosos locais, que uma vez atuando em parceria, exercem bastante influência no âmbito político e econômico. Cada organização vai se especializando em algumas formas de atuação tais como: contrabando, produção e tráfico de drogas, tráfico de armas, lavagem de dinheiro, falsificação de produtos, inclusive remédios, combustíveis e obras de arte, seqüestro e/ou extorsão, roubo de cargas, prostituição etc.

A partir desta organização interna, a cada grupo, as relações intergrupos vão se estabelecendo de acordo com as especialidades e as próprias relações de mercado. De acordo com a evolução deste jogo, os grupos vão se estabelecendo cada vez mais em certas regiões desde ruas, bairros e cidades até estados inteiros, articulando-se também em função desta posição no cenário nacional. Daí, surge parte da violência e da corrupção oriunda do tráfico de drogas e do conjunto chamado, *crime organizado*. Para chegar a este nível de articulação, tem que haver necessariamente corrupção de autoridades em todos os níveis hierárquicos e instituições.

A imprensa abre o debate acompanhada por representantes dos três poderes, discutindo temas como a indisponibilidade de bens dos seqüestrados, o aumento para 30 anos da pena do crime de seqüestro, pena de morte etc. Tudo isso, num contexto em que efêmeros e transitórios Ministros de Justiça, empacotam para o congresso medidas provisórias ou projetos de lei em caráter de urgência, tentando fortalecer institucionalmente um Estado já, há muito, sofregamente atuante e inimigo particular da população pobre. Nos anos 90, começou a se falar em *escalada criminosa contra a sociedade*, uma retórica que faz esconder, até hoje, as origens do crime neste país.



Associadas a essas medidas sempre esteve presente a necessidade de verba para a construção de novos presídios. Jamais houve neste país, principalmente em momentos de crise institucional, a alocação de recursos para a saúde, educação, habitação popular como parte da estratégia para deter a *escalada criminosa*. A repressão pura e simples sempre foi o princípio ordenador das atuações do Estado brasileiro. No rol desta parafernália repressiva são construídas as penitenciárias de Bangu 1, 2 e 3.

Durante os anos 80 e 90, muitos políticos foram eleitos através de relações diretas com o tráfico de drogas das favelas. A abertura política trouxe um grande desafio para a Nova Elite política, num ambiente de Nova República. Ou seja, no decorrer destas duas décadas e, ainda hoje, o desafio é chegar a um equilíbrio entre conter a *escalada de violência*, prestando pelo menos uma satisfação à sociedade e não abrir mão de tais ajudas ilícitas recebidas em campanhas eleitorais.

Num país em que o Estado nunca conseguiu se fazer presente em todas as instâncias da vida política, econômica e social, por conta de interesses das *elites disfuncionais* e grupelhos subservientes, em que corruptos e acobertadores ganham cargos de confiança, em que presidentes de partidos pelo tempo no cargo mostram o quanto, no Brasil, partido político pode ser definido como *conclave das oligarquias regionais*, como esperar que a informalidade destas relações e no seu extremo, o crime, não se tornasse traço cultural marcante? A nossa excessiva informalidade no trato de questões prioritárias, da *coisa pública* e na busca de obter vantagem em tudo e de qualquer jeito, favorece a expansão e articulação das organizações criminosas. A formação de uma identidade, articulada à realização de sonhos de conquista alheios à questão coletiva, o nosso desejo de mobilidade social sem esforço e disciplina, não deixa esconder o caráter ilegal e/ou imoral das nossas estratégias de ascensão social.

Há, de fato, uma sociedade comprometida com tudo que está aí. Uma das características mais fundamentais do crime sempre foi o silêncio. Por isso, quando o bandido parece fazer questão de mostrar sua cara, aparecendo inclusive na mídia, temos que perguntar o porquê? Por um lado, a resposta pode ser dada pelo fato de que quanto maior fama de atroz, maior a sua segurança e poder. Por outro, dependendo do grau da hierarquia da qual faz parte, o participante de uma organização criminosa sabe quem está

acima dele, quem lhe protege e a quem serve. Por isso, tem a segurança, por conta da necessidade do “sistema” mantê-lo vivo por algum tempo, mesmo que eventualmente preso. Entretanto, a maioria dos membros de uma organização não conhece toda a estrutura da organização, na verdade sabem muito pouco dela.

Deste modo, os níveis inferiores da hierarquia criminosa, assim como toda a estrutura da organização, e também a relação entre as organizações refletem a própria estrutura das relações sociais, políticas e econômicas formais. Apontar para o morro como a origem do problema ou até mesmo, culpar a pobreza pela origem da violência e da criminalidade é não compreender a complexidade do *crime organizado*.

Os criminosos do morro não percebem que quando lutam ou se dizem lutar contra a sociedade que lhes marginaliza e oprime, estão de fato, trabalhando e servindo ao mesmo sistema que lhes é opressor e excludente. Ao fragilizar os poderes do Estado, estão afastando cada vez mais, qualquer possibilidade de, algum dia, alcançarmos uma sociedade mais justa e realmente mais democrática. Enquanto componente da base da pirâmide criminal, o traficante do morro é quem sustenta a estrutura do crime, ele é o elo entre a parte da classe média e alta que consome drogas e parcelas destas mesmas classes que acumulam o capital sujo. Ao mesmo tempo, é esta mesma estrutura Estatal defasada, lenta, corrompida, que organiza e legitima uma sociedade concentradora, que faz com que o dinheiro das políticas públicas seja desviado para os paraísos fiscais. Como consequência, os jovens dos morros já não tardam perceber na indústria do crime, a única forma de participação social. Uma participação pela exclusão e pelo crime. Então, esta organização do caos faz parte de um modelo de sociedade. Este cenário se torna mais completo quando identificamos a figura do usuário ou dependente que compra a droga e ajuda a financiar o crime, empresas e empresários que lavam este dinheiro e autoridades que não querem ou, algumas vezes, já não podem trazer os resultados esperados.

Seja pelo comprometimento com o crime, pela incompetência ou desinteresse, com certeza não há nenhuma possibilidade imediata à vista para resolvermos esta situação. Mas, quando é possível fazer algo concreto, há sempre mais motivos para não fazer. Não há nível de organização social suficiente para pressionar uma limpeza na máquina do Estado. Um povo que não tem cidadania não sabe que possui soberania.

Os impasses para as mudanças não estão só no nível político. São apenas mais claros nele. Se pudéssemos fazer uma comparação entre o envolvimento do setor público e do privado no mundo da contravenção e do crime, seria difícil definir qual o setor está mais comprometido. A sociedade, os seus diversos redutos de relações públicas e privadas, participa ativamente do crime.

Diante de tudo isso, cabe então uma questão que foi muito bem colocada pelo professor Raimundo Faoro: “Até que ponto voto expressa cidadania?” (2000, p.25).

Essa questão pode nos levar à seguinte reflexão: se não há inclusão, meios de chegar ao consumo, acesso real à justiça, liberdade incondicional de consciência e de expressão e, se até os direitos adquiridos, já não são tão “adquiridos” assim, qual o sentido que faz seguir a moral burguesa na sua dialética com os princípios judaico-cristãos? Se boa parte daqueles que detêm os meios de produção, insistem em dinamizar o capital, também na sua versão informal-ilegal-criminosa, por que então, parte dos desempregados, dos mortos-a-fome e dos sem-futuro vão esperar quietinhos o dia do juízo final?

Temos então a continuidade, em novas versões, de que a pobreza é a origem de todo o mal. Aparecem os sociologismos piegas. No Brasil, particularmente, este problema é importante. Dizer que o criminoso é vítima da sociedade é também tirar dele a responsabilidade que qualquer pessoa tem pelo que faz. Esse vício acadêmico levou inclusive, a que durante muito tempo, se atribuísse tanta inocência ao pobre que quase lhe tiraram a capacidade de raciocinar. “Pobre não pensa” e por isso, precisa ser tutelado, foi ao que induziu muitas interpretações, inclusive sobre a pobreza nos grandes centros urbanos. Como se não bastasse, essa cultura da complacência com o ilícito, ultrapassa os níveis das relações sociais cotidianas e se legitima no âmbito das instituições do Estado.

A formação do crime organizado brasileiro segue o rastro da nossa evolução histórica mais recente. Se os aparelhos de repressão, particularmente a polícia, não conseguiu discernir criminoso político do criminoso comum, é também porque na realidade dos fatos são modalidades de crimes muitas vezes relacionadas. Se a princípio o crime comum é uma forma de sobrevivência e a depender da modalidade, forma de ascensão social, o

crime político é uma tentativa de transformar determinado modelo de relação socioeconômica e política, historicamente constituída.

Nos anos 70 e 80 o assalto a banco é um *modus operandi*, que aos poucos se torna comum tanto para guerrilheiros quanto criminosos dos morros. No final dos anos 80, surge a necessidade imperiosa de fazer crer que a democracia tinha chegado e junto com ela, a liberdade. Entretanto, o que assistimos foi toda uma estrutura repressora de Estado se voltar para o “único” inimigo da sociedade que restou, o pobre. Exatamente em decorrência desse fenômeno, ficou fácil acreditar na versão da mídia e de acadêmicos afoitos, de que uma romântica democracia havia sido construída após as *diretas já*. As polícias brasileiras também acreditaram nisso. Até porque continuaram torturando os pobres e se corrompendo aos ricos, dando assim continuidade ao “sistema”.

A década de 90 foi vista como o fim das guerrilhas. Na verdade, neste período as guerrilhas não só prosseguiram suas trilhas, já traçadas nas décadas anteriores, como ao articularem-se com o tráfico de drogas deram origem ao fenômeno das narcoguerrilhas. Desde a década de 70, a DEA já havia identificado este problema. Mas só nos anos 90, ele vai se tornar relevante para a imprensa e acadêmicos. Organizações políticas clandestinas mantiveram o assalto a banco e o seqüestro como forma de financiamento e ampliaram os investimentos com o tráfico internacional de drogas e armas. Nesse contexto, os governos latino-americanos e, principalmente o Brasil, precisaram reforçar a maquiagem da democracia, chamando movimentos insurretos de *movimentos sociais*.

É preciso lembrar que a estagnação econômica que se alastrou por toda a América Latina nos anos 80, teve como conseqüência, a criação de condições favoráveis para o agravamento de diversos problemas típicos de grandes centros urbanos, entre eles, o crime.

Nos anos 90, a década dos “ajustes” é um momento em que, seguindo a tradição latino-americana, governos corruptos, juntamente com parte de uma elite que cheira muito, pobreza nos morros, polícias corruptas, violentas e despreparadas, intelectuais retóricos e imprensa irresponsável, numa orquestra harmoniosa dão o tom que faltava para que, por aqui, o Brasil se tornasse uma sociedade do crime, do princípio ao fim. E, deixando de lado o discurso politicamente correto, é possível afirmar que a

democracia brasileira renasce cheirando a pó.

Tudo isso parece ter começado nos anos 70, através da União Corsa (Máfia Francesa) e em seguida, a *Cosa Nostra*, que atuando aqui no Brasil, tornam este imenso país numa promissora rota internacional do tráfico de cocaína.

Na década de 80, aqui na América Latina, os Cartéis de Cali e Medellín estão prontos. Exportam toneladas de cocaína para o mundo todo. E como observa Amorim:

“O primeiro acerto para importação de cocaína é firmado em Medellín, na Colômbia. Pablo Escobar, o maior traficante do mundo, é quem vai fornecer para o crime organizado do Rio de Janeiro. Outros estarão participando de grandes remessas, ligadas também ao Cartel de Cali. Os pacotes de cocaína que chegarem ao Brasil terão um carimbo inconfundível: “los nada que ver” – frase que em espanhol quer dizer ‘não temos nada com isso’. É a marca da principal organização colombiana de exportadores de coca. O *slogan* vem acompanhando de uma ilustração dos Irmãos Metralha, personagens de Walt Disney. Outras vezes os pacotes têm o símbolo ‘Fortuna – 100% pura’, do Cartel de Cali” (2003, p. 235).

Anteriormente, foi mostrado como é antiga a relação entre crime e política no Brasil. Colônia, Império e República estão atadas por este mesmo nó. Mais recentemente, a relação entre Jogo do Bicho e política começou a modelar os novos arranjos dessa relação promíscua. Só faltava a cocaína para que os últimos arremates fossem dados para definir o cenário atual. A década da democracia do pó, os anos 80, torna parte da criminalidade cada vez mais rica. Traficar drogas escondido em morros de favelas é muito mais seguro e lucrativo que assaltar banco e correr o risco de confronto com a polícia. Isso não quer dizer que as outras fontes de lucro para o crime tenham sido abandonadas.

O notório seqüestro de Abílio Diniz, em dezembro de 1989, mostrou o quanto o crime está articulado na América Latina. O seqüestro que foi realizado para financiar as ações do Movimento de Esquerda Revolucionária – MIR, do Chile, mostrou quanto o crime e revolução política ainda estavam bastante articulados.

Conforme relata Amorim:

Tempos depois do seqüestro, o repórter Caco Barcelos, da TV Globo, durante cobertura da explosão de um paiol de munições na capital da Nicarágua, fez importantes descobertas. O depósito destruído pertencia

à Frente Farabundo Martí de Libertação de El Salvador, para a qual – segundo os presos em São Paulo – se destinaria o dinheiro do resgate. Mais ainda: lá foram encontrados os passaportes verdadeiros dos seqüestradores, os planos da ação e uma lista de outros ‘seqüestros’ no Brasil, da qual fazia parte o jornalista Roberto Marinho, dono das Organizações Globo. Esta lista nunca foi divulgada por razões óbvias... Nós ainda vamos ouvir falar deste grupo, por ocasião do seqüestro do publicitário Washinton Olivetto, também em São Paulo, em dezembro de 2001 (2003, p. 272, 273).

Com maior riqueza, o potencial de corrupção também aumenta por parte de grupos criminosos. Todavia, é preciso sempre lembrar, que a relação entre criminalidade e política não se dá apenas numa única via. Há também o problema da predisposição à corrupção por parte dos atores da esfera política.

Não por acaso, o início dos anos 90, é marcado por um agravamento do problema da relação entre crime e política. Criminosos cada vez mais ricos e campanhas políticas cada vez mais caras são os ingredientes principais para acelerar uma relação vulgar entre estas duas esferas da sociedade.

Em 1988, depois de sofrer dois atentados, enquanto era governador do Rio de Janeiro, o governador Moreira Franco fez a seguinte análise: “A conclusão é óbvia: o crime não é mais o mesmo. Quem pensa que eles não passam de um bando de ignorantes, um punhado de analfabetos, está redondamente enganado... É difícil prever. Podemos estar a caminho de Medellín ou de Palermo” (FRANCO apud, AMORIM, 2003, p. 328). Porém, um detalhe importante é o de que, seguindo as tradições políticas brasileiras relatadas anteriormente, este governo tinha como assessores de segurança e freqüentadores do Palácio Guanabara, marginais famosos como Miguel Jorge, o Miguelão e Nazareno Barbosa, o Professor.

No âmbito internacional, a simbólica “queda do Muro de Berlim”, sinalizou o aumento do ritmo de determinadas mudanças que já vinham ocorrendo no capitalismo mundial. A globalização como conseqüência da abertura de mercados, acelerou também, a integração das “máfias” em todo o mundo. O Brasil, por ter se tornado rota internacional de cocaína dos Andes, não parou, diante das suas vantagens competitivas, de atrair investimentos mafiosos cada vez mais intensos. A crise econômica da

Rússia, na transição entre economia socialista e de mercado, levou ao contrabando de armas e munições do exército russo. O Brasil já havia se tornado cobiçado mercado consumidor destes produtos, bastando apenas um redirecionamento das rotas do comércio clandestino de armas. Se no início dos anos 90 surge o fenômeno da narcoguerrilha, no final da década, surge o narcoterrorismo.

O roubo a banco, seqüestro e o roubo de cargas e de caminhões continuam sendo atividades criminosas importantes, porque agora, são complementares. São verdadeiramente delitos conexos, organizados de forma que o tráfico de entorpecentes é apenas eixo da empresa criminosa.

Os “territórios controlados” passaram a ter dois significados, apesar de interrelacionados. Este conceito refere-se tanto aos territórios sob o controle das guerrilhas de quanto favelas inteiras estão sob o controle de narcotraficantes no Brasil. Por aqui, estes “territórios” servem definitivamente de bases para ações armadas deste novo modelo de guerrilha urbana, que governos e “especialistas” insistem em tratar como simples “problema social”.

Há um certo exagero da mídia quando coloca que o crime organizado substituiu o Estado. Na verdade ele enfraquece o Estado e de forma alguma pode substituí-lo, senão de maneira superficial e em limites geográficos bastante limitados. Nesses “territórios controlados” brasileiros, a população vive sob um regime de coerção, no qual, tortura, mutilação e morte são meios eficientes das organizações criminosas conseguirem a submissão local. A lei do silêncio. Por outro lado, é inegável que a pobreza das favelas seja campo fértil para que qualquer ação assistencialista se torne um meio de servidão. O suposto cidadão aprende esta forma de convívio na sua própria relação com o Estado e a classe política. Em seguida, reproduz este mesmo modelo na relação com o traficante e depois, as pessoas que assistem os noticiários ainda estranham. Neste ambiente, os criminosos reproduzem a mesma estratégia das elites e governos que eles tanto dizem contestar: repressão, clientelismo e atraso.

A reprodução da pobreza enquanto mão-de-obra farta e barata para o crime organizado está muito bem exemplificada no livro de Caco Barcellos, *Abusado* (2003). Nele, o autor demonstrou com clareza o caminho feito pelo jovem da favela rumo ao crime. As primeiras gerações ainda tentaram

algum emprego honesto no mercado formal. Em função da decepção com o fato de que estes empregos não garantem a subsistência, nem algum status, começam a optar pelo crime. As novas gerações, pouco a pouco, foram desistindo de passar pelo emprego formal em função dos exemplos que estavam assistindo dos seus antecessores, que muitas vezes, eram também seus ídolos. Não é de estranhar então, que repressão e corrupção andem no mesmo compasso, num modelo social como o nosso.

Entrevistando um policial foi possível obter o seguinte depoimento:

- Por que você entrou para a polícia?
- Por falta de oportunidade de emprego e uma perspectiva de uma vida melhor. Eu me qualifico como profissional mas não gosto da polícia. Mas como profissional eu tento adaptar o meu trabalho da melhor forma possível.
- Por que você não gosta do seu trabalho?
- Porque eu vim de uma família humilde e vivi no morro, a vida me deu essa oportunidade de caminhar por um lado que é bem visto pela sociedade. Mas, por muito tempo, fiquei junto da marginalidade e vi muito preconceito que é imposto às pessoas de baixa renda. Desde criança agente vendo essas atrocidades, essa violência, a gente tem uma visão inequívoca da polícia.
- E como é que você conseguiu fazer para que você não desse continuidade a essa violência?
- Olhe, eram seis irmãos na minha família, nós vivíamos num barraco. Era um sufoco danado, eram duas esteiras onde ficavam todos juntos. Muitas vezes o café da gente era pão duro com Ki-suco e minha mãe passava muita dificuldade, conseqüentemente, nós também passamos, criados sem pai, no morro, você sabe que a violência é muito grande e a gente tem de se sobressair de qualquer jeito. Uma guerra total, não porque o povo seja violento, mas o ser humano precisa sobreviver e a única maneira de viver no morro é desabando com a mão. Eu tento conter essa violência transmitindo um pouco do que passei e até o que eu passo convivendo, porque eu não mudei de situação só mudei de lado. Passei a ser um policial mas continuo convivendo com a mesma coisa. Então eu tento passar, na medida do possível e conscientizar meus companheiros.
- Você se orgulha de ser policial?
- Olha eu me orgulho de ser policial sim, agora, a gente sabe que toda regra tem exceção. Alguns segmentos ainda têm uma visão errônea do que é a polícia, talvez até porque, elas passaram pelas mesmas situações,



pela mesma violência. Quando entram na polícia a intenção é explorar aquilo que ela passou.

- Como você vê a situação da polícia perante esse problema da criminalidade que está se expandindo? Você acha que as estratégias de combate ao crime estão sendo direcionadas da maneira correta? Há interesse em combater essa criminalidade?
- Há um grande interesse na polícia em combater. Agora, não adianta a polícia combater o efeito sem combater a causa. A marginalidade que está ali, a debaixo, é um efeito do que a sociedade colocou e as pessoas que detêm todo esse poder de manipulação, justamente elas não vão presas. Então ficamos naquela coisa de prender um marginal que roubou um tênis ali, outro que roubou um banco porque queria ter um status melhor. Eu acho que nós deveríamos começar lá de cima.
- Você acha que a polícia é violenta?
- Acho. Acho pela mesma resposta que eu lhe dei anteriormente. Pela massa da polícia, 80% deve ter vivido em local de baixa renda, convivido com a violência. Quando passa para polícia quer externalizar aquilo que ela recebeu. E até porque o mundo está ficando mais violento.
- Quando a polícia entra na favela ela mete o pé-na-porta?
- Infelizmente ainda acontece isso.
- Sem mandado?
- É, infelizmente.
- Só porque é pobre?
- Exatamente.
- Mas ela não faz isso no bairro rico!
- Se você passar na Barra você vai ver muitas pessoas ali na balaustrada cheirando, fumando maconha.
- Então há uma diferença entre a polícia do bairro rico e do bairro pobre?
- Há essa divisão de polícia do bairro rico e do bairro pobre. Há, sim. Melhorou, mas ainda continua.
- No bairro rico a lei prevalece, no bairro pobre é a força?
- No bairro pobre a lei é a polícia.
- E você acha que há uma relação problemática entre policiais e criminosos?
- Olhe, nós sabemos que para ter uma polícia consciente ela tem que ser bem remunerada. Não só aqui, mas todas as polícias do Brasil são mal remuneradas e é difícil você escapar das artimanhas dos traficantes. Pra você ter uma idéia um olheiro ganha quinhentos reais por semana só pra

ficar olhando. Imagine um policial que trabalha numa zona dessa quanto ele vai tirar só pra não ver, só pra ele ficar inerte. É difícil combater isso aí. Nós temos essa política de barganhar tudo e não querer nem saber, não só na polícia. A corrupção está entranhada e já virou até uma espécie de mania.

- O serviço de inteligência funciona de maneira democrática, ou seja, ele investiga a vida de ricos e pobres, a vida de traficantes ricos e traficantes pobres ou só a vida dos traficantes pobres?
- A função do serviço de inteligência é armazenar e catalogar informações independente de que seja pobre ou rico.
- Então isso é feito com sofisticação. Os ricos também são investigados?
- Exatamente.
- Então por que só prendem na maioria pobres? Se as polícias têm, através dos seus respectivos serviços de inteligência, tudo mapeado, por que a repressão geralmente só recai sobre a favela?
- Nós temos a cultura de que o rico pode tudo e pobre não pode nada. Mudar isso na mentalidade do policial é difícil.
- Então o próprio policial acha que tem que combater mais o crime na pobreza do que o crime na riqueza?
- O policial já enfrenta logo uma posição constrangedora quando ele vai abordar uma pessoa. Ela pergunta logo: “você sabe com quem está falando?”. Além disso, a própria instituição é muitas vezes incoerente com o policial. O policial às vezes é punido por uma coisa que não fez. Porque prendeu uma pessoa que tem uma certa condição social, uma certa influência.
- Então quer dizer que em certos casos o policial é punido porque cumpriu o dever?
- Em certos momentos, sim.
- E qual é o efeito que isso causa dentro da instituição?
- A primeira coisa é a inibição. Porque você olha para dentro de você mesmo sabendo que você fez a coisa certa e ser punido por uma coisa certa que você fez. O policial fica inibido. Quando ele fica inibido ele perde o moral e quando ele perde o moral ele está pronto para prestar um mau serviço e vulnerável a todas as influências do meio em que atua. Por isso também, ele fica voltado para a figura do pobre, porque ele sabe que ali ele não vai correr nenhum risco.
- Então nós temos uma sociedade injusta e que vai permanecer injusta?
- Isso ainda vai perdurar.

A violência policial é resultado de vários fatores. Se nos prendemos a uma análise diacrônica, talvez o que teremos de proveito muito importante é a explicação de como chegamos até aqui. Mas, o aqui e agora, a reprodução das relações de produção e de poder que mantêm o presente, como tal, é que é o cerne da nossa questão.

Propaganda, intimidação, infiltração e repressão são características típicas do Estado moderno. Quem sabe até, males necessários para a sua própria existência. Entretanto, é certo que o uso desses mecanismos, os interesses que estão por trás e até mesmo, os alvos destes interesses, apontam também para níveis maiores ou menores de respeito às liberdades individuais que, por sua vez, se refletem em níveis diferenciados de democracia.

A revolta contra a repressão por parte das classes populares apresenta-se de forma complexa, por isso, às vezes, aparentemente de maneira contraditória. Primeiramente se apresenta como possibilidade de revidar os constrangimentos e às vezes até agressões sofridas pelos marginais com os quais tinha que conviver enquanto morador de favela ou bairro de baixa renda. Ao se tornar policial, tenta com isso, fazer alguma justiça, revidando o que vivenciaram antes de serem policiais. Apresenta-se também como forma mais explícita de revolta contra a sua própria condição e origem. Admitem que de forma generalizada a pobreza e a criminalidade estão próximas. Até porque, por ter vivido neste ambiente, o policial sabe muito bem que, por necessidade, muitas vezes, a criança e o adolescente pobre está mais próximo do crime. Por isso, neste jogo de símbolos, cultura local e estrutura socioeconômica está justificada a repressão generalizada. Porém, os policiais provenientes de classes mais abastadas possuem discurso semelhante quanto à repressão da pobreza e do crime em geral. Tanto aqueles quanto estes, orientam suas ações de acordo com o discurso elitista, preconceituoso e, muitas vezes, sem fundamento para o exercício da repressão. Não raro, principalmente os mais jovens, insistem em utilizar fatos isolados para justificar uma postura pouco profissional e violenta.

Em segundo lugar, a profissão policial dotada de status de autoridade, atende a diversos anseios por parte dos que ingressam na profissão. Faz parte da formação policial a idéia de “dedicação” à profissão que nem

sempre contribui para desenvolver um “senso de justiça”, orientado nos parâmetros da lei. Isto por quê, princípios doutrinários misturam-se a estereótipos e pré-conceitos, que no conjunto, só fazem induzir ao equívoco de análise e, conseqüentemente, à violência policial. Existem ainda os que ingressam como alternativa de emprego e/ou forma de ascensão social. Contudo, em qualquer destas condições, as ações de repressão voltadas para os mais pobres, nas cidades ou no campo, são rotineiras. Usualmente, expressa-se a argumentação de que a população pobre, por ser maior, possui proporcionalmente um número maior de marginais. Logo, está explicada e justificada a sua repressão. Esta relação não se confirma nas estatísticas urbanas. Ao mesmo tempo, outros fatores ajudam a esclarecer melhor o problema, já que, ainda se cultiva na formação policial, o mito do policial herói, como sendo aquele dotado de insensibilidade, pouco conhecimento técnico e violento. Diante disso, acusar os pobres de serem uma “classe perigosa” é apenas mais um bode expiatório para justificar a violência policial.

Apesar dos esforços institucionais desenvolvidos no sentido de reverter esta situação ainda existem muitos policiais em toda a hierarquia, inclusive nos quadros de instrutores que resistem em adotar os novos padrões discursivos-pedagógicos, novas posturas profissionais, contribuindo para o que podemos chamar de uma Nova Polícia. Insistem em transferir seus problemas psicológicos, traumas etc. para os novos alunos, contribuindo assim, para o retardo do aprimoramento institucional. Ajudam a reproduzir uma mentalidade na qual, para muitos dos jovens policiais, praças ou oficiais, o mundo se divide entre policiais e não-policiais. Daí porque é grande a possibilidade que essas pessoas venham, no exercício diário da sua profissão, reduzir tudo ao maniqueísmo do bem contra o mal.

Tudo isso revela uma crise institucional que, por sua vez, é reflexo da crise de um modelo de Estado. A crise institucional das polícias possui muitas variáveis. A corrupção, a violência, a qualidade da formação, remuneração, plano de carreira e condições de trabalho, ingerência política e, juntando tudo isso e algo mais, a crise da motivação.

Em “Zezinho do Ouro: memórias de um informante” José Gonzaga Moreira descreve situações que ilustram a falência do modelo atual de segurança pública no Brasil. Enquanto ex-informante da Polícia de São Paulo ele diz:

Por todas as delegacias em que andei, depois das seis horas da noite os policiais começaram a fazer as sessões de tortura. Não raro, quatro ou cinco presos eram pendurados no pau-de-arara ao mesmo tempo e na mesma sala. Ali, à custa de choques e com a boca tapada por panos, para que ninguém ouvisse seus gritos, o preso confessava o que sabia e o que não sabia. Os mais renitentes ainda tinham que agüentar pauladas nas nádegas, desferidas pelos policiais. Muitos não conseguiam suportar e desmaiavam. Então os policiais colocavam, em frente ao nariz do preso, um produto que o fazia voltar a si. E a tortura recomeçava.

Muitos presos sem culpa formada, que sequer haviam sido ouvidos pela Justiça, morreram nestas sessões. Quando isso ocorria, os policiais, em conivência com o próprio delegado, providenciavam um alvará de soltura com data do dia anterior. De madrugada se desfiziam do cadáver. Se ocorresse de familiares dos presos perguntarem por ele, os policiais mostravam o alvará de soltura e diziam que ele havia saído dali no dia anterior à sua morte... É um engano pensar que estas práticas de torturas, há tanto arraigadas em nossa polícia e nos órgãos de repressão do tempo do regime militar, tenham desaparecido com a chegada da democracia no País.

O policial corrupto deixa de prestar o seu papel fundamental que é a defesa da lei. Ele sai do seu caminho e se iguala aos marginais. Como parte da marginalidade, sendo pago pela sociedade para combatê-lo, o policial passa a usufruir de um direito, de um poder até, que o coloca acima da lei, acima de tudo e acima de todos. A população vive sem segurança e à mercê de bandidos dentro e fora da polícia.

O tóxico apreendido com um grupo de traficantes, e que deveria ser incinerado, rapidamente passa para as mãos dos traficantes de confiança da polícia, e volta para as ruas para ser comercializado... Através de práticas como estas, as próprias viaturas policiais são utilizadas para transportar drogas e dar cobertura aos bandidos que deveriam ser presos. O combustível do Estado, pago pelo cidadão comum através dos impostos, acaba alimentando ao invés de combater a criminalidade (1995, p. 17, 18, 27, 37, 39).

Numa sociedade de tendência autoritária, em certos casos, a autoridade busca reconhecimento impondo-o pela arbitrariedade. Temos então mais um motivo que explica a violência policial contra os pobres, já que, são estes que não conhecem seus direitos, estão acostumados com várias outras formas de negação dos direitos perpetradas pelo próprio Estado e por isso, acostumaram-se simplesmente a obedecer. Ou melhor, submeter-se.

A questão não é permanecer na tese de vincular a pobreza à criminalidade,

nem se opor a isto simplesmente dando uma volta para chegar na mesma questão. Ou partimos do princípio de que a pobreza é em boa parte originária do crime, do roubo do erário, do mau planejamento que também pode ser criminoso ou então não temos mais nada para explicar, a não ser, nos distrairmos enganosamente com o costumeiro blablablá acadêmico.

Dentre os motivos que contribuem para o aumento da violência, está sem dúvida, a descredibilidade no Estado e seus representantes. O Estado brasileiro é um Estado inimigo do cidadão. Aqui, nós temos que lutar para nos defendermos das tradicionais e cotidianas arbitrariedades do Estado. Uma violência física, patrimonial e psicológica. Um Estado historicamente constituído, voltado para a violação dos direitos humanos. No decorrer do século XX e ainda neste XXI, flashes de democracia são sempre reduzidos ao exercício dos direitos políticos e ainda assim, cada vez mais num contexto em que a opinião pública é intensamente influenciada pela mídia.

Em 1999, a Caros Amigos de nº 27 publicou três matérias que chamam atenção pelo título e assunto. “Terror no Paraná”, “A anatomia do medo” e “Como age a polícia de capuz”. Estas reportagens denunciam o *modus operandi* de um Estado que legitima a violência dos seus representantes num tentativa trôpega, porém incansável, de conter as rebeliões da pobreza pela força bruta, pura e simples. No Brasil da ditadura, tínhamos *esquadrão da morte*, no Brasil da democracia temos *grupo de extermínio*. Isso simboliza a superficialidade da nossa transição. Se compararmos a quantidade de nomes denunciados, de vítimas de tortura, no período da ditadura militar, segundo o relatório Brasil Nunca Mais, com a quantidade de denúncias que constam no relatório apresentado em conjunto pela Front Line e Centro de Justiça Global, verificaremos que, só entre 1997-2001 há um número assustador de execuções, ameaças, atentados de diversos tipos realizados por prepostos do Estado, principalmente policiais, contra líderes sindicais, movimentos sociais e até mesmo políticos comprometidos com a causa dos direitos humanos e sociais. Um flagrante da nossa incipiente democracia.

Uma questão importante que buscamos responder na maior parte deste trabalho é se a Segurança Pública neste país e, particularmente as nossas polícias, estão preparadas para lidar com o que está acontecendo.

Segundo matéria publicada na Veja: “Mão limpas à brasileira”, por Andrei Meireles e Gustavo Krieger “os subterrâneos das operações que colocaram juízes e políticos na cadeia revelam que a polícia sabota polícia e que existe uma briga com o Ministério Público” (2002, p. 30,31). Ao mesmo tempo, numa outra matéria da Istoé, Lino Rodrigues, afirma que “com o apoio do crime organizado, a indústria da falsificação movimentou R\$ 50 bilhões ao ano” (2002, p. 78). Fazendo parte do mesmo contexto em fevereiro de 2003 o Tenente-Coronel da Polícia Militar Erir Ribeiro Costa Filho, comandante de um batalhão na cidade do Rio de Janeiro, segundo matéria de Istoé, publicada por Marcelo Carneiro, o policial foi afastado do comando de sua unidade e em seguida preso por ter sugerido que sua destituição foi consequência de “interesses políticos” e é claro, por ter incomodado os traficantes do Morro da Mangueira. Ainda segundo a matéria, o então Secretário de Esportes do governo de Rosinha Garotinho, Francisco de Carvalho, havia pedido ao coronel que “parasse de incomodar os bandidos” (2003, p. 90).

Líderes comunitários, ONGs e movimentos sociais envolvidos com o narcotráfico é algo cada vez mais frequente. Segundo relato de Julio Ludemir:

[...] para marcar a passagem do primeiro ano em que a morte de Zumbi foi comemorada como Dia da Consciência Negra. Naquela ocasião, levantou dinheiro com o tráfico, o poder público e empresas privadas para produzir o evento que teve ampla cobertura da mídia... Na verdade devemos nossa prosperidade ao tráfico. Foi o tráfico quem irrigou nossa economia. Se hoje temos uma economia organizada e complexa com ricos comerciantes e ONGs... isso se deve ao tráfico... Em nome dessa paz, intermediaram os conflitos entre o bicho e o tráfico, ao longo da década de 1980. Por ela, negociaram com todos os governos, seus órgãos representativos, seus aparatos repressivos... o que estava em jogo não eram os segredos do tráfico, mas os interesses das pessoas que querem que ninguém descubra como funciona a favela, quais são os mecanismos que alimentam a indústria da miséria (2004, p. 44, 71, 75, 95).

A estratégia de matar lideranças já não adianta mais. Qualquer organização aprendeu a se estruturar por “células”. Muitas vezes matar o líder é, e será o caminho para o aprimoramento do grupo, pois um líder mais sofisticado pode estar a caminho. Ao contrário do que muitas vezes se fala o horror da violência é importante. Torna-se funcional ao incitar reformas. O problema

está quando a violência deixa de suscitar o horror, se banaliza e torna-se objeto de prazer, de exibição etc.

A minimização do problema das “redes” pelos meios de comunicação não deixa que a grande maioria da população brasileira perceba a lamaceira em que está metida. Para Procópio:

o narcotráfico prosperou e avança no Brasil não apenas à falta de estratégias adequadas para fazer face à agilidade e à destreza dos contraventores. O número de consumidores transforma o Brasil em uma praça das mais atrativas do mercado mundial. Sua elite é rica, inescrupulosa, significativamente numerosa, recebe altos salários e não tem medo de gastar. Quem não tem dinheiro rouba, mata e assalta, confiante na impunidade, na lerdeza das leis e dos juízes (1999, p.70).

No final de novembro de 2004, a imprensa brasileira noticiou o atentado à bomba que matou o promotor Danilo Anderson, em Caracas. O promotor estava investigando cerca de 400 pessoas envolvidas no golpe de Estado de Abril de 2002 que tentou depor o presidente Hugo Chávez. No mesmo momento, foi noticiado também a prisão do mafioso Domenico Saffioti, aqui no Brasil, pertencente à *N'drangbeta*, uma das maiores organizações criminosas da Itália.

A princípio, estes dois fatos não possuem nenhuma relação entre si. Mas, na verdade, são exemplos cada vez mais generalizados da sociedade que nós temos. Em todo o continente latino-americano sempre foi generalizada a perseguição aos pobres e a impunidade como filosofia de vida das elites. Até porque, são elites corruptas e desastradas que estão por todo o continente igualando-o por baixo. Neste contexto, não é de estranhar que traficantes internacionais venham, não só se esconder no Brasil, mas, principalmente, estabelecer novos ou manter antigos negócios, investimentos e rotas. Se pensarmos que, segundo analistas internacionais, entre 1992 e 1999 o Cartel de Cali investiu no Brasil algo em torno de 750 milhões de dólares podemos perceber com clareza, que se trata de uma indústria. É negócio para profissionais. Apropriar-se de setores do Estado é estratégia importante para facilitar estes empreendimentos. E quem ousar incomodar toda essa trama corre o risco de tornar-se apenas uma lembrança.



## 3.6

### Bahia: terra de todos os santos, pecados e crimes.

Já faz muito tempo que personagens dos romances de Jorge Amado, ilustravam pessoas da realidade cotidiana de Salvador. Bandidos como “Pedro Bala” chefe dos Capitães de Areia e Antônio Balduino, caracterizaram a marginalidade de uma época, os anos de 30 e 40 do século XX, em que a pobreza favelada, aquela retratada em “Suor”, era bastante pacífica.

Segundo os números do Primeiro Anuário de Estatística Policial Criminal do Estado da Bahia, de 1941, temos as seguintes informações sobre Salvador:

**Movimento geral de crimes e contravenções por município, no Estado da Bahia, em 1940:**

Homicídio doloso	14
Homicídio culposo	22
Infanticídio	-
Tentativa de Homicídio	1
Lesões corporais	901
Roubo	8
Furto	34
Estupro	42
Defloramento	121
Atentado ao pudor	-
Total	1.143
Contravenções	7.151
Total	8.294

Caminhando um pouco mais na história criminal de Salvador podemos encontrar as seguintes informações. Nas ocorrências registradas em Salvador com dependentes em substâncias tóxicas, segundo o dia da semana e hora, entre 1972 e 1981, temos os seguintes dados:

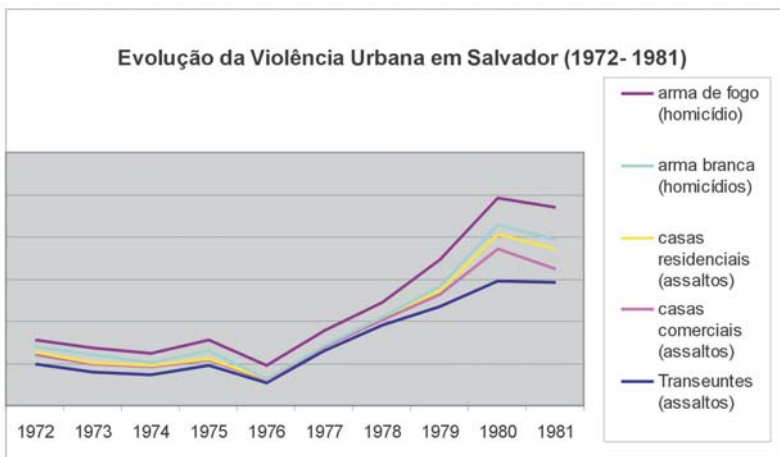
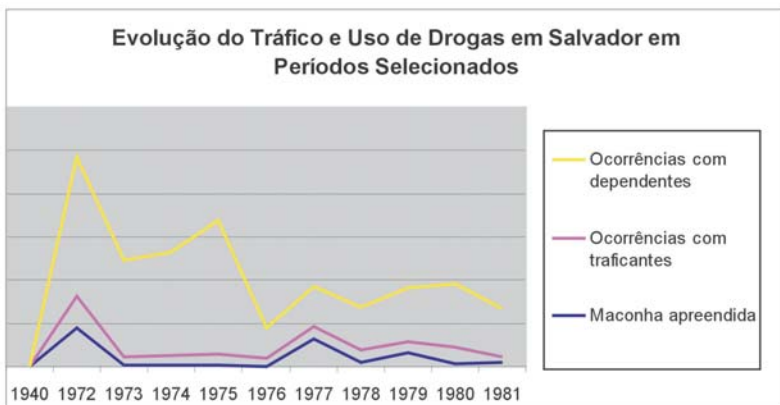
1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	
1.613	1.126	1.201	1.539	838	465	491	622	744	557	

Nas ocorrências registradas em Salvador com traficantes de substâncias tóxicas, segundo a hora e o dia da semana, entre 1972 e 1981 e quantidade de maconha apreendida em Kg, no mesmo período, temos os seguintes dados:

1940	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
05	370	87	114	128	98	139	153	126	87	69
—	445,75	23,63	16,31	17,50	3,24	31,11	43,77	159,60	28,73	47,37

Nas ocorrências registradas, em Salvador, de roubo (assalto), utilizando as variáveis: transeuntes, casa comercial, casa residencial e homicídios com arma branca e arma de fogo, temos os seguintes dados:

	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	
1981										
Transeuntes	192	156	147	92	101	263	381	471	589	582
Casas comerciais	48	38	36	25	12	14	23	53	157	64
Casas residenciais	9	8	7	8	4	10	12	20	67	98
Arma branca	29	37	16	37	—	—	3	19	46	41
Arma de fogo	28	36	42	50	63	71	73	128	124	153



Ao observar o Anuário sobre a criminalidade dos anos 40, há uma dificuldade de precisão de análise em função do pouco aperfeiçoamento científico e tecnológico da época, nos deixando números provavelmente vagos. Isto pode estar caracterizando, antes de qualquer coisa, que neste momento a sociedade soteroopolitana parecia, não estar muito preocupada com o fenômeno da criminalidade. Entretanto, cabe notar, que se não há índices altos de crimes como o homicídio e o estupro, lesões corporais já chamam a nossa atenção. Os crimes aconteciam como sempre aconteceram.

É claro que não na mesma intensidade dos dias atuais. Todavia, a dispersão geográfica desta criminalidade juntamente com o pouco desenvolvimento do Estado, enquanto instância voltada para auferir, aferir e reprimir o fenômeno criminal parece contribuir para o nível da quantidade e qualidade dos dados obtidos e expostos no Anuário.

Comparando variáveis e dados podemos verificar que curiosamente a segunda metade da década de 70, registra um maior índice de ocorrências para quase todas as variáveis aqui apresentadas.

Levando em conta a falta de infra-estrutura dos anos 40, para que as estatísticas criminais tivessem um melhor nível de precisão, era de se esperar que no transcorrer dos anos 70 e 80 estes índices fossem sempre crescentes. Não é bem isso que os números indicam. A partir desses dados podemos pressupor que antes de tudo os níveis de registro podem estar relacionados com o tipo de ideologia política em vigor, orientando as ações do Estado num certo momento da trajetória histórica. Em outras palavras, tudo indica que o fato de estar em vigor no país um governo ditatorial, elevam-se os índices de ocorrência. Por aparente coincidência, ainda no período ditatorial, enquanto o regime vai se abrandando, os índices de criminalidade de uma mesma variável param de crescer seqüencialmente, começam a oscilar e às vezes até decrescem.

Mais intrigante ainda é quando este fenômeno se apresenta nas variáveis, “ocorrências com tráfico”, “ocorrências com dependentes” e “quantidade de maconha apreendida”. Primeiro, deve-se observar, que o Anuário de Estatística Policial Criminal de 1941, não possui dados muito precisos sobre estes eventos. Por exemplo, indica o número de ocorrências com tráfico e não apresenta ocorrências com dependentes. Outra informação interessante é que, nesse período, as ocorrências com o tráfico não aconteceram com “marginais” como era de se esperar. Segundo o Anuário, no mês de outubro, foram realizadas cinco ocorrências com tráfico, sendo que em todas elas os traficantes apresentavam profissões tais como: açougueiro, carpinteiro, jardineiro, tropeiro, vendedor ambulante. Cada uma destas categorias, teve uma ocorrência, não há registro da quantidade, nem do tipo de droga apreendida e estas foram as únicas ocorrências envolvendo tráfico de drogas registradas durante todo o ano de 1940, na cidade de Salvador.

A interpretação dos dados referentes à década de 70 e o início dos anos

80, necessitam de algumas contextualizações. Na década de 70, duas questões são importantes. A ditadura civil-militar e o processo em curso de crescimento econômico sem “divisão do bolo”, como resultado previsível do “milagre econômico”.

A Bahia, que está envolvida neste contexto, reflete, principalmente, na sua capital, as conseqüências das históricas políticas de crescimento sem distribuição de riqueza. Todavia, o momento político vivido nos anos 70 é importante, uma vez que, como já foi apontado, a repressão deste período recaiu sobre as reações contrárias ao governo ditatorial e às conseqüências socioeconômicas das políticas econômicas do regime. Havia uma tendência generalizada em reprimir. Mas, como é notório, quanto mais o tráfico de drogas se organizou e enriqueceu, aumentou o seu poder de corrupção, principalmente sobre as autoridades de Estado.

A partir de meados dos anos 70, as ocorrências envolvendo o tráfico de drogas e dependentes, caem visivelmente. Entretanto, há um detalhe que é preciso salientar. Mesmo diante do decréscimo destas duas variáveis, enquanto as ocorrências com tráfico de drogas caem, as de consumo, proporcionalmente dentro do mesmo período, voltam a subir. Se o consumo volta a subir é curioso que o número de ocorrências envolvendo traficantes, neste mesmo período, passe a diminuir. Se há o aumento de consumo, necessariamente teve que haver o aumento do tráfico, aumento da quantidade de droga em circulação, o que levaria naturalmente a um maior número de apreensões.

Talvez, a recessão econômica que está a caminho neste período, e que explodirá na década seguinte, seja uma das caudas para o aumento do consumo de entorpecentes. Um outro traço importante para a época é a proliferação de comportamentos típicos da chamada contracultura. Mesmo assim, se tudo isso explica o aumento do consumo é estranho que em 1976 tenham sido apreendidos apenas 3,24 kg de maconha, realizadas 98 ocorrências com traficantes e 338 com dependentes, sendo que, no ano seguinte, foram apreendidos 317 kg de maconha, 137 ocorrências com traficantes e 465 com dependentes. Analisando o gráfico com o cruzamento destas variáveis percebe-se claramente um hiato muito grande, desproporcional até, entre ocorrências com traficantes e maconha apreendida, com ocorrências com dependentes. Enquanto nas duas primeiras variáveis há uma progressão temporal mais ou menos paralela,

o uso da droga apresenta oscilações muito discrepantes. A pergunta então é: se houve o retorno do aumento do consumo, refletido no aumento das ocorrências envolvendo viciados, entre o final dos anos 70 e início da década de 80, por que não houve o proporcional aumento de ocorrências envolvendo traficantes? Será que já é o início do aumento da corrupção das polícias pelo tráfico de drogas, poupando o traficante de ser preso, ou se trata de algum outro fenômeno que estes dados estatísticos não nos deixam vislumbrar?

Outra questão importante, que os dados contidos nas tabelas e gráficos deixam claros, é a dúvida a respeito de responsabilizar o tráfico e uso de substâncias psicoativas como a grande causa das chamadas *escalada da violência* e/ou *violência urbana*. Os crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, parecem ser muito mais significativos e preocupantes do que os demais.

Em 1940 das 1.143 ocorrências criminais em Salvador, 901 foram de lesões corporais. Entre os anos de 1972 e 1981 a categoria “lesão corporal” mantém-se na dianteira com 59% das ocorrências policiais no Estado da Bahia, enquanto homicídio concorre com apenas 0,3%.

Esta comparação torna-se importante, já que estamos sempre falando de uma *escalada da violência* e, nesse sentido, particularmente Salvador, não foge à regra. Esta taxa baixa de homicídios pode indicar uma intolerância ao crime de morte, mas, ao mesmo tempo, as altas taxas de lesão corporal, tanto no âmbito do Estado quanto da capital, podem estar indicando também uma tolerância muito alta para diversos tipos de violência cotidiana, desde que não se chegue ao homicídio. Isso caracteriza uma sociedade como violenta e, até mesmo, culturalmente violenta.

Essa cultura da violência acompanhou a evolução histórica da cidade. Se agravou, diversificou-se e ganhou até caracteres de internacionalização do crime.

Sobre a evolução da cidade de Salvador e o seu engajamento nesse processo da *escalada da violência urbana*, o depoimento de um morador do Subúrbio Ferroviário desta cidade é bastante esclarecedor.

- Quando foi que seus pais vieram aqui pra Salvador?
- Meu pai veio procurando trabalho. Ele já era casado com minha mãe. Eles devem ter chegado aqui lá pelos anos 60. Lá no birro só tinha dois

jeitos de chegar, era de trem ou na canoa. A canoa Ribeira-Plataforma.

- E eles costumavam comentar sobre a marginalidade naquela comunidade que estava se formando no Subúrbio Ferroviário?
- Veja bem, eles contavam que faziam compras em Pirajá, adentravam o Parque São Bartolomeu toda sexta-feira, eles e toda a comunidade sem nenhum problema. O problema da marginalidade que foi mais comentado e que eu tomei conhecimento, foi a partir dos anos 80. Em 87, 88 eu me lembro que minha mãe tinha muita preocupação porque na rua tinha quadrilhas. Tinha até uma quadrilha com um nome muito curioso: “Balão Mágico”. Tem poucos integrantes ainda vivos e estão na religião Protestante. O Subúrbio Ferroviário compreende a parte que vai de Lobato até Paripe, exatamente onde tem a linha férrea. A grande maioria do povo que eu tenho contato lá, os seus pais vieram do interior da Bahia e aí constituíram o Subúrbio Ferroviário. No caso de meu pai veio do Recôncavo, era funcionário da construção civil, veio e depois até ajudou a construir o Centro Administrativo. Em relação à violência é mais acentuada da década de 90 pra cá. A violência em si, tanto policial quanto marginal, se percebe, claramente quem tá lá, que é uma questão de políticas sociais. Primeiro porque os traficantes, ao longo destes dez anos, você vai notar que a família deles tem uma história de violência policial e que na sua grande maioria vem de uma estrutura familiar desintegrada onde os pais, na sua grande maioria são alcoólatras, e a mãe assume integralmente a família fazendo o papel de pai e mãe ao mesmo tempo.
- E qual a violência policial?
- Muitas destas famílias tiveram a oportunidade de presenciar suas casas sendo invadidas e retirando destas pessoas inclusive bens materiais.
- E hoje, como é que está essa relação entre o marginal e a comunidade?
- Ontem foi preso lá um cidadão que tá acusado de participar de vários assaltos a banco no interior do estado. A forma como ele foi preso foi até uma forma muito boa pra polícia, a polícia agiu de uma forma bem sutil e sem nenhum tipo de violência. E o que é que aconteceu? Hoje a violência ela tá bem mais acentuada. Na região que esse cidadão foi preso tem uma grande quantidade de pessoas fazendo tráfico de cocaína. Quais são as pessoas que estão fazendo esse tráfico? são pessoas em torno de 18 a 26 anos e são tidos como os *playboyzinbo*, tem moto, tem o celular da moda, tem o tênis Nike e você vê eles subindo e descendo. O que acontece, na região, que é uma das mais violentas, lá no Boiadeiro, Lobato e São João do Cabrito é que tem um grande consumo e grande quantidade de traficantes, então a região é violenta por conta disso. Além do problema grave que é o problema social.

- Qual é a relação da comunidade com o político? Principalmente as pessoas que saem de lá, que se tornam políticos? Qual é a relação de retorno para a comunidade?
- Veja bem, os políticos que tem nos acompanhado, a relação de retorno pra o Subúrbio não tem grandes retornos sociais. O que existe são cabos eleitorais que fazem a sua vida à parte por causa das benesses, mas investimento não existe.
- Mesmo os políticos que saem da comunidade?
- Mesmo os políticos que saem da comunidade. Por que? Qual é a principal justificativas deles? A lógica do investimento social em vez de ser pra lá é canalizado pra os bairros nobres de Salvador. Eles argumentam que o orçamento que deveria ir pra lá, principalmente o saneamento básico, lazer e cultura essas coisas são canalizadas pra cá, pro centro da cidade.
- Mas veja bem uma coisa, a Graça não está precisando de saneamento básico, a Graça não precisa de biblioteca porque nas residências, quem gosta de ler já tem a sua biblioteca. O bairro já tem uma rede elétrica toda montada, uma rede de ruas toda asfaltada, então como é que eles justificam a alocação desses recursos para um bairro que simplesmente não precisa desses recursos? Esse dinheiro não está sendo gasto na Graça. Ele está sendo gasto aonde?
- Há uma segregação social muito grande. É um lugar onde o saneamento básico não existe, não existe.
- Como é que fica a política das OGNs lá? Tem ONG? Como é que as ONGs atuam?
- Tem várias. De Lobato a Paripe tem várias.
- Dá pra você me dizer em números mais ou menos quantas? Por alto?
- Seguramente mais de trinta.
- E qual é o efeito real destas ONGs nas comunidades?
- De número são poucas que chegam a ter resultado. As ONGs são propriedades privadas e sempre as mesmas pessoas estão a frente destas ONGs. Uma coisa que me chama atenção é que a região tem muitos projetos principalmente na área educacional e de saneamento básico e não atinge uma parcela considerável dessa população. Muitas vezes, as pessoas que se beneficiam das ONGs são as pessoas que dentro da comunidade não precisam. Se a gente for olhar as caixa-preta do que já entrou de doações e de verbas internacionais para as ONGs vão chegar a uma pergunta que eu sempre tenho. Por que não conseguimos?
- E qual a relação entre a polícia e a comunidade?



- É a mesma que a polícia tem com o ladrão. A comunidade fica revoltada com a marginalidade. Por outro lado, ela não tem a garantia, a segurança de ir até os policiais. Por que? Porque o que a nossa experiência mostra é que é uma relação esquisita. Pelo menos os que agem lá, a única coisa que agente consegue distinguir é que tem uns marginais com farda, trabalhando pra o Estado e outros não. Tem alguns bons, policias íntegros, mas o que chama a atenção da comunidade é que existe uma grande parcela, na sua grande maioria que bagunça e bagunça mesmo. Vão pra praça abrir os carros de som deles e bagunça mesmo. Então a comunidade é tão refém do ladrão quanto da polícia. A mesma relação de ódio com o ladrão é com a polícia. E te digo mais, às vezes tá mais fácil confiar no ladrão do que na polícia. Tem policiais lá que são marginais. Com esse salário de polícia eles vivem muito bem, muito bem mesmo. Se eu tenho 5 reais eu dou ao ladrão e entro na rua. Mas com a polícia isso não acontece.
- Fica refém da polícia também? Para o marginal, se pagar os 5 reais passa, já para o outro...?
- Com a polícia ainda toma uns tapinhas, só pra variar né? No mês passado teve uma batida lá de um novo grupamento da Polícia Militar chamado “visão noturna”. Pegaram um pequeno traficante com 5 pedras de crack. Aí começaram uma sessão de espancamento até a casa dele, entraram na casa dele e pegaram a mulher dele grávida e deram um bocado de cassetada na cabeça. Com isso você cria revolta até naquele cara que é contra o traficante. Por que tem uns por lá que não tem jeito, não tem jeito mesmo. Quando morre um elemento desse a gente dá graças a Deus. Só não fala alto por causa dos amigos dele. Mas, dá graças a Deus.
- Então talvez o que a comunidade reclama é que a polícia não faz diferença entre o pobre e o marginal.
- Correto. É pobre, é igual. Trabalhador e bandido é constringido da mesma forma. Eu sou até a favor da abordagem em ônibus. A única coisa que a comunidade reclama é do tipo de abordagem. Lá mesmo toda hora sumia fio. Tinha alguém sumindo com os fios dos poste. Algumas pessoas foram falar com a polícia, a polícia descobriu e levou o cara preso com fio e tudo. Depois eu tive a oportunidade de encontrar ele, aí eu perguntei: e aí fulano, você ainda vai roubar fio? Não, nunca mais eu roubo um fio. Porque o caldo-de-cana lá foi muito duro. Aí eu perguntei: o que era o caldo-de-cana? E ele me disse que são algumas modalidades de moer as pessoas. Ou seja, tortura, né? Por outro lado, esse corretivo foi bom pra ele. Ele se enquadrou. Minha grande preocupação lá é com as novas gerações, é com as crianças que estão crescendo. Essa turma mais nova de

marginais tá tudo de pistola. Lá, só tem trinta e oito, o policial honesto que não tem dinheiro pra comprar pistola.

Ao analisar o relatório “A Outra Face da Moeda: violência na Bahia”, de 2000, é possível verificar que os dados entre esta fonte, os da Secretaria de Segurança Pública, do Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Senasp caminham na mesma direção. Segundo o Relatório, acompanhando o número de assassinatos, em Salvador, no período de 1996 a 1999 e, no mesmo período, na guerra da Iugoslávia, constatou-se que enquanto na guerra morreram 2.076 pessoas, em Salvador, foram mortas 4.248 pessoas.

Ainda, segundo o Relatório, o perfil destas vítimas é de homens negros, com idades entre 15 a 35 anos, trabalhadores, moradores de bairros pobres e sem antecedentes criminais. Entre os bairros mais violentos estão: Tancredo Neves, Paripe, Liberdade, Pirajá, São Caetano, Mata Escura e Periperi. Os homicídios ocorrem, na sua grande maioria em via pública, através do uso de arma de fogo. As ocorrências de assassinatos são maiores entre os meses de novembro a janeiro, aos finais de semana e no período entre a noite e a madrugada. Entre as variáveis que identificam a atribuição do assassinato, “policiais” e “grupos de extermínio” ganham destaque, mesmo quando antecidas por categorias como “população difusa” e “desconhecido”. Quanto aos motivos do crime a variável “conflitos interpessoais” torna-se a mais importante (OLIVEIRA; RIBEIRO; ZANETTI, 2000).

Entre as décadas de 80 e 90 alguns fenômenos criminais que ganharam destaque na Bahia e, particularmente em Salvador, chamaram a atenção de autoridades e observadores internacionais. Atuação de grupos de extermínio, assassinatos encomendados, prostituição infantil, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, jogo-do-bicho, trabalho escravo, violência policial, assassinato de repórteres, atuação de máfias locais, crise do sistema prisional, crise do sistema de segurança pública e corrupção generalizada, marcam a “terra de todos os santos”.

Na verdade, nenhum destes problemas é típico dos anos 90. Como já foi observado, todos eles são muito antigos e apenas ganharam formas contextualizadas nas últimas três décadas do século XX. Também na Bahia, tudo que ocorre no Brasil em termos de fenômeno criminal, vai

ter neste estado a sua versão adaptada. A expansão das rotas de tráfico terá, neste estado, uma das principais referências por conta de alguns motivos importantes. A Bahia, nas últimas três décadas tornou-se tradicional plantadora de maconha, vindo a fazer parte do que passou a ser chamado “Polígono da Maconha” que une os estados da Bahia e Pernambuco. É a maior plantação de maconha da América Latina e por sua vez, esta região é considerada a mais importante no plantio da *canabis sativa* em todo o Brasil.

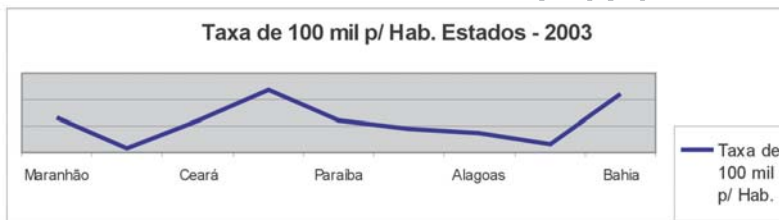
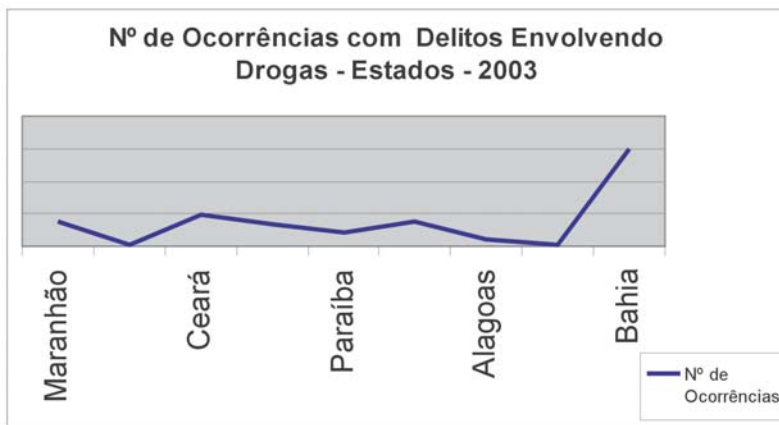
	1998	1999	2000	2001	2002
Camaçari	46	20	39	39	65
Candeias	22	7	13	16	26
Lauro de Freitas	69	25	35	35	43
Salvador	801	485	728	813	1000
Simões Filho	21	6	11	32	44

Fonte: Ministério da Justiça/ Senasp/IBGE



Estado	Nº de Ocorrências	Taxa de 100 mil p/ Hab.	Capital	Nº de Ocorrências	Taxa de 100 mil p/ Hab.
Maranhão	778	13,2	São Luís	232	25,1
Piauí	50	1,7	Terezina	50	6,7
Ceará	958	12,3	Fortaleza	713	31,6
Rio Grande do Norte	689	23,9	Natal	458	61,5
Paraíba	432	12,3	João Pessoa	97	15,4
Pernambuco	743	9,1	Recife	178	12,2
Alagoas	213	7,3	Maceió	151	17,8
Sergipe	62	3,3	Aracajú	50	10,4
Bahia	2.991	22,3	Salvador	1,247	48,8

Fonte: Ministério da Justiça/ Senasp/IBGE

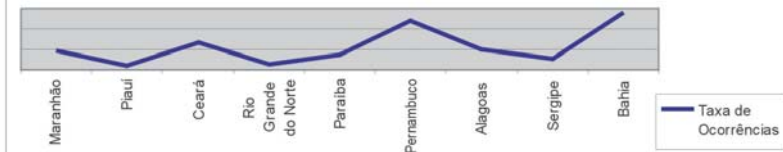




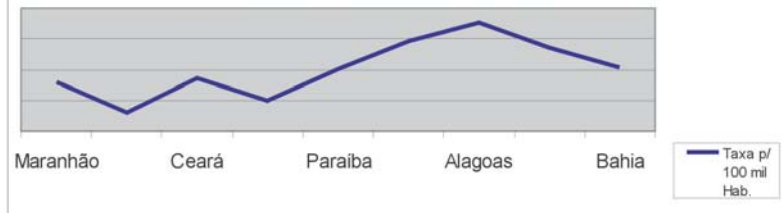
Estado	Nº de Ocorrências	Taxa de 100 mil p/ Hab.	Capital	Nº de Ocorrências	Taxa de 100 mil p/ Hab.
Maranhão	920	15,7	São Luís	200	21,7
Piauí	179	6,1	Terezina	168	22,4
Ceará	1.344	17,3	Fortaleza	457	20,3
Rio Grande do Norte	279	9,7	Natal	102	13,7
Paraíba	709	20,2	João Pessoa	255	40,6
Pernambuco	2.388	29,2	Recife	676	46,3
Alagoas	1.024	35,1	Maceió	531	62,5
Sergipe	508	27,1	Aracajú	177	36,9
Bahia	2.770	20,6	Salvador	847	33

Fonte: Ministério da Justiça/ Senasp/IBGE

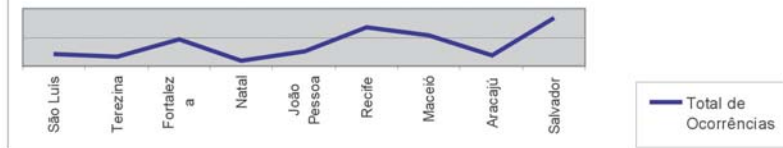
**Taxa de Ocorrências Homicídio Doloso - Estados - 2003**



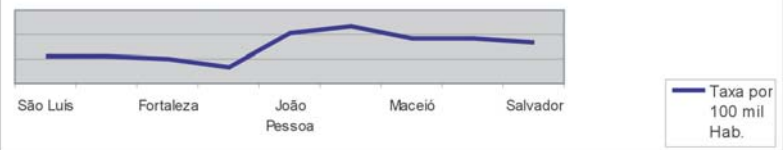
**Taxa p/ 100 mil Hab. - Estados - 2003**



**Total de Ocorrências com Homicídio Doloso - Capitais - 2003**



**Taxa por 100 mil Hab. Capitais - 2003**



Como pode ser visto, houve em Salvador, uma discrepância muito grande do número de homicídios ocorridos da década de 80 para a de 90. Até 2002, as armas de fogo mataram numa taxa que variou de 6,3 a 32,8 por 100.000 habitantes. A taxa geral de homicídio chegou neste mesmo ano no patamar dos 38,4 por 100.000 habitantes, o que coloca Salvador, segundo os parâmetros da ONU, como *zona de guerra*. Salvador destaca-se também quando é comparada a outros municípios da região metropolitana, mesmo sendo estes municípios, também razoavelmente violentos. Quando comparado com os demais estados do Nordeste, tanto em números absolutos quanto na sua variação por 100 mil/hab., a Bahia tem posição relevante. O mesmo fenômeno se repete quando a comparação ocorre entre as capitais do Nordeste. Já que a Bahia, como foi dito, compõe o Polígono da Maconha, talvez explique, em parte, o número elevando tanto de ocorrência com drogas quanto a sua proporção por 100 mil/hab. Entretanto, é curioso que seja o Rio Grande do Norte e não Pernambuco que irá rivalizar com a Bahia neste índice. Quando a comparação se volta para as capitais nordestinas, Fortaleza, Natal e Salvador alternam na liderança do problema.

Um fato importante que explica parte destes problemas é que a Bahia e, particularmente Salvador, manteve uma economia turística sempre em razoável atividade, atraindo assim, investimentos estrangeiros, muitas vezes, como forma de lavagem de dinheiro.

Além do setor turístico é típico, da cultura local, um número acentuado de festas populares, que, mesmo descaracterizadas, pelo capital empresarial, ainda mantém algumas tradições regionais. Tudo isso cria um ambiente propício para a ação do crime organizado local e internacional, que passou a agir de forma tão sofisticada que parece nem existir.

A economia turística atrai os investimentos de lavagem, mas também atrai o tráfico de drogas e a prostituição infantil. Neste ambiente turístico, no qual o turista dificilmente pode vir a ser abordado pela polícia nas ruas da cidade, identifica-se o conhecido tráfico formiga em que o próprio turista traz pequenas quantidades de algumas drogas. Quanto a essa modalidade existem algumas variações: aquele turista que traz droga para vender com o intuito de angariar algum dinheiro para prolongar a sua estada, como tem aquele que aproveitando-se do ambiente favorável ao turista traz drogas para vender na condição de membro de alguma máfia estrangeira.

O problema da prostituição infantil no Brasil tem chamado a atenção da comunidade internacional há muito tempo. Os relatórios da ONU a respeito do problema não cansam de apontar para a gravidade do problema e, o que é pior, a flagrante ausência de uma política pública eficiente. Diante desta questão, e de muitas outras, o Brasil tem se apresentado como um país de pouca iniciativa, e quanto se mobiliza é para criar “aparências”, fortalecer a “sensação” de que algo está sendo feito.

Em Salvador, a faixa de idade de crianças e adolescentes sexualmente explorados é em média dos 10 aos 17 anos. Estes relatórios revelam que pelo menos meio milhão de meninas estão prostituídas no Brasil atualmente. Apesar de Fortaleza, Salvador e Recife serem apontadas como as campeãs do problema, principalmente no Nordeste, diversas outras cidades brasileiras tais como Brasília, São Paulo, Belém e Rio de Janeiro possuem destaque no cenário nacional. A situação torna-se muito mais preocupante se levamos em consideração que, apesar das centenas de casos registrados por ano em delegacias e órgãos competentes da Bahia e em todo o país, percebe-se que estas informações ainda estão muito aquém da realidade, pois, a subnotificação não permite um mapeamento mais próximo do que acontece.

Há uma relação entre prostituição e trabalho escravo. Da mesma forma que há também uma relação entre turismo e prostituição. Agências de viagens não servem apenas para encobrir a lavagem de dinheiro. Agenciam também a prostituição, inclusive infantil, na Bahia, no Brasil e no Mundo inteiro. Maierovitch relata um fato que ilustra toda a questão.

Os policiais italianos descobriram que o contato das agências italianas era com um casal residente em Fortaleza (a brasileira Argelina Ribeiro e o italiano Luigi Miraglia). Identificado, o casal foi preso quando estava na Itália em contato com agências. Cada pacote de 15 dias custava 2 mil euros, com direito a menores de 16 a 18 anos. Caso o turista desejasse menores de 16, cobrava-se um extra de 20 euros (2004, p. 23).

Verifica-se então, que não é apenas a droga, uma conexão entre os diversos crimes. A prostituição, principalmente de crianças e adolescentes só faz se agravar e tornou-se elo entre ações criminosas e organizações do Brasil e do mundo.

Nesse cenário, Porto Seguro destaca-se, fortalecendo a idéia do crime no Brasil como *o princípio e o fim*. Segundo matéria de Luciana Rezende publicada no jornal A Tarde:



Não bastasse Porto Seguro estar envolvido em denúncias de irregularidades administrativas, com desvio de verbas e corrupção, o município enfrenta ainda o problema da prostituição infantil... O problema é ainda mais grave nas cidades turísticas. No verão, dezenas de adolescentes e crianças desembarcam em Porto Seguro para se prostituírem nas ruas e inferninhos do centro e na periferia (2003, p. 10).

Nesta cidade nascedouro do Brasil, freqüentemente a Polícia Federal desbarata quadrilhas de tráfico internacional de mulheres e crianças para a prostituição, inclusive muitas delas são quadrilhas internacionais que agem no Brasil graças à conivência de empresários, políticos e outras autoridades que fazem parte dos esquemas de prostituição, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Só podemos admitir que a prostituição é um “problema social” se admitirmos que é porque envolve a sociedade inteira como cúmplice. Na reportagem de A Tarde: “Violência Sexual” de 15/05/2003, temos algo que ajuda a esclarecer em que medida o problema é “social”.

Mas... quem são estes senhores das noite, que usam meninos e meninas para ter prazer sexual? ‘Vem barão, veado e taxista...’, conta Maria, outra criança (12 anos) que se dispõe a colaborar com a reportagem. ‘Barões’, para elas, são os ‘clientes’ que chegam em carros seminovos, de vidros ‘fumê’.

Entre os locais preferidos pelos exploradores motorizados para consumir o crime está o estacionamento do estádio da Fonte Nova. No terminal do Aquidabã, a reportagem flagra uma garota – aparência de 13, 14, 15 anos – entrando em companhia de um homem de meia-idade, em um dos pequenos hotéis.

Barra, meia-noite. Oito carros da Polícia Federal, luzes giratórias acesas, pararam em frente à Pousada Santa Maria. Dos veículos descem mais de dez policiais. Usam coletes e bonés da corporação, levam metralhadoras e pistolas automáticas nas mãos.

Às vezes em inglês, outras em português, abordam turistas estrangeiros – a maioria alemã...

Mas a malha da exploração não envolve apenas estabelecimentos para clientela de baixa renda. Dela fazem parte também hotéis e motéis de luxo onde garotos e garotas têm acesso aos quartos, em companhia de quantas pessoas quiserem, sem qualquer fiscalização (2003, p. 02).

Em Salvador, o “Cardápio de Gente” é servido em bares, restaurantes, hotéis e até em algumas praias para que os turistas possam escolher, através de *books*, as garotas, muitas vezes menores de idade, das quais vão se servir.

Ao mesmo tempo é preciso notar que os próprios governos em todas as esferas, assim como, empresários de setores das economias locais, fazem de certa forma apologia à prostituição da mulher brasileira em geral. As propagandas na televisão e outros veículos de comunicação estão sempre explorando a nudez e a sensualidade da mulher brasileira de forma exacerbada. As propagandas da economia turística estão quase sempre acompanhadas de imagens de mulheres bonitas, de corpo escultural, passando como isso a mensagem para o turista que o quê nós temos de melhor são as mulheres. Por isso então, venham “aproveitá-las”. Como é possível combater a prostituição, principalmente infantil se as instituições da sociedade civil que representam a mulher não se opõem de forma veemente a esta exploração da imagem da mulher brasileira e baiana? Discursos politicamente corretos, vez por outra, em eventos ou entrevistas, jamais irão alterar esta situação. Todas as propagandas do Brasil no exterior estão prioritariamente ligadas a sexo e futebol. Como não querer então, que o turista que chega ao Brasil e à Bahia, não pense que isto aqui é o paraíso da vida fácil?

Anteriormente, foi mostrado que, atualmente, uma das principais estratégias utilizadas pelas máfias estrangeiras, quando querem atuar em determinado lugar é recorrer à questão étnica. Nesse sentido, a Bahia é também um bom exemplo. Em função de Salvador ter população de maioria negra, máfias angolanas e nigerianas atuam nesta cidade com desenvoltura. Vez por outra, a Polícia Federal consegue flagrar alguns desses traficantes no aeroporto de Salvador. Mas estes poucos flagrantes são apenas ilustrações da dimensão do problema.

Há muito tempo, Salvador e Porto Seguro tornaram-se parte importante do tráfico internacional de cocaína, vinda dos Andes, direcionada, principalmente, para a Europa, via Itália. Grupos internacionais e locais articulam-se com o objetivo de abastecer o consumo das classes média e alta sotero-politana e o envio de “cargas” para o exterior. Nesse sentido, a mesma lógica da criminalidade organizada se repete em Salvador. A necessidade da mão-de-obra barata, para a venda do pó, torna-se fundamental. A manutenção da pobreza serve como meio de distribuição de uma mercadoria, cujo lucro, não se esgota nos limites das favelas da cidade.

Em janeiro, de 2004, os principais jornais de Salvador passaram a dar destaque, através de uma série de reportagens, às notícias que denunciavam

a perseguição e posteriormente, prisão de Raimundo Alves de Souza, o Ravengar. Porém, em novembro de 2000 a revista Veja, já havia publicado uma reportagem sobre Ravengar, na qual encontra-se a afirmação de que na favela do Alto de São Gonçalo, também conhecida como Morro do Águia,

foi ele que construiu o posto de saúde, fez a creche, deu verba para o sustento de time de futebol, incentivou o nascimento de grupos musicais, apoiou a rádio comunitária, criou cursos profissionalizantes, reformou o posto policial e inventou até uma ronda noturna com dois guardas patrulhando a área... mantém o Centro de Cultura e Lazer Reluz, onde funcionam a creche para 156 crianças de 3 a 6 anos, um consultório dentário e o posto de saúde (2000, p. 86).

A partir de então, diversas reportagens foram veiculadas, demonstrando o teor e a gravidade da situação. Em 26/02/2004 o jornal A Tarde publica uma reportagem de Gerson dos Santos, na qual foi possível extrair os seguintes trechos:

Ravengar foi ouvido ontem pela força-tarefa e mostrou-se muito bem... Em alguns trechos da conversa a força-tarefa deu-lhe conhecimento do laudo indicando que na fortaleza foram encontradas provas de que havia cocaína dentro da casa e que ele teria respondido... “...não sei como foi parar lá”. “... foram encontrados vestígios de cocaína nos ralos, num rolo industrial – espécie de triturador -, que era usado para passar a droga, e nos pisos da sala e do quarto de Ravengar... Além da prova dentro de casa, a força-tarefa dispõe de fitas gravadas em 2003, que servirão também de provas determinantes... (2004, p. 10).

Numa entrevista concedida ao mesmo jornal A Tarde pelo então Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, o general Edson de Sá Rocha, ele afirma: “Foi um coroamento do esforço desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública (SSP). Conseguimos prender o elemento que simbolizava o narcotráfico na Bahia. (OLIVEIRA, 2002, p. 14)”.

A partir das ações de uma força-tarefa a quadrilha de Ravengar, composta por muitos dos membros de sua família, foi sendo desbaratada. Contudo, quanto mais a ação policial se aprofundava mais surpresas vinham à tona. A imprensa publicou o envolvimento de policiais e funcionários do poder judiciário envolvidos no esquema do traficante.

Observando o desenrolar da trama foi possível perceber que a perplexidade diante do “Caso Ravengar” ocorreu pelo fato da sua histórica existência como traficante, muito pouco incomodado pela polícia e pela justiça, se

levado em conta a dimensão da sua rede de tráfico, corrupção e lavagem de dinheiro.

Na verdade Ravengar era velho conhecido das classes média e alta de Salvador, pois era, supostamente, o principal traficante de cocaína para artistas, cantores do *axé music*, profissionais liberais, políticos e empresários da elite soteropolitana, apreciadores dos “prazeres do pó”. Por isso, causou muito incômodo e preocupação a reportagem publicada por Gerson dos Santos, em 27/02/2004, no jornal A Tarde, que tinha como subtítulo: “Raimundão confirma a existência de fitas de vídeo, onde aparecem ‘medalhões’ que estariam por trás do tráfico” (2004, p. 8).

Este problema ganha dimensões muito maiores não só por conta de Salvador ser uma cidade turística. Além disso, o grande número de festas populares e a maior de todas, o Carnaval, formam um grande veio para o tráfico, consumo de drogas e lavagem de dinheiro. Outra vez, não são os pobres que bancam esta festa. São nos blocos da classe média alta e nos camarotes de luxo, instalados nos bairros da Barra e Ondina que se encontra o mercado consumidor, certo e rentável, para a maconha e, principalmente, a cocaína.

Quanto às suas ações solidárias na favela que comandava, o tráfico efetivado por Ravengar é um fenômeno que segue a regra dos principais centros urbanos do Brasil. Se levarmos em consideração que dentro do cenário brasileiro a Bahia é 20º estado em Índice de Desenvolvimento Humano, a 22ª pior renda familiar do país e que Salvador tem renda *per capita* de R\$ 340,00, não é de estranhar que seja um suposto traficante o financiador da infra-estrutura para uma comunidade carente.

No encerramento deste trabalho em março de 2005, foi publicada no jornal A Tarde, matéria de Cláudia Oliveira, em 23/03/2005, noticiando a liberdade provisória de Raimundão através de um *habeas corpus* concedido pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ. Os motivos que teriam levado a tal decisão do Judiciário estariam no âmbito das famosas falhas processuais. Mas segundo o promotor do caso, Jânio Braga, “tudo foi feito formalmente dentro da lei”. Ainda segundo a matéria “a concessão do *habeas corpus* para Ravengar deve ter chocado a sociedade, por se tratar de uma pessoa que durante 20 anos, como é sabido, dominou o comércio de drogas em Salvador” (OLIVEIRA, 2005, p. 9).

A Bahia também ilustra a relação entre os índices de desenvolvimento e qualidade de vida com os de corrupção. A fiscalização feita pela Controladoria Geral da União - CGU a partir de 2003, revelou que a improbidade administrativa é uma característica da maioria das prefeituras do estado que foram fiscalizadas.

No interior do Estado, os criminosos também fazem sua festa. Invadem cidades como no tempo de Lampião, roubam bancos e invadem delegacias para soltar companheiros. Rendem as polícias dessas cidades, humilhando os seus prepostos que não vêem outra alternativa senão se redereem, assim como o cidadão comum, aos bandidos sempre melhor armados que a polícia local.

Mas, atrelado a tudo isso está um dos problemas graves que se manifestam no estado, colocando a Bahia não só entre os destaques nacionais, como também, passível de comparação com outros países da América Latina tais como a Colômbia e a Bolívia. Os assassinatos de mando e os grupos de extermínio deram tanto destaque para a Bahia, e em particular Salvador, que não foi por acaso que a relatora especial da Organização das Nações Unidas – ONU, que esteve no Brasil, em setembro de 2003, Asma Jahandir, entrou no país por Salvador.

Segundo o relatório: “Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais: uma aproximação da realidade brasileira” de 2001, elaborado pelo Centro de Justiça Global, juntamente com outras instituições:

Não basta que o Brasil, desde a sua (re)democratização, venha ratificando instrumentos internacionais de direitos humanos; é fundamental que o país estabeleça medidas claras e eficazes para a superação do problema... Mata-se muito no Brasil. O índice de homicídios do país fica entre os mais altos das Américas e do mundo. Entre os milhares de homicídios que acontecem todo ano, destacam-se os incidentes de Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais. Trata-se de casos nos quais as autoridades, ou agentes particulares que contam com o apoio explícito ou implícito das autoridades, matam civis sem justificativa, como seria o caso da legítima defesa. Infelizmente, no Brasil, as autoridades não mantêm cifras nacionais sobre a incidência dessa prática abusiva. Essa é uma prova triste da falta de prioridade que os governos atribuem ao problema grave tratado nestas páginas (2001, p. 04, 05).

Ainda segundo o relatório, o Brasil ostenta uma média de 38 mil homicídio por ano nos últimos dez anos, enquanto a Colômbia, 35 mil no mesmo período. De acordo com o banco de dados do Movimento Nacional de

Direitos Humanos – MNDH, em 1999, foram registrados 1.148 casos de assassinatos relacionados a Policiais e Grupos de Extermínio, tendo, dentro deste quadro, a Bahia ocupado o segundo lugar, seguindo o Rio de Janeiro, campeão de casos dessa natureza.

Nos últimos anos alguns, casos tornaram-se notórios quando estas respectivas pessoas foram assassinadas por atuarem contra tantos crimes e irregularidades que campeiam neste país. Além do internacionalmente conhecido Chico Mendes, mais recentemente, outros nomes se tornaram destaque. Entre eles estão do promotor da Defesa do Consumidor de Belo Horizonte, Francisco José Lins do Rego Santos, que investigava a máfia dos combustíveis e que foi executado em janeiro de 1999, o juiz corregedor dos presídios de Presidente Prudente assassinado numa emboscada, Toninho do PT, prefeito de Campinas e o juiz Alexandre Martins no Espírito Santos em março de 2003, que integrava a força-tarefa que investigava o crime organizado nesse estado. Em junho de 2003, o corpo do professor Paulo Henrique Costa Bandeira foi encontrado carbonizado em um matagal na cidade de Satuba no estado de Alagoas, por ter denunciado desvio de verbas do Fundef naquela cidade. Estes são apenas nomes ilustrativos do problema espalhado pelo Brasil.

Outros crimes de mando também vão se tornando destaque como os que estão relacionados ao assassinato de repórteres. Numa matéria do jornal A Tarde, “Cresce a violência contra jornalistas”, está apresentada a seguinte informação: “O Brasil ocupa apenas a 71<sup>a</sup> posição no *ranking* mundial de liberdade de imprensa, situação pior que a vivida na Bolívia, Congo e Níger” (2003, p. 12).

Na Bahia, relatórios da Repórteres Sem Fronteiras – RSE, chamam atenção para o assassinato do repórter Manoel Leal em 14 de janeiro de 1998 na cidade de Itabuna, crime que repercutiu mundialmente. De acordo com a entidade e matérias publicadas pelo jornal A Tarde, sobre o problema, Manoel Leal foi o 10<sup>o</sup> assassinato de repórteres ocorrido na Bahia durante a década de 90, e que possuía vinculação com crime de mando e desavenças políticas. Em matéria publicada naquele jornal, o jornalista Marcodi de Souza, salienta uma denuncia do relatório da RSE, sobre a “cultura da impunidade” que faz com que nenhum destes assassinatos tenham sido inteiramente desvendados e executores e mandantes devidamente punidos.

Neste rastro da impunidade ainda cabe lembrar que “dos 1.556 casos de

crianças e adolescentes assassinados no Estado, acompanhados pelo Cedeca, só 60 foram julgados”(2003, p. 7), segundo matéria de Carla Ferreira.

Outros títulos ou subtítulos de matérias publicadas pelo jornal A Tarde ajudam na criação de um *quadro coerente* sobre o crime na Bahia e em particular, na cidade de Salvador. “Em Salvador e Região Metropolitana, cerca de 30% dos homicídios dos últimos três anos são atribuídos aos exterminadores” (FERREIRA, 2003, p. 11), “Na Bahia, grupos de extermínio aproveitam a fragilidade do sistema de segurança pública e agem como ‘justiceiros”’(FERREIRA, 2003, p. 7).

Numa seqüência de matérias publicadas pelo Correio da Bahia, a repórter Jaciara Santos, entrevista um membro de um grupo de extermínio que se identifica como Máscara Negra. Alguns trechos desta entrevista são dignos de nota:

- O que levou o senhor a fazer esse tipo de trabalho?
- A vontade de acabar com a marginalidade.
- O senhor acredita realmente que é possível acabar com a criminalidade desse jeito?
- Não. Eu sei que não se consegue, mas faço a minha parte.
- Mas para isso existe o sistema oficial de segurança, existe a justiça...
- Eu tenho pressa não posso perder tempo. Eu vou prender, vem um advogado, bota ele na rua e começa tudo de novo... Se eu fizer do meu jeito, em dois dias eu resolvo tudo: investigo vou atrás e derrubo. Pronto! Aquele não vai mais dar trabalho à sociedade.
- O senhor conhece outras pessoas que atuam em grupo?
- A gente sempre desconfia de uns caras que fazem, mas isso não é coisa que se comenta no rádio da viatura... Agora, de uma coisa pode ficar certa: não é somente soldado que faz, não, viu? Tem tenente, tem muito oficial fazendo também. E tem aquele que não tem coragem de fazer, mas sabe quem faz e faz vistas grossas (2002, p. 09).

Nesse contexto, como não poderia deixar de ser, numa terra aonde quase tudo é “máfia”, na música, parece que o problema caminha no mesmo ritmo. Segundo Cláudio Tognolli, alguns músicos baianos que já fizeram fama até por outros estados, comandam uma tal de Máfia do Dendê que, de acordo com Tognoll, comanda não apenas a indústria da música na Bahia, como também, em outros estados importantes do país. De acordo

com a matéria publicada na Caros Amigos de março de 1998, haveria um pacto tácito entre a Máfia do Dendê e a política local, no sentido de fazer com que a música e a cultura local funcionassem mesmo como uma espécie de “ópio do povo”. Em outras palavras, principalmente as músicas que tornam-se destaque, que embalam festas e “lavagens”, estariam sempre voltadas para a distração da massa, ajudando a alimentar a ilusão de que mesmo numa terra aonde mata-se mais do que numa guerra, o povo é “alegre”, “ordeiro” e “cordeiro”.

Segundo Tognolli:

Até por causa da dificuldade de fazer música frente a Máfia do Dendê, que são ‘os baianos que gostam de cantar na televisão’... Um tempo atrás, um deles tentou uma espécie de ‘suborno’ com um repórter amigo meu. É um ícone da Máfia do Dendê, que meu amigo foi entrevistar em Londres ele olhou para o meu amigo e falou que só daria a entrevista em troca de uma coisa – foi assim tipo paixão à primeira vista. Meu amigo saiu correndo, e o cara queria pegar ele de qualquer jeito, e ele quase foi demitido de uma grande jornal do Brasil – porque não conseguiu a entrevista. A Máfia do Dendê opera assim. Se eles não compram as pessoas com determinadas coisas, compram com outras, ou convidando para festas – acho difícil alguém sobreviver na música brasileira sem se articular com a Máfia do Dendê. A música está engessada por causa da Máfia do Dendê... muita gente que foi demitida por falar mal da Máfia do Dendê... Nós sabemos como funciona, é a história de como são articuladas as pautas dentro das redações para que não se fale mal deles (TOGNOLLI, 1998, p.27).

A ausência do poder público, ou mesmo a sua irresponsabilidade, são claramente fatores que induzem à marginalidade barata. As lei de mercado funcionam no circuito do tráfico e dos seus delitos conexos tal qual na economia formal. A mão-de-obra farta e barata gerada pela pobreza é necessária para a venda no atacado e no varejo dos produtos, cujos verdadeiros donos, os ricos, não podem melar as mãos.

Assim, os resultados dos produtos da economia informal, a maior parte dos dividendos são transferidos para a economia formal, que está fora, geograficamente, das economias das favelas. Sendo assim, apontar e reduzir todo o problema aos morros é impedir o entendimento do que vem antes e depois do tráfico nas favelas.

Uma vez que a ingerência política nas polícias e na justiça é muito forte, os policiais tendem a se convencer, ou até preferem assim, que o problema



está nos morros, ou fazem de conta que acreditam. Forçosamente as polícias precisam direcionar suas ações nos morros. É a tal da “satisfação à sociedade” que ocorre juntamente com a repressão à pobreza. Os serviços de inteligência têm tudo mapeado mas, não por acaso, nem tudo pode ser denunciado e não é coincidência que CPIs são arquivadas, sem que nada ou quase nada, diante da montanha de lama, seja investigado.

A desvinculação das explicações e ações repressivas voltadas sobre o morro só ocorrerão quando for elucidado o circuito do tráfico, exploração da prostituição infantil etc. Por enquanto, a favela, na Bahia e no Brasil permanecerá como *bode expiatório*, como um reduto da “Classe Perigosa”. Talvez, o nosso maior problema, que dificulta o trabalho das polícias, nem seja a tal da ingerência política nas instituições policiais. Pior ainda, parece ser toda uma sociedade participando ativamente do crime. Criticando-o apenas enquanto não encontra uma maneira de participar dele e fazer fortuna também. Um bom exemplo que ilustra a sociedade baiana e a brasileira, em geral, é o de uma árvore carregada de frutos podres. Se alguém balançar os galhos, despenca quase tudo.

## 3.7

### A C.P.I. do Narcotráfico, corrupção, tráfico e morte: os caminhos do crime e da elite contra o povo: onde está o Estado Paralelo?

O problema da corrupção não é uma característica apenas do sistema capitalista. Sem dúvida que esta forma de relação social e econômica parece expor, com maior nitidez, as mazelas humanas. Como tem sido visto, um conjunto de fatores atuando, inclusive de forma convergente, é que dão forma ao crime organizado. A cultura da corrupção é sem dúvida elemento fundamental.

Num mundo em que o êxito monetário e prestígio tornam-se os únicos objetivos que movem os homens, esta questão, será sempre um dos pontos de partida para a análise do crime. Todavia, é possível acrescentar outros elementos, utilizando a argumentação de Merton ao apontar características que estão na base para o aparecimento do problema. Segundo este autor:

a percepção de que os líderes das comunidades são indiferentes às necessidades dos indivíduos; a percepção de que pouco pode ser realizado numa sociedade, que seja considerada basicamente imprevisível e onde falte ordem; a percepção de que as metas da vida se afastam em vez de se realizarem; um senso de futilidade... esse tema cultural não só assevera que o sucesso monetário é possível para todos, não importando a posição inicial, como também que o esforço para conseguir o sucesso incumbe a todos... Isto conduz ao tema subsidiário de que o êxito ou o malogro resultam inteiramente pessoais; de que quem fracassa deve queixar-se apenas de si... Na medida em que essa definição cultural é assimilada por aqueles que não acertaram em seu alvo, o fracasso representa uma dupla derrota: a derrota manifesta de permanecer muito para trás na corrida para o sucesso, e a derrota implícita de não ter a capacidade e a energia moral necessárias para obter o êxito... É nesse terreno cultural que, numa significativa proporção de caos, a ameaça da derrota impulsiona os homens ao uso daquelas táticas, fora da lei ou dos costumes, mas que prometem 'sucesso'... o mandato moral de alcançar o êxito exerce assim pressão sobre o indivíduo, para ser bem sucedido usando dos meios normais, se for possível, ou mediante o emprego de meios fraudulentos, se for necessário (1968, p. 239, 243).

A análise e entendimento do problema criminal no Brasil leva necessariamente a outras diversas esferas da sociedade. É claro que isso não é novidade. Contudo, a ênfase do consenso em focar todos os problemas nacionais na pobreza, na distribuição de renda, nos morros, induz, como tem sido, com competência, ao desvio da atenção das origens de todos esses e outros problemas no país. O Brasil não é uma novidade em nada do que temos em termos de problemas atuais. Mas, cabe atenção especial ao que é nosso, pois essa cultura ilusória de um paraíso tropical, abençoado por Deus, já não cabe mais. A dimensão do problema da tal, *violência urbana*, tão debatida nos últimos anos, demanda novos estudos e respostas. Isto porque, já não faz sentido, como nunca fez, culpar os pobres por todos os problemas que existe. Entretanto, apesar de a partir do início dos anos 90, ter havido uma tentativa sincera, por parte de alguns acadêmicos, de desvincular o conceito de pobreza do conceito de violência, esses estudos não responderam à questão que propuseram. Não conseguiram desvincular-se do ciclo *pobreza-crime* porque não tentaram perfazer o grande ciclo: *corrupção-pobreza-crime*.

A microcriminalidade, essa criminalidade que tanto chama atenção, não é apenas um problema social. Já virou jargão e, é óbvio que tudo é um “problema social”. Mas, aonde começa o problema da violência urbana? O que faz com que num país de tantos recursos, muito pouco do que temos chegue em alguma medida para a maioria? Em que medida o traficante do morro é apenas um operário da grande indústria do crime? Qual a relação entre o setor privado da economia brasileira, com a lavagem de *dinheiro sujo* no Brasil? Pode a economia nacional se manter sem o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro desta e das demais atividades que compõem o crime organizado?

A relação Estado-Sociedade no Brasil, toma características particulares apesar de que, num contexto de América Latina, apresenta muitas semelhanças comuns com os demais países do continente. O Estado, como âmbito de atuação de uma *elite disfuncional*, que estende para a esfera pública interesses privados, solapa os princípios político-jurídicos que estão na base da formação do Estado-Nação e, em seguida, do Estado de Direito. Estes princípios tornam-se componentes de uma estrutura oca, podre e sem um sentido que não seja o da repressão.

Em qualquer lugar do mundo, poderá se verificar que o crime organizado é um crime de elite, realizado pela elite e para os interesses dela mesma. O Brasil não foge a essa regra. Muito pelo contrário é um dos bons exemplos de como este fenômeno acontece. O que parece definir os perfis de toda esta problemática é a nossa formação cultural. Depois que o otimismo tomou conta da nova antropologia e historiografia brasileiras tornou-se quase um tema proibido voltar a pensar o Brasil com forte viés niilista como fizeram Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda. O problema é negar e esquecer tudo que estes autores escreveram, quando suas idéias, análises e descrições estão vivas e claras como a luz do dia. Temos então a formação de um capital social que apresenta muitas características do nosso passado distante. Uma modernidade incompleta que precisa ser entendida no sentido de buscar os elementos que ainda nos impedem de fluirmos numa “evolução”.

Para efeito de entendimento, vale notar a definição que Francis Fukuyama elaborou sobre *capital social*. Segundo ele:

O capital social pode ser definido simplesmente como um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhe permite cooperar entre si. Se espera que outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com mais eficiência (2000. p. 155).

Como já foi mostrado, a formação cultural brasileira favorece a ocorrência do problema da corrupção e todas as demais conseqüências. Isto porque, está cada vez mais claro, que os níveis de desenvolvimento social, econômico e da própria democracia estão muito ligados aos níveis de respeito às leis de cada lugar pelas respectivas populações. Não por acaso Amartya Sen defende a idéia de que “o desenvolvimento tem que estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”(1999, p. 29). Mas, as liberdades políticas tornam-se fundamentais, a começar pelo respeito aos direitos civis, que uma vez respeitados, tornam os instrumentos de eleição, os direitos políticos, mais honestos, mais claros, justos e independentes. Por isso, Sen criou o Índice de Liberdade Humano (ILH) que leva em conta princípios como: educação saúde, direitos civis, capacidade e condições de vigilância sobre a *coisa pública* etc. O ILH influencia o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

que, por sua vez, espelha os níveis de riqueza, melhoria da qualidade de vida e liberdades de uma população.

Recentemente a McKinsey & Company apresentou um relatório sobre o Brasil, mostrando os mecanismos que dificultam o crescimento da economia nacional, enfocando o problema a partir da relação entre a economia formal e informal. É interessante notar que já na sua introdução o Relatório aborda um ponto quase esquecido. Qual seja: “O debate sobre crescimento econômico no País tem se concentrado fortemente na agenda macroeconômica, especialmente nos temas de estabilidade monetária, sustentabilidade fiscal e resiliência externa” (2004, p.2). O estudo levanta uma questão da maior importância que é a negligência em estudar a informalidade e a sua relação com a economia formal. Há setores em que a informalidade chega a ser responsável por 60% do total de empregos. Como não levar o setor informal em consideração, na análise de uma economia capitalista?

Mesmo assim, ainda é preciso ir mais além. Não há mais como adiar a aceitação da concepção de que falar em “economia real”, em “sociedade real” é falar não só do informal como também do informal-criminal.

O Relatório tentou ater-se a seu objetivo e, nesse sentido, foi bastante coerente. Mas o argumento de que a informalidade é prejudicial às empresas que atuam nesta condição pode ser, em parte, contestado uma vez que a lavagem de dinheiro através de empresas privadas tornou-se fator importante, inclusive, para salvar muitas falências. Em certa medida, a “formalidade” migra voluntariamente para a informalidade e muitas empresas que atualmente lavam quantias milionárias não foram criadas para isso. Passam a fazer parte de “esquemas”, “conexões” por motivos de ampliação de negócios, extorsão, falência e ganância pura e simples. Outro fato importante, que pode contestar a argumentação do Relatório, é o crescimento constante do setor informal da economia. É um erro pensar que, por exemplo, as grandes organizações criminosas que comandam a falsificação e contrabando de cigarros, o tráfico de drogas internacional e nacional, têm interesse na liberação das drogas ou legalização de qualquer dos produtos de comércio. Se quisessem já teriam conseguido, dada a capacidade de influência que elas possuem nos governos do mundo todo. Do jeito que está, é muito bom para o comércio de entorpecentes que é apontado como a indústria mais lucrativa do mundo.

Quanto ao problema da informalidade, uma vez, se é possível, apartado do nível criminal, a McKinsey & Company afirma que os dois maiores prejuízos seriam a dificuldade de desenvolver cadeias de valor e a expansão desta informalidade esbarrar na fiscalização do Estado. Essa argumentação só se sustenta quando o fenômeno da informalidade é analisado isoladamente. Houve um esforço do referido estudo nesse sentido. Entretanto, na realidade é difícil separar o que chamamos de economia informal de tantos procedimentos ilícitos tais como, entre outros, a corrupção.

Que há um prejuízo substancial, muitas vezes incalculável para o conjunto das economias e as respectivas sociedades, isso é indiscutível. Outra coisa é falar em prejuízo para o setor informal. Nesta esfera, encontra-se de tudo em quase todo o mundo. Construir uma cadeia de valor que, inclusive perpassasse em alguns momentos setores da economia formal não é tão difícil assim. Muito pelo contrário. Este tipo de relação torna-se cada vez mais intenso e importante para o próprio sistema capitalista, já que, como foi dado o exemplo da lavagem de dinheiro, é a informalidade e o crime que atualmente sustentam o sistema capitalista. Segundo Lilley, considerado um dos maiores especialistas em lavagem de dinheiro, afirma:

A lavagem de dinheiro constitui a dinâmica que permite o crescimento e a ampliação de todo tipo de atividades criminosas. Esse processo – o canal de repasse de recursos lavados – está hoje tão incorporado ao ambiente empresarial ‘normal’ que talvez tenhamos poucas possibilidades de controlá-los, para não falarmos em erradicá-lo... Ao mesmo tempo em que as ‘lavanderias de dinheiro’ se adaptaram e floresceram na nova economia global, os governos e as autoridades regulamentadoras não tiveram o mesmo êxito... Os políticos, o que talvez não chegue a surpreender, formam uma grande e (des)honesto subclasse de lavadores de dinheiro cujas hostes aumentam cada vez mais, tentando sempre esconder recursos que roubam de seus próprios países ou procurando abrigo anônimo e discreto para os pagamentos de suborno (perdão, presentes) que conseguiram de uma forma ou de outra (2001, p.12, 14, 15,16).

Neste contexto, um conjunto de diversas barreiras, entre elas, por exemplo, a “distorção tributária”, transforma-se em desincentivos para que parte do setor informal torne-se formal. Este problema é apontado pelo Relatório, como um dos fatores mais importantes a respeito das dificuldades para o desenvolvimento das economias. Estes desincentivos ajudam a manter um problema para o qual, muitas vezes, a própria estrutura institucional e

jurídica do Estado não está preparada para resolver. A falsificação de produtos que se estende do combustível, vestuário e cigarros até cervejas, refrigerantes e material de construção aponta para uma outra questão que é um dos eixos deste trabalho. A informalidade se difunde intensiva e particularmente na economia brasileira em função da nossa cultura de tolerância com o ilícito. Um contexto propício para o surgimento e expansão de qualquer forma de contravenção moral e/ou legal.

Por isso, é possível afirmar que, assim como na esfera formal/legal, na esfera informal/criminal estrutura-se também uma relação de classe, tanto nos termos das relações de poder quanto de produção econômica. Este fenômeno pode ser interpretado como uma negação do setor formal por sua incapacidade de manter mecanismos de inserção que acompanhem, proporcionalmente, a expansão das demais esferas da sociedade. Por outro lado, paradoxalmente, mesmo que o sistema capitalista fosse um jogo perfeito de relações sociais, políticas e econômicas, o crime organizado existiria e, talvez até, de maneira mais sofisticada.

Em termos de evolução histórica, o Estado moderno e o sistema capitalista sempre enfrentaram esta mesma dificuldade no que se refere à sua expansão e legitimação. O conflito entre as esferas pública e privada bem analisado por Habermas (1984), mostra algo que se mantém até hoje. Limites tênues em constante tensão, às vezes com definições marcantes entre as duas esferas, podendo perceber também um intercâmbio de motivos, símbolos e até mesmo necessidades que consolidam modelos de integração que formam, de fato, a base e o elo entre Estado e capitalismo. A atuação irregular do próprio setor formal como estratégia competitiva é bastante assinalada pelo Relatório, o que torna difícil separar as esferas do formal/informal em todos os níveis dos âmbitos social, político e econômico. Por vezes, a informalidade perpassa a formalidade, em outros momentos, é como se, simplesmente, a formalidade e legitimidade do Estado nunca tivessem existido e, não raro, todos estes elementos atuam como fatores complementares.

Porém, há uma tendência mundial em perceber a informalidade como importante área de atuação do crime organizado e, por isso, esforços crescentes e mais generalizados são empreendidos no enfrentamento do problema da informalidade. Mas, esta é uma atividade bastante lucrativa,

e em algum momento desta cadeia produtiva, o Estado se beneficiará da arrecadação de impostos. Por outro lado, os grandes prejuízos ocorrem quando a sonegação fiscal se realiza juntamente com a evasão de divisas, atividade criminosa que alcança facilmente a cifra dos bilhões de Reais, em cada setor da economia brasileira. É nesse sentido que é possível afirmar que o crime é uma forma de economia mais concentradora de renda do que a esfera formal/legal. Mesmo com a aparente geração do emprego e renda que para alguns justifica a displicência dos governos na busca de solução para o problema, nesta esfera a “elite”, “dona dos meios de produção”, ou seja, quem está no topo da pirâmide informal/criminal, ganha muito mais do que quem está na base, mesmo que este tenha ganhos razoáveis quando comparado ao mesmo nível do setor formal/legal. Outras contradições aparecem quando já é possível questionar se os direitos civis e trabalhistas, quando cumpridos, e o próprio Estado como intermediador de conflitos, ainda garante alguma distribuição de renda, segurança de vida e conseqüentemente algum bem-estar, diante do fato de que muitas organizações criminosas já são capazes de garantir. Como observa Gray:

Devido a sua origem no crime, o capitalismo russo está bem adaptado à sobrevivência numa época em que os setores de crescimento mais rápido nas economias ocidentais avançadas são as indústrias ilegais, como as drogas, a prostituição e a fraude cibernética. Enquanto as próprias economias ocidentais chegaram perto da falência em busca da fantasia de uma economia ‘sem peso’, baseada no conhecimento, a Rússia está determinada a ficar rica explorando a crescente escassez de recursos naturais. Sob a égide do sutil regime autoritário de Valdimir Putin, a Rússia está hoje na vanguarda do desenvolvimento econômico (2004, p. 59, 60).

Quando falamos em qualidade de vida de setores da sociedade ou mesmo de sociedades inteiras, talvez, nesse sentido, é que seja mais fácil identificar os prejuízos da informalidade, principalmente quando se torna explicitamente criminosa. A economia informal não é de modo algum distribuidora de renda. Muito pelo contrário, é extremamente concentradora, mesmo fornecendo aos trabalhadores explorados um sustento restrito, que a esfera formal da economia já não oferece mais.

A relação entre corrupção, improbidade administrativa, economia informal, produção e tráfico de entorpecentes associados aos outros vários tipos e níveis de ilicitudes, torna intrínseca a concepção de que já é quase



impossível investigar, analisar, julgar e punir separadamente cada um destes crimes. Enquanto retóricas jurídicas e acadêmicas são verbalizadas e permanecem soltas ao vento, a criminalidade organizada, torna-se mais sofisticada.

É muito importante refletir sobre a análise feita por Eckart Werthebach, ex-chefe da contra-espionagem alemã, citado por Ziegler:

Com seu gigantesco poder financeiro, a criminalidade organizada influencia secretamente toda a nossa vida econômica, a ordem social, a administração pública e a justiça. Em certos casos ela impõe sua lei e seus valores à política. Dessa forma, desaparecem gradualmente a independência da justiça, a credibilidade da ação política e, afinal, a função protetora do Estado de direito. A corrupção torna-se um fenômeno aceito. O resultado é a progressiva institucionalização do crime organizado. Se esta tendência persistir, o estado logo se tornará incapaz de assegurar os direitos e liberdades cívicas dos cidadãos (apud, ZIEGLER, 2003, p.23).

Instituições como o Banco Mundial estão cada vez mais preocupadas com os danos causados pela corrupção. Isto porque, além de boa parte dos recursos aplicados pelo Banco serem desviados para os paraísos fiscais, são sabidamente os países mais pobres que mais sofrem e agravam suas crises por causa do problema da corrupção. Os indicadores de crescimento econômico e desenvolvimento social tendem a permanecer baixos diante de uma estrutura de administração pública, muitas vezes sofisticada, e recursos, principalmente financeiros, razoavelmente suficientes.

Um outro bom exemplo de como países pobres, com recursos, permanecem pobres, envolvendo relações do capitalismo formal e informal com o crime organizado, atrelado ao aparato político-estatal, é citado por Ziegler:

Com mais de 100 milhões de habitantes, quarto produtor mundial de petróleo, a Federação da Nigéria é um grande país. Entretanto há dois decênios é governado por ditadores militares, geralmente originários do norte muçumano, cada um mais corrupto e cruel que o outro, mais todos igualmente apoiados pelas grandes empresas de petróleo, em especial a Shell. Volta e meia os ditadores fingem que estão recuando um passo, sob pressão da opinião pública mundial. Mas nunca dura muito. Por longo tempo no controle dos circuitos de trânsito da heroína procedente da Ásia, o general Ibrahim Babangida teve de aceitar a instalação de um governo de transição e a organização de eleições presidenciais. Ao alvorecer do dia 17

de novembro de 1993, o general nortista Sani Abacha derruba o chefe do governo interino, Ernest Shonekan. Os circuitos russo-nigerianos de tráfico de estupefacientes voltam a funcionar normalmente (2003, p. 188).

O problema é que, para estruturar o crime a presença do Estado não tem se apresentado necessariamente como uma barreira. Tudo vai depender da capacidade institucional e infra-estrutural do Estado para manter vigilância e combater os tipos e níveis de corrupção dos seus representantes, o que determinará o nível em que as investigações poderão chegar. Por outro lado, para lavar o dinheiro do crime quanto menos Estado e mais mercado melhor. Em outro estudo realizado sobre o problema da corrupção, Lipset e Lenz citam o *Corruption Perception Index* (CPI) (Índice de Percepção de Corrupção) no qual, de um grupo de 85 países, o Brasil situa-se em 46º lugar. Os países que possuem menor renda *per capita* são os que apresentam maiores índices de corrupção e o contrário também é verdadeiro. Valores culturais que estão presentes e se reproduzem no próprio seio familiar, estão sempre como pilar fundamental na manutenção dos hábitos de suborno. Por isso, o efeito da corrupção no crescimento econômico e na renda *per capita* não poderia ser outro, sendo possível identificar que

os governos afetados pela corrupção gastam relativamente mais dinheiro em itens que facilitam a obtenção de suborno. Corruptos burocratas do serviço público são capazes de transferir os gastos governamentais para as áreas em que podem coletar propinas com mais eficiência (LIPSET; LENZ, 2002, p. 176).

O acesso à propriedade negado ou dificultado numa cultura que, em contradição, almeja o sucesso, só pode ser um fator determinante para a cultura da corrupção. Pobreza, corrupção e repressão andam juntas. Não por acaso, é impossível sustentar níveis razoáveis de democracia em países com altos graus de corrupção. Vem, daí a necessidade de fazer tanta propaganda, de uma democracia que não existe.

Como uma chaga nos países periféricos não é possível acusar a histórica exploração dos países centrais sobre os periféricos como a única causa do subdesenvolvimento e da pobreza. Em meio a uma estrutura de Estado que favorece a corrupção, desvios de verbas e subornos, no plano econômico, a renda não poderia deixar de ser concentrada e é mais que esperado o crescimento em todos os âmbitos e hierarquia da sociedade, dos níveis das “informalidades”.

Dentro das novas polêmicas sobre o por quê da existência da pobreza e do subdesenvolvimento, Hernando Soto destaca-se ao enfatizar que

A cegueira política, portanto, consiste em não se perceber que o crescimento do setor extralegal e o colapso da ordem legal existente sejam, no final das contas, devidos a um gigantesco movimento que se distancia de uma vida organizada em uma pequena escala para uma vida em um contexto maior. O que os líderes nacionais não vêm percebendo é que as pessoas estão espontaneamente se organizando em grupos extralegais separados até que o governo possa proporcionar-lhes um sistema legal de propriedade... Só então poderá o governo começar a administrar o desenvolvimento em vez de correr heroicamente de um lado para o outro para estancar vazamento (2000, p. .89, 90).

Seguindo esta idéia, cabe lembrar o quanto o relatório da CPI do Narcotráfico ajuda no entendimento desta questão, por refletir como a corrupção e o tráfico de drogas se manifesta no nosso país.

Em primeiro lugar, é necessário que se estabeleça distinção fundamental entre a situação contemporânea e a que existia anos atrás: “crime organizado” não é a mera formação de quadrilha ou bando, como tipificado no Código Penal. Quando nos referimos ao crime organizado, estamos a falar de grupos que, a par de mesclarem atividades criminosas e lícitas, corrompem o Estado e as instituições. Essa corrupção não se limita ao suborno e à influência política: não é raro que agentes do Poder Público façam parte da própria estrutura da organização criminosas; menos raros ainda são os casos em que agentes do Poder Público favorecem o seu funcionamento.

O crime organizado se alastra por todo o país, silenciosamente... (CPI do Narcotráfico, 1999, p. 14).

O primeiro levantamento consistente sobre o crime organizado no Brasil ocorreu a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), do Narcotráfico, como ficou conhecida, que foi instalada em 13 de abril de 1999, e concluiu suas atividades em 5 de dezembro de 2000. Outras CPIs já tinham sido realizadas e apontado para o problema do crime organizado, já instalado no Brasil há muito tempo. A “CPI do PC” que culminou com o *impeachment* de Collor já havia revelado a gravidade do problema. De acordo com este último relatório:

O Sr. Roberto Requião apresentou à CPI acusações documentadas através de dossiê entregue a comissão, que segundo suas palavras levaria à convicção de que se estabeleceu no Brasil intermediação de verbas públicas

por um grupo que se constituiu em um governo paralelo no país (MENDES, 1992, p. 33, 34).

O famoso “esquema PC” além do envolvimento como o tráfico internacional de cocaína, saqueava os cofres públicos sob a égide de um Presidente da República que fez campanha prometendo uma “cruzada moralizadora” (MENDES, 1992).

A CPI do Narcotráfico tornou-se um documento que deu uma visão mais aproximada da dimensão do problema. No relatório final de 1.198 páginas, os parlamentares indiciaram 855 pessoas e empresas envolvidas com o crime organizado: Mesmo não tendo o rigor técnico de uma investigação policial, o documento pode ser considerado o mais completo levantamento sistemático sobre o narcotráfico no Brasil. A partir do trabalho da CPI, tornou-se inevitável, principalmente para o governo federal reconhecer a existência de organizações criminosas atuando há muito tempo em todo o país. Até então, o governo federal e também os estaduais e municipais só admitiam, não se sabe o por quê, a existência de quadrilhas. O crime como “fato isolado”.

A CPI começou como uma investigação desacreditada. A maioria de seus integrantes era de deputados sem muita projeção na mídia e, aparentemente, a Comissão não tinha um objetivo claro de investigação. Apareceram críticas suspeitamente pejorativas que como constata o relatório:

Uma sociedade do século XXI não pode ser refém dos pudores privatistas do conservadorismo. O Brasil desta passagem de século é um país ameaçado pelo crime organizado...

O banqueiro é chamado, pois, a exercer sua cidadania: não pode mais fechar os olhos e abrir seu caixa para receber dinheiro sujo. Embora dinheiro sujo movimente compra de fazendas, casas, apartamentos e cavalos de corrida, investimentos em estabelecimentos de diversão e hospedagem, nada disso se faz sem a passagem natural e anterior pelo sistema financeiro.

O Brasil encontra-se totalmente despreparado para enfrentar o crime organizado; na verdade, sequer existe consciência da verdadeira natureza e da dimensão do problema. Ainda há quem diga que a constatação da existência e da importância do crime organizado não passa de sensacionalismo de deputados procurando por holofotes, ou que tudo não passa de teoria de quem tem visão conspiratória da realidade.

O trabalho desta C.PI demonstrou que, se há teorias conspiratórias da

história e da realidade, também há conspirações reais. Quanto aos “holofotes”, é bom lembrar que as acusações de sensacionalismo, em relação aos membros da C.PI, surgiram justamente quando a Comissão passou a tocar em grupos importantes, que pensavam estar acima de qualquer suspeita.

Na verdade, o que assustou foi o fato da C.PI ter enorme repercussão, levando a todo o povo brasileiro informações às quais ele jamais teria acesso, ainda que fossem investigadas pelos canais “normais”. A agilidade de C.PIs apavora quem quer manter os cidadãos na ignorância do que realmente ocorre nos bastidores onde se decide o jogo do poder.

Ainda que o Judiciário chegasse, um dia, a processar e condenar muitos daqueles que a C.PI apontou como realmente são, tal condenação viria encadernada em lentidão, jargão jurídico e segredo de justiça. O cidadão comum pouco entenderia da limitada parcela da realidade que viesse a conhecer.

C.PIs podem romper com esse esquema de desinformação. Esta C.PI certamente o fez (CPI, 1999, p. 17, 18).

Ao iniciar os trabalhos, a Comissão percebeu que o problema era muito mais sério do que imaginavam seus membros. Passaram a perceber que há muito tempo o tráfico de drogas e outras atividades ilegais deixaram de ser atividade de quadrilhas de pequeno porte, passando estas atividades, a ter um perfil altamente profissionalizado estendendo-se por todos os setores da sociedade, inclusive no Estado e, que estas atividades estavam profundamente relacionadas com outras, entre as quais, seguindo uma tendência internacional, o tráfico de drogas, por ser a mais rentável. A partir da análise do grupo do ex-deputado Hildebrando Pascoal no Acre, a CPI conseguiu identificar a atuação de criminosos como Fernandinho Beira-Mar, Leonardo Dias Mendonça e de políticos como os José Carlos Gratz e José Gerardo, entre outros.

A CPI teve, do início ao fim dos seus trabalhos, problemas com o Judiciário. Várias ações da CPI foram barradas no Supremo Tribunal Federal (STF). Foi uma decisão do STF que praticamente inviabilizou as investigações sobre o ex-deputado José Aleksandro, que ocupou a vaga de Hildebrando, na Câmara. Para alguns magistrados, os parlamentares teriam cometido apenas alguns excessos. A Comissão esbarrou ainda em dificuldades políticas e não conseguiu aprofundar as investigações sobre o narcotráfico em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Brasília. Falta de provas,

concessão de *babeas-corpis* e investigações inconsistentes foram decisivas para o resultados da CPI. No Rio de Janeiro, por exemplo, beneficiados por um ou mais destes dispositivos, os 58 principais suspeitos e indiciados pela CPI, entre políticos, empresários e oficiais das Forças Armadas, estão fora da prisão e sequer foram alvo de processos judiciais. Dos dez nomes cujos casos se tornaram mais rumorosos na sub-relatoria da CPI no Rio, apenas três oficiais da Aeronáutica foram presos e condenados, acusados de usar aviões da Força Aérea Brasileira – FAB para transportar cocaína da quadrilha do traficante Fernandinho Beira-Mar.

O relatório aponta também para a complacência dos países desenvolvidos e instituições financeiras que não fazem o suficiente para combater a lavagem de dinheiro, porque dela se beneficiam mesmo.

O que mais chama a atenção no decorrer da leitura do relatório é o nível de comprometimento das autoridades locais em cada estado com o crime organizado. Em alguns estados como Minas Gerais, Ceará e Bahia a lavagem de dinheiro principalmente através da atuação de “empresários” italianos é flagrante. Uma outra tendência mundial que aqui no Brasil não pode mais ser omitida é o envolvimento promiscuo entre a industria do turismo, tráfico de drogas, prostituição e lavagem de dinheiro. As dificuldades da CPI são decorrentes também da negligência cínica de autoridades dos estados da federação, que em meio a muita cortesia e gentilezas, acabavam não revelando nada aos membros da Comissão. A construção de pistas de pouso para aeronaves, com carregamento de drogas, em fazendas de políticos e, muitas vezes, estas mesmas fazendas, como local de esconderijo da droga tornou-se lugar-comum em muitas localidades brasileiras. A relação entre grupos de extermínio e narcotráfico foi observada em vários estados com destaque para a Bahia, Acre, Rio de Janeiro e São Paulo. Talvez, uma grande e desagradável surpresa tenha sido a constatação de que o Rio Grande do Sul é uma das mais importantes rotas do tráfico de cocaína dos Andes para a Europa. Sendo este estado, o que apresenta o maior índice de IDH do país, confirma-se então a idéia de que crime organizado é crime de elite, de que os pobres das favelas não são os únicos culpados por tudo que está aí, além de revelar a sua plasticidade adaptativa a qualquer meio ambiente.

Talvez, agora, fique mais claro por quê aqui no Brasil, a CPI teve tantas

dificuldades para desvendar os mistérios do crime organizado. Num país em que a maioria das fortunas é de origem ilícita, não é de estranhar tanta resistência em se passar o Brasil a limpo.

“Ao longo de seus trabalhos, esta CPI enfrentou sérias dificuldades para o bom desempenho de suas incumbências constitucionais.

Notadamente na quebra de sigilos essas dificuldades se fizeram sentir.

Registre-se a principal ausência: a Receita Federal não participou da análise da documentação recebida pela CPI, omitindo-se quase completamente, limitando-se ao envio de dados e recusando os técnicos que poderiam analisá-los. Esta omissão adquire especial gravidade se lembrarmos que, quando a CPI estava no auge de sua popularidade, o Sr. Presidente da República resolveu chamá-la e colocar os órgãos do Executivo à disposição, especialmente a Receita Federal. A promessa houve – seu cumprimento, não.

Neste Relatório é nossa obrigação informar aos cidadãos que, mesmo instada diversas vezes pela Comissão, a Receita Federal permaneceu inerte. Isso é ainda mais grave se lembrarmos que tudo o que aqui se discute sobre repressão à lavagem de dinheiro depende da ação efetiva da Receita Federal. Fica, por este relato, o povo brasileiro informado do que houve, para que cobre, junto com a Câmara dos Deputados, o fim dessa omissão.

Da análise feita pelos técnicos do Banco Central e do TCU, ressaltamos:

*“Apresentamos a V. Exa. Síntese dos fatos observados nas informações prestadas pelas instituições financeiras decorrentes da quebra de sigilos bancários.*

2. *Esclarecemos que 855 pessoas físicas e jurídicas tiveram o sigilo bancário quebrado, sendo que apenas 434 apresentaram dados remetidos pelas instituições financeiras. Este fato deve-se, dentre outros, aos seguintes fatores:*

- a) não-identificação de CPF/CNPJ;*
- b) ausência de movimentação bancária;*
- c) não localização de alguns nomes, por estarem incompletos ou pela existência de homônimos;*
- d) movimentação financeira de alguns investigados com valores abaixo de R\$ 1.000,00.*

3. *Foram processados cerca de 380.000 documentos com valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00, dos quais 268.000 referentes a crédito e 112.000 a débito, pertencentes a 1.200 contas-correntes. Esses documentos representam débitos nessas contas no total de R\$ 4.093.652.974,57 e créditos de R\$ 3.620.021.014,36.*

3. *Devemos salientar, desde logo, alguns problemas/restrições, de várias naturezas, que prejudicaram o bom andamento dos trabalhos e o aprofundamento das análises, a saber:*

- a) *expressivo número de quebras de sigilo bancário;*
- b) *atraso na disponibilização de recursos humanos, físicos e materiais. Apenas a partir do mês de dezembro/99, ou seja, 8 meses após o início desta CPI, os problemas aqui citados começaram a ser equacionados. O sistema informatizado para armazenamento das informações de sigilo bancário, por exemplo, só foi concluído em março/2000;*
- c) *intempestividade no encaminhamento dos dados/informações bancárias solicitados aos agentes financeiros, sendo necessário, por diversas vezes, encaminhar ofícios reiterando as providências requeridas, e, ainda assim, algumas instituições não encaminharam as informações até o momento;*
- d) *intempestividade no encaminhamento de informações de natureza fiscal, aliada à ausência de técnicos da receita federal, dificultando o aprofundamento das investigações;*
- e) *elevado percentual de documentos de titularidade não identificada, chegando, em alguns casos, a 100% dos créditos em cheque e/ou em dinheiro.”*

4. *Merece comentário especial o que se observou sobre o comportamento dos bancos em relação às normas operacionais estabelecidas pelo Banco Central, principalmente aquelas destinadas a coibir a utilização do sistema financeiro para lavagem de dinheiro. Conforme demonstrativo anexo, há grande número de transações efetuadas em dinheiro, sem a obrigatoria identificação dos respectivos responsáveis, mesmo para os casos de valor acima de US\$10.000,00, que, além da identificação, é necessário o registro de sua origem e destinação.*

5. *Houve também dificuldade na apresentação dos documentos relativos à abertura das contas-correntes, podendo significar pouca atenção das instituições no sentido de evitar clientes suspeitos. Casos aconteceram em que os próprios bancos informaram não haver encontrado tais documentos. É exemplar o que ocorreu com a abertura de conta em agência do Banco do Brasil, em Vitória (ES), pelo Superbingão, efetuada por um terceiro, sem sequer apresentar procuração, apenas com a promessa de que os proprietários da empresa compareceriam posteriormente à agência para as devidas assinaturas, de acordo com depoimento do próprio Banco constante do anexo 01.*

6. *Quanto ao atendimento às solicitações da CPI, as instituições bancárias deixaram muito a desejar, segundo os documentos constantes do anexo 02, com destaque para o caso do HSBC Bamerindus que, mesmo solicitando-se a intervenção do Banco Central, de acordo com o anexo 02, não se conseguiu a sua colaboração.*



7. Verificou-se ainda a utilização de agências bancárias, localizadas em cidades afastadas dos principais centros financeiros, para transferência de dinheiro para o exterior. Num período de 43 dias úteis do ano de 1998 foram movimentados em contas na agência da Caixa Econômica Federal em Parnamirim – RN, pertencentes a 8 pessoas naturais de Ponta Porã e Campo Grande, R\$ 56.861.085,19, enviados por meio de bancos localizados principalmente nas praças de São Paulo, Recife, Curitiba e Rio de Janeiro. Já na agência do Banco do Brasil da mesma cidade, houve movimentação igualmente suspeita de mais de R\$ 50.000.000,00 em duas contas-correntes.
8. Depois de identificar o uso de alguns “laranjas” cujas contas bancárias eram movimentadas por procuração por pessoas investigadas, a CPI solicitou aos bancos que informassem a existência de eventuais contas abertas em nome de terceiros e movimentadas por procuração pelas pessoas que tiveram o sigilo bancário quebrado, tendo recebido como resposta unânime que era muito difícil ser efetuado tal levantamento, chegando algumas instituições a solicitarem que lhes fossem informados os CPFs dos possíveis “laranjas”. Por isso, conviria ao Banco Central estudar a necessidade de ser criado mecanismo que possibilite coibir essa prática.
9. Diante do exposto, sugerimos que a CPI, se julgar conveniente, recomende ao Banco Central:
- a) incluir a desobediência à identificação de depositantes/sacadores e aos procedimentos de abertura de conta-corrente em seu roteiro de fiscalização, especialmente quanto aos casos relacionados no anexo 04;
  - b) tomar as providências cabíveis em relação ao não-atendimento das solicitações da CPI, conforme relacionado no anexo 04;
  - c) reexaminar as normas relativas à abertura/movimentação de contas por procuração, de forma a coibir o uso de “laranjas”;
  - d) adotar medidas que possibilitem motivar a participação e empenho das instituições do sistema financeiro no combate à lavagem de dinheiro, inclusive através de auto-regulamentação (quem sabe até com a elaboração de código de ética pela FEBRABAN);
  - e) estudar a criação, no próprio Banco Central, de cadastro geral de correntistas do Sistema Financeiro.”

Por terem deixado de cumprir ordens desta CPI (de encaminhamento de documentação bancária) INDICIAM-SE, POR CRIME DE DESOBEDIÊNCIA (art. 330 do Código Penal), TODOS OS ADMINISTRADORES DOS BANCOS FALTOSOS, cuja lista está anexa. Quanto à quebra de sigilos telefônicos, foi quase impossível utilizar adequadamente os dados. Enfrentou-se de tudo: da má vontade ao ignorar das intimações pelos responsáveis pelas telefônicas, até a impossibilidade

de cruzar dados devido à inexistência de um cadastro central de usuários de telefonia fixa e celular. Para garantir futuras investigações, propomos medida legislativa, criando o Cadastro Único de Usuários de Telefones.

Também INDICIAMOS, neste ato, todos os responsáveis por Companhias de Telecomunicações que deixaram de atender determinações desta CPI, pelo crime de DESOBEDIÊNCIA (art. 330, do Código Penal).

Quanto à quebra de sigilos telefônicos, foi quase impossível utilizar adequadamente os dados. Enfrentou-se de tudo: da má vontade ao ignorar das intimações pelos responsáveis pelas telefônicas, até a impossibilidade de cruzar dados devido à inexistência de um cadastro central de usuários de telefonia fixa e celular” (CPI, 1999, p. 19, 20, 21, 22).

Uma análise, mais detida, do Relatório põe em evidência a fragilidade das instituições brasileiras diante de um problema que alcançou tamanha proporção, inclusive na relação entre o Brasil e o mundo. É fácil observar que a estruturação de tal tipo de criminalidade perpassa toda a estrutura social, compromete o corpo político e aproveita-se das relações econômicas, adaptando-se com grande facilidade qualquer que seja o tipo de política econômica adotada no país. Evidencia, por isso, o comprometimento da mídia e de toda a sociedade com o problema. Facilita a compreensão e exemplifica um problema muito conhecido no Brasil que é o da ingerência política nas polícias e no poder judiciário, descaracterizando o aspecto técnico e imparcial destas instituições, comprometendo assim, a qualidade dos serviços prestados à sociedade, exatamente por afastá-las dos parâmetros constitucionais.

Recentemente, dois propinodutos estouraram na mídia nacional ilustrando a dimensão do problema da corrupção e desvio de verbas públicas no Brasil. No dia 24 de julho de 2003, Paulo Maluf foi detido e prestou, por várias horas, explicações à autoridades francesas sobre a origem do dinheiro depositado no Bando Crédit Agricole, na França. Segundo o ex-prefeito “o dinheiro tem uma origem maravilhosa. É produto da venda de um terreno adquirido por meu pai na década de 40”. Segundo várias matérias veiculadas pelas principais revistas e jornais do país Paulo Maluf teria, entre 1985 e 1997 mantido contas secretas em alguns bancos da Suíça e de lá feito transações entre paraísos fiscais *off-shore* como a Ilha de Jersey no Canal da Mancha. Algo como US\$ 350 milhões é o que autoridades brasileiras e estrangeiras conseguiram rastrear.

Mais ou menos no mesmo período a revista *Época* inaugurou uma série de reportagens denunciando o envolvimento do Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Waldomiro Diniz, numa trama de propinas e lavagem de dinheiro.

Ainda neste mesmo ano de 2004 a revista *Veja* publicou matéria assinada pelos repórteres Alexandre Oltramari, Leandra Peres e Malu Gaspar (p. 40, 41, ed. 1851, março de 2004) que fornecia as seguintes informações:

- 107 bilhões de Reais é quanto movimentam por ano as 5.560 prefeituras do país, entre recursos próprios, estaduais e federais.
- 20 bilhões de Reais é quanto se estima que suma todos os anos no ralo da corrupção aberto nas prefeituras brasileiras.
- 400% é quanto aumentou a média de desvio de recursos federais pelas prefeituras nos últimos cinco anos.
- 60.000 é o número de vereadores no país. Pela lei, há um excesso de 9.000, mas os políticos resistem a reduzir.
- 1.500 é o número de cidades do país que gastam mais com vereadores do que com as necessidades da população.
- 600 é o número de municípios criados artificialmente na última década, apenas para ter acesso a repasses de verba.

A partir destas informações fica mais fácil entender como a corrupção molda a relação Estado e Sociedade, no Brasil. Agora, então, é possível afirmar que conceitos como o de crise fiscal, ou idéias como “falta de recursos” são bastante questionáveis numa economia como a nossa.

Para entender a origem do crime nos termos em que nós temos hoje é preciso admitir que é o *crime organizado* que sobrevive às custas da *criminalidade urbana*. Esta criminalidade que mais nos assusta é que dinamiza a economia do crime, que gera o capital lavado e acumulado em empresas e bancos pelo mundo inteiro. É como que os recursos oriundos da esfera socioeconômica saem rumo à esfera político-estatal e de lá, não retornam em termos de benefício para a população.

Tem origem então e se mantém esta criminalidade que surge da pobreza, do desemprego, da falta de perspectiva. Desta forma, o ciclo se renova através de governos populistas-clientelistas. Pobres ou remediados, carentes

de tudo aceitam o que lhes é dado como garantia de sobrevivência. Uma classe média que, com medo de perder o pouco que conquistou, só reage indignada enquanto não consegue algum espaço no meio da malandragem *show time*. Para isso, basta observar em época de eleição, na carreata dos candidatos, a romaria da classe média decadente, tentando de qualquer jeito manter o seu lugar ao sol.

Trata-se de uma cultura da corrupção que organiza as relações sociais, políticas e econômicas na qual até mesmo as tradições mais antigas predispõem os indivíduos a optar pela informalidade/ilegal. Ser transgressor é para nós sinal de influência, dá status e gera poder. Torna-se, muitas vezes, exemplo de admiração e, não por acaso, está constantemente na boca do povo o significado do bom homem público, principalmente o político, como sendo “aquele que rouba, mas faz”.

# Capítulo *IV*

---

## *Estado Moderno e controle: os limites da legitimidade.*

“As guerras, as carnificinas e a instabilidade política são um bom negócio para o crime organizado internacional. Do mesmo modo como o são, nos dias de hoje, a paz e a prosperidade”.

*Jeffrey Robinson*

### 4.1

#### **Estado, modernidade e legitimação.**

O início da formação do Estado Moderno no Ocidente, ainda na Idade Média, passa necessariamente, por um contraponto e, ao mesmo tempo, articulação entre as novas formas de poder que vão se constituindo com as relações de poder já existentes. É como se houvessem várias dimensões sociais, políticas e econômicas que vão se articulando e ganhando forma, deixando de ser paralelas para ganhar intersticialidade à proporção que o Estado se organiza, se legitima e ordena.

As diversas ordens de cavaleiros, por exemplo, um dos primeiros sinais de ordenamento e fundamento de um novo modelo de Estado, articuladas com os “patronos”, confrontavam-se, por sua vez, com as camadas camponesas que eram intimidadas e extorquidas por estes novos exércitos que ainda estavam longe de se tornarem uma “força pública”, no sentido que temos hoje.

A primeira tentativa de criar uma ordem generalizada no Ocidente, depois do Império Romano, foi empreendida pela Igreja Católica. A partir daí, reformas internas, desde a gregoriana até Carlos Magno, sofisticaram cada vez mais os princípios de uma cosmologia, enquanto parâmetro de

ordenamento maior. Em princípio, a idéia de *paz de Deus* fundamentou a estratégia de criar uma nova ordem a partir da proteção de “todos aqueles incapazes de se defenderem sozinhos porque não estavam armados: clérigos, camponeses, comerciantes, mulheres” (DEMURGER, 2002, p. 19). Ao mesmo tempo, os rumos tomados por estas transformações serviram para fortalecer e centralizar o poder do rei. Igreja e monarquia se tornaram faces de um mesmo universo na criação do que viria a ser chamado Estado Moderno.

Através da moral cristã, começaram a aparecer regulações para a violência. A ética cristã, antes que qualquer princípio político-jurídico, ditou as margens entre a legalidade e a ilicitude da agressão, condições sobre a propriedade e regras de comportamentos direcionadas para a regulação da intimidade. Neste mesmo contexto, uma das maneiras mais eficazes da manipulação da consciência coletiva e, por conseguinte, do controle das massas, foi manipular a noção de tempo, pois “tratava-se desta vez de limitar a violência cavaleiresca no tempo, em função do calendário das festas cristãs. As ações guerreiras e as agressões eram proibidas certos dias da semana... por ocasião das grandes festas... e durante a Quaresma” (DEMURGER, 2002, p. 19).

Com a origem do Estado coincidindo com a hegemonia teológica cristã, surgem os conceitos de *abstinência de guerra* e, talvez, a noção mais importante neste momento, a de *guerra à guerra, guerra à guerra ruim*. Começa a se formar assim, a idéia de violência legítima do Estado, exercida por uma autoridade do Estado, pública ou eclesiástica.

Em toda a tradição da filosofia política, sempre que se pensou o Estado, o que havia no âmago deste debate era uma preocupação com a questão da ordem. Como é, ou seria possível, manter o homem numa convivência em grupo razoavelmente estável? Associada a esta problemática esteve sempre presente uma outra. O que é o Homem? Uma vez que era preciso pensar uma ordem através de um Estado, seria necessário entender o homem para que o Estado pudesse criar e manter um ordenamento social plausível com a própria condição humana. Desde Platão, estas discussões se fizeram presentes de forma clara e central dentro do debate das teorias políticas. Entretanto, uma outra questão também se tornaria cada vez mais importante, desenvolvida em paralelo à discussão sobre relação entre “ordem” e Estado. Como reflexo do debate sobre o entendimento da

natureza humana, torna-se presente o questionamento a respeito de, se o homem é um ser essencialmente violento ou essencialmente bom. Essa discussão determinou os direcionamentos dados aos modelos genéricos de Estado e fundamentos para a formação do Estado moderno-absolutista.

Seguindo esta idéia, a reflexão sobre a relação entre ordem e liberdade, se tornou ponto fundamental dentro do pensamento político-jurídico. O problema estava no fato de que o nível de dominação e manutenção da ordem alcançados pelo Estado e o Direito de então, não chegava a manter uma ordem estável sem o uso explícito da força e da violência. Havia então a necessidade de se estabelecer o *governo pelo terror* como recomendavam muitos. A ausência das chamadas *razões para obedecer*, fruto de uma posterior *sociedade do controle*, levava a um modelo de relação entre Estado e Sociedade que se refletia no pensamento político sobre a ausência da possibilidade de articulação entre ordem e liberdade. É por isso que o pensamento político-jurídico moderno vai se caracterizar por uma priorização da ordem em detrimento da liberdade. Daí porque Thomas Hobbes (1520-1656) afirmou: “a liberdade dos súditos está apenas naquelas coisas que, ao regular suas ações, o soberano permitiu” (1997, p.173). Para este pensador, a vida humana só seria possível uma vez que uma sociedade civil fosse instaurada e, para isso, um poder centralizado tornava-se imprescindível. Para justificar esta forma de governo e, ao mesmo tempo, uma estrutura de Estado, realizou, no Leviatã, um contraponto entre o Estado de Natureza, onde, segundo ele, imperava a *guerra de todos contra todos* e a idéia de Sociedade Civil na qual a sobrevivência humana se tornaria mais viável. O ponto de transição entre um estágio de sociedade para outro dar-se-ia através do *contrato social*, caracterizado por um pacto de submissão entre governante e governado. Este contrato significava impor um fim à situação de anarquia e violência característica do Estado de Natureza onde imperava a condição de *homo homini lupus*, “homem lobo do homem”.

Num mesmo contexto de século XVII, John Locke, considerado pai do liberalismo político, num diálogo com Hobbes, propõe que a relação contratual entre governantes e governados seja mediada e estabelecida por um conjunto de leis escritas: a Constituição. A Lei Magna deveria levar em consideração que todo indivíduo possui alguns direitos naturais, tais como o direito de preservação da própria vida, ter propriedade privada e a liberdade

individual preservada perante governos tirânicos. Em oposição à monarquia e à Igreja, este pensador propõe que a *razão*, a capacidade do homem de pensar, agir e julgar suas ações, independente da revelação divina, seja o instrumento de reflexão rumo ao aprimoramento da Sociedade Civil. Com isso, assim como em Hobbes, a noção de Direito Natural sustenta a única forma de direito possível e legítimo, o Direito Racional.

Este é um momento na história do Ocidente de profundas e importantes transformações que vão se refletir sobremaneira no pensamento político-jurídico, formando as bases para o modelo de Estado e Direito que temos atualmente.

Gradativamente, a dualidade fé e razão vai sendo substituída pelo império da razão. Com o advento de revolução cultural chamada Iluminismo, verifica-se, cada vez com mais ênfase, uma concepção racionalista do mundo, a secularização do pensamento e a “destruição” do mundo sagrado, um fenômeno que Weber posteriormente identificou como o *desencantamento do mundo*. A idéia de *sociedade* substitui a idéia de Deus como princípio ordenador do convívio humano e juízo moral.

Como conseqüência destas transformações, a visão sobre o crime, o criminoso, a sociedade, a Lei e também a relação entre esses elementos, refletem este ambiente conturbado. O criminoso não é mais visto como inimigo do governante. Com o surgimento da idéia moderna de soberania da Lei, fundada no Ocidente pelo pensamento liberal, a relação entre o criminoso e a sociedade passa a ser vista de forma bastante diferente. O criminoso é um inimigo da sociedade, uma vez que, tanto ela quanto a lei, são reflexos da razão e o criminoso seria uma ameaça a essa possibilidade plausível de convivência humana em grupo. Segundo Foucault, se referindo a todo esse processo, “o criminoso lesa, antes de tudo, a sociedade” (1997, p. 33).

O conceito de *civilização* tornou-se intimamente vinculado ao de *controle de si*. Ser civilizado e posteriormente, no mesmo sentido, ser moderno era ter antes de tudo o controle de si, o autocontrole. A ênfase na soberania da razão, o único meio possível de relação social, conduz gradativamente ao fenômeno que ficou conhecido como a *humanização das penas*, sinal maior de civilidade na sociedade humana.

Beccaria tornou-se expoente desta tendência. Em *Dos delitos e das Penas* irá propor uma completa reforma na percepção e prática do direito penal e



toda a justiça criminal do Ocidente. As mudanças na finalidade das penas é acompanhada por uma mudança gradual das técnicas e sistemas de punição. Se a ênfase não é mais a salvação da alma, se a punição no corpo não visa mais a expulsão de demônios, o cerceamento da liberdade se torna um mecanismo mais adequado para punir os inimigos da sociedade. Beccaria apontou para o autocontrole não só necessário àquele que legisla, o que julga e o que executa a punição. Mas, antes de tudo, porque é único marco que seguramente distingue o *homem criminoso*, do homem dito normal e civilizado. Por isso ele afirmou:

Se a interpretação arbitrária das leis é um mal, também o é a sua obscuridade, pois precisam ser interpretadas. Esse inconveniente é bem maior ainda quando as leis não são escritas em língua vulgar... a prisão não deveria deixar nenhuma nota de infâmia sobre o acusado cuja inocência foi juridicamente reconhecida... o sistema de jurisprudência criminal apresenta aos nossos espíritos a idéia da força e do poder, em lugar da justiça; é porque se lançam, indistintamente, na mesma masmorra, o inocente suspeito e o criminoso convicto; é porque, a prisão, entre nós, é antes um suplício que um meio de deter um acusado... ou o delito é certo, ou é incerto. Se é certo, só deve ser punido com a pena fixada pela lei, e a tortura é inútil, pois já não se tem necessidade das confissões do acusado. Se o delito é incerto não é hediondo atormentar um inocente? Com efeito, perante as leis, é inocente aquele cujo delito não se provou... a crueldade das penas produz ainda dois resultados funestos, contrários ao fim do seu estabelecimento, que é prevenir o crime... em primeiro lugar, é muito difícil estabelecer uma justa posição entre os delitos e as penas... em segundo lugar, os suplícios mais horríveis podem acarretar às vezes a impunidade... se as leis são cruéis, ou logo serão modificadas, ou não mais poderão vigorar e deixarão o crime impune (1950, p. 274, 276, 277, 285, 297).

Mas a mudança dos meios e fins no direito penal ocidental não são reflexo apenas de reflexões filosóficas. Não por acaso, estas reflexões também fazem parte de um contexto de transformações econômicas, que já são a base do capitalismo industrial, que se desenvolveu no século XIX. Estas reflexões e todas as suas conseqüências ainda no século XVIII, mostram a relação cada vez mais próxima entre economia e Estado. Por isso, poupar o condenado da morte no patíbulo, não só preservava a possibilidade de arrependimento e ressocialização, como também, poupar força de trabalho para o sistema capitalista já em formação.

O Estado moderno foi então se caracterizando pela formalidade e funcionalismo especializado, ao mesmo tempo em que, o capitalismo ia se tornando a mais sofisticada expressão que a modernidade pode alcançar, assim como demonstrou Weber (1975). As transformações nas diversas esferas do Estado racional foram necessariamente se desenvolvendo, em função das demandas que o próprio capitalismo foi apresentando. Surge então, dois problemas até hoje não resolvidos. Como preservar no Estado moderno os princípios político-jurídicos que fundamentaram e orientam a sua estruturação, seguido da importância da lucratividade capitalista para a própria manutenção do Estado. Mas, mesmo com ênfase nos princípios político-jurídicos, progressivamente voltados para o indivíduo, por conta da reflexão sobre a questão da propriedade, a previsibilidade dada pelo Direito racional passa a favorecer o sistema capitalista. Em certa medida não há nesse processo evolutivo tantos percalços entre estas esferas. É muito mais verdade que todas elas vão convergindo para um modelo de relação, tal como temos hoje.

Por isso mesmo, a coação foi elemento decisivo para os rumos desta história. Ordem e poder, poder para manter a ordem, sempre foi um pilar fundamental para o Estado moderno. Não por acaso Weber observou:

[...] o Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio de dominação e reuniu para esse fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos (1999, p. 529).

A coação e a coerção tornaram-se características basilares do Estado moderno-contemporâneo, exatamente por conta das contradições inerentes ao modelo social-político Ocidental, que temos hoje. A dicotomia entre princípios político-jurídicos e a lucratividade capitalista pode ser repensada em três aspectos, também essencialmente antagonísticos. São eles: a relação dinâmica entre manutenção e transformação do ordenamento político-jurídico, a manutenção do Estado via acumulação capitalista e a capacidade inerentemente limitada do Estado-nação manter as divergências e desigualdades em harmonia.

O grande equívoco desta retórica que envolveu a formação do Estado

moderno, foi fazer crer, que se tratava de uma instituição onipresente e onisciente, com capacidade de regular todas as condições da vida humana. Como observou Bobbio (1996), o Estado moderno de caráter constitucional-liberal, vai se constituindo em função da absorção dos diversos ordenamentos jurídicos com eficácia normativa e que formavam uma pluralidade relativamente autônoma. Na verdade, é possível afirmar que, em parte, a retórica da onipresença pertence à própria estratégia de dominação pela persuasão e repressão que é característica marcante do Estado moderno, desde as suas origens. Foi e ainda é importante criar e manter a idéia e a sensação em meio às massas, que o poder do Estado é sistemático e incontestável. Num mundo cada vez mais antagonizado a pacificação destes antagonismos torna-se a função maior do Estado.

O Iluminismo que levou à Revolução Francesa e juntos, ao aprofundamento de outras transformações que já haviam ocorrido cem anos antes na Inglaterra, deram origem à Revolução Industrial. Essas mudanças resultaram na implantação de um sistema fabril dinâmico e em constante desenvolvimento, levando à expansão do sistema capitalista e dos impactos causados por este tipo e nível de racionalização econômica. A burguesia liberal e revolucionária alcança o poder tanto político quanto econômico. O pensamento evolucionista, que perpassa todo o século XIX, fundamentou o darwinismo social no qual, assim como na natureza, no ambiente do mercado só os mais aptos sobrevivem.

A manifestação contemporânea do Estado moderno, o Estado-nação, corpo político com jurisdição suprema sobre um território delimitado, luta sempre para se impor. As principais características do Estado-nação, a territorialidade, o monopólio da violência e da regulamentação jurídica, a legitimidade pela representação e uma estrutura administrativa independente do poder político nem mesmo chegou à sua plenitude. Não houve ainda em nenhum país do século XXI êxito total quanto a tais características. O problema é que o Estado nunca foi onisciente e onipresente, os universos paralelos nunca deixaram de existir e nesse sentido, o poder do Estado sempre foi relativizado pelos níveis informais e às vezes até ilegais de cada sociedade.

Não por acaso, a burocracia se tornou o modelo ideal e necessário de administração do Estado. Tal como afirmam Hardt e Negri “a burocracia

opera o aparelho que combina legalidade e eficiência organizacional, título e exercício do poder, política e polícia” (2001, p. 105). O fenômeno da burocratização do Ocidente, tão bem compreendido por Weber é reflexo e, ao mesmo tempo faz parte, de uma relação dialética entre a necessidade de disciplina, ordenamentos desta disciplina e um modelo de sociedade na qual muito antes de alcançar a sua plenitude, o projeto da modernidade já começava a declinar. Os elementos que levam à necessidade desta disciplina são os mesmos que se reproduzem e fragilizam o controle social das massas, tendo à necessidade de mais controle por todos os meios.

Marx, ao analisar o sistema capitalista, expressão maior da modernidade, já havia apontado para os germes da sua própria destruição e Weber ao falar do “especialista sem sentido”, das “nulidades”, já expressava também uma crise da modernidade que para Hardt e Negri apresenta-se desde o embrião de tal projeto. A ausência de sentido é face da mesma sociedade em que o controle está sempre ameaçado, fazendo-se necessário, sempre com mais frequência, o uso da violência justificada para a manutenção do “sistema”, do todo. O mundo burocratizado é um mundo rompido e, ao mesmo tempo que a burocracia espelha este rompimento, essa divisão do todo, é necessária para mantê-lo coeso e ordenado. E como um mal necessário “os elementos da crise, uma crise contínua e não resolvida, foram então considerados ativos elementos do progresso” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 118).

Anthony Giddens define *modernidade* como um “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (1991, p. 11). No desenvolvimento da sua reflexão este autor chama atenção para alguns aspectos que, além de caracterizarem a modernidade, foram se tornando bastante presentes no nosso tempo. A modernidade ganhou dimensões mais amplas e melhor definidas, porém, inter-relacionadas. O capitalismo, o industrialismo, a vigilância da ordem social e o controle dos meios de violência mostram esta bricolagem atual. O capitalismo enquanto sinônimo de sistema e o industrialismo como máquina e tecnologia são aspectos que se inter cruzam e se expandem por todos os espaços da vida social e individual. Um sistema de tecnologias e relações sociais devidamente organizadas. Ao se voltar, assim como Weber, para o

fato do Estado-nação está sustentado e ganhar forma, devido ao alto nível de coordenação administrativa que alcançou, Giddens, aponta então, para a necessidade da vigilância da ordem social feita fundamentalmente pelo controle da informação e o controle dos meios de violência, principalmente através dos códigos de leis. Para o autor:

A vigilância se refere à supervisão das atividades da população súdita na esfera política – embora sua importância para o poder administrativo não se confine a esta esfera. A supervisão pode ser direta (como em muitas das instâncias discutidas por Foucault, tais como prisões, escolas e locais de trabalho abertos) mas, mais caracteristicamente, ela é indireta e baseada no controle da informação (GIDDENS, 1991, p. 63).

Há ainda uma questão muito importante observada por Giddens, que é a crescente dicotomia entre *segurança* e *perigo*. Segundo ele, segurança é “uma situação na qual um conjunto de perigos está neutralizado ou minimizado” (1991, p. 43). A experiência atual parece mostrar que este é o maior desafio do Estado moderno na sua versão mais sofisticada, o Estado-nação. Como minimizar o *perigo* em meio a uma realidade na qual a capacidade de planejamento, de racionalizar a vida social está bastante desacreditada?

O que também parece sensato perceber é que as ciências sociais deram pouca importância ao fenômeno da guerra e ao que Giddens chama de *a industrialização da guerra*. Apontar como características marcantes da modernidade a racionalização e a burocratização, não são suficientes para explicar um dos fenômenos mais presentes na história do século XX e todos os outros grandes acontecimentos dessa era. Mesmo antes do século XX, a articulação entre guerra e expansão capitalista já podia ser observada. Esse movimento histórico ficou claramente retratado no período “imperialista”, quando uma recolonização do mundo levou a formação das relações geopolíticas e econômicas chamadas de “pacto colonial” e que, no final do século XX, passaram a se chamar, “globalização”. Aparece então, a necessidade do Estado ou do Estado-nação aglutinar culturas diferentes, muitas vezes rivais, e harmonizar diferenças de classe e de raça cujos representantes, tanto ontem quanto hoje, anseiam pela legitimação e legalidade dos seus respectivos interesses.

Devido ao seu alto nível de organização administrativa o Estado-nação tenta manter e impor uma lógica de funcionamento que, quando vista pelo prisma

da universalização, só se sustenta no seu nível abstrato. Logo fragmenta-se na própria realidade de cada Estado e sua soberania. Quando vista internamente a cada Estado, essa lógica se reproduz de forma até mais concisa e eficiente. Entretanto, se depara, numa escalada crescente, com conflitos internos que, se por um lado, parecem negar essa lógica, esse sentido racional do Estado-nação, por outro, ajudam a confirmar e legitimar tal estrutura. Se tornam confirmações e justificativas para uso da *força necessária*, através do monopólio da violência, da vigilância e controle das informações.

O modelo de organização social moderna está pautado em diversos paradoxos. O homem moderno-contemporâneo tomou para si um desafio que tem se mostrado, ao longo destes últimos séculos, de difícil equação. A sociedade moderna-contemporânea é o mais alto nível de sofisticação e legitimação da desigualdade, exatamente porque cria perspectivas de equacionar igualdade e liberdade. Nesse sentido, capitalismo liberal e socialismo se debatem com esse problema, não apenas porque ele está nas origens da modernidade e permanece atual. Mas, assim como o capitalismo liberal, o debate sobre o socialismo, ocorre porque são mesmo a modernidade em ação. O individualismo implica liberdade e a liberdade revela todas as desigualdades entre os homens. Por isso, no nosso tempo, capitalismo e socialismo, duas extensões da modernidade, não puderam conciliar os dois princípios, o da liberdade e da igualdade. O capitalismo, que priorizou a liberdade, até hoje se debate entre a retórica da igualdade e a realidade de todas as desigualdades em todos os níveis e esferas desta sociedade. O socialismo, que priorizou a igualdade, se conseguiu alguma, foi porque eliminou qualquer tipo de liberdade.

A dissonância se reflete também na própria relação entre Estado e capitalismo. A histórica articulação entre Estado-nação e relações socioeconômicas, resultando na hegemonia do capitalismo atual, aproximou as mesmas contradições próprias da busca pela igualdade e pela necessidade de manutenção do individualismo. Talvez, não seja prudente afirmar que o capitalismo só tomou forma por causa do perfil de individualismo que marca, também, o aparecimento da era moderna, mas é notório que fez do individualismo sua característica fundamental. Seguindo esta idéia, o dilema da sociedade atual, seguindo os parâmetros da tal *modernidade*, continua sendo o de articular a liberdade individual e a necessidade de legitimação do Estado.

A necessidade de legitimação do Estado o mantém sempre vulnerável aos ditames de quem lhe financia e, nesse mesmo sentido, a liberdade passa a significar, cada vez mais, aquilo que o individualismo capitalista espera dela. A liberdade passa a ser o móvel para o acesso à propriedade, mantê-la e nada mais.

Desde o momento em que no século XIX, Stuart Mill chamou atenção para o fato de que liberdade não poderia mais ser pensada como Direito Natural, foi porque, já naquele tempo, por influência das próprias transformações geradas pelo capitalismo, a idéia de liberdade passou a estar fortemente vinculada aos princípios capitalistas, ou seja, à idéia de propriedade privada. Mas, a possibilidade de uma liberdade real não se esgota na própria lógica do sistema capitalista. Acesso à propriedade sempre implicou meios para isso. E na relação entre Estado e capitalismo se não há algum nível de liberdade, mesmo que esta signifique apenas empreendimentos econômicos, é porque interesses de uns estão acima dos de muitos outros. A liberdade da autonomia é tão importante ao sistema capitalista que para Stuart Mill:

Não é livre sociedade alguma em que estas liberdades não forem em geral respeitadas, qualquer que seja a sua forma de governo; nem livre é completamente aquela em que elas não existirem absolutas e sem reservas. A única liberdade digna de nome é a de trabalharmos para conseguir o nosso próprio bem a nosso próprio modo, tanto quanto não tentarmos privar os outros do seu ou impedir os seus esforços para o obterem. Cada um é o guarda próprio da sua saúde, quer física, quer mental e espiritual. A humanidade ganha muito mais pela tolerância recíproca de cada um viver conforme para si mesmo acha bom, do que compelindo-o a viver segundo aos demais se afigura bom (1964, p. 62).

Como vemos hoje, a relação entre liberdade e propriedade tornou-se instrumental. A sociedade capitalista é essencialmente meritocrática, mesmo que estruturas de Estado e modelos de relações de poder não deixem fluir de maneira espontânea esse princípio liberal. Problema maior reside então, em reduzir a liberdade a ter condições de acesso à propriedade. Daí cabem as perguntas: liberdade para quê e para quem?

Por isso, somos chamados a pensar de qual liberdade estamos falando e se queremos ampliá-la para além do consumo capitalista. A necessidade de repensar os direitos fundamentados, prioritariamente nos deveres é urgente.

A liberdade torna-se, então, uma conquista. De fato, a cultura ocidental dos dois últimos séculos nunca se afastou completamente deste princípio. Todo o direito ocidental está por ele orientado. Mesmo assim, temos assistido, com certa frequência, os direitos antecederem deveres em nome de uma proteção individual, há muito, afastada das reflexões iluministas. Para entender melhor o problema é preciso perceber que o impasse não reside no individualismo, tão enaltecido pelo capitalismo. Quando Durkheim tenta compreender o homicídio como fenômeno social e não apenas psicológico ele afirma:

sem dúvida, o desenvolvimento do individualismo não deixa de ter relação com o homicídio; mas não o produz diretamente... entre as circunstâncias que acompanham o progresso do individualismo moral, deve haver algumas especialmente contrárias ao assassinio sem mostrar a mesma oposição aos outros atentados contra a pessoa... paralelamente aos avanços dos sentimentos coletivos que têm por objetivo o homem em geral, o ideal humano, o bem tanto material como moral do indivíduo, produziam-se uma regressão, um enfraquecimento dos sentimentos coletivos que têm por objetivo o grupo, família ou Estado, independentemente do proveito que dele possam extrair os particulares. Estes dois motivos não são apenas paralelos, são estreitamente solidários. Se os sentimentos que nos ligam ao indivíduo em geral aumentam, é exatamente por que outros enfraquecem; é porque os grupos já não podem ter outros objetivos que não os interesses humanos... os sentimentos... incitantes ao assassinio... a fé política... o sentimento de honra doméstica, o sentimento de casta, fé religiosa são com muita frequência por si sós geradores de homicídios... a glória do nome ainda está acima de tudo... não só esses diversos sentimentos podem levar ao assassinio como, onde são fortes, eles produzem uma espécie de disposição moral crônica que, por si mesma e de maneira geral, inclina ao homicídio (2002, p. 159, 160, 161).

É exatamente o problema trazido por Durkheim que nos remete à questão da finalidade da vida em sociedade. A responsabilização do indivíduo torna-se premente desde que o Estado não pode ser o único responsável pela segurança do conjunto social. A “ética da responsabilidade”, para a qual Weber insistentemente chamou atenção, torna-se a ordem do dia.

A pretensão de uma racionalização do comportamento humano levou à idealização de um *cidadão virtuoso*, cujo não aparecimento forçou um teste de provação do projeto chamado *modernidade* que, desde o próprio século XIX, já vinha mostrando suas insuficiências. A tentativa de formular uma



engenharia social baseada na idéia de diagnosticar para prevenir e curar, transformou-se em repressão pura e simples.

O debate entre Estado e liberdade foi ao tempo de Hobbes direcionado para a possível incompatibilidade entre ordem e liberdade. O retorno desta discussão numa sociedade de massa, ainda leva a crer que a liberdade da maioria é uma utopia. A busca de direitos individuais, particularizados em princípios étnicos, culturais e religiosos, levando o indivíduo ou grupos a se sobrepor ao todo, à ordem pública, traz sempre as conseqüências esperadas: atentados, rebeliões e violências de todo tipo. O impasse está no fato destas estratégias, também são viabilizadas por parte dos grupos que ficam de fora de tais benefícios. E nesses casos, elas não são estranhas. Deste modo, o direito passa não apenas a potencializar conflitos, mas, além disso, torna-se legitimador da desigualdade, alimentando a ilusão de que um dia todos serão iguais. Uma reprodução atual da retórica hobbesiana.

Entre outras contradições o Estado contemporâneo tenta estabelecer uma ordem diante de uma realidade na qual, a liberdade, tão funcional ao capitalismo, pode ameaçar a ordem pública. O equilíbrio entre a repressão e a liberalização das ideologias nem sempre se faz nos níveis necessários. A explosão das massas ansiosas pela exploração e consumo impulsiona rivalidades étnicas e religiosas no mundo todo. E como afirmou Ortega y Gasset, “quando as massas triunfam, triunfa a violência” (1961, p. 174).

A liberdade atual restrita a escolher e consumir os bens simbólicos que representam o status do capital, do voto ao carro, todos reduzidos a uma grife qualquer, inclusive os partidos, grifes políticas para o consumo do homem-massa, impõem uma necessidade de mais liberdade para mais consumo, propriedade e status.

Essa liberdade controlada pode fugir ao controle. Torna-se então uma ameaça por conta dos próprios limites do capitalismo em praticar uma democracia econômica. Propaganda, intimidação, infiltração e repressão, como já foi dito, permanecem peças chaves do Estado moderno-contemporâneo. Em *Do Terrorismo e do Estado* Gianfranco Sanguinetti chama atenção para um fenômeno importante e cada vez mais atual.

O Estado, enfraquecido em extremo pelos ataques de que quotidianamente é alvo... e com a sua economia debilitada, por um lado devido aos ataques do proletariado e, por outro, devido à incapacidade dos seus gestores, pode assim esconder uma e outra coisas, incumbindo-se solenemente de

encenar o espetáculo da sacrossanta defesa comum contra o monstro terrorista e, em nome dessa piedosa missão, pode exigir de todos os seus súditos uma porção suplementar da sua exígua liberdade, porção essa que vai reforçar o controle policial sobre a população... Qualquer serviço secreto pode inventar uma sigla “revolucionária” e levar a cabo um certo número de atentados que a imprensa se encarregará de propagandear... (1979, p. 35, 34)

O Estado-nação está fundamentado então, num conjunto de contradições. Essas contradições são em parte reflexos dos ideais capitalistas, em parte necessidades ontológicas humanas. De um modo ou de outro, a contradição não só funda o Estado, como amenizá-la no cenário da vida cotidiana, é seu grande desafio. Entretanto, não só a versão do Estado moderno existente nas sociedades capitalistas apresentam tais características. Estamos falando aqui de elementos que caracterizam o Estado moderno nas três versões, *grosso modo*, que se apresentaram no século XX; o capitalista, o socialista e o fascista. Em cada um destes modelos se torna mais visível este ou aquele traço. Mas, quando falamos de essência, estamos falando de algo que os une, que os torna bastante semelhantes seja qual for o tempo e o lugar. Uma sociedade de massas, de injustiças e abuso de poder foi realidade nas três versões de Estado. Por isso, somente análises generalizantes podem traçar o tipo ideal do Estado moderno-contemporâneo.

Uma sociedade repartida pelas injustiças pode vir a ser uma sociedade repartida na busca por justiça. Em qualquer dos dois caminhos, a violência está e estará presente. Daí porque a necessidade de uma retórica. Mesmo aceitando como disse Ortega y Gasset, que “a retórica é o cemitério das massas humanas” (1961, p. 175), a idéia de “esperança” entranhou-se religiosamente na propaganda do Estado. Se é um meio vil de postergar a resolução de muitos dos nossos problemas, tem sido também uma maneira habilidosa de adiar o nosso juízo final.

O controle das massas através dos limites de acesso ao consumo dos bens simbólicos é fundamental. O que, por sua vez, não justifica a violação dos direitos individuais e humanos, pois, criar a sensação de expectativa, de que é possível ascender social e economicamente através da submissão à exploração do trabalho é um dos meios mais eficazes de alienação e controle do homem-massa. Mesmo assim, o que a história tem mostrado é que

quando há uma “desproporção entre o poder do Estado e o poder social é nesse momento” (Ortega y Gasset, 1961, p. 177) que aparece uma degeneração da ordem provocada ou pelas emoções das multidões ou pela tirania de líderes insanos. Cabe notar então que:

o Estado contemporâneo é o produto mais visível e notório da civilização. E é muito interessante, é revelador, acautelar-se diante da atitude adotada pelo homem-massa. Este o vê, o admira, sabe que esta aí, assegurando sua vida; porém não tem consciência de que é uma criação humana inventada por certos homens e sustentada por certas virtudes que haviam ontem nos homens, mas que podem evaporar-se amanhã (Ortega y Gasset, 1961, p. 179).

E diante do perigo de desordem provocada pela movimentação das massas, da desordem que ameaça a vida e a propriedade,

o homem-massa tenderá a exigir que imediatamente o assuma o Estado, que se encarregue diretamente de resolvê-lo com seus gigantescos e incontestáveis meios.

Esse é o maior perigo que hoje ameaça a civilização: a estratificação da vida, o intervencionismo do Estado, a absorção de toda espontaneidade social pelo Estado, quer dizer a anulação da espontaneidade histórica, que definitivamente sustenta, nutre e empurra os destinos humanos (Ortega y Gasset, 1961, p. 179).

O problema é que o poder do Estado não é tão virtuoso nem muito menos anônimo. Como desvincular o direcionamento do Estado, prioritariamente para os interesses das elites econômicas, se é através da formação e acumulação do capital que a máquina da administração pública vai se sustentar? O dilema entre a liberdade e a legitimação do Estado não acaba aí. Diante de certas condições “o Estado, para sobreviver às suas próprias necessidades, força mais a burocratização da vida humana. Esta burocratização... é a militarização da sociedade” (Ortega y Gasset, 1961, p. 181).

Todavia, essa militarização da ordem social e da vida cotidiana, através da burocratização dos atos humanos, mesmo que doentia, se faz necessária, uma vez que o próprio homem-massa não tem competência para o autogoverno. Apesar dos belos, altruístas e eloqüentes discursos em favor da liberdade, quando ela se transforma em liberalização resta apenas um passo para se tornar libertinagem e desordem. Ortega y Gasset defendia claramente o liberalismo e direcionava uma crítica severa aos regimes totalitários. Mas a ânsia por uma sociedade pautada pelos princípios do

liberalismo só agrava o dilema a respeito do desgoverno do homem-massa. É diante dessa contradição exposta na realidade da vida nas sociedades de massa que Ortega y Gasset afirma:

O homem-massa... montado tão somente numas quantas e pobres abstrações e que, por isso mesmo, é idêntico em qualquer parte... Esse homem-massa é o homem previamente despojado de sua própria história, sem entranhas de passado e, por isso mesmo, dócil a todas as disciplinas... Daí estar sempre em disponibilidade para fingir ser qualquer coisa. Tem só apetites, crê que só tem direitos e não crê que tem obrigações: é um homem sem nobreza... (1961, p. 13).

O aumento das populações fragiliza as estruturas de poder do Estado e crises econômicas tornam a polícia instrumento necessário como orientadora do homem-massa. Uma polícia que faça a massa caminhar pacificamente, que regule a circulação do grupo é instrumento fundamental para a manutenção das relações de poder. Porém, é inocência pensar, como alerta Ortega y Gasset, que “estas forças da ordem pública”, criadas para manter um tipo de ordem idealizada, se contenham em impor apenas a ordem que as elites desejam e necessitam. É em certa medida, inevitável que a polícia “acabe por definir e decidir a ordem que vai impor – e que será, naturalmente, a que lhes convenha” (1961, p. 183).

O binômio modernidade e controle, através de certos mecanismos, foi muito bem abordado por George Orwell, em “1984”, quando descreve uma sociedade na qual as pessoas são inteiramente controladas. Para que esse controle seja efetivado existem algumas instituições importantes. O Ministério da Verdade que cria as verdades que as pessoas devem acreditar, o Departamento de Ficção que faz as novelas e as músicas que as pessoas devem ouvir e a Polícia do Pensamento que mantém a vigilância ideológica para que o sistema permaneça funcionando. Há também um mecanismo importante, o chamado “duplipensar”, que significa o indivíduo acreditar em duas coisas contraditórias sem perceber. Mentiras cuidadosamente arquitetadas e opiniões opostas. No modelo de sociedade de Orwell a “teletela” faz o trabalho de vigilância da intimidade tão necessária para a estabilidade de poder no qual se estabelece o “Grande Irmão”. A sociedade de controle descrita por Orwell é exatamente o acirramento do modelo moderno, expresso entre as últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Trata-se de um modelo de relações no qual, quanto às diversidades, nós podemos chamá-las de *diversidades ou liberdades tuteladas*. São diversidades ou liberdades controladas, sendo que existe uma permissividade do “sistema” para que elas existam. É preciso manter uma sensação de liberdade para as massas, tanto para as diversões como para os protestos. Estas, por sua vez, mantêm voluntariamente o modelo das relações de poder que lhes reprime e ordena. Por isso, uma *diversidade ou liberdade tutelada*. Porque não é fruto de uma conquista e sim, parte das estratégias de controle. Os protestos em sua maioria já não possuem eco, exatamente porque não possuem ideologia. Já não é um “pensar o conjunto social” como as ideologias que caracterizaram o século XIX. Como já havia observado Marx, a alienação não se reduz a um fator isolado. É um modelo de relação, formado historicamente, entre as partes e o todo. Por isso, o discurso da “liberdade” pode significar emancipação ou submissão. São protestos pontuais, mesmo que muitas vezes importantes. Uma fragmentação do corpo social que ocorre em todas as dimensões das relações políticas, sociais e econômicas que se expressa na diversidade da diversão e do protesto, obedecendo a regra de separar para dominar.

A “falência da modernidade” não implica sua extinção, mas traz necessariamente uma reflexão sobre as possibilidades do capitalismo hegemônico, através da promessa de ampliação das relações de produção, em atender aos reclames da inclusão ou deixar claro seus mecanismos de exploração e conseqüentemente, exclusão. Como única saída, o separatismo trazido pela retórica da liberdade se tornou, nos nossos dias, um dos meios mais eficientes de controle das massas. Ao invés de simplesmente massificar é preciso primeiro individualizar para massificar depois. Respeitando as “diferenças”, mantêm-se a harmonia entre os antagonismos.

Os separatismos e as permissividades do sistema, que geram a *diversidade* e a *liberdade tutelada*, são também resultados das lacunas do poder, da incapacidade do Estado de ser e se manter onipresente e onisciente. Tornam-se assim, alternativas de controle ao uso explícito da violência, que denotaria uma situação de crise, acarretando, muito possivelmente, ainda mais violência.

Não por acaso, os conflitos locais e mundiais parecem ter, quase sempre, as mesmas causas: a exclusão acompanhada de reclames, muitas vezes violentos, de pedidos de exploração e inclusão. Como já foi salientado é o

não-explorado reclamando para ser explorado. Daí, o que antes era chamado em geopolítica de “conflitos de baixa intensidade”, alargaram seus espaços geográficos e motivos de existência. O que antes era apenas uma guerra tribal, ou até mesmo uma guerrilha localizada, passou a uma dimensão bem mais complexa. Atualmente, em muitos países, líderes políticos já não representam a vontade popular, senão aquela que diz respeito aos interesses de máfias locais. Terrorismo, fundamentalismo e tráfico de drogas tornaram-se quase sinônimos, exatamente porque se tornaram faces de uma mesma realidade local e/ou mundial. Como bem apontou Huntington “neste mundo novo, a política local é a política da etnia e a política mundial é a política das civilizações. A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações” (1997, p.21). A crítica mais pertinente a esta análise de Huntington é que ele pareceu esquecer, que este “choque de civilizações”, está acontecendo em boa medida por conta da geopolítica imposta pelos países centrais, quando ocorreu o período imperialista e neocolonial entre os séculos XIX e XX. Mas ao mesmo tempo, deixando de lado este erro epistemológico, o transcorrer do tempo e dos acontecimentos só tem tornado, cada vez mais atual, a tese de Huntington.

Já estamos então, no tempo em que:

terrorismo, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, espionagem industrial e assim por diante evoluirão para novas formas de guerra ‘convencional’ que darão a líderes autoritários os meios para irem à guerra sem jamais reconhecer o que fizeram... tudo isso aumenta a importância de unidades militares enxutas e de grande mobilidade que agreguem as categorias tradicionais de policiais, comandos, especialistas em auxílio de emergência, diplomatas e, é claro, agentes de inteligência (KAPLAN, 2000, p. 132, 135).

Diante da imaturidade política das massas e a obscuridade psicológica das elites dos países centrais e periféricos, o extermínio, como política de Estado, passa a ser uma regra sofisticadamente contextualizada de lugar para lugar, de tempo para tempo.

Temos então diante de nós o dilema deixado para estas gerações pelo socialismo e o nazi-fascismo, qual seja: o Estado como pedra angular de uma “indústria da morte”. A idéia de civilização sempre está bem fundamentada quando encontramos no “outro”, fora do espaço “civilizado” o comportamento atípico que, por oposição, nos dá o “direito” de nos julgarmos civilizados. Mas quando encontramos entre nós, no nosso meio,

comportamentos tão bárbaros quanto julgávamos terem sido esquecidos pelo tempo, somos forçados a lembrar que, no que diz respeito ao trato humano, o tempo não passou tanto assim. O processo civilizatório ainda apresenta falhas e não só o canibalismo accidental, como até mesmo a percepção de que o “igual” é o que pertence à mesma “tribo”, são traços vivos e notórios entre os “civilizados”.

As análises de Arendt e Soljenítsin são significativas quanto a estas questões. Referências importantes na literatura sobre a análise do Estado nazista e o socialista colocam o homem de Estado, como um burocrata mecanizado. Sendo que, ora são identificados como pessoas que primam pela genialidade, ora homens de pouca cultura, exemplos de mediocridade e, por isso mesmo, homens de Estado e burocratas. A grande questão que Arendt nos traz é o desafio de aceitar que, ao estudar e refletir sobre as atrocidades humanas, estamos diante de ações e reações do homem normal.

Buscar estigmatizar líderes genocidas, colocando-os como ícones do mal, fatos isolados da história humana é uma saída de curto prazo. A análise que Arendt desenvolveu sobre Eichmann foi apenas um bom exemplo. O julgamento de Eichmann, apesar de apenas politicamente correto, não foi somente o julgamento de uma pessoa. Foi o julgamento da sociedade moderna. Ele não expressou valores unicamente pessoais ou de um grupo isolado. Ao contrário do que parece, os grandes líderes repressores são homens de inteligência mediana, assessorados por um *staff* de mediócras, que aprendem a dizer o que as massas humanas querem ouvir.

Na verdade, a passagem do tempo mostrou que este, assim como muitos outros julgamentos históricos, foram e ainda são farsas montadas com o objetivo de lavar a honra da humanidade. Matar um assassino de milhões foi apenas um momento de catarse coletiva quando nos vemos hodiernamente testemunhas de tantas políticas de extermínio. Na época padres e psiquiatras não encontravam em Eichmann traços de anormalidade. E nem podiam. Eichmann foi um típico homem normal produzido pela modernidade. Um homem no qual raciocínio e sentimentos são burocraticamente organizados. Uma tal burocracia dos sentimentos que, por vezes, pode dificultar o discernimento do certo e do errado. Não por acaso “ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam...” (ARENDR, 2001, p. 37).

Eichmann era “normal” não apenas porque era mais um dentro do regime nazista. A sua normalidade esteve em salientar a frieza perante o sofrimento que muitas outras áreas profissionais, particularmente a medicina, adotam como exemplo de “cientificidade”.

Um outro aspecto, que sempre chamou atenção dos estudiosos sobre o tema, foi como Hitler conseguiu mobilizar um número tão grande de pessoas a favor de sua causa. Neste sentido, duas vertentes de explicação se destacam. A que se remete à questão da ideologia e da cultura e uma outra que enfatiza o papel da burocracia na anulação do eu, resultando no que podemos chamar de um *momentum bureaucraticus*. Um momento de grande prazer e satisfação pelo simples fato de alguém ter cumprido regras. Esta é uma situação na qual o indivíduo já quase não pensa, quase não reflete sobre o que está fazendo. Simplesmente faz. Executa as ordens sem pensar.

Apesar de não haver consenso quando ao grau de racionalidade da “máquina de morte” nazista, possivelmente, o entrosamento entre estrutura de Estado e racionalização da organização da produção capitalista deram um caráter de maior eficiência e controle nas ações terroristas do Estado. É a esse respeito que o livro de Edwin Black, *IBM e o Holocausto*, ajuda a esclarecer a questão. “O primeiro grande recenseamento de Hollerith no exterior foi organizado para o regime brutal do Czar Nicolau II, afim de efetuar a contagem de mais ou menos 120 milhões de russos” (2001, p. 24). Posteriormente,

Sistemas destinados a inventariar as peças sobressalentes de aviões para a *Luftwaffe*, monitorar a programação das ferrovias para o *Reichsbahn*, e registrar os judeus dentro da população para o Escritório Estatístico do Reich eram projetados individualmente pelos engenheiros da Dehomag... (2001. p. 49).

No mesmo sentido, analisando a obra de Soljenítsin observamos a mesma questão. Quem faz o Estado ser repressor? São apenas líderes sanguinários, ou muito mais até, burocratas anônimos?

O governo pelo medo é realizado por mentes que acreditam agir e, muitas vezes com a certeza, de que estão fazendo o melhor. São as “bestas humanas especialmente amestradas” (SOLJENÍTSIN, 1973, p. 102). O uso da mentira caluniosa como verdade condenadora, desconcertar e devassar a vida privada do indivíduo, pois é lá o reduto seguro de qualquer mente sã



quando em agonia, são estratégias sofisticadas de repressão e controle do Estado moderno. Quanto aos burocratas,

As funções que executam não exigem deles que sejam pessoas instruídas, com uma cultura e com horizontes largos, e não o são de fato. Pelo seu serviço não têm necessidade de raciocinar logicamente – e não o fazem. No seu trabalho precisam apenas cumprir as diretrizes exata e cruelmente, insensíveis aos sofrimentos – e essa insensibilidade, sim, têm-na eles. Nós, que passamos pelas suas mãos, sentimo-nos sufocar à idéia dessa corporação, privada completamente de noções comuns a todos os homens (SOLJENÏTSIN, 1973, p. 150).

Toda essa questão não se limita às fronteiras do Estado. Uma vez que “tal sistema, foram os homens que criaram, que colocaram em funcionamento durante décadas, paulatinamente” (SOLJENÏTSIN, 1973, p. 467), tudo isso não pode estar restrito ao complexo funcionamento das estruturas do Estado. Desse modo, a relação entre a infra-estrutura e superestrutura, herança conceitual do marxismo, ajuda a entender a relação entre Estado e Sociedade como uma dialética que tem como resultado, ao mesmo tempo em que se consiste, numa contínua legitimação mútua entre estas esferas de relações e convivências. Por isso, o burocrata e o *momentum burocraticus* não podem se restringir à figura do funcionário público, apesar de encontrar aí, muitas vezes, o seu modelo exemplar.

Muito mais do que um tipo específico de atividade o burocrata deve ser entendido como todo aquele que racionaliza a vida sem reflexão, colocando assim, o cumprimento das regras acima do próprio bem-estar e da comunidade. Não é simplesmente uma supervalorização das regras, pois, muitas vezes, estas são cumpridas com desprezo. É às vezes até, apenas a forma de manter a sobrevivência. Manter o “sistema” passa a ser então, uma necessidade de existência. A sociedade moderna é burocratizada. Por isso, o homem burocratizado, tenta racionalizar os seus instintos e sentimentos. Torna-se assim a “nulidade”, o “especialista sem espírito” já apontado por Weber. O sentido da vida passa a ser unicamente o bom cumprimento das regras.

Daí resultam os regimes totalitários. Porém, sendo ou não um regime totalitário, os pequenos ditadores do dia-a-dia, os pequenos psicóticos que infernizam a vida de quem com eles convive ou os que, de alguma forma, dependem deles, consolam-se nas regras, nos cumprimentos das normas.

Encontram aí elementos para justificar as suas pequenas porém, doentias ditaduras. São estes, peças fundamentais nas “engrenagens do sistema” que ajudam a manter as *liberdades tuteladas* fora das esferas do Estado. Dentro do Estado, ajudam a manter burocracias obscuras, atrasadas e personalizadas cujas vantagens e benefícios se restringem a grupos subservientes.

Muito antes de criticar o nazi-fascismo o homem moderno deveria refletir sobre as dimensões que abarcam a burocracia e a racionalidade moderna. A ausência dessa reflexão juntamente com a farsa política do julgamento de Nuremberg não impediram, muito pelo contrário, fortaleceram a expansão e dominação da racionalidade burocrática em todas as suas variantes, espaços e dimensões. Isto porque, estes e outros eventos históricos, reduziram os extremos do comportamento burocrático, a fatos isolados.

Como consequência, não por acaso, é na Era dos Direitos que surgem os Stalin, Hitler, Pol Pot, Saddam Hussein, Médici, Pinochet, Somoza, Sharon, Milosevic, Tony Blair, Bush e muitos outros que poderiam disputar o primeiro lugar desta lista funesta. Líderes de Primeiro Mundo e cupinchas subalternos e carraseos no Terceiro Mundo, todos racionalizadores da morte em favor de regras e princípios.

Agora, é a liberdade ou em nome dela que mais se provocam genocídios. Basta um discurso politicamente correto e, corretamente veiculado pela mídia, que o homem-massa e massas inteiras se submetem silenciosamente às atrocidades dos Senhores da Guerra tal como os judeus na 2ª Guerra. Por tudo isso, o mais difícil é exatamente discernir onde está o bem e o mal.

Em meio a essa ânsia de exorcizar o passado foi negligenciado o fato de que foram, o nazi-fascismo e o socialismo, sistematicamente genocidas. É impressionante a passividade diante do erro em acreditar que foram os nazistas os criadores de campos de extermínio. Soljenítsin mostrou, com o seu relato, que o Gulag – Administração Geral dos Campos, onde ocorriam trabalhos forçados e morte, já era uma prática muito conhecida e sofisticada, desde a Rússia Czarista. Em todos os lugares em que foi implantado o socialismo só se sustentou através da eliminação das liberdades individuais e governos embasados no terror, tortura e morte. Um outro erro grave, decorrente deste primeiro, foi não estarmos atentos para o quanto este nosso passado se faz presente. A “indústria da morte” e, ao mesmo tempo, a sofisticação do controle dos que restam, ocorre agora

pela vigilância, rastreamento e monitoramento. As políticas de extermínio da pobreza pela fome se complementam com as de combate a criminalidade, guerrilhas, tráfico de drogas, terrorismo e outras patologias modernas. E como retórica, a liberdade e os direitos humanos se transformam em instrumentos e meios estratégicos para disfarçar a repressão e o extermínio sistemáticos.

As dificuldades de transformar a geopolítica mundial no sentido de tornar interna e externamente as sociedades ocidentais mais estáveis, foram também ponto de reflexão para Arendt. As contradições entre o Estado-nação, enquanto utopia, e a sua diversidade interna à qual deveria abarcar e controlar, se mantiveram presentes por todo o século XX. Essa relação entre utopia e realidade do Estado-nação nos leva a refletir sobre três dimensões que se inter cruzam formando o objeto da questão. São elas: a importância da relação entre capitalismo e Estado, as necessidades e anseios individuais e grupais e a relação entre a transcendência e a transformação do Direito.

Enquanto Weber relacionou a formação do Estado-nação a uma crescente aproximação entre capitalismo e Estado, Arendt enfatizou a questão da etnia como fator importante que, ao mesmo tempo, dificultou a realização deste modelo de Estado na sua plenitude. Por sua vez, Ihering trouxe uma importante reflexão sobre a necessidade das transformações no direito, chamando atenção para o fato de que sem a “luta” o direito não se transforma e também não passa do seu nível objetivo para o subjetivo. O direito, afirma ele “é um trabalho sem tréguas, não só do Poder Público, mas de toda a população” (IHERING, 200, p. 27). A relação entre Estado e indivíduo pode então torna-se conflituosa, quando os princípios jurídicos que ordenam o Estado não se transformam em direitos reais para o cidadão. O que Ihering chama de *progresso do direito* tem que acontecer necessariamente em meio às contradições da vida real. A mudança permanente do direito é uma necessidade ontológica da vida social e política.

Mas, ao mesmo tempo, não podemos esquecer que a perenidade do direito e do Estado, refletidas na sua transcendentalidade, sempre foi um pilar importante não só para a permanência destas instituições, como também para a própria manutenção da ordem e dos direitos individuais. Um dos mais importantes traços que marcaram a diferença entre absolutismo

monárquico e república moderna não foi a simples existência de leis ou até mesmo a constituição. Mas a sua perenidade associada à sua soberania. Foi quando passou a ser valorizada esta característica, a perenidade, que os direitos individuais passaram a ser efetivamente assegurados.

O que temos atualmente e, que Ihering contribuiu para o amadurecimento desta reflexão é, em que medida o aumento quantitativo dos direitos individuais em detrimento dos direitos coletivos induz a uma tirania mútua e sutil, travestida de cidadania na teia complexa das micro-relações sociais? Como equilibrar a relação entre os direitos dos indivíduos e os interesses coletivos, às vez até, as *razões de Estado*? Ao mesmo tempo, Ihering chama atenção para um outro aspecto que, sem dúvida, tem que ser levado em conta ao dizer que “não é a inércia histórica que proporciona essa sobrevivência, mas a resultante dos interesses empenhados na defesa de sua posição” (2000, p. 31). Diante da realidade em que Estado e capitalismo quase se confundem, interesses das classes dominantes se sobrepõem aos interesses da maioria, temos que perguntar em que medida a perenidade e a transcendentalidade do direito servem apenas aos grupos sociais que possuem capacidade e meios de pressão e dominação.

No século XX, os apátridas, ou “povos sem Estado”, são minorias que desafiam os princípios fundamentais do Estado-nação no sentido da sua capacidade de conter as divergências internas. As dificuldades crescentes em aglutinar todos os grupos internos sobre seu manto de poder e lei, induzem o Estado a mais repressão e controle. Partindo deste pressuposto, Arendt faz uma reflexão interessante sobre a relação entre apátridas e o poder do Estado-nação de manter coesos grupos tão distintos dentro do seu próprio território. Seguindo essa idéia é importante o conteúdo destas afirmações:

A melhor forma de determinar se uma pessoa foi expulsa do âmbito da lei é perguntar se, para ela, seria melhor cometer um crime. Se um pequeno furto pode melhorar a sua posição legal, pelo menos temporariamente, podemos estar certos de que foi destituída dos direitos humanos. Pois o crime passa a ser, então, a melhor forma de recuperação de certa igualdade humana, mesmo que ela seja reconhecida como exceção à norma... O Estado-nação, incapaz de prover uma lei para aqueles que haviam perdido a proteção de um governo nacional, transferiu o problema para a polícia... As leis que não são iguais para todos transformam-se em

privilégios, o que contradiz a própria natureza do Estado-nação... Durante o século XIX esses direitos haviam sido invocados de modo bastante negligente, para defender certos indivíduos contra o poder crescente do Estado e para atenuar a insegurança social causada pela Revolução Industrial... O conceito de direitos humanos foi tratado de modo marginal pelo pensamento político do século XIX, e nenhum partido liberal do século XX houve por bem incluí-los em seu programa, mesmo quando havia urgência de fazer valer esses direitos... (1998, p. 320, 321, 324, 326).

Logo percebemos, que estamos atualmente diante do mesmo problema, apenas com atores e cenários diferentes. A reflexão de Arendt sobre os apátridas, Estado-nação e direitos humanos pode nos ajudar a entender os limites da relação entre Estado, direitos humanos e cidadania atuais. A esse respeito, a negligência por parte dos opressores e dos oprimidos, dirigentes políticos e partidos políticos dos diferentes matizes ideológicos marcaram a história dos direitos humanos desde o século XVIII.

Com o fim da Guerra Fria, todas as atenções se voltam para o Terceiro Mundo por diversos motivos. Questões ambientais, armas de destruição em massa, tráfico de drogas e aumento da pobreza estão entre os problemas principais. Por acaso ou ironia, a primeira conferência para assuntos ligados aos direitos humanos ocorreu em 1968, no Irã, sob a ditadura sangrenta do governo pró-ocidental do Xá Reza Pahlevi. Até então, muito pouco havia sido feito no sentido de tornar efetiva, através das constituições da grande maioria dos países, os princípios expressos na Declaração de 1948. Esse espaço de tempo revela, antes de tudo, a dificuldade em se adotar, principalmente nos países periféricos, ordenamentos jurídicos que prevenissem de maneira segura o retorno de regimes totalitários. Mas, talvez, o obstáculo principal para a prática dos direitos humanos, esteve exatamente na contradição entre a necessidade de expansão do capitalismo e a proteção legal das classes subalternas e das minorias nos países subdesenvolvidos. As ditaduras que começaram a se constituir por todo o continente latino-americano, demonstram com clareza, esta questão.

O Terceiro Mundo sempre foi objeto de atenção a respeito do seu potencial mercado consumidor e as fontes de matérias-primas existentes neste conjunto de países. Recentemente as idéias de abertura de mercado, globalização e estabilização monetária passaram a ser articuladas, criando-se um novo receituário de paradigmas que deveriam ser implantados a

qualquer custo nestes países periféricos. É neste contexto que surgem também os novos conceitos de democracia e liberdade. A estabilidade política tornou-se condição fundamental para que a abertura de mercado, globalização e estabilidade monetária pudessem se efetivar.

Como a maioria dos países periféricos vivenciou no período da Guerra Fria ditaduras de direita ou de esquerda, saem quase todos, desse período, com problemas sociais seriamente agravados. Na década de 90, sem dúvida, não havia mais tempo suficiente para resolver a crise social ante uma interdependência econômica cada vez mais rápida e acirrada. A rapidez do desenvolvimento tecnológico levou a um proporcional aumento da necessidade de matéria-prima e, para garantir esse fluxo contínuo, nada mais eficiente do que a retórica da democracia e da liberdade. Se antes, as políticas sociais eram vistas como resultantes da ideologia socialista, agora, as políticas sociais continuam sendo inimigas do “sistema”. Se não é mais por uma questão ideológica é por conta de que a manutenção da miséria tornou-se, de certo modo, funcional ao “sistema”. Ao analisar esta questão Franz Hinkelammert admite que:

O que na realidade consideram como ameaça é uma política eficaz dos países subdesenvolvidos para erradicar a pobreza... Efetivamente, uma política eficaz visando erradicar a extrema pobreza nos países subdesenvolvidos se constitui uma ameaça para o capitalismo mundial e para o papel das corporações multinacionais, dentro da atual divisão internacional do trabalho... Por essa razão, consideram a erradicação da miséria como um objetivo a prazo infinitamente longo, sem negarem esse objetivo. Ao contrário, quanto mais conseguem fazer aparecer essa erradicação da miséria como um objetivo de longo prazo, mais falarão desse objetivo, e com menos perigo para a interdependência... A sujeição do Estado-nação subdesenvolvido à ‘interdependência’ significa aumento da extrema pobreza e violação sistemática dos direitos humanos liberais. A submissão a esta interdependência, agravando a pobreza extrema, se constitui numa ameaça à estabilidade, a qual, agora, só pode ser mantida através da violação sistemática dos direitos humanos liberais (1990, p. 94, 102, 103).

Percebeu-se que o desenvolvimento industrial das economias periféricas levaria a uma redução do fluxo de matérias-primas para as economias centrais, também em crise. Sendo assim, impedir o crescimento populacional dos países em desenvolvimento e impedir que, a população restante, desfrutasse de níveis crescentes de bem-estar, tornou-se uma estratégia de

âmbito internacional. No entanto, por outro lado, a pobreza é uma ameaça ao capitalismo na medida em que a eclosão de rebeliões provocadas pela fome, desemprego e outras formas de violação dos direitos humanos podem dificultar a acumulação de capital via interdependência econômica. Por isso, o surgimento de uma “nova democracia” se tornou pedra angular para as estratégias de dominação nas últimas décadas do século XX. Com isso, em certos aspectos, o Estado-nação ficou mais fortalecido institucionalmente em função dos efeitos dessa retórica na visão-de-mundo do homem-massa. Mesmo assim, a repressão ideológica permaneceu de maneira bem elaborada, através da criação de “consensos”. A expressão maior desse consenso está na própria divulgação do conceito de “Nova Ordem Mundial”. O desemprego passou a ser analisado como um problema irremediável, principalmente para os governantes periféricos, o crime organizado como de existência duvidosa, a corrupção nas entranhas do Estado como fato isolado e o aumento da pobreza como um problema sempre a ser resolvido. Ao mesmo tempo, o Estado-nação teve um dos seus elementos constitutivos mais importantes, a soberania, questionado e relativizado. Neste contexto, à “nova democracia”, coube apenas legitimar a própria violação dos direitos humanos.

Se os países periféricos nunca foram tão independentes, na década de 90, este problema se torna flagrante exatamente quando mais se falou em democracia e liberdade. O Estado-nação tornou-se simplesmente um Estado voltado para atender aos interesses das elites periféricas e centrais. A idéia de nacionalismo tornou-se retrógrada, assim como, a efetivação das chamadas *agendas sociais*, sistematicamente postergadas.

Na América Latina, os governos fizeram e ainda fazem, grande esforço para esconder a realidade da média dos 50% das suas respectivas populações em situação de pobreza. No Brasil, a “Nova República”, democracia e liberdade criaram para o homem-massa a expectativa de que algo poderia mudar. Essa expectativa ficou mais aceitável, uma vez que passaram para o homem-massa a idéia de que através do voto, ele “escolheria” o seu governante. De forma surpreendente, até mesmo os movimentos sociais embarcaram na ilusão de que transformações profundas poderiam acontecer nesta democracia que se restringe aos interesses dos partidos.

Essa *liberdade tutelada*, ganhou contornos nunca vistos antes e, com

isso, a propaganda, intimidação, infiltração e repressão tornaram-se, definitivamente, pilares da “nova democracia”. As novas tecnologias que servem ao mesmo tempo como meios de diversão e controle foram difundidas em todos os setores da sociedade capitalista, tornando-a, cada vez mais próxima do modelo exposto por George Orwell.

No final dos anos 90, veio à tona a existência do ECHELON *Interception System*, principalmente através do Working Document, elaborado por Gerhard Schmid para análise por parte do *Temporary Committee on the ECHELON Interception System* do European Parliament. Segundo o Relatório e outros informes, o Sistema de Interceptação ECHELON, forma uma estrutura de espionagem mundial controlada pela Agência de Segurança da América do Norte (NSA) em parceria com a GCHQ (Britain’s Government Communications Headquarters), sendo seus principais integrantes os Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Nova Zelândia e Austrália. A idéia dessa estratégia de dominação e controle aparece em 1947 quando, após a 2ª Guerra, os serviços de informações dos Estados Unidos e Inglaterra estabeleceram um acordo de cooperação que ficou conhecido pela sigla UKUSA. Essas informações não diziam respeito apenas às questões políticas de segurança, ciência e economia. Trata-se de espionagem política e econômica. Assim, beneficiam-se ao mesmo tempo, Estado e multinacionais americanas. Atualmente, esse sistema de interceptação pode rastrear e interceptar cerca de 3 bilhões de mensagens por dia em qualquer lugar do planeta. Desde conversas telefônicas, Internet, e-mails e faxes podem ser interceptados. Esse Sistema é programado para interceptar grupos de palavras ou simplesmente palavras que possam estar relacionadas a alguma ameaça aos Estados Unidos. O Sistema ECHELON espiona informações contidas em mensagens até de estratégias de governo, dando condições para que o governo norte-americano e suas multinacionais se antecipem nas suas estratégias de expansão.

Este programa foi criado na década de 70 e, ampliado de acordo com os avanços tecnológicos, efetivando-se com desempenho razoável a partir dos anos 80. Na década de 90 passou a compor uma estrutura de espionagem que envolve principalmente, super-computadores apelidados de “Dicionários”, conectados a antenas, radares e satélites. A interceptação por estações terrestres eram enviadas, a princípio, através do Intelsat.



Atualmente, acredita-se que o Sistema é composto, por pelo menos, 120 satélites interceptadores ao redor da Terra. Segundo especialistas, o Brasil também foi alvo de interceptações secretas do Sistema e do governo norte-americano, enquanto ocorriam as negociações entre o governo FHC, e a empresa francesa Thomson, para a compra dos equipamentos de vigilância da Amazônia, para a implantação do Sivam. Com base nessas interceptações das negociações entre o Governo brasileiro e a Thomson, a Casa Branca e o complexo industrial estadunidense, conseguiram fazer com que a empresa norte-americana Raytheon ganhasse a concorrência internacional. Outro exemplo de como pode ser utilizado este Sistema de espionagem foi quando, por conta das informações interceptadas pelo ECHELON, Dzokhan Dudayev, terrorista tchetcheno, foi assassinado enquanto falava com seu celular atingido por um míssil.

De uma coisa nós podemos ter certeza. Se em parte o problema entre ordem e liberdade foi em alguma medida resolvido, a equação entre igualdade e liberdade ainda é uma mera idealização. E não é por acaso, que no final do século XX, são as lutas pela igualdade que têm, muitas vezes, ameaçado a ordem e a liberdade, ao mesmo tempo em que cabe a pergunta: para que serve a democracia, se o povo que vota, elege os seus próprios repressores?

Isto talvez seja resultado também, da falta de criatividade dos partidos de oposição e esquerda, em resolver os problemas mais fundamentais para muitas das populações do mundo todo. A fácil conversão da esquerda e centro-esquerda em direita, na primeira oportunidade, ainda não foi explicada.

Culpar a hegemonia do capitalismo, entre outras coisas, por tornar os Estados e economias periféricas reféns do capital financeiro-especulativo é reduzir tudo ao presente e às relações internacionais. É esquecer a história de cada lugar e as relações de poder internas a cada país, que por sua vez, determinam a posição de um Estado na geopolítica atual. Tudo isso se torna muito mais complicado quanto mais o Estado se torna uma mera burocracia a serviço do capital. Processos de paz são minados em todos os níveis sociais e dimensões políticas. Este fenômeno ocorre tanto no interior dos Estados, como nas relações geopolíticas. No Brasil é flagrante os diversos interesses que permitem a existência de grupos criminosos que

dominam a maioria das favelas dos grandes centros urbanos. Com freqüência, esses grupos entram em conflitos que resultam em verdadeiras carnificinas. Se existem estudos que tentam apontar os custos da criminalidade para uma sociedade, é notório que se o crime não produzisse lucros vultosos, já não existiria, ao menos nos termos que temos hoje.

Sem dúvida que o Estado se beneficia destes lucros. Se por um lado convivemos com o aumento da informalidade, por outro, o aumento da indústria que sustenta o crime é muito grande. Um bom exemplo é a indústria farmacêutica que produz substâncias que entram na preparação de drogas, até os remédios utilizados em clínicas e hospitais para tratamento de dependentes químicos. A indústria de armamentos, segurança, transportadoras, turismo, bancos, enfim, o circuito do narcotráfico é muito amplo, complexo e milionário.

A sedução do capital transforma princípios político-jurídicos em utopias e a rapidez da evolução do crime organizado os transforma em atraso. Os protestos do homem-massa contra tudo isso, quando acontecem, se reduzem a denúncias. Narcoguerrilhas e narco-repúblicas convivem no mesmo cenário. Na esfera político-partidária olhar para a direita e para esquerda já causa confusão e perplexidade. Além dos discursos estarem tornando-se semelhantes, as fontes de financiamento são quase sempre as mesmas, o ilícito.

Desta forma, não há nenhuma perspectiva de que a democracia venha ampliar o seu raio de ação no Brasil e no mundo. Muito pelo contrário, tudo aponta para uma maior violação dos direitos humanos, políticas de extermínio dos pobres, vigilância e monitoramento das consciências. Se antes os direitos sociais serviram para silenciar o homem-massa, inclusive sustentar ditaduras, agora, já não há quase motivos para respeitar direito algum. A tendência é o surgimento de discursos em defesa da violação de direitos em nome da proteção e da paz. Uma “paz” que quando não for conseguida pela divulgação de *consensos* será pelo terror, pela quebra de sigilos, pela vigilância, monitoramento e repressão da vida privada.

## 4.2

### Estado, controle e repressão: a polícia como segurança política.

“É polícia política mesmo. Então, isso aqui é uma sociedade injusta e nós garantimos essa sociedade injusta”

*Hélio Luz*

Ex-Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro

O problema da criminalidade e principalmente a organização desta, tanto na América Latina quanto no Brasil é, antes de qualquer outra questão, um problema político. A República brasileira, deixando de lado diversos detalhes, pode ser vista como a continuidade da construção de um modelo que já germinava no período colonial, salientou-se no Império e consolidou-se na República. De fato, o modelo de Estado no Brasil sempre foi de forte tendência paternalista, mesmo que não necessariamente eficiente. É um Estado paternalista, que mesmo variando o perfil em certos momentos entre ditaduras e ensaios democráticos, deixou como resultado um povo que não desenvolveu a capacidade de perceber a sua soberania e de lutar por este aperfeiçoamento. Esse paternalismo muito típico a partir do período getulista, mas que o antecede, no qual até o sindicato é abarcado pela máquina do Estado, fez do povo brasileiro uma nação sem capacidade de articulação em níveis suficientes para a realização de profundas mudanças.

A história da transição entre os períodos imperial e republicano é por demais complexa para que pudesse ser abordada de forma concisa e honesta nessa parte do trabalho. O mais provável é que terminasse por estender demasiadamente o tema, arriscando um provável desvio do objetivo geral deste estudo. Mesmo assim, é fundamental arriscar um resumo das principais características deste período, crucial na formação do Estado brasileiro. Trata-se de breve comentário que aponte caminhos para o entendimento do que somos hoje. Além disso, podemos compreender as dificuldades que enfrentamos para as mudanças necessárias e o real significado das palavras

“sistema” e “estrutura”, quando aplicadas às relações sociais, políticas e econômicas historicamente construídas. Podemos falar seguramente de uma transição incompleta, por isso, de uma *república que não foi*.

O conceito moderno de República sempre esteve associado a princípios como o de participação popular, liberdade, deveres e direitos. Recentemente foi associado a esses, outros como o de “justiça social”.

As verdadeiras dificuldades de amadurecer a nossa república estão situadas na “questão histórica” e principalmente na reprodução deste modelo. Os enigmas do nosso subdesenvolvimento, do nosso atraso, já foram abordados por autores como Paulo Prado, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. As questões nacionais abordadas por esses autores foram enriquecidas com a diversidade destas análises. A ênfase neste ou naquele aspecto ajudou a mostrar a importância de cada um deles e a complexidade do conjunto.

Crises econômicas já não são novidade desde o Império. Entretanto, não é novidade também, todo um sacrifício de uma economia e seu povo, como arma de guerra entre grupos rivais e, ao mesmo tempo, em favorecimento de grupos seletos.

A confusão de ideologias políticas parece ter sido característica de todo o período Imperial transferindo-se para a República como uma herança trágica. Chamou a atenção de muitos observadores da época o amontoado de incoerências que levou Joaquim Nabuco a escrever: “essa política é uma Babel na qual ninguém se entende” (2000, p. 9). As posturas incoerentes são observadas por Nabuco que percebe a distância que existe entre o discurso do homem público e a conduta da sua vida profissional e privada. Ou seja, homens ditos republicanos liberais, opondo-se à Monarquia, entretanto, enquanto isso, dentro de suas propriedades reinava a escravidão. Essas incoerências estendiam-se aos partidos e por conta da distância entre ideologia e políticas partidárias, Nabuco denomina este fenômeno de “estelionato político”.

Tudo isso faz parte de um conjunto institucional chamado Estado, que por esta plaga, tomou e desenvolveu sempre forma repressora. Um Estado contra o povo. Não se trata do fenômeno da coesão e coerção típicas do Estado moderno e que foi ganhando novos contornos e objetivos com o

surgimento do Estado-nação. Por muito mais, é com clareza que podemos observar as características hobbesianas, no Estado brasileiro, que chegam aos nossos dias. A escravidão do século XIX pode ser vista como um grande sinal do início dessa tendência que foi tomando formas distintas na República, de ditadura em ditadura.

Estamos tratando então de uma histórica estruturação de um Estado e das instituições que o compõem, voltadas para o benefício de grupos seletos e o cerceamento da liberdade dos descontentes.

Um monarquista liberal. Talvez possa ser assim definido o pensamento de Joaquim Nabuco. Como homem de Estado da época, ele esteve atento a toda essa experiência histórica e não por acaso, afirmou: “enquanto a nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante mesmo quando não haja mais escravos” (NABUCO, 2000, p. 3)

Nabuco observa ainda que este Estado despótico, organizado e administrado por uma elite pouco afeita à disciplina das leis, torna-se pedra angular do “servilismo”. Este servilismo passou a ser chamado no século XX de “clientelismo” pela literatura especializada. Para este autor, um Estado e uma sociedade estruturados a partir do sistema escravocrata, mesmo após a abolição, manteve como modo de relação o servilismo. Esse modo de relação para ele reproduz-se quase que por uma “geração espontânea”. Mantêm-se assim as instituições, os partidos e as relações entre estes, revezando-se no poder como se estivessem “na guarda do cofre das graças, distribuem empresas e favores, e por isso têm em torno de si, ou às usas ordens e sob seu mando - num país que a escravidão empobreceu e carcomeu – todos os elementos dependentes e necessitados da população” (NABUCO, 2000, p. 11).

Em *Os Donos do Poder* Faoro chama atenção para uma questão de muita importância nesta etapa deste trabalho, qual seja: a “questão militar”. Este autor aponta para o quanto são antigas as rivalidades entre Forças Armadas e poder constituído neste país, mostrando inclusive que o oficial que era formado nas academias militares estava voltado muito mais para atividades de comando político do que para atividades militares. Ao descrever a passagem da Monarquia para a República, salienta a rivalidade entre a *república do militarismo* e a *bacharelocracia*, cada grupo pensando, ao

seu modo, como estruturar a nossa República Federativa. A visão de que a *bacharelocracia* era sinônimo de desordem ganhava corpo entre os militares, induzindo-os a alimentar a idéia de que caberia a estes a restauração de uma *ordem e progresso*. É nesse momento que nasce a dicotomia entre os políticos civis, vistos como corruptos e mantenedores da miséria do povo, e os militares, supostamente imbuídos de uma missão política. Por outro lado, neste mesmo contexto, a difusão de valores burgueses alimentava a percepção de que o militar “servia à destruição e a barbárie institucionalizada, equiparando o oficial ao parasita... O militar, sem utilidade social, seria um monstro obsoleto, sobrevivo apenas enquanto não se civilizasse o mundo” (FAORO, 2000b, p. 82). Por isso, reduzir o Exército à condição de força de proteção, era vista como humilhação.

Em *Introdução à Doutrina Contra Doutrina* Silvio Romero, contemporâneo de Nabuco, faz um alerta sobre os diversos interesses políticos que estariam solapando a consolidação de uma república no Brasil. Publicado em 1894, Silvio Romero está vendo nascer a República brasileira. Apesar de republicano ao contrário de Nabuco, um monarquista, mesmo assim, observa também a confusão ideológica e partidária marcada pela prioridade das vantagens pessoais.

Assinala com muita propriedade um fenômeno que se tornará típico da política brasileira até os dias atuais que é a interferência do militarismo na política nacional e, não raro, um militarismo “manejado por certos civis”. Por conta dessa politicagem de espertezas, pergunta: “E o Exército quererá continuar a ser explorado por estes especuladores?” (ROMERO, 2001, p. 55, 115). Mesmo assim, para o autor, não é sensato culpar unicamente os militares pelas ditaduras. O problema é a “Força Federal”, como ele diz, intervir “criminosamente a favor dos governichos despóticos locais” (2001, p. 57). Ele não foi contra os militares participarem de debates sobre as questões nacionais, apenas chamou atenção para as funções das Forças Armadas e o mau uso delas. Muito mais grave é o fato de que no Brasil “tudo é indisciplina, tudo é quase vazio e inanido; onde a ignorância dos doutores é só comparável à sua original companheira – a vaidade, a desenfreada petulância dos politiqueiros” (2001, p. 64).

Aparece então, a “questão social” na obra de Romero, vista como um problema muito mal abordado por todos os partidos da época, deixando

assim que o pauperismo se tornasse característica da nação. Por isso ele afirma:

Em rigor todo o país é ainda uma vasta feitoria, uma verdadeira colônia, explorada pelo capital europeu sob a forma do comércio e sob a forma de empresas.

A população em geral, feita a pequena exceção de alguns fazendeiros, senhores de engenho, negociantes e herdeiros de capitalistas, mais ou menos desempenhados, é em sua maioria pobre; mas não são os *pobres da inércia*; não são os proletários no sentido socialista; porque não são operários rurais ou fabris. Se, pois, há pauperismo é da nação inteira (2001, p. 85)

Isto é, também, resultado de uma incompetente política partidária na qual se dá com muita facilidade a mudança ideológica e de partido. As oposições só são oposição enquanto não alcançam poder, pois quando isso acontece observa-se que “os visionários”, que “gritam a cada momento contra tudo e contra todos” só “porque um seu ídolo qualquer não está empoleirado no governo, para ainda mais sacrificar o país” (ROMERO, 2001, p. 98), passam a defender as mesmas posturas que condenavam antes.

Na continuação da sua análise, Romero tece comentários incisivos sobre os positivistas, salientando a união entre esses e os militares. Segundo o autor, positivistas e militares foram os grupamentos políticos mais influentes em nossa vida nacional nos tempos do surgimento da República. Romero acreditava, que esse “consócio” entre positivismo e o militarismo, tinha bastante influência na nova postura das Forças Armadas em se envolverem na política do Estado brasileiro.

A doutrina positivista avessa às revoluções e às grandes transformações, influenciou muitas gerações de jovens políticos e militares. O “espírito científico” vai aos poucos tomando conta da mente de muitos homens de Estado no país. A idéia de reconstrução de uma ordem, que está na base do pensamento positivista, se adequa ao momento de transição entre Monarquia e República aqui no Brasil. Havia de fato, a necessidade de reconstrução de uma nova ordem.

O positivismo se insurge contra o individualismo liberal, pois teria sido essa a causa principal das revoluções modernas, negadoras da ordem vigente. Daí, é possível compreender a postura conservadora da elite política e militar no Brasil. Torna-se mais fácil compreender, que no positivismo,

*ordem e progresso* se complementam, uma vez que o progresso é bem-vindo, mas sem revolução. O medo de uma decomposição da sociedade pela via da revolução, torna o positivismo uma doutrina apropriada para inspirar o autoritarismo. O apelo à ciência e ao progresso através do industrialismo deixa como única saída para a manutenção da ordem, uma violência institucionalmente planejada.

Não podemos esquecer que o avanço do capitalismo industrial trouxe um novo tipo de pauperismo, difícil de ser superado até hoje. A idéia de positividade das relações sociais acarretou políticas de ações sanitárias, de higienizar os indesejáveis. É nesse contexto que teorias raciais e concepções eugênicas, tentam explicar o atraso do homem e da sociedade brasileira. Buscava-se uma higiene coletiva em meio ao problema do pauperismo que, como disse Romero, “é da nação inteira”.

Em meio a tantas teorias, ideologias e políticas públicas o conjunto do que passou a ser chamado de sanitarianismo pode ser interpretado como

uma tentativa das elites de compreender e definir as mazelas que afligiam os brasileiros, para sanar a insalubridade mórbida que vitima a população, afetando os interesses capitalistas estrangeiros e obstando o plano republicano de enquadramento do país num novo posto na América do Sul (MOTA, 2003, p. 20).

Sendo assim, nada mais coerente para aquele momento do que instaurar uma política de guerra contra o crime e contra os pobres. Todos estes, pertencentes ao universo dos indesejáveis.

Temos que somar a isso o fato de que o Brasil tem pouca experiência em democracia. Sua tradição política, enquanto reflexo da dualidade inicial, Estado *versus* povo, sempre esteve pautada, ao menos, por governos de tendência autoritária. Daí, porque uma cidadania imatura e uma democracia que ainda está restrita à divisão de poderes e o ato de depositar de votos em urnas. Neste país, nunca houve nem mesmo uma revolução, contra as estruturas vigentes em cada época, que estivessem voltadas para pensar o Brasil, o seu conjunto social, a nação. As revoluções ocorridas no país, pelo menos até o início do século XX, tiveram caráter separatista e pensadas dentro de um âmbito restrito.

As questões que se apresentaram no cenário nacional, entre fins do século XIX e início do século XX, exigiram explicações que remeteram os



estudiosos da época a buscarem esses fundamentos no passado, na nossa formação histórica. Daí, surge a vertente autoritária dentro do pensamento brasileiro. Ao identificar as mazelas do nosso passado, concebeu-se a necessidade do paternalismo-clientelista, por parte das elites, com o propósito de comandar um país composto por um povo que não apresentava aptidão para o exercício da soberania. A tendência histórica para o autoritarismo, justificada através de idéias pseudo-científicas diante de um povo complacente, tornou-se a fórmula para a formação de um país que não possui até hoje, nenhuma intimidade com a democracia. Cabe ressaltar que o chamado “pensamento autoritário” não defendia necessariamente uma ditadura. Reconhecia a necessidade de um povo imaturo ser governado por uma elite sistematicamente responsável pelo ordenamento popular e o destino do país. Mas, esta mesma corrente de pensamento, já indicava a carência de uma elite competente para tal empreendimento.

A dualidade Estado/povo, montada historicamente para servir aos interesses das elites brasileiras, tem como um de seus mais importantes momentos de teste na própria ditadura civil-militar de 64, e no decorrer dela. O “perigo vermelho”, fruto do modismo americano da “guerra fria”, trouxe os militares ao poder numa tentativa desesperada da elite nacional ao ver o seu projeto concentrador-excludente ameaçado por grupos revolucionários que, adequadamente ou não, já expressavam o esgotamento do histórico *modelo brasileiro*. A oportunidade de geração e acumulação de capital não poderia ser ameaçada por reações populares ou quaisquer outras de caráter “esquerdista”. As elites política e econômica, sempre vendidas aos interesses das elites estrangeiras, não deixariam passar um momento em que a acumulação de capital esteve garantida pelo militarismo de Estado. Como afirma Pomar, descrevendo esta lógica da atuação da nossa elite que se aplica a qualquer momento da nossa história mais recente:

Na verdade, o patriotismo que prega é o patriotismo gerenciado por ela; o mercado interno que deseja é o mercado da força de trabalho livre para ser explorada pelo capital; a liberdade e a democracia que pretende são a liberdade de ela própria dirigir o poder político e uma democracia que não vá além dos limites de sua própria participação no poder (2002, p. 29).

Mas, para manter esta ordem induzida, tornou-se necessário o alinhamento de diversas instituições componentes do Estado e da sociedade civil. A confusão

entre segurança pública e segurança nacional não foi mero acaso e para manter a ordem, na iminência da desordem, foi e ainda é preciso uma polícia política. Sendo assim, o discernimento entre coerção e democracia, segurança pública e segurança nacional, torna-se um desafio de resolução provavelmente distante.

A institucionalização do Estado, corporativista no Brasil acarretou o fortalecimento da dualidade Estado/Povo, forçou o aperfeiçoamento de instituições repressoras, não apenas mantenedoras da ordem pública. Além disso, tornou-se urgente o trabalho de contenção da pobreza nos morros. É nesse conjunto que a polícia aparece como cartão de visitas deste modelo de repressão, adotando um papel cada vez mais político na América Latina e no Brasil.

Não é fácil situar a posição da polícia como parte dos mecanismos repressores do Estado. Formalmente, é possível identificar a sua posição com clareza. Todavia, é com a dinâmica do sistema que estamos preocupados, e nesse sentido, a polícia exerce um papel para além dos seus determinantes constitucionais. O sentido da análise da relação entre Estado e Sociedade, que está sendo dado neste trabalho, passa necessariamente pela relação Polícia e Sociedade.

Os estudos que tentaram trazer uma análise de fundo histórico, sobre a evolução e função da polícia, se debateram com uma variação muito grande de atividades e funções dentro do aparelho dos Estados. É difícil, inclusive, determinar quando surge a polícia mesmo que na sua versão moderna. Diversas questões aparecem fazendo da dinâmica entre Estado, Polícia e Sociedade um universo bastante complexo. Nestas relações, os limites entre ordem e coerção são de difícil definição. Não é consenso os motivos que levaram as polícias a tornarem-se públicas; a separação entre as polícias e as instituições militares federais, os graus de profissionalização e especialização, assim como as dificuldades em atingir níveis plausíveis de respeito aos direitos constitucionais. Como afirma Bayley:

é difícil construir uma explicação convincente para o aumento da especialização da polícia... É importante perceber que os conflitos civis desempenharam um papel importante, tanto de trazer os militares para o policiamento quanto de afastá-lo do mesmo... a profissionalização não está ligada a onda de crime ou violência... O que é novo em matéria de policiamento é a combinação desses atributos, mais do que os atributos em si mesmos... A evolução rumo a essa combinação única, que se

confirmou apenas nos últimos cem anos, aconteceu lentamente ao longo de vários séculos... Dada a diversidade das instituições de polícia pública contemporâneas, qualquer classificação será grosseira e provisória, representando algum grau de simplificação da realidade (2001, p. 57, 59, 64, 65, 73).

Em *Polícia Urbana e Crime na América do Século XIX*, Roger Lane analisa a evolução da formação da polícia moderna nos Estados Unidos, vez por outra comparando com o mesmo processo na Inglaterra. A sua análise implica as relações que a polícia foi estabelecendo com os diversos setores da sociedade e não somente, o crime, enquanto fenômeno isolado. A mudança de mentalidades, de concepções morais e por conseqüência o surgimento de novas interpretações e leis a respeito do crime contribuíram, sobremaneira, para as mudanças nos perfis de atuação da polícia. Além disso, esses fatores influenciaram também, as transformações nas estruturas policiais e na relação entre a polícia e o Estado e a polícia e a sociedade. Lane observa que as origens da polícia vão variar de acordo com tempo e os espaços, condições sociais, econômicas e políticas, as relações com as elites locais e talvez, o mais importante aspecto, o discernimento entre o aumento do crime e da intolerância ao crime, ou certos tipos de comportamento que passam a ser diagnosticados como crime.

Apesar do emaranhado de fenômenos que compõem este objeto de estudo é possível observar que, paralelo ao desenvolvimento da instituição policial no Ocidente, alguns aspectos vão destacando-se no sentido de mostrar como, *pari passu*, a instituição policial vai afastando-se do princípio da neutralidade do Estado e se tornando, necessariamente, uma polícia política.

A ampliação dos grandes centros urbanos, como resultado do desenvolvimento da economia capitalista industrial, acarretou o aparecimento de novos tipos de comportamentos que seriam apontados como “delinqüentes”, a partir de valores de classe. Em conseqüência, o *trabalho sujo*, a higienização dos crescentes aglomerados urbanos, teria que ser tarefa de instituições constituídas para tal missão. Por isso, desde logo, passa a fazer parte das origens da polícia a contratação de seus membros entre aqueles que possuíam origens sociais menos favorecidas. A necessidade, não só de conter uma nova criminalidade típica do capitalismo urbano-industrial, mas de domesticar toda a população, torna a polícia

antes de tudo uma instituição disciplinar, fundamental para o desenvolvimento do industrialismo.

Não foi por acaso então, que o status do trabalho policial logo ficou associado ao uso da violência. Compor as fileiras policiais, por pessoas de origem social menos abastada, é supor a possibilidade destas pessoas tornarem-se mais facilmente, serviçais do sistema para, assim, poderem galgar algum nível de status, renda e ascensão social.

O *status da violência* que tornou-se típico da instituição policial, esteve então, desde muito tempo, voltado para domesticação dos pobres e controle da delinquência ao mesmo tempo em que aumentava a intolerância ao crime e uma maior defesa da propriedade privada. Vem de longe, por isso, e permanece como jargão nos nossos dias a justificativa de que a violência policial é “decorrente dos perigos de seu ambiente de trabalho” (LANE, 2003, p. 33)

Com todos esses mecanismos tão enraizados nas instituições policiais não é de estranhar que haja tanta dificuldade em se conter os “excessos” do uso da força necessária. É significativa a reflexão de Monet quando diz que “a expressão ‘polícia democrática’ é mais um *slogan* ou um voto de confiança que uma realidade. Exatamente por causa das funções que assume e dos meios de restrição que utiliza, a polícia mantém sempre e em toda parte relações ambíguas com a democracia” (2001, p. 18). Essas ambigüidades da função policial são reflexos de todas as contradições típicas do Estado moderno, referidas anteriormente. São aquelas ambigüidades, aparentemente abstratas, inerentes a uma dimensão maior, trazidas para a realidade da vida cotidiana, através da profissão de polícia.

No Brasil, nasce com a República, a militarização da luta contra o crime e contra a pobreza. Esse fenômeno tendeu para o aperfeiçoamento na medida em que interesses estrangeiros, particularmente norte-americanos, tenderam para o aumento da influência sobre os governos latinos. Articulando a luta ideológica contra o comunismo, contra as “classes perigosas” e o criminoso comum, as elites nacionais conseguiram criar um contexto no qual, contando com o apoio externo, foi possível manter a repressão como princípio orientador da segurança pública no Brasil e em toda a América Latina.

A organização e treinamento das polícias latino-americanas por polícias estrangeiras foi uma regra em todo o século XX. Como resultado,

aumentou o nível de profissionalização das polícias e uma maior complexidade da sua estrutura burocrática. Além disso, começou a se fortalecer a idéia da polícia como *exército de ocupação* perante *inimigos internos* que ameaçavam a *segurança nacional* e a *paz social*. Todavia, a organização e treinamento da polícia por uma outra instituição externa, favoreceu a influência de países estrangeiros nos países periféricos. Este problema é muito bem abordado nos estudos de Martha K. Huggins ao constatar que

a respeito das conseqüências do treinamento norte-americano de polícias estrangeiras na América Latina é que o propósito fundamental da ajuda dos Estados Unidos às polícias latino-americanas foi o de atuar como mecanismo para ganhar controle político sobre os sistemas de segurança interna dos países beneficiários, e não o de fomentar a difusão da democracia (1998, p. 22).

Como houve, por muitos outros motivos, o aumento dos níveis de influência política e redução nos níveis de democracia, as instituições policiais tomaram perfis híbridos. Além da integração com as Forças Armadas, passaram a apresentar a dupla face de polícia e militar do Exército.

A militarização das polícias sedimentou o caminho para que as polícias se tornassem “politizadas”. “Profissionalização” e “politização” não possuem aqui, o significado e o resultado esperados. Muito pelo contrário, estes dois conceitos passam a ter um significado próprio de um universo, no qual, fazer carreira dentro das polícias, estava associado à subserviência da política local. A profissionalização das polícias, no Brasil, caminhou na direção contrária ao princípio de isenção do Estado e das instituições que o compõem. Daí, porque, também, nestas instituições, a adoção do modelo burocrático adotado como forma de aumentar o profissionalismo e a isenção naufraga, como em todas as outras instituições do Estado, contando apenas com a significativa diferença do policial ser uma autoridade armada. Desta forma, as conseqüências dessa decadência podem tornar-se evidentes em situações trágicas para algum indivíduo e até mesmo para o conjunto social. Temos então, um híbrido-institucional que se desenvolve e chega aos nossos dias numa mistura nem sempre clara de patrimonialismo e burocracia, de clientelismo e profissionalização. Na sua versão civil ou militar, as polícias foram organizadas e preparadas para serem instituições frágeis perante o crime em qualquer versão. Moralmente fragilizadas, tecnicamente obsoletas e humanamente mal instruídas, as instituições

policiais consolam-se com exemplos internos que fogem a essa regra.

A ditadura civil-militar de 64 nos consagrou dois aspectos que se tornaram traços marcantes do nosso país. Não surgiram com ela, mas com ela consagraram-se como paisagem urbana e realidade social. A gritante distribuição de renda que hoje nos faz reféns das oscilações, no cenário internacional, que tira do povo brasileiro toda a possibilidade de soberania, de fato. Além disso, a ditadura nos deixou um trauma que perpetua nos nossos dias, o trauma da violação dos direitos humanos. A perda completa da cidadania no período militar conseguiu, também, consolidar a degeneração das relações sociais, tanto pela necessidade de mão-de-obra farta para ser barata, em função do seu projeto de industrialização, que no seu auge se chamou “milagre brasileiro”, quanto pela consagração de uma estrutura de Estado fortemente repressor, mantenedor desta sociedade excludente.

O que ainda carece de bastante reflexão é a participação de diversos setores da sociedade civil na implementação e manutenção do golpe militar de 1964. Como observa Pinheiro:

Em 1964, no início da ditadura militar, pouquíssimas vezes ousaram condenar as detenções arbitrárias e a tortura de militantes políticos, partidários do regime constitucional anterior e membros de sindicatos e organizações estudantis. Contudo, quando a intensificação da repressão política começou a afetar membros da elite, as queixas e protestos se inflamaram, com a invocação de questões de direitos humanos em casos de excesso dos militares. Na década de 1970, a ênfase caiu sobre as violações dos direitos civis cometidas pela polícia e pelos aparelhos repressores paralelos criados pelas forças armadas (2002, p. 240).

As características fascistas do Estado, na América Latina e no Brasil, estão evidentes em toda a história do século XX. Recentemente, estudiosos como Uki Goñi e Sergio Corrêa da Costa voltaram-se para o aprofundamento da influência do nazi-fascismo, na América Latina e trouxeram à tona a existência da *Operação Odessa*. Trata-se da proximidade entre a América Latina e o governo de Hitler numa colaboração muito intensa de ajuda mútua que resultou em fomentos a golpes militares, organização e aperfeiçoamento de polícias secretas em vários países deste continente, com prioridade para a relação Brasil-Argentina, em troca do asilo de centenas de nazistas fugidos da Alemanha.

O desencadeamento dos golpes militares e a instauração de ditaduras, por

toda a América Latina, especificamente entre as décadas de 60 e 70, tornam-se mais uma peça importante neste emaranhado tabuleiro geopolítico. Temos, de fato, uma continuidade e não uma ruptura, como pensam muitos, cujo modelo de Estado se perpetua porque faz parte da perpetuação de todo esse sistema. Basta observar, como tem sido também, recentemente ressaltado, a existência da *Operação Condor*, num conluio continental para perseguir e prender os alvos das ditaduras. Segundo Mariano:

a conferência que originou a Operação Condor ocorreu em Santiago do Chile, entre 25 de novembro e 1º de dezembro de 1975. Os trabalhos foram guiados pela Direção de Inteligência Nacional (Dina), a superpolícia secreta de Pinochet... Por sugestão do Uruguai, o nome da organização foi Condor, em homenagem ao Chile, país anfitrião... As ditaduras cooperaram entre si, mas tiveram características distintas... os procedimentos básicos, aplicados preferencialmente em vítimas debilitadas pelo sono, fome e sede... Convencionou-se que somente a tortura poderia viabilizar a desarticulação rápida de grupos de oposição (2003, p. 19, 21, 32, 33, 42).

Apoiada pelos EUA via CIA e Escola das Américas, a *Operação Condor* foi um nível elevado de terrorismo de Estado na América Latina. Mas, como tem sido ressaltado, somente através da convergência de diversos fatores que estiveram presentes neste momento histórico é que poderemos traçar a configuração deste *quadro coerente*.

A descrição e análise feita por René A. Dreifuss é um dos mais completos estudos já feitos sobre o Estado no Brasil e, particularmente, na ditadura de 1964. O autor mostra como tendências históricas e interesses diversos dos grupos dominantes, foram sendo articulados de tal forma que uma ditadura era um resultado mais que esperado. Estão, entre os principais fatores: a complexa economia brasileira na qual convivem setores precários com alguns outros que apresentam algum nível razoável de desenvolvimento tecnológico; o enfraquecimento da “paz social” implementada pelo Estado Novo, agravando-se com a crise do populismo; o desenvolvimento das forças produtivas, passando distante de alguma possibilidade de se efetivar algum nível de justiça social.

A articulação entre burocratas, empresários, intelectuais e membros das oligarquias regionais criaram uma barreira acirrada contra o renascimento de representações populares que pudessem ameaçar o modelo brasileiro de

geração e acumulação de capital. Sob o disfarce de racionalidade técnica, os interesses das multinacionais e das elites nacionais, foram sendo incorporados às ações do Estado, inclusive a partir das políticas econômicas de cada governo. Por tudo isso, “tais diretrizes tinham também de se afastar de considerações sócio-econômicas populistas, desprezando em grande parte as aspirações populares” (DREIFUSS, 1981, p. 75).

Nesse contexto, muito antes do golpe declarado, já admitia-se sem inibição, não só a existência, como também, a necessidade da existência de grupos paramilitares para a manutenção da segregação populacional.

Ao tentar explicar o surgimento do esquadrão da morte no Brasil o pesquisador depara-se com um conjunto de fatores que vão formando e caracterizando um fenômeno cujo surgimento e evolução é muito pouco linear. Mas, é num cenário pouco claro no qual crime comum se confunde com subversão, e segurança pública com segurança nacional que, no interior das polícias, “aos poucos, surgiram os bandos e aumentou a violência – tudo fruto de um fenômeno que saiu do controle e tomou conta da polícia, chamado Esquadrão da Morte” (De SOUZA, 2000, p. 69). É apenas ilustrativo que em 5 de setembro de 1977, a revista Fatos e Fotos/Gente n° 837, publicou uma reportagem feita por Tim Lopes, sobre o Esquadrão da Morte, na qual aparecia o famoso Mariel Mariscot de Mattos “que entrou para a polícia em 1959, é acusado de ter chefiado uma das facções do Esquadrão da Morte”(1977, p. 05).

O que é importante salientar é que o terrorismo de Estado na América Latina e no Brasil, é mais antigo do que geralmente se pensa; contou sempre com o apoio de diversos setores da sociedade, inclusive intelectuais e acadêmicos, instituições de ensino e pesquisa, assim como, empresários e outros setores da iniciativa privada. Colocar grupos e ações paramilitares como exceção e/ou fato isolado é testemunho de não entendimento do problema ou tentativa de alienação pura e simples.

Elevar o Brasil à oitava economia mundial fazia parte do prolongamento do projeto modernização nacional que, desde os anos 50 já mostrava suas tendências para um desenvolvimentismo pautado no agravamento da distribuição de renda. As favelas tornaram-se um símbolo característico dos grandes centros urbanos, enquanto a polícia, o cinturão protetor da propriedade privada. O passar do tempo mostrou uma abertura política



frustrante, uma vez que a maioria dos “novos líderes” das *diretas já*, que aparentemente substituíram os generais, foram exatamente aqueles que, não só, já representavam nas estruturas de Estado, os interesses das históricas e arcaicas oligarquias regionais, respaldando sem contestação os *anos de chumbo*, como eles mesmos “crias” da própria ditadura. De fato, a Nova República não passou de um teatro da reprodução e, se mantém como tal, de um modelo construído a partir do descobrimento do Brasil e reproduzido em cenários e com atores diferentes até os dias atuais.

Nesse contexto, é explicável que na consciência coletiva reproduza-se a relação: militar do exército torturador *versus* perseguido e preso político; para na Nova República, policial perseguidor-repressor *versus* bandido-assassino e vítima de uma sociedade injusta. Essa reprodução não se dá apenas ao nível do complexo simbolismo sócio-cultural, mas se dá também na realidade cotidiana das relações sociais, fazendo com que tanto o simbolismo, quanto às relações sociais, alimentem um ao outro criando assim, uma cultura da violência.

A título de exemplo podemos citar o relatório da Font Line: “Defensores de Direitos Humanos no Brasil, 1997-2001”:

Embora a eleição de Tancredo Neves e a posse do presidente civil José Sarney tenham oficialmente posto fim a duas décadas de ditadura militar no Brasil, certos vestígios do regime repressivo militar persistem até hoje. Em particular, a tortura e a espionagem estão entre os mais perniciosos... Outra conseqüência do extenso período de governo militar no Brasil tem sido um significativo atraso e resistência continuada tanto à ratificação de normas internacionais de direitos humanos, como à aceitação da competência ou de órgãos internacionais de supervisão... O Brasil, com sua estrutura política democrática oficial do governo de promoção dos direitos humanos, deveria apresentar um ambiente favorável à fiscalização dos direitos humanos. Percebemos, no entanto, que obter acesso às penitenciárias e delegacias do país, para nossa surpresa, foi muito difícil. Nossos pesquisadores encontram recusas claras e, mais freqüentemente, procedimentos com obstáculos desnecessários que implicavam, na verdade, em perda de tempo (p. 13, 14, 18).

Nesse sentido, o Estado democrático brasileiro apresenta-se como o principal violador dos direitos humanos. O Brasil ainda é um país no qual, a tortura é método usual e sistemático de investigação. É, também, o país que apresenta a maior desproporção entre vagas de presos e população

carcerária e, como conseqüência, apresenta uma das maiores taxas de reincidência de ex-presidiários do mundo. O sistema prisional brasileiro ainda é um exemplo de suplício e, de forma alguma, encontra-se capacitado para preparar os indivíduos que por ele passam, para reingressar ao meio social do qual foram temporariamente apartados.

No relatório da Anistia Internacional de 1994 consta a seguinte afirmação:

Como em anos anteriores, a polícia e os “esquadrões da morte” mataram muitos adolescentes e meninos de rua e outras pessoas nas grandes cidades; outros “desapareceram”. Prosseguiram as execuções extrajudiciais e “desaparecimentos” de camponeses e indígenas em zonas rurais e na selva amazônica. Temos novos informes de torturas e maus tratos sob custódia policial. Temos defensores de direitos humanos que receberam ameaças de morte.

Ao final do ano, o país se encontrava envolvido em uma grave crise política e econômica, com uma taxa de inflação superior aos 35% mensais e denúncias generalizadas de corrupção contra vários destacados membros do Congresso (1994, p. 88).

Podemos afirmar, então, que a superficial democracia brasileira está esgotada, e a atual guerra bandido/polícia é apenas uma faceta mais explícita desta crise institucional generalizada. O traficante do morro, que a imprensa costuma apresentar como a causa do terror, não passa do resultado do modelo criado e alimentado pelas elites que esperavam poder guardar a pobreza debaixo do tapete. Ninguém esperava que um dia, bandido favelado pudesse contratar uma tropa dos melhores advogados de uma cidade e se beneficiar de todas as “lacunas da lei” criadas para salvaguardar os membros da elite.

O *proletariado do crime*, que salienta a crise moral e institucional brasileira, ou seja, a atuação inadequada das instituições que compõem o Estado e a sociedade civil, tem deixado aberta a ferida social do *crime organizado*. Sabemos que o crime não pode se organizar sem a corrupção das instituições do Estado. Sem a participação da *burguesia do crime*.

Atualmente, a complexidade da criminalidade extrapola qualquer análise preconceituosa de apontar o *morro* como a causa do problema, visto que é preciso entender que o *Estado paralelo* é o Estado dentro do Estado, algo claro nos escândalos que aparecem todos os dias na imprensa nacional, apontando o envolvimento de autoridades em todos os níveis da hierarquia estatal.

Como se isso não bastasse, a crise institucional, mais visível no problema da corrupção, não se restringe à polícia. A polícia é apenas o lado mais visível da estrutura de um Estado repressor, anti-democrático, da não-segurança pública, da segurança política e de um projeto de dominação falido. Assim, o traficante do morro, pode ser visto como um excluído tanto da sociedade, no sentido das formas de relação da produção e consumo, quanto dentro da própria estrutura criminal dominada pela *burguesia do crime*. Daí, porque nos extremos, são estes, polícia e bandido que se confrontam, dando a entender aos que assistem os jornais da TV que tudo começa e acaba ali, nas cenas que são mostradas nas favelas brasileiras. Aceitamos, então, numa cômoda sensação, se suposto controle da situação, na versão da “guerra contra as drogas” que se traduz num reducionismo infame de combate armado contra a pobreza nos morros.

Ao mesmo tempo, a carência de reconhecimento e respeito aos direitos humanos no período ditatorial, apresenta-se como uma catarse coletiva ao ser efetivado tanto na legislação, quanto em algumas ações da vida cotidiana pós-ditadura. A transferência dos direitos humanos, que outrora foram aplicados ao preso político, associa-se agora, exclusivamente, ao criminoso, numa transferência confusa do objeto do direito, reflexo de uma sociedade carente de parâmetros objetivos sobre o que vem a ser “direitos” e “cidadania”. Este problema não se restringe à relação polícia/bandido, uma vez que a Constituição de 1988, diante das mesmas circunstâncias, deu ao parlamentar um grau de imunidade que, de fato, colocou-o acima da Lei.

O que temos como resultado é um instrumento legislativo que o próprio crime utiliza para expandir-se, uma vez que, legislação e fato-social ou objeto do direito não estão ajustados. Como expressão de um país historicamente contraditório, temos por um lado um Estado que é o primeiro a violar os direitos humanos através do seu próprio sistema prisional, da falta de políticas públicas capazes de impedir a reprodução do crime e da violência sistemática contra os redutos da pobreza e, por outro, uma legislação de direitos que já nasceu num contexto não mais de reivindicações políticas, mas agora de ações criminosas cada vez mais ousadas, agressivas e tecnologicamente sofisticadas.

O problema não é tanto explicar a violência, fenômeno inerente à história da humanidade. É, antes de tudo, explicar o seu descontrole, já que o

Estado moderno, teve como fundamento o controle detalhado tanto das ações individuais como das relações sociais. A ausência de uma política de segurança pública que esteja voltada para a ênfase na polícia investigativa, já nos demonstra o interesse em confundir a polícia ostensiva/preventiva com a continuidade da repressão *sem controle* a qualquer forma de reação societal. Mais do que combater a *burguesia* e o *proletariado do crime organizado* é preciso adotar um projeto de *segurança social* com o objetivo de evitar a reciclagem criminal. Pois sabemos, é notório, que a burguesia do crime organizado há muito já se instalou no Congresso Nacional, no Judiciário, Executivo, nas três esferas da federação e em suas correlatas instituições que deveriam atuar como mantenedoras da ordem. Por outro lado, o proletariado do crime organizado instalado nos morros dos grandes centros urbanos também desafia a Lei e a ordem, adotando táticas de guerrilha urbana, trazendo medo e insegurança para as respectivas populações.

Uma polícia investigativa, bem qualificada, pode ser vista como um elemento de caráter democrático porque, provavelmente a investigação será realizada de forma competente, seguindo os parâmetros da Lei e das técnicas mais modernas de investigação, o juiz poderá julgar com rigor e reduzida margem de erro. Uma polícia investigativa com moral elevado não se curvaria aos interesses das classes dominantes e se tornaria a base para que, de fato, a justiça fosse “imparcial”, “cega”, diante do julgamento de pobres ou ricos, negros ou brancos. Uma polícia investigativa eficiente desmontaria o crime de cima para baixo, dos que administram para os que executam, do *Estado paralelo* para o *morro*. Entretanto, as famosas lacunas da Lei, quando não, a própria defasagem das mesmas, são o princípio dos obstáculos para o amadurecimento de um sonhado Estado democrático.

Com certeza, a violação dos direitos humanos começa com a manipulação da máquina do Estado por parte das elites brasileiras, que insistem em manter como projeto para o país, o absurdo da discrepância. E nesse sentido, Buarque de Holanda nos traz uma idéia esclarecedora: “Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (1988, p. 4). Sendo assim, só a força bruta, através do abuso do “poder de polícia” pode conter a fúria das massas famintas, resultado da displicência proposital dos “barões”. Indigência que se amontoa nos imensos *guetos* que aqui no Brasil nós chamamos de *favela*.

O *apatheid brasileiro* torna-se um exemplo de manipulação das massas numa situação em que o aparelho estatal articulado com uma mídia, cada vez mais aperfeiçoada e por isso convincente, induz a maioria das pessoas, sobreviventes desse terrorismo de Estado, a projetarem-se para um futuro incerto, porém cobiçado, do consumo burguês.

É, nesse contexto, que o discurso da liberdade torna-se convincente, quando associado ao rebolado sedutor da sambista, das praias ensolaradas, do povo da alegria e do futebol, além das novelas nas quais as favelas não existem e que no final tudo termina bem. Reduz-se, assim, em boa medida, a possibilidade de reação, porque aniquila-se a consciência crítica, fundamentada numa reflexão construtiva.

A repressão exercida pelos aparatos repressores excede muito o mero preceito constitucional de manutenção da ordem. A ação paramilitar ou para-policial do Estado brasileiro, e também, no conjunto de cada estado da federação, reflete os níveis da nossa democradura ou narcocracia. O que o cidadão comum não consegue entender é que os sistemas de segurança pública dos estados membros da federação, já faz muito tempo, não atendem às necessidades mais prementes da situação real. É nesse sentido, que a chamada *banda podre* das polícias torna-se funcional. Sem a *banda podre* os sistemas de segurança pública deste país não funcionam. A começar pelo controle populacional da criminalidade. Sem escuta telefônica clandestina, X-9 e tortura, ninguém descobre nada. Os níveis de criminalidade não são apenas resultados de padrões socioeconômicos. Além da manipulação da aferição de dados feita pelas próprias secretarias de segurança pública, o que altera as estatísticas criminais de estado para estado da federação é a relação entre extermínio e corrupção nas polícias. Em alguns estados, as polícias corromperam-se mais rápido e o extermínio tornou-se secundário. Uma estratégia de manutenção das relações de poder e controle entre polícia e bandido. Numa proporção maior com relação ao extermínio, em outros estados, ocorreu ou ocorre o inverso. As polícias exterminam mais, passaram mais tempo matando, sendo a corrupção um problema de segunda categoria, entretanto, nem por isso, menos importante. São esses os principais fatores que explicam as diferenças nas estatísticas criminais, tanto ao nível da federação quanto ao nível dos estados. A *banda podre* das polícias torna-se mais importante do que o

cidadão, estupidamente leigo, pode imaginar. Uma peça fundamental na lógica e nas estruturas do poder, enraizada desde muito tempo. E, como se não bastassem todos esses problemas, muitas pessoas apóiam a matança de bandido porque acham que desta forma estarão seguras. Mal sabe o suposto cidadão, esquece ou não pode perceber, que se algo acontecer com ele ou com alguém dele, também, não vai dar em nada.

Nesse contexto, a dispensa promíscua da responsabilidade da segurança pública exclusivamente para os estados da federação isentou o governo federal de uma responsabilidade que quase se restringiu às fronteiras. Nem as fronteiras são devidamente vigiadas. Nem a Polícia Federal, nem as Forças Armadas possuem efetivos, equipamentos e tecnologias suficientes para cumprir suas respectivas obrigações constitucionais. É, também, por falta de competência e interesses escusos generalizados que os grupos de extermínio se mantêm. Uma crise moral, associada a uma crise estrutural, são os ingredientes fundamentais do problema. Fazendo parte deste *quadro coerente*, uma polícia com um escalonamento hierárquico muito extenso, implica num grau de rigidez de ação e ao mesmo tempo, dispersão muito grande do sentido das informações circuladas. É por tudo isso que Robinson afirma:

enquanto vivemos num mundo onde uma filosofia de soberania do século XVII é reforçada por um modelo judiciário do século XVIII, defendido por um conceito de combate ao crime do século XIX que ainda está tentando chegar a um acordo com a tecnologia do século XX, o século XXI pertencerá aos criminosos transnacionais (2001, p. 19).

O problema é que, em se tratando de crime organizado, mesmo antes de chegar aos índices de penetração das máfias estrangeiras, as organizações criminosas nacionais que se encastelaram no próprio Estado brasileiro já davam o tom da questão.

A necessidade de modernização das polícias não se confronta com os interesses policiais e sim, com interesses políticos. Trata-se de impasses criados pelas elites que não têm interesse de ver surgir um sistema de segurança eficiente. Não permitem polícias com o moral elevado, conscientes da importância do dever cumprido. Apesar disso, discursos politicamente corretos surgem para todos os lados, todos querem mostrar que estão do lado da Lei. Muitos falam qualquer coisa que seja necessária para manter seus cargos de confiança muito bem comissionados. Porém, poucos suam a camisa para ver a modernização chegar até às nossas polícias.

O número de graus hierárquicos influencia incisivamente nos princípios que orientam as condutas disciplinares. A disciplina é elemento chave em qualquer organização, até mesmo no banditismo. Não é na polícia que será diferente. Por outro lado, a disciplina apresenta níveis de coerção interpessoais elevados, proporcionalmente vinculada aos níveis de confiança. Em outras palavras, a idéia de *disciplina* deve ser simplificada à capacidade de subordinar-se à Lei. Mas, isso só acontecerá na medida em que as instituições policiais confiarem nos seus próprios membros, fator que deverá estar associado aos níveis de profissionalização mais aprimorados. Esta é uma questão importante, porque enquanto a disciplina for colocada como forma de coerção interpessoal, sintoma de medo e insegurança pessoal e institucional, internamente falando, as polícias apresentam um grave problema. Weber (1991) mostrou claramente que as organizações burocráticas possuem algum grau de impessoalidade na orientação das relações interpessoais e intergrupos. No caso das polícias a estrutura burocrática deve ser reduzida como tentativa da redução das disparidades internas de instrução e salário, por exemplo, e com isso, um possível melhoramento nas relações interpessoais.

Pelo lado externo, se é que podemos dizer assim, o nível de ingerência política nas polícias é muito alto. Isso é reflexo do domínio das oligarquias regionais ao nível estadual e municipal, travestidas de partidos majoritários e seus efeitos correlatos tais como, a repartição do Estado, em lotes. É a nossa versão pós-moderna das capitânias hereditárias. Isso impede que, nos níveis locais, sejam tomadas medidas ao menos inibidoras da crise na segurança pública.

Propagandas não resolvem, assim como mudanças apenas por interesses pessoais. Muitas vezes, principalmente nos períodos de mudanças governamentais, profissionais competentes são exonerados para dar lugar aos novos “indicados” pelo novo governo. Isso se dá sem nenhuma piedade do cidadão comum, caso o resultado destas mudanças implique que o cidadão venha tornar-se vítima de seqüestro-relâmpago ou coisa pior. Há problemas mais graves como, por exemplo: se numa companhia, batalhão de polícia ou delegacia, os policiais estão matando muito e está perto do período de campanha política e eleições, os dirigentes destes órgãos são trocados. O motivo é muito simples de entender: evitar escândalos e notícias

chocantes na imprensa. Por um lado, é bom para os políticos e até para a população local este controle populacional da marginalidade. Entretanto, este confronto polícia-bandido, ao nível local e nacional, gera, um clima de violência que de fato assusta o cidadão comum. Então, depois da “capinagem básica” é preciso “dar um tempo”. É o tempo suficiente para as novas eleições. Tempo em que novas lideranças do crime estão surgindo e os políticos que tinham que se eleger já se elegeram. A partir de então, tudo volta a ser como antes. O discurso político e as propagandas cuidam do resto. A polícia volta a fazer a “capinagem básica”, o controle populacional da criminalidade. Desta forma, a polícia apresenta-se como um barco sem leme, ora atendendo aos pedidos das comunidades, que adoram ver a justiça ser feita pelas próprias mãos dos homens da lei, ora atendendo aos ditames dos interesses políticos.

São interesses políticos de um punhado de puxa-sacos inoperantes, que não podem vencer pela competência, mas que, por exercerem cargos em pontos estratégicos ofuscam a competência de muitos. Mais uma vez, o retrato de uma velha rotina histórica; interesses privados suplantando o benefício do público, da maioria.

O número elevado de cargos de confiança, no Estado, leva a um baixo nível de burocratização racional-profissional. Deixam instituições inteiras à mercê dos interesses de grupos políticos. Daí, começa o entendimento para as dificuldades de profissionalização da polícia no Brasil. Um policial pode não ser punido por ter cumprido o dever à luz da lei. Porém, pode sofrer represálias tais como: ser transferido da capital para uma cidade do interior longínquo por ter, no cumprimento do dever, incomodado interesses da elite. Se um policial prende em flagrante o filho de um favelado por porte de drogas ele cumpriu o dever, mas se prender o filho de um membro da elite nas mesmas circunstâncias, será transferido para uma cidade remota, forçado a desestruturar toda a sua vida pessoal. Afinal de contas estamos no país em que as relações se estabelecem a partir do seguinte princípio: “quem não é, é parente de..., conhece ou já dormiu com...”.

Por muito mais, a nossa cultura inspirada num clientelismo vulgar não se restringe a um jogo de interesses entre membros das elites. É pior. Este jogo encontra respaldo amplo e profundo por aqueles que buscam um lugar ao sol através do “puxassaquismo”, tentando com muito esforço,



serem identificados por aqueles que são os donos do poder. Neste aspecto, a identificação destes problemas nas polícias brasileiras é no mínimo, preocupante.

O problema não está, somente, nas altas esferas do poder. Está também, e de maneira grave, dentro das próprias instituições do Estado. São as pessoas simples, burocratas como Eichmann, pacatos e silenciosos que alimentam uma máquina repressora, violadora sistemática dos direitos humanos, mantenedora de uma sociedade de classes, injusta e discriminadora.

Na esfera da segurança pública, é exatamente aí que reside o problema. É cada vez mais freqüente policiais desanimados, com baixo moral porque muitos percebem que o mérito significa “peixada” e “peixada”, significa, muitas vezes, silêncio perante os erros grosseiros que levam à inoperância da polícia. O problema então, não reside apenas nos mandos e desmandos de cima para baixo. A cultura da violência encontra freqüente apoio nos escalões mais baixos, onde não são poucos os que estão dispostos a servir aos que estão em cima. Nesse sentido, podemos perceber uma cultura da subserviência que muito antes de ser pretendida, por quem domina, é ambicionada pelos que obedecem. Neste país, em que a falta de ética é um fenômeno cultural, se o mau exercício do poder não é típico da maioria, reflete algo sobre o todo. Os que não nasceram para liderar exercem, muitas vezes, postos-chave, desanimam os bons profissionais e fomentam a cultura do descrédito por parte da sociedade.

Como resultado, o mundo da vida cotidiana, no que se refere à relação polícia e indivíduo, polícia e sociedade, passa a dividir-se entre policiais e não-policiais. A guerra entre polícia e bandido torna-se particular, a partir do momento em que os dois lados tomam o problema do conflito social como uma questão de valor pessoal. Torna-se ofuscada, então, a crise estrutural do sistema moderno de relações econômicas, políticas e sociais na sua versão de Terceiro Mundo. Isso abre espaço para o surgimento dos discursos e das boas intenções que nunca se realizam. Propositalmente, os problemas são mostrados sem conexão entre si. Soluções surgem de todo lado, mas, as resistências também. A mudança de estruturas decadentes, mesmo que apenas ao nível institucional-burocrático, sempre tem um preço. É geralmente alto, por conta da resistência dos que cresceram em tal modelo, sendo como é, e dos que foram preparados para iniciar seu

futuro pelos mesmos caminhos. É nesse ambiente, que muitos não querem que nada mude. Que tudo permaneça como está.

Diante desses impasses, as ações de repressão do crime por meio de práticas policiais, voltadas para a segurança de Estado, só poderiam resultar numa vulgar criminalização da pobreza. Tradicionalmente, enquanto instituição do Estado, há uma tendência de adequação à rotina e a reprodução de modelos tradicionais de policiamento por parte da instituição policial. Apesar dos esforços de superação deste problema a inovação ainda requer muito trabalho, estudo e dedicação. As próprias críticas internas, oriundas dos próprios policiais não são, muitas vezes, acompanhadas de esforços e ações compatíveis com tais observações. Isto porque as mudanças não podem ocorrer sem que setores específicos das instituições policiais sejam tocados. Os focos de conservadorismo e tradição, e no extremo oposto, os focos de disfunção policial, são apenas dois exemplos do problema.

Por fim, talvez as situações mais difíceis de serem resolvidas sejam aquelas de difícil identificação e por isso de difícil definição. Faz parte dessa cultura do mundo da rua em que os homens da lei nem sempre são inimigos dos homens do crime. Às vezes são até amigos, mas, nem sempre. Dividem ambientes comuns de moradia e diversão, desfrutam da mesma cultura local. Atitudes de tolerância com o ilícito algumas vezes fazem-se necessárias, afinal, crime e lei não estão tão distantes assim. Há lugares e momentos, nos quais, os homens da lei e os homens do crime se encontram, se articulam e divertem-se.

# Capítulo V

## *Por que a segurança pública deve ser vista como segurança social?*

“Os cárceres, mais numerosos que as escolas, estão sempre abertos e espantosamente povoados”

*Ho Chi Minh*

Líder revolucionário vietnamita

A busca para as indagações sobre o problema da violência e da agressão é complexa e parece interminável. Os problemas ligados à moralidade são os mesmos em todos os tempos e lugares. A tolerância à violência varia de acordo com a época e o lugar. As éticas de mundo e as éticas religiosas foram os primeiros mecanismos que o Ocidente encontrou para possibilitar a vida em grupos. Mas, ao mesmo tempo, foram também as éticas da fé e da salvação que justificaram e, ainda hoje, muitas vezes justificam, supliciamentos dos mais atrozes.

Por outro lado Durkheim (1999) já apontava que, se não é possível afirmar que a civilização é imoral, a sua capacidade de coerção não chega ao nível desejado. Ele observa que os “fenômenos mórbidos” parecem aumentar na mesma proporção que dos valores e características da modernidade. Parece, então, que os mecanismos que já foram apontados como mecanismos de controle da modernidade, são eles, para Durkheim, os incentivadores dos “fenômenos mórbidos”. Ele define a civilização como um “*complexus* mal-definido”, na qual a moral não caracteriza os seus elementos constitutivos. Daí, porque, segundo Durkheim, são nos grandes centros urbano-industriais que ocorrem as maiores taxas de suicídios, homicídios etc.

Mas, a capacidade do homem moderno matar civilizadamente aumentou

muito no século XX. Se o holocausto tem sido apontado como criação e resultado da modernidade, a droga, o seu consumo e comércio estão dentro da mesma perspectiva. Os mesmos princípios que deram origem ao holocausto justificam os bombardeios humanitários e as sanções econômicas genocidas do nosso tempo. Tomando o capitalismo como etapa da maioridade moderna, as raízes entre modernidade e contravenção já estavam expostas há muito tempo. A indiferença com a violência e a agressão seguem o mesmo caminho, tornando-se objeto de preocupação apenas quando algum interesse específico motiva reações em contrário.

Hoje não é diferente. Os governantes querem taxas de crescimento e emprego, os empresários querem taxas de lucro e para tudo isso pouco importa a origem do dinheiro, ou qualquer outro recurso.

Ainda está para ser satisfatoriamente explicada a relação entre pobreza, violência e agressão. Com certeza, se esta resposta existe, só será encontrada através de uma interdisciplinaridade bastante complexa, já existente na obra de autores como Wilhelm Reich. A relação que existe entre política, biologia e psiquismo nos trabalhos de Reich podem estar nos apontando o caminho para uma explicação mais plausível a respeito dos fenômenos tipicamente modernos. Nesse sentido, são bastante ilustrativas as palavras do autor quando afirma:

A formação das massas no sentido de serem cegamente obedientes à autoridade se deve não ao amor parental, mas à autoridade da família. A supressão da sexualidade nas crianças pequenas e nos adolescentes é a principal maneira de conseguir essa obediência.

Natureza e cultura, instinto e moralidade, sexualidade e realização tornam-se incompatíveis, como resultado da cisão na estrutura humana...

Os indivíduos criados com uma atitude negativa diante da vida e do sexo contraem uma ânsia de prazer, fisiologicamente apoiada em espasmos musculares crônicos. Essa ânsia neurótica de prazer é a base na qual certas concepções de vida, negadoras da vida e produtoras de ditadores, são reproduzidas pelos próprios povos (1986, p. 16, 17).

Esta cisão humana se reflete exatamente na burocracia, no *momentum burocraticus*, num mundo rompido, sendo as estruturas que provocam tal rompimento, por contradição, a única lógica que traz sentido para o caos na vida de cada indivíduo e para os grupos.

A partir desta perspectiva, podemos inserir a reflexão sobre o crime

organizado e os impasses da segurança pública diante deste problema. Esta busca de entendimento e soluções deve ter, como ponto de partida, o crime organizado como fenômeno político. Ou seja, ele nasce a partir de grupos que entram em confronto com o Estado e se negam a aceitar tal autoridade. Cabe então retomar a opinião de que o crime organizado não tem relação direta com o capitalismo nem ontem, nem hoje. De fato a sua plasticidade permite uma versátil adaptação aos novos tempos de modo que tanto o Estado moderno, o Direito moderno e capitalismo passam a ser instrumentos importantes na manutenção e dinâmica do crime organizado. Entretanto, ainda hoje, existem muitas organizações que atuam em arranjos econômicos com características muito mais pré-capitalistas do que de um capitalismo avançado.

Não é possível elaborar um perfil único que explique o surgimento e desenvolvimento do crime organizado. Muitas vezes, surgimento e expansão, ocorrem por motivos distintos. A Cosa Nostra é um bom exemplo da questão. Surge na Itália num contexto que já foi anteriormente retratado, mas se expande e instala-se nos Estados Unidos, principalmente por conta da ascensão do fascismo. Lá, encontra um contexto bastante diferente do que havia na Itália. Neste ambiente, a antiga cultura da “família” faz surgir grupos que vão dominando ruas, bairros e depois cidades inteiras e atualmente, setores importantes da economia americana.

Por isso, a interpretação atual de que o crime organizado existe por conta da ausência do Estado nas áreas sociais, é muito pouco razoável. Essa idéia é muito mais fruto do nosso costumeiro preconceito contra os pobres do que aquilo que se verifica na realidade dos fatos. É uma das nossas formas românticas e piedosas de culpar os pobres por tudo. Não há nada que comprove que o combate à pobreza reduz o crime organizado. Muito pelo contrário. Provavelmente, se tornará mais sofisticado, silencioso e por isso, mais perigoso. As políticas sociais podem sim, reduzir os índices de violência e/ou outras modalidades de crimes tipicamente urbanos. Mas, tudo isso é muito diferente de crime organizado.

De nada adianta combater a pobreza para combater o crime organizado. O combate à pobreza reduzirá inclusive os índices de crimes passionais. A fome e a crise financeira podem induzir comportamentos emocionalmente agressivos. Mas o crime organizado é um crime de elite, algo muito

complexo e abrangente, através do qual a pobreza do morro só faz sujar as mãos com as drogas que muitas vezes são propriedade de dignitários da elite. Em outras vezes, as drogas chegam direto dos locais de plantação e/ou produção para os morros favelados. Estas, pode-se dizer, pertencem ao traficante da favela. Mesmo assim, os lucros oriundos desse tráfico de varejo voam direto para bancos, financeiras, empresas de diversos portes e que atuam em diversos setores, tornando o dinheiro com aparência legal. Isso não significa dizer que os problemas sociais brasileiros devem ser negligenciados como tem sido feito até o presente momento. A intenção aqui foi apenas discernir, entre outros aspectos, a relação entre criminalidade e pobreza. E dentro deste universo amplo da criminalidade mostrar que nem tudo que se aponta como crime organizado corresponde à realidade. Mostrar também, que há uma diferença entre criminalidade urbana e crime organizado. Se há relação direta entre estes dois universos ela se estabelece em dois pontos: na utilização da mão-de-obra barata dos morros para fazer o trabalho sujo e no que diz respeito ao nível de corrupção proporcionado pelo crime organizado, que induz e mantém populações inteiras na pobreza e no atraso.

Seguindo esta idéia, faz algum sentido dizer que o combate à pobreza ajuda no combate ao crime organizado se as políticas sociais estiverem acompanhadas do combate à corrupção. Do mesmo modo, a outra face do problema é reduzir tudo às polaridades conceituais tais como pobreza-crime, crime organizado-morro de favelas, como se na realidade os fenômenos se dessem desta forma. Reduzir tudo a estas dualidades é muito mais uma retórica alienadora do que uma teoria explicativa. É um discurso que faz parte deste modelo brasileiro no qual a mudança dentro da continuidade é uma marca histórica desta sociedade. Num país em que há duas ou três décadas atrás, falar em campanha de alfabetização era considerada idéia subversiva, o quê esperar do futuro para este país? Será que as instituições mudaram tanto ao ponto de transformarem estas estruturas do atraso?

Podemos então compreender que o conceito de segurança social é referente às relações institucionais, tanto entre as instituições sociais, políticas e econômicas quanto entre elas e o conjunto social.

É na relação entre Estado e Sociedade, e principalmente, na composição institucional do Estado, que encontraremos respostas para muitos dos

problemas atuais. O fato dos espaços deixados pelo Estado serem aparentemente ocupados pelo crime não ocorre porque as estruturas do Estado moderno não foram suficientes para impor um modelo de ordem. Por muito mais, é na condução das instituições que encontraremos respostas para suas falhas. Na falta de interesse em mudar.

Com tudo isso, é preciso reconhecer que o problema está muito mais no homem. Os problemas institucionais são, antes de tudo, problemas de pessoas. São pessoas que extravasam seus anseios e frustrações, como pequenos ditadores e destruidores do dia-a-dia. Não estou propondo aqui uma condição de anomia, muito pelo contrário. Estou falando da dificuldade de seguir a Lei diante da tentação de impor a nossa própria lei a cada um dos outros. Da nossa dificuldade em ser diferente e respeitar a diferença. É claro que seríamos todos iguais demais e por isso, igualmente doentes, se o *projeto da modernidade* tivesse dado certo. Mas, os padrões que temos, são os que constituem a modernidade e é com eles que temos que conviver. É um modelo de sociedade que nos deixa expostos e coagidos ao mesmo tempo. Neste jogo de continuidades e descontinuidades, tentamos esconder o mal e com muito esforço aparentamos o bem.

Mas, o mal parece estar aí, diluído em cada pensamento que temos. Por isso, a necessidade de repudiá-lo e estabelecer causas externas para a sua existência. Como mostram inúmeros fatos da vida e da história, ser humano, é ser violento e agressivo, é cair constantemente na armadilha da banalização da agressão, da cobiça e da maldade. Não por acaso, nas interfaces entre o mundo do crime e as relações de poder, nada é o que aparenta ser.

## Referências Bibliográficas:

---

- ALI, Tariq **Bush na Babilônia: a recolonização do Iraque**. Rio de Janeiro: Record, 2003
- ALIGHIERI, Dante **A Divina Comédia: Inferno**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998
- AGOSTINHO, Santo **Confissões**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984
- AMARAL, Marina "Quem matou Toninho do PT?". **Caros Amigos**, 2003, n° 78, pp. 26-31
- AMNISTIA INTERNACIONAL, **INFORME 1994**
- AMORIM, Carlos **CV\_PCC: A irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2003
- ARBEX Jr., José; Tognoli, CLÁUDIO **JULIO O Século do Crime**. São Paulo: Boitempo, 1996
- ARENT, Hannah **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998
- \_\_\_\_\_. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro; Relume Dumará, 2001
- \_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Cia das Letras, 2001
- AZEVEDO, Luiz; REIS, Adacir **Roteiro da Impunidade: uma radiografia dos sistemas de corrupção**. São Paulo: Scritta Editorial, 1994
- BARCELLOS, Caco **Abusado: O Dono do Morro Dona Marta**. Rio de Janeiro: Record, 2003
- BAUMAN, Zygmunt **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996
- \_\_\_\_\_. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998
- BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: Edusp, 2001
- BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. In **Clássicos Italianos**. São Paulo: Ed. Brasileira, 1950
- BETTELHEIM, Bruno **Sobrevivência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989
- BLACK, Edwin **IBM e o Holocausto**. Rio de Janeiro: Campus, 2001
- \_\_\_\_\_. **A Guerra Contra os Fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior**. São Paulo: A Girafa, 2003
- BOBBIO, Norberto **Entre Duas Repúblicas: as origens da democracia italiana**. Brasília: Unb, 2001
- BRASIL NUNCA MAIS: um relatório para a história**. Petrópolis: Vozes, 1987



- BROWN, Dee **Enterrem Meu Coração na Curva do Rio**. São Paulo: Circulo do Livro, 1987
- CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- CANTÚ, Césare **História Universal**. São Paulo: Editoras das Américas Vol. XX, 1956
- CARVALHO, José Murilo de **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1997
- CERTEAU, Michael A **Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994
- CLARKE, Comer **Eichmann: o assassino de milhões**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1961
- CHARNY, Israel W. **Anatomia do genocídio: uma psicologia da agressão humana**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1982
- CHASTENET, Jacques **A vida quotidiana em Inglaterra no começo da era vitoriana (1837-1851)**. Rio de Janeiro: Lisboa, 1950
- CHÁVEZ, Hugo “os derrotaremos”. **Carta Capital**, 30 de abril de 2003, Ano IX nº 238
- CHOMSKY, Noam **Uma nova geração define o limite: os verdadeiros critérios das potências ocidentais para suas intervenções militares**. Rio de Janeiro: Record, 2003
- CORREIA da COSTA, Sergio **Crônica de uma guerra secreta: nazismo na América: a conexão Argentina**. Rio de Janeiro: Record: 2004
- CRESCE A VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS. **A Tarde**. 21/10/2003, p. 12
- De MAUPASSANT “Covardia”. In **Contos**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1958
- De SOUZA, Marconi “Bahia: uma cultura de impunidade”. **A Tarde**, 06/10/2002, p. 14
- De SOUZA, Percival **Narcoditadura: O Caso Tim Lopes, Crime Organizado e Jornalismo Investigativo no Brasil**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002
- \_\_\_\_\_ **Autópsia do Medo**. São Paulo: Globo, 2000
- Del OMO, Rosa **A América Latina e Sua Criminologia**. Rio de Janeiro: Revan, 2004
- DEMURGER, Alain **Os Cavaleiros de Cristo: Templários, Teutônicos, Hospitalários e outras ordens militares na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002
- DIAS, Ana Rosa Ferreira Dias **O Discurso da Violência: As marcas da oralidade na jornalismo popular**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003
- DOSTOIEVSKI, Fiódor **Crime e Castigo**. São Paulo: Ediouro, 1998
- Dos SANTOS, Gerson, “Ravengar será ouvido hoje no MP”, **A Tarde**, p. 10, 26/02/2004
- \_\_\_\_\_ “Ravengar diz que é bode expiatório: Raimundão confirma a existência de fitas de vídeo, onde aparecem ‘medalhões’ que estariam por trás do tráfico”, **A Tarde**, p. 8, 27/02/2004
- DOURLEY, John **A doença que somos nós: a crítica de Jung ao cristianismo**. São Paulo: Edições Paulinas, 1987
- DREIFUSS, René A.1964: **a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981

- DURKHEIM, È Da Divisão do Trabalho Social. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- \_\_\_\_\_ Lições de Sociologia. São Paulo; Martins Fontes, 2002
- ELIAS, Norbert O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Vol 1 e 2, 1996
- EXECUÇÕES SUMÁRIAS, ARBITRÁRIAS OU EXTRAJUDICIAIS: Uma Aproximação da Realidade Brasileira – Centro de Justiça Global/Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH, 2001
- PADOVANI, M.; FALCONE, Giovanni; Cosa Nostra: o Juiz e os “homens de Honra”. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1993
- FAORO, Raymundo “O enigma das eleições”. Carta Capital, 2000a, nº 136 pp. 25
- \_\_\_\_\_ Os Donos do Poder. São Paulo: Ed. Globo, Vol 1 e 2, 2000b
- FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter Criminologia Intergrada. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002
- FERREIRA, Carla “Bahia é campeã de impunidade: Dos 1.556 casos de crianças e adolescentes assassinados no Estado, acompanhados pelo Cedeca, só 60 foram julgados”. A Tarde, 19/05/2003, p. 07
- \_\_\_\_\_ “Extermínio da mira da comissão. Em Salvador e Região Metropolitana, cerca de 30% dos homicídios dos últimos três anos são atribuídos aos exterminadores”. A Tarde, 08/06/2003
- \_\_\_\_\_ “Na Bahia, grupos de extermínio aproveitam a fragilidade do sistema de segurança pública e agem como ‘justiceiros’”. A Tarde, 09/06/2003, p. 07
- FICO, Carlos Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, 2001
- FIGUEIREDO, Lucas Morcego Negros: PC Farias, Collor, máfias e a história que o Brasil não conheceu. Rio de Janeiro: Record, 2000
- FILGUEIRAS, Sônia; DINIZ, Weiller “Os segredos do dono de campos”. Istoé, 2004, nº1811, pp. 26-34
- FOUCAULT, Michel Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997
- \_\_\_\_\_ A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002
- \_\_\_\_\_ História da Loucura. São Paulo: Perspectiva, Col. Estudos, 1991
- \_\_\_\_\_ Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1991b
- FREYRE, Gilberto Casa-Grande & Senzala. São Paulo: Global, 2003
- FREUD, S. O Futuro de uma Ilusão. Rio de Janeiro: Imago, 2001
- FRONT LINE/JUSTIÇA GLOBAL Na Linha de Frente: Defensores de Direitos Humanos no Brasil, 1997-2001, mímeo

- FUKUYAMA, F. "Capital Social". In HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. **A Cultura Importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record, 2002
- GARCÍA-PLABOS DE MOLINA, Antonio; FLAVIO GOMES, Luiz **Criminologia**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002
- GASPARI, Elio **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002
- GIDDENS, Anthony **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991
- GIRARD, René **A Violência e o Sagrado**. São Paulo: Unesp/Paz e Terra, 1990
- GLUCKMAN, Max **Rituais de Rebelião no Sudeste da África**. Brasília: UNB, 1986
- GOÑI, Uki **A Verdadeira Odessa: o contrabando de nazista para a Argentina de Perón**. Rio de Janeiro: Record, 2004
- GOUREVITCH, Philip **Histórias de Ruanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- GRAMSCI, Antonio **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- GRAY, John **Al-Qaeda e o que significa ser moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2004
- GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994
- HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio **Imperio**. Rio de Janeiro: Record, 2001
- HINKELAMMERT, Franz J. "O credo econômico da Comissão Trilateral". In ASSMANN, Hugo; Dos SANTOS, Theotonio; CHOMSKY, Noam (Orgs.) **A Trilateral: Nova fase do capitalismo mundial**. Petrópolis: Vozes, 1990
- HOBBS, Tomas **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1997
- HOLANDA, Sérgio Buarque **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988
- HOBBSBAWM, Eric **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997
- IHERING, Rudolf von **A luta pelo direito**. São Paulo: Ed. Afiliada, 2000
- JAGUARIBE, Hélio **Desenvolvimento Político**. São Paulo: Ed. Perspectiva, Col. Estudos, 1975
- JORDÃO, Rogério Pacheco **Crime quase perfeito: corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000

- JUNG, C.G. **Psicologia e Religião**. Petrópolis: Vozes, 1987
- KAFKA, Franz **A metamorfose**. São Paulo: Cia das Letras, 1997
- KAPLAN, Robert D. **À beira da anarquia: destruindo os sonhos da era pós-guerra fria**. São Paulo: Futura, 2000
- KEPPE&PACHECO **Dossiê América**. São Paulo: Nova Linha Editorial, 1994
- KRAUSE, Charles A. **O Massacre da Guiana**. Rio de Janeiro: Record, 1978
- LANE, Roger "Polícia Urbana e Crime na América do Século XIX". In: TONRY, M.; MORRIS, N. (ORGs.) **Policimento Moderno**. São Paulo: Edusp, 2003
- LEVINE, Michael **A grande mentira branca**. São Paulo: Best Seller, 1993.
- LEEDS, Elizabeth "Cocaina e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local". In ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998
- LILLEY, Peter **Lavagem de Dinheiro: Negócios ilícitos transformados em atividades legais**. São Paulo: Futura, 2001
- LINDGREN ALVES, José Augusto **Relações Internacionais e Temas Sociais: A década das conferências**. Brasília: UnB, 2001
- LIPSET, S. M.; LENZ, G. S. "Corrupção, cultura e mercados". In HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. **A Cultura Importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record, 2002
- LOPES, TIM "Mariel Mariscot: a polícia atrás das grades". **Fatos e Fotos/Gente**, set./1977 nº837, p. 4-7
- LUDEMIR, Julio **Sorria, você está na Rocinha**. Rio de Janeiro: Record, 2004
- LUPO, Salvatore **História da Máfia: das origens aos nossos dias**. São Paulo: Unesp, 2002
- MAIEROVITCH, Walter F. "Lavanderia Brasileira". **Carta Capital**, 2002, Ano IX nº216.
- \_\_\_\_\_ "Os Negócios do Sexo". **Carta Capital**, 2002, nº 218, pp. 12-16
- \_\_\_\_\_ "Máfia, Política e Cachoeira". **Carta Capital**, nº279, pp. 23-25
- \_\_\_\_\_ "Prova mal checada". **Carta Capital**, 2004, nº 284, pp. 28-30
- \_\_\_\_\_ "Múltiplas Colômbias". **Carta Capital**, 2004, nº316, p. 53
- \_\_\_\_\_ "Lula e o turismo sexual". **Carta Capital**, 2004, nº 322, p.23
- MARCUSE, Herbert **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967
- MARIANO, Nilson **As Garras do Condor**. Petrópolis: Vozes, 2003
- MARINI, Eduardo "Conexão Arquivada". **Istoé**, 2004, nº 1797, pp. 30-34
- MARTINS, José de Souza "Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo". In **O Poder do Atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994

- MARX, K.; ENGELS F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996
- \_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2000
- McKINSEY&COMPANY **Eliminando as barreiras ao Crescimento econômico e à Economia Formal no Brasil**. Mimeo. São Paulo, junho de 2000
- MEIRELES, Andrei; KRIEGER, Gustavo “Mão Limpas à Brasileira”. *Época*, nº 292, 2003, p. 30-34
- MENDES, João Batista Peterson (Org.) **A CPI do PC e os Crimes do Poder: texto integral do relatório final**. Rio de Janeiro: Ed. Foglio, 1992
- MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (ORGs) **Democracia, Violência e Injustiça: o não-Estado de direito na América Latina**. São Paulo Paz e Terra, 2000
- MERTON, Robert K., **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968
- MILL, J. Stuart **Ensaio sobre a Liberdade**. São Paulo: Ed. Arcádia, 1964
- MONET, Jean-Claude **Polícias e Sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp, 2001
- MONTAIGNE, M. **Ensaio**. São Paulo: Victor Civita, Col. Os Pensadores, 1972
- MOREIRA, José Gonzaga **Zezinho do Ouro: memórias de um informante**. São Paulo: Ícone Editora, 1995
- MOTA, André **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- NABUCO, Joaquim **O Abolicionista**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2000
- NERÉ, Jacques **História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991
- NIETZSCHE, F. “Sobre o Nihilismo e o Eterno Retorno”. In **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999
- NOGUEIRA, Marco Aurélio “Retrato do Brasil”. In MOTA, Lourenço Dantas (Org.) **Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico**. São Paulo: Senac, 1999
- OLIVEIRA, Cláudia “Ravengar volta ao Morro Águia”, **A Tarde**, p. 9, 23/03/2005
- OLIVEIRA, Flávio “Investigação de Ravengar continua”, **A Tarde**, p. 14, 22/02/2004
- OLIVEIRA, Nelson; RIBEIRO, Lutz Mulert; ZANETTI, José Carlos (Orgs.) **A Outra Face da Moeda: violência na Bahia**. Comissão de Justiça e paz da Arquidiocese de Salvador, 2000
- ORTEGA Y GASSET, José **La Rebelión de las Massas**. Madri: Ed. Revista de Occidente, 1961
- ORWELL, George 1984. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2003
- PINHEIRO, Paulo Sérgio **Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922-1935**. São Paulo: Cia das Letras,
- \_\_\_\_\_. “Governo democrático, violência e estado (ou não) de direito”. In BETHELL, Leslie (Org.) **Brasil: farto do passado, promessa do futuro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

POMAR, Wladimir **Um mundo a ganhar: revolução democrática e socialismo**. São Paulo: Viramundo, 2002

PRADO, Paulo **Retrato do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2001

PRADO JÚNIOR, Caio **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992

PROCÓPIO, Argemiro **O Brasil no Mundo das Drogas**. Petrópolis: Vozes, 1991

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996

RAMONET, Ignacio **Guerras do Século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003

REGINA da COSTA, Maria **São Paulo e Rio de Janeiro: A Constituição do Esquadrão da Morte**, mimeo

REICH, Wilhelm **A Função do Orgasmo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986

RESENDE, Luciana “Prostituição infantil envolve 28 mil pessoas”. **A Tarde**, 1705/2003, p. 10

ROBINSON, Jeffrey **A Globalização do Crime**. São Paulo: Ediouro, 2001

RODRIGUES, Lino “Pirataria Pirataria S/A”. **Istoé**, nº1699, 2002, p. 78-83

RODRÍGUEZ, Roger “Intervencionismo de ‘baixa intensidade’”. **Cardernos do Terceiro Mundo**. 1990, Nº 129, pp. 42-44

ROMERO, Silvio **Introdução à Doutrina Contra Doutrina**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001

SANGUINETTI, Gianfranco **Do Terrorismo e do Estado**. [www.geocities.com/projetoperiferia](http://www.geocities.com/projetoperiferia), 1979

SANTOS, Jaciara “Grupo de Extermínio – Parte III”. **Correio da Bahia**, 31/03/2002, p. 09

SANTOS, Milton **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000

SCHMID, Gerhard **Working Document - (ECHELON Interception Sistem)**. 1999

SCOWEN, Peter **O livro Negro dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Record, 2003

SEN, Amartya **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000

SHAKESPEARE, W. **Otelo**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1999

SILVA, Alessandro “Cem ‘laranjas’ lavam dinheiro de quadrilha”. **Folha de São Paulo**, 15 de dezembro de 2002, p.c1

SILVA LIMA, William **Quatrocentos contra Um: uma história do Comando Vermelho**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001

SOLJENÍTSIN, A. **Arquipélago GULAG**. São Paulo: Círculo do Livro, 1973

SOCA, Ricardo “os grandes bancos lucram com as drogas”. **67-71. Cadernos de Terceiro Mundo**, jun./1986, nº 91

SOTO, Hernando **O Mistério do Capital**: Por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2000

STECHEER, Heinz "Narcotráfico: a economia viciada da Colômbia". **Cadernos do CEAS**, mar./abr.1993, nº144

TAUSSIG, Michael **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Paz e Terra, 1993

THOMSON, Oliver A **Assustadora História da Maldade**. Rio de Janeiro: Ed. Prestígio,

TIM, Lopes "Mariel Mriscot: a polícia atrás das grades". **Fatos e Fotos/Gente** nº 837, 1977, p. 05.

TOGNOLLI, Cláudio "Espeto no Vespeiro". **Caros Amigos**, mar./1998, p.-25-33, 2002

TOURAINÉ, Alain **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995

VAGUE, Tom A **História da Fação Exército Vermelho**. São Paulo: Conrad, 2001

VILAÇA, Marcos Vinícius; De ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti **Coronel Coronéis: Apogeu e Declínio do Coronelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

VIOLENÇA SEXUAL. **A Tarde**. 17/05/2003, p. 02.

VOLTAIRE, **Cândido ou o Otimista**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1960

WACQUANT, Lôic **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999

WEBER, Max **Economia e Sociedade**. Brasília: UnB, Vol 1e 2, 1991, 1999

\_\_\_\_\_ **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975

ZIEGLER, Jean **Senhores do Crime: as novas máfias contra a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003

*Este livro faz um contraponto à grande maioria da literatura nacional apresentada até o momento. Realiza uma redefinição de diversos fenômenos e conceitos, até então utilizados de forma consensual tanto pelo meio acadêmico e policial, como pela imprensa e o senso comum. Busca mostrar que o problema criminal está correlacionado a diversas dimensões do universo social, tais como a cultura, arquitetura institucional tanto do Estado quanto da sociedade civil e gestão pública. Desvincula definitivamente a relação que existe entre crime e pobreza, usualmente retratada através do jargão de que a criminalidade e violência urbanas são reduzidas à “questão social”.*

